

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL:
O CASO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 NO PARANÁ**

CURITIBA

2013

DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI

**COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL:
O CASO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 NO PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima

CURITIBA

2013

Catálogo na Publicação
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9.^a/1504
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Mei, Danielle Scheffelman

Comunicação e mobilização social: o caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná / Danielle Scheffelman
Mei. – Curitiba, 2013.

307 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Comunicação. 2. Interação social. 3. Comunicação – Aspectos políticos. 4. Comunicação de massa e meio ambiente. 5. Políticas públicas. I. Título.

CDD 302.2

TERMO DE APROVAÇÃO

DANIELLE SCHEFFELMEIER MEI

COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL: O CASO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 NO PARANÁ

Dissertação aprovada como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação, pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Myrian Regina Del Vecchio de Lima
Universidade Federal do Paraná - UFPR

Prof. Dr.

Prof. Dr.

Curitiba, de de 2013.

Dedico este trabalho aos meus pais.

AGRADECIMENTOS

À Capes, por proporcionar minha bolsa de estudos, o que permitiu a realização desta pesquisa;

À minha orientadora, Myrian Del Vecchio de Lima, pelas dicas, apoio e dedicação à este trabalho;

À minha mãe, Inge, pela paciência, pelo amor e a força, que tornaram as etapas desta pesquisa mais leves;

Ao meu pai, Mingo, (*in memoriam*), pela base e exemplo;

Ao meu irmão preferido, Rodrigo, e ao primo Diedro que agora está mais próximo, pelos nossos bons momentos;

Marcel, pela presença, companheirismo e disposição;

Colegas e amigos do mestrado: Juliana, Tássia, Denner, Sandro, Raul e Douglas;

Aos professores que tanto contribuíram nesta trajetória, em especial, Felipe Harmata, Celsi Brönstrup Silvestrin, Sigrid Andersen e Antonia Schwinden;

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação em Comunicação: Kelly, Luciana, Regiane, Rosa, Itanel e Glaucia;

Aos bons amigos de sempre Tamie, Sheila, Paula, Katia, Luana e Thomas;

À Coordenação de Ações da Agenda 21 Paraná pela disponibilidade;

Aos representantes do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná que contribuíram para esta pesquisa.

*Deus é puríssima essência. Para os que têm
fé nele, Deus simplesmente é.*

Mahatma Gandhi

*Só engrandecemos o nosso direito à vida
cumprindo o nosso dever de cidadãos do
mundo.*

Mahatma Gandhi

*Nossos amigos são a fonte de modificação,
de fortalecimento e de testemunho de como
manejamos os valores; e eternamente,
continuarão influenciando e testando nossos
valores.*

Jose Bernardo Toro

RESUMO

O presente estudo de caso analisa se a implementação e a sequência das reuniões do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná, iniciado em fevereiro de 2004, em Curitiba, PR, constituíram efetivamente um processo de mobilização social, segundo a fundamentação teórica de autores como Bernardo Toro, Nísia Werneck e Márcio Simeone Henriques, no qual a comunicação é observada como condição principal para o fortalecimento do processo. Entende-se a mobilização social como fundamental para estimular a participação em eventos e ações promovidos na interface entre política e comunicação, como é o caso do Fórum em estudo. Assim, o objetivo geral do trabalho foi constatar se o processo realizado no Estado do Paraná pode ser considerado um ato mobilizador e se este Fórum está gerando frutos, especialmente quando se fala em propostas para efetivação de políticas públicas. Além do contexto em que surgem na sociedade global, nacional e regional os princípios do documento Agenda 21, que oferece diretrizes socioambientais para o desenvolvimento sustentável no século XXI, a dissertação faz uma revisão bibliográfica sobre aspectos teóricos de comunicação e meio ambiente, comunicação pública e políticas públicas. As informações para a análise foram obtidas por meio de entrevistas em profundidade com as coordenadoras do Fórum; de questionários semiestruturados aplicados aos representantes do Fórum; e da análise de conteúdo de 40 atas que registram a memória desse coletivo, usando como pontos de referência unidades de registro relacionadas a três categorias principais: 1) Mobilização Social; 2) Comunicação; e 3) Práticas e Ações. Ao final, depreende-se que embora concebida como processo de mobilização social, as ações relativas ao Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná ainda estão longe de estabelecer vínculos fortes com os conceitos centrais desse processo, conforme avaliação preconizada por Henriques, o que esclarece, em parte, a sua pouca efetividade junto à sociedade paranaense.

Palavras-chave: Comunicação e Política. Mobilização Social. Comunicação e Meio Ambiente. Políticas Públicas. Agenda 21 Paraná.

ABSTRACT

This case study analyzes if the implementation and the sequence of meetings of the Agenda 21 Permanent Forum in Paraná, started in February 2004, in Curitiba, PR, have effectively constituted a process of social mobilization, according to the theoretical validity of authors like Bernardo Toro, Nísia Werneck and Márcio Simeone Henriques, in which communication is noted as the main condition to strengthen the process. It is understood that social mobilization is fundamental to stimulate participation in events and actions promoted by the interface between politics and communication, such as is the Forum in study. Therefore, the main goal of this work was to certify that the process done in the State of Paraná can be considered a mobilizing act and if this Forum is bearing fruits, especially when the subject is the proposals for public politics' effectuation. Besides the context in which emerge, in the global, national and regional societies, the principles of the Agenda 21 document, which offers both social and environmental guidelines for sustainable development in the 21st century, this dissertation also makes a bibliographical revision about theoretical aspects of communication and environment, public communication and public politics. The information used for the analysis were obtained from in-depth interviews with the Forum's coordinators; semi-structured questionnaires applied to Forum's representatives; and content analysis of 40 records that register the memory of this collective, using as referral points registry units related to three main categories: 1) Social Mobilization; 2) Communication; and 3) Practices and Action. In the end, it is inferred that, although conceived as a social mobilization process, the actions related to the Agenda 21 Permanent Forum in Paraná still are far from establishing strong bonds with the main concepts of this process, according to an evaluation professed by Henriques, which clarifies, partially, its little efficiency towards Paraná's society.

Keywords: Communication and Politics. Social Mobilization. Communication and Environment. Public Politics. Agenda 21 Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ	62
FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO DOS VÍNCULOS, SEGUNDO SIMEONE HENRIQUES.....	129
FIGURA 3 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO OBTIDOS NA CATEGORIA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	140
FIGURA 4 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO DA CATEGORIA COMUNICAÇÃO.....	154
FIGURA 5 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO DA CATEGORIA AÇÕES E PROPOSTAS.....	163

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - REPRESENTANTES SORTEADOS PARA ENTREVISTA	131
QUADRO 2 - CATEGORIAS DE ANÁLISE E UNIDADES DE REGISTRO CORRESPONDENTES	135
QUADRO 3 - SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS REPRESENTANTES DO FÓRUM ENTREVISTADOS NESTA PESQUISA	189
QUADRO 4 - CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS VÍNCULOS RELACIONAIS ENTRE A COMUNIDADE E PROGRAMA/PROJETO SOCIAL	191

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA MOBILIZAÇÃO SOCIAL - 2004-2012	137
TABELA 2 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA COMUNICAÇÃO - 2004-2012.....	137
TABELA 3 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA AÇÕES E PROPOSTAS - 2004-2012.....	137

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APIESP	- Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público
CEDEA	- Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental
CEMA	- Conselho Estadual do Meio Ambiente
CES	- Conselho Estadual de Saúde do Paraná
CODEMA	- Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente de Fazenda Rio Grande
COPEL	- Companhia Paranaense de Energia
CREA	- Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná
CTB / PR	- Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
EG	- Entidades governamentais
EMBRAPA	- Florestas Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
ENG	- Entidades não governamentais
FACIAP	- Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná
FAEP	- Federação da Agricultura do Estado do Paraná
FEAPAES/PR	- Federação das APAEs do Estado do Paraná
FETRACONSPAR	- Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná
FIEP	- Federação das Indústrias do Paraná
FUNAI	- Fundação Nacional do Índio
IEP	- Instituto de Engenharia do Paraná
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEM	- Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná
OAB/PR	- Ordem dos Advogados do Brasil
OCEPAR	- Organização das Cooperativas
PGE	- Procuradoria Geral do Estado
s.f.	- Substantivo feminino
SANEPAR	- Companhia de Saneamento do Paraná
SEAB	- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento

SECS	- Secretaria de Estado da Comunicação Social
SEEC	- Secretaria de Estado da Cultura
SEED	- Secretaria de Estado da Educação
SEFA	- Secretaria de Estado da Fazenda
SEIL	- Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística
SEIM	- Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul
SEJU	- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
SEMA	- Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SESA	- Secretaria de Estado da Saúde
SETI	- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SETU	- Secretaria de Estado do Turismo
SINDI/SEAB	- Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e Afins
SINDUSCON/PR	- Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná
SOS	- Bicho Movimento SOS Bicho de Proteção Animal
SVB	- Sociedade Vegetariana Brasileira
WWF	- World Wildlife Fund

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
1 A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SOCIOAMBIENTAL PARA O SÉCULO 21	23
1.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL.....	23
1.1.1 Contexto histórico	23
1.1.2 As grandes conferências: de Estocolmo (1972) a Rio+20 (2012).....	27
1.2 O DOCUMENTO AGENDA 21.....	34
1.2.1 Uma agenda global de diretrizes socioambientais.....	34
1.2.2 Agenda 21 Brasil	41
1.2.2.1 Desdobramentos da Agenda 21 Brasileira	45
1.3 A AGENDA 21 COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	47
2 O CASO DA AGENDA 21 PARANÁ E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	55
2.1 A GÊNESE DA AGENDA 21 NO PARANÁ	55
2.1.1 A criação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná	57
2.1.1.1 Os entendimentos sobre "fórum"	57
2.1.2 O Fórum Agenda 21 PR em funcionamento	60
2.1.3 Mobilização para uma agenda paranaense	66
2.1.4 Ações específicas do Fórum Permanente Agenda 21 Paraná	68
2.1.4.1 Capacitação de multiplicadores.....	68
2.1.4.2 Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do nosso Tempo".....	69
2.1.4.3 As Universidades e a Agenda 21 Paraná	70
2.1.4.4 Agenda 21 Escolar	72
2.1.4.5 Agenda 21 Empresarial	74
2.1.4.6 Agenda 21 da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná	75
2.1.4.7 Agenda 21 e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR)	76
2.1.4.8 Seminário Estadual "A Agenda 21 no Movimento Popular"	77
2.1.4.9 O Paraná na Rio + 20.....	78

3	COMUNICAÇÃO E TEMAS AMBIENTAIS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL	82
3.1	COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE	82
3.1.1	As estratégias de comunicação e a área ambiental	96
3.1.2	Movimento ambientalista e comunicação	97
3.2	A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DO CAPITAL SOCIAL ...	100
3.2.1	A constituição do capital social	106
3.3	A MOBILIZAÇÃO SOCIAL	109
3.3.1	Mobilização e participação	109
3.3.2	A construção do bem público	114
3.3.3	A comunicação na mobilização	117
4	PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	124
4.1	ABORDAGEM METODOLÓGICA	125
4.2	CATEGORIAS TEÓRICAS	128
4.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	130
4.3.1	Pesquisa qualitativa	130
4.3.2	Atas das reuniões do Fórum	133
4.3.3	Síntese dos instrumentos metodológicos	134
5	O RELATO DAS "MEMÓRIAS" DO FÓRUM E O DEPOIMENTO DE SEUS MEMBROS: ANÁLISE DAS ATAS E DAS ENTREVISTAS	136
5.1	ANÁLISE DAS UNIDADES DE REGISTRO DAS CATEGORIAS SELECIONADAS	136
5.1.1	Categoria mobilização social	138
5.1.1.1	Participação e derivados	139
5.1.1.2	Representação e derivados	142
5.1.1.3	Responsabilidade e Comprometimento	144
5.1.1.4	Colaboração, cooperação e contribuição	147
5.1.1.5	Engajamento e seus derivados	148
5.1.1.6	Mobilização e derivados	149
5.1.1.7	Multiplicadores e derivados	151
5.1.1.8	Coletivização e seus derivados	152
5.1.2	Categoria comunicação	154
5.1.2.1	Informação e derivadas	155
5.1.2.2	Divulgação, como substantivo e forma verbal	156

5.1.2.3	Comunicação, como substantivo e forma verbal	157
5.1.2.4	Publicação, como substantivo e forma verbal	159
5.1.2.5	Mídia, imprensa e notícia; jornalista e veículos de comunicação (rádio, televisão, boletim, internet, site)	160
5.1.3	Categoria ações e propostas	163
5.1.3.1	Proposta, como substantivo e verbo	164
5.1.3.2	Decisão e deliberação com suas derivadas	165
5.1.3.3	Encaminhamento e derivadas	167
5.1.3.4	Ação e derivadas	168
5.1.3.5	Lei e legislação	169
5.1.3.6	Prática e derivados	172
5.1.3.7	Políticas públicas	173
5.2	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM REPRESENTANTES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ	175
6	INTERPRETAÇÃO DOS VÍNCULOS RELATIVOS À MOBILIZAÇÃO SOCIAL	190
6.1	ASPECTOS CONCLUSIVOS RELATIVOS AOS VÍNCULOS	203
	CONCLUSÃO	205
	REFERÊNCIAS	210
	ANEXO 1 - DOCUMENTOS DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ	226
	ANEXO 2 - EXEMPLARES DE ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ	252
	ANEXO 3 - MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS REPRESENTANTES DO FÓRUM	306

INTRODUÇÃO

No âmbito dos estudos, reflexões e práticas relativas ao campo das interfaces entre comunicação e política, especificamente na área da elaboração e operacionalização das políticas públicas e sua gestão, emergiu com força, nas últimas décadas, o campo da gestão de políticas públicas socioambientais. Este espaço se refere àquele no qual o governo, em parceria com a sociedade civil, busca gerir as melhores formas de preservar o meio ambiente natural ou socialmente construído, contando, necessariamente, com a participação da população, ou pelo menos de segmentos dela legitimamente representados.

Nesse contexto, a construção de um processo de mobilização social que motive a participação das comunidades e(ou) segmentos populacionais envolvidos em determinadas questões/situações socioambientais exige a utilização de estratégias de comunicação em diversas dimensões. E, idealmente, essas deveriam estimular a construção da cidadania e a tomada de consciência tem relação à responsabilização de cada um e da sociedade diante das problemáticas socioambientais. Esse processo de mobilização social é interpretado como um conjunto de atos de comunicação e de atos de dimensão política.

Este trabalho se insere na linha de Comunicação e Política do curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná e se optou pela temática ambiental devido a um interesse particular da autora deste trabalho, bem como de sua orientadora. A questão da Agenda 21 foi selecionada também pela iminência da Rio + 20, que se realizaria no ano seguinte ao início da pesquisa, sendo considerado um gancho interessante para a confecção de um estudo mais detalhado que englobasse também este tema.

Com tal ênfase, esta dissertação tem como tema o estudo das estratégias de comunicação utilizadas, em um primeiro momento, pelo governo do Estado do Paraná, e, posteriormente, pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná para a mobilização da sociedade civil organizada, para que a elaboração e o estabelecimento do documento denominado Agenda 21 contassem com a participação e aderência de diversos segmentos sociais, de forma que a temática passasse a integrar as pautas de discussão públicas, atingindo, por meio dos atores envolvidos, um campo mais amplo, com reflexões e práticas a serem divulgadas, discutidas e aceitas por um leque maior da

sociedade. Essas discussões podem ser identificadas especialmente com a constituição de fóruns que são considerados, segundo Ilse Scherer-Warren (1996, p.120), como espaços para reunião de movimentos sociais e entidades da sociedade civil a fim de debater e encontrar soluções para problemas conjunturais. O Fórum se constitui, ainda, como um espaço aberto de discussão e de compartilhamento de informações, bem como um campo diversificado, onde há vários interesses envolvidos.

A Agenda 21 é um documento internacional que contém centenas de itens e recomendações voltados ao enfrentamento das questões e problemas socioambientais; o conjunto de princípios propõe as mais variadas metas de desenvolvimento sustentável para o século 21, com o objetivo de reduzir/mitigar os impactos ambientais, evitar novos impactos e estabelecer uma visão de desenvolvimento que contemple a perspectiva de um novo modelo de racionalidade econômica e de consumo.

Esse documento foi um dos principais resultados da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Esse evento global, mais conhecido como Rio 92, é "considerado uma das principais conferências realizadas pela ONU na década de 1990" (AGENDA 21 BRASILEIRA, p.27) e contou com a participação de 179 países. A Agenda 21 Global estabeleceu um conjunto de compromissos acordados por esses países signatários para a proteção e conservação da natureza no século 21. Diz respeito a temas relacionados à proteção do meio ambiente, melhor utilização dos recursos naturais e otimização das potencialidades de cada região do planeta, de forma a incluir em suas políticas públicas as principais diretrizes do chamado "desenvolvimento sustentável".

Para viabilizar essa agenda global, delegou-se aos países signatários a elaboração de uma Agenda 21 nacional e outras agendas estaduais/regionais, deixando a cargo dos governos estaduais/regionais/locais das diferentes nações o encadeamento de ações e práticas voltadas para a obtenção de resultados ambientais positivos junto às comunidades, de forma a proporcionar o desenvolvimento local sustentável. Idealmente, esse processo deveria efetivar-se mediante redes de atores sociais, segundo o conceito de Ilse Scherer-Warren (1996). Conforme a autora, as redes de movimentos apresentam algumas características específicas, como a articulação dos atores, a transnacionalidade e o pluralismo organizacional e ideológico. O objeto de interesse desta pesquisa gira em torno da constituição de um Fórum, espaço de discussão de ideias e reunião de diversos movimentos e coletivos sociais, a fim de encontrar uma solução para uma determinada demanda.

"Observa-se ainda, em nível local, regional ou nacional, uma multiplicidade de outros Fóruns que vem surgindo a cada dia [...] vários dos quais pretendem ter um caráter mais duradouro, além de ser uma resposta a questões conjunturais." (SCHERER-WARREN, 1996, p.120).

São nesses fóruns que ocorre a troca de informações sobre determinadas ações/práticas entre os membros das redes; no caso desta dissertação, entre representantes do governo paranaense e de entidades que se organizam na sociedade civil, como movimentos sociais e organizações não governamentais.

No Estado do Paraná, a Agenda 21 se inseriu na programação da Agenda Global em 2001, após o estabelecimento anterior de uma Agenda 21 Brasileira (1997). A implantação da Agenda 21 paranaense passou por algumas etapas – a estratégia inicial adotada pelo governo estadual baseou-se na realização de seminários macrorregionais, que aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2002, nas cidades de Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Curitiba. Nas palestras de abertura desses seminários contou-se com organizadores da Agenda 21 nacional; funcionários de órgãos de secretarias de governo e os participantes, representantes de vários segmentos e organizações da sociedade civil, foram divididos em grupos conforme suas áreas de interesse. Após as discussões e os debates, foi criado o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, por meio do Decreto Estadual n.º 2.547 de 4 de fevereiro de 2004. A partir daí, a comissão designada pelo governo organizou-se para tentar realizar uma campanha para a mobilização da sociedade civil em torno da disseminação, discussão e implantação de Agendas 21 municipais/ locais.

Nesse contexto, é possível refletir se a trajetória de implantação da Agenda 21 no Paraná se constituiu, efetivamente, como processo de mobilização social, segundo, principalmente, os conceitos de Bernardo Toro (TORO; WERNECK, 1997; TORO, 2005) e de Márcio Simeone Henriques (2004), em que a comunicação se apresenta como peça-chave e a participação das comunidades envolvidas reveste-se de certas características que permitem a ocorrência do que se chama de "processo democrático e cidadão", ou seja, a mobilização social. "Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados" (TORO; WERNECK, 1997, p.5).

O problema de pesquisa, portanto, discute exatamente o que seria um processo efetivo de mobilização social e como é possível avaliar um caso real de busca de

participação em torno de uma situação de caráter socioambiental, na qual a comunicação foi colocada como instrumento mobilizador.

A principal questão a ser respondida com esta pesquisa é se a campanha realizada pelo governo estadual, e depois, pela sociedade civil, para a constituição do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e sua continuidade conseguiu estabelecer alguns vínculos, considerados por Henriques (2004), do ponto de vista teórico-prático, como fundamentais para poder afirmar se ocorreu ou não um efetivo processo de mobilização social. O Fórum é composto por representantes da sociedade civil, membros de organizações não governamentais e representantes de secretarias de governo e empresas públicas. Preliminarmente, trabalha-se com a hipótese de que as atuais estratégias de comunicação desse Fórum não tem sido suficientes para estabelecer um processo efetivo de mobilização social porque, em uma análise inicial, não se percebeu a existência de materiais de divulgação numerosos que tratem sobre Agenda 21 ou mesmo uma campanha consistente para esclarecer sobre a temática.

Chega-se, então, ao objetivo geral da pesquisa aqui apresentado: analisar as estratégias de comunicação do processo de mobilização utilizadas pelo Governo do Paraná e pelo Fórum Permanente da Agenda 21 para a implantação da Agenda 21 estadual. Para tanto, buscou-se, de forma específica: 1) verificar como foi organizado o processo de mobilização para a implantação da Agenda 21 no Paraná e examinar como se deu a constituição, do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná; 2) examinar as estratégias utilizadas por esse Fórum para mobilizar a sociedade em torno do tema; e 3) analisar se esse Fórum apresenta resultados consistentes, como um envolvimento para o estabelecimento de políticas públicas ou pelo menos a participação social em discussões sobre elas.

Sem ter a pretensão, evidentemente, de equiparar esse trabalho de dissertação de mestrado a um mais aprofundado, esta pesquisa se inspirou, pelo menos inicialmente, no livro "Comunicação e Mobilização na Agenda 21 local", de Desirée Cipriano Rabelo (Vitória, ES, Edufes/Facitec, 2003), baseado na tese de doutorado da autora defendida no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (Umesp). Nesse trabalho, Rabelo acompanhou a implementação da Agenda 21 em Vitória, capital do Espírito Santo, para compreender a dinâmica da mobilização ali realizada, considerada referência por órgãos nacionais e internacionais, pela intensidade de processos de comunicação como consultas à população, concursos de redação, publicação de livros, instalação de conselho popular, estudos técnicos e

uso da mídia massiva. Ressalte-se que esse denso processo de mobilização social não ocorreu no caso da Agenda 21 Paraná – mais um motivo a justificar este estudo, que busca entender até que ponto ações de comunicação foram efetuadas. Uma pesquisa exploratória inicial (apresentada no Capítulo 3), por exemplo, permitiu afirmar que, além de um ou outro momento pontual, não houve uso da mídia massiva no processo, optando-se assim por deixar de lado o escasso material publicado em jornais locais.

A pesquisa se inicia com a revisão bibliográfica de temas como crise ambiental, Agenda 21, movimentos e coletivos sociais (fóruns) e participação da sociedade, a partir do entendimento da complexidade da temática socioambiental, com suas interfaces econômicas, sociais, políticas e, aqui, sobretudo, comunicacionais – no âmbito da comunicação pública, da comunicação sobre meio ambiente e da mobilização social, especificamente. Para tanto, estudaram-se as reflexões de autores como Leis (1999), Leff (2011), Hannigan (1995), Ramos (1995), Bueno (2007), Toro e Werneck (1997), Henriques (2004), Gohn (2007) e Scherer-Warren (1996), Maia e Castro (2006), além de outros autores que relacionam política e comunicação pública.

No âmbito empírico, a pesquisa que se configura como um estudo de caso revê documentos produzidos pelo governo federal e estadual para analisar as formas de comunicação utilizadas para a implantação das Agendas 21 nacional e estadual, bem como relatórios sobre os seminários realizados, buscas na internet e compilação de materiais diversos em relação ao contexto de implantação da Agenda 21 no Paraná.

A segunda etapa consistiu na realização de entrevistas, baseadas em um questionário semiestruturado e em questões abertas, com atores que foram importantes para o processo de implantação dessa agenda no Estado, no âmbito governamental, como a ex-coordenadora do processo, Schirle Margareth dos Reis Branco. Também foram selecionados informantes qualificados, como a atual coordenador, Rosana Vicente Gnipper, e representantes ligados aos movimentos sociais e entidades que têm representação no Fórum. Assim, para aferir se há mobilização social e se os representantes das instituições se sentem, efetivamente, mobilizados e corresponsáveis pela causa, foram sorteados e entrevistados três representantes do governo, quatro representantes de organizações não governamentais e um representante das instituições de ensino superior envolvido do processo desde o início, em 2004.

Além das entrevistas, utilizou-se a quantificação, nas atas do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, de unidades de registro selecionadas com relação aos três

grandes eixos desta dissertação: a mobilização social, comunicação e ações e propostas, tratadas na etapa de análise como categorias de pesquisa. O procedimento inicialmente quantitativo se estabelece como análise de conteúdo, ao se examinar inserção dessas unidades de registro em trechos dos conteúdos das atas (análise de conteúdo), de forma a averiguar se seu sentido de uso está vinculado ou não ao entendimento teórico de sua categoria de análise.

A etapa final do processo metodológico verifica se houve o estabelecimento de vínculos, de forma a se avaliar a efetividade ou não do processo, de acordo com os conceitos de Henriques (2004).

Para compreender a importância do estudo desse tema de caráter socioambiental, sob o olhar da Comunicação, destaca-se o entendimento de Anthony Giddens (2010) que, ao analisar o contexto da política internacional em relação ao meio ambiente, coloca em xeque o modelo de vida e consumo do mundo ocidental, considerado desenvolvido, mostrando a insustentabilidade da forma como as pessoas estão vivendo atualmente. O autor apresenta um panorama sobre a situação em um âmbito global e assinala algumas alternativas que são adotadas em países como a Suécia e a Dinamarca, com o uso de energias alternativas. Giddens frisa que a questão do meio ambiente, apesar de ser tratada como secundária pela maioria dos governos, é emergencial, já que o planeta não pode suportar o modo de vida atual de boa parte da humanidade.

Manuel Castells (1998) também frisa a importância de cuidar do meio ambiente. Tanto que governos têm investido em "políticas verdes" que visam "proteger a natureza, melhorar a qualidade de vida e, em última análise, salvar o planeta a longo prazo, e nós próprios a curto prazo". (p.141) Para o autor, as questões relacionadas ao meio ambiente estão em pauta no debate da opinião pública e ganham cada vez mais espaço.

A Agenda 21, como documento que permite reflexão e debate, reúne 27 princípios, entre os quais, preconiza "responsabilidades comuns, mas diferenciadas", atribuindo às nações desenvolvidas e em desenvolvimento o protagonismo na busca global do desenvolvimento sustentável.

Para dar conta desta temática, a dissertação é construída em cinco capítulos. No primeiro, apresenta-se o objeto dessa pesquisa, a Agenda 21, inicialmente em seu contexto global, como proposta de enfrentamento de emergência de uma crise ambiental que se evidencia, em especial, nos grandes eventos que trouxeram a questão socioambiental para a agenda pública de debates e para a mídia; nesse

panorama, destaca-se a Rio-92, evento no bojo do qual a Agenda 21 Global foi gestada, apresentando-se aí seus precedentes e conteúdo; segue-se o processo de elaboração da Agenda 21 Brasileira e a constituição de políticas públicas em seu entorno.

O segundo capítulo descreve o surgimento da Agenda 21 Estadual, a partir de iniciativa governamental, e a constituição e funcionamento de seu Fórum.

O terceiro capítulo apresenta aspectos teóricos da comunicação sobre meio ambiente com destaque para movimentos sociais/ambientais e aspectos sociais e políticos; o texto desdobra-se em dois grandes focos: a Comunicação Pública, em que podem ser entendidos os esforços de se colocar a temática da Agenda 21 para a sociedade em geral; e a Mobilização Social, área que pode ser considerada eixo teórico do trabalho, a partir do conceito de Toro, Werneck e Henriques, que colocam a comunicação como parte central desse processo.

O capítulo quatro se dedica à explicitação dos procedimentos metodológicos para a confecção desta dissertação, em um contexto qualitativo e quantitativo. No quinto capítulo procede-se a uma análise detalhada de trechos das entrevistas realizadas, a partir de quadro conceitual, bem como das unidades de registro verificadas em 40 atas do Fórum Agenda 21 Paraná, relacionadas às categorias de análise centrais, com apontamento dos resultados. No capítulo seis, realiza-se a análise dos vínculos propostos por Henriques como forma de aferir um dado processo de mobilização social, método aqui aplicado tem relação às atividades da Agenda 21 Paraná e seu Fórum.

Ao final das análises das entrevistas e das atas, é possível perceber que o processo de comunicação não foi efetivo e não levou a um processo de mobilização social. Alguns dos vínculos de Henriques foram verificados, como a "ação", com o registro de eventos realizados pelo Fórum, e "continuidade", já que as reuniões seguiram seu calendário desde 2004. No entanto, alguns vínculos se mostram frágeis, como a própria "localização espacial", pois o Fórum é estadual e se estabelece em Curitiba, capital do Estado, e não consegue definir um planejamento de ações que englobe todas as regiões.

1 A CONSTRUÇÃO DE UMA AGENDA SOCIOAMBIENTAL PARA O SÉCULO 21

1.1 A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO AMBIENTAL

1.1.1 Contexto histórico

Questões como a degradação de diversas áreas do Planeta Terra, bem como a preservação e conservação dos ambientes naturais, começam a entrar em pauta a partir da década de 1950, quando ocorrem os primeiros debates e reuniões em âmbito internacional com foco ambiental, como os encontros realizados pelo Clube de Roma, um grupo formado por empresários e intelectuais que passa a se preocupar com as questões ambientais e que percebe a necessidade de cuidar da Terra. Eles iniciam pesquisas que serão apresentadas em 1972 na Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente Humano, em Estocolmo, na Suécia.

Na década de 1960, o livro "Primavera Silenciosa", de Rachel Carson, adverte, pela primeira vez, sobre a mudança que os agrotóxicos trazem ao meio ambiente e o quão nocivos são para os ecossistemas. O livro, segundo Luiz Roberto Tommasi (2008, p.194), apresenta ao mundo os perigos que os pesticidas trazem também para a saúde humana, como agentes causadores do câncer e outras doenças, além de aumentarem os riscos ambientais. A obra "denuncia a confiança irrestrita que tínhamos até então no progresso tecnológico" (p.194), tendo sido uma das primeiras obras a mostrar que os produtos que todos acreditavam ser bons para a agricultura estavam, na verdade, prejudicando o ser humano e a natureza.

"Sua maior contribuição, porém, foi sem dúvida, chamar a atenção para o fato de que a natureza é vulnerável à intervenção humana. Poucas pessoas até então se preocupavam com problemas de conservação ambiental." (TOMMASI, 2008, p.195).

Há uma explicação ecológica e uma econômica para a destruição ambiental, conforme aponta o sociólogo John Hannigan (1995). A primeira tem ligação com o que o autor chama de "ecologia ambiental", que vigorou entre 1920 e 1960 - nesse período, cientistas foram percebendo a interdependência das espécies de fauna e flora, que encontram seus nichos e conseguem se desenvolver. Ainda segundo o autor, as

fronteiras dos países se tornam nulas quando se analisa o meio ambiente, já que os efeitos de desastres ambientais em uma determinada região podem afetar diversas outras comunidades.

Para complementar essa noção da importância do tema meio ambiente, é possível citar Anthony Giddens que em sua obra o contexto da política internacional em relação ao meio ambiente, colocando em xeque o modelo de vida do mundo ocidental desenvolvido, mostrando a insustentabilidade da forma como as pessoas estão vivendo atualmente. O autor explicita que é preciso que os países busquem novas formas de geração de energia evitando mais danos ao planeta. Giddens alerta que a questão do meio ambiente, apesar de ser tratada como secundária pela maioria dos governos, é emergencial, já que o planeta não pode suportar o modo de vida atual de boa parte da humanidade. E frisa a atuação dos governos nesse ponto:

"Os governos têm uma função importante na restrição ou supervisão das opções de consumo ao alcance da população e, ao perseguirem esse objetivo, não devem ter medo de enfrentar as grandes empresas, quando necessário." (GIDDENS, 2010, p.141).

A partir de inúmeros estudos e apontamentos, nos anos de 1970, dá-se início a uma série de convenções internacionais sobre meio ambiente e desenvolvimento, quando se percebe que a temática ambiental extrapola as fronteiras dos países. Porém, é necessário observar que grandes debates como esse são frutos de anos de discussões entre organismos internacionais, organizações não governamentais e governos.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi marcante por estabelecer uma visão mais global sobre o tema meio ambiente, além de buscar, de acordo com Luis Fernando Angerami Ramos (1995, p.35) "princípios comuns, que servissem de inspiração e orientação à humanidade, para preservação e melhoria do ambiente humano". A partir dela, surgiram organismos internacionais responsáveis pelo meio ambiente, como o programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), bem como estruturas de Estado voltadas a cuidar desse setor em diversos países, como os ministérios do Meio Ambiente.

As decisões tomadas desde a Conferência de Estocolmo hoje influenciam as formas de governo e atividades econômicas e comerciais em diferentes níveis, definem as leis ambientais internacionais e a sua aplicação em países distintos, determinam relações bilaterais e internacionais entre diferentes países e regiões e influenciam escolhas de modo de vida feitas por indivíduos e sociedades (PNUMA, 2002, p.20).

A Conferência, vista como o grande divisor de águas em termos de visibilidade da questão ambiental, trouxe à luz debates sobre tópicos e questões relativos ao meio ambiente também com viés econômico e social, demonstrando que os recursos são finitos. "Percebeu-se que o modelo tradicional de crescimento econômico levaria ao esgotamento completo dos recursos naturais, pondo em risco a vida no planeta." (GADOTTI, 2000).

A partir desse momento, segundo Henrique Leff (2011, p.16), "foram assinalados os limites da racionalidade econômica e os desafios da degradação ambiental ao projeto civilizatório da modernidade". A escassez, por exemplo, se torna não mais um problema local, que diz respeito a apenas alguns países, ao contrário, ela é um problema de âmbito global. A degradação ambiental começa a indicar que o planeta é finito e que nem sempre os recursos podem ser substituídos por outros mais abundantes.

Até o encontro de 1972, segundo Héctor Leis (1999), a maioria dos ambientalistas era contra o crescimento econômico. A partir daí, começou-se a pensar em uma economia que fosse sustentável para o meio ambiente. As bases teóricas para a proposta de um desenvolvimento ecologicamente orientado foram criadas por Ignacy Sachs (2002), que considerava alguns aspectos como a satisfação das necessidades humanas, a garantia de recursos para as gerações futuras e a participação das populações nas decisões relacionadas à natureza: "Á ética imperativa da solidariedade sincrônica com a geração atual somou-se a solidariedade diacrônica com as gerações futuras e, para alguns, o postulado ético de responsabilidade para com o futuro de todas as espécies vivas na Terra." (SACHS, 2002, p.49).

Sachs aponta ainda que, durante a Conferência de 1972, surgiram dois grandes grupos com ideais contrários: "Os que previam a abundância (*the cornucopians*) e os catastrofistas (*the doomsayers*)" (SACHS, 2002, p.50). O primeiro grupo considerava que as preocupações exageradas com o meio ambiente eram um atraso para o crescimento de países em desenvolvimento. Em contrapartida, os catastrofistas anteviam que os danos ao meio ambiente atingiriam a humanidade até o final daquele século. Porém, de modo geral, havia a necessidade de negociações para a

gestão ambiental, de forma a aproveitar os recursos naturais racionalmente, beneficiando o desenvolvimento de populações locais, despertando assim o interesse pela diversidade nesses grupos. O autor cita o exemplo das reservas naturais como uma maneira de conservar a natureza:

De modo geral, o objetivo deveria ser o do estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício das populações locais, levando-as a incorporar a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente da estratégia de desenvolvimento (SACHS, 2002, p.53).

Com o desenvolvimento dos debates em torno da problemática, mostrou-se necessária a ajuda mútua entre as nações para encontro de soluções ambientais.

Tornava-se necessário examinar a interdependência global, especialmente em relação aos temas de população, recursos naturais. Pela primeira vez, emergia uma problemática no cenário internacional que obrigava a pensar em esforços de cooperação entre países desde uma perspectiva global e não de alianças ou blocos de poder (LEIS, 1999, p.149).

Passa-se a ter uma noção de consenso mundial sobre a necessidade de proteger o meio ambiente, colocada como uma questão semelhante, em importância, ao respeito aos direitos humanos, como formas de segurança para as gerações futuras.

A ideia de desenvolvimento sustentável está associada, por exemplo, a demanda de responsabilidade do homem [...] Não se pode negar sua importância quando ela deixa de assumir o homem como medida de todas as coisas, substituindo-o pela relação deste com a natureza (LEIS, 1999, p.150-151).

Além disso, Leis aponta o papel essencial da sociedade civil nesse contexto, cabendo às ONGs e aos movimentos sociais o papel decisivo na transição para uma sociedade sustentável. Os defensores dessa visão "desconfiam do Estado e do mercado como alocadores de recursos" (LEIS, 1999, p.153) e colocam que os interesses das populações deveriam ser levados em conta. Dessa forma, portanto, há a valorização das possibilidades de avanços em âmbito local e regional, pensando também no meio ambiente.

É assim que vem sendo consolidado, com o passar dos anos, o conceito de sustentabilidade. Para Leis (1999), tal conceito pode ser classificado em: sustentabilidade ambiental (processo produtivo e da vida social); sustentabilidade do

desenvolvimento (qualidade de vida das populações, como garantia de suprimento de necessidades em saúde e educação) e sustentabilidade econômica (crescimento econômico sem prejudicar o meio ambiente).

Leff (2011) aponta que o princípio da sustentabilidade surge a partir do momento em que se constata que o modelo econômico adotado pelas sociedades atuais em um contexto do mundo globalizado, visando apenas ao lucro, não se sustenta em longo prazo:

A racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental. O conceito de sustentabilidade surge, portanto, do reconhecimento da função de suporte da natureza, condição e potencial do processo de produção (LEFF, 2011, p.15).

Como se viu, foi a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, que se começou a perceber a urgência da crise ambiental, que se delineia como uma das características mais marcantes do final do século XX e início do século XXI.

1.1.2 As grandes conferências: de Estocolmo (1972) a Rio+20 (2012)

Como já assinalado, o início da percepção social mundial sobre a urgência da questão ambiental foi decorrência da Conferência de Estocolmo, em 1972. Ainda como resultado direto dessa conferência, em 1983, a Assembleia Geral da ONU criou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente, para encontrar propostas para a crise na área. A comissão contou com 23 membros, sendo 12 países subdesenvolvidos, sete desenvolvidos e quatro em regime comunista e gerou um dos documentos mais completos sobre a situação ambiental do planeta e sobre a urgência do tema para a espécie humana: o Relatório Brundtland, mais conhecido como "Nosso Futuro Comum" (*Our Common Future*), publicado em 1987. É esse documento que define, pela primeira vez, como recomendação política para os governos das nações, que é importante garantir o desenvolvimento humano atual sem ferir o direito de as gerações futuras sobreviverem no mesmo ambiente.

O documento, elaborado pela Comissão, presidida por Gro Brundtland, traz uma visão mais crítica do modelo de desenvolvimento dos países, ressaltando principalmente

os riscos do uso dos recursos naturais sem levar em conta a capacidade de recuperação da natureza, o que acarreta a devastação ambiental. Também introduz o conceito de justiça social, ao estabelecer a necessidade de combater a pobreza como uma das formas de preservar a qualidade de vida do planeta.

O relatório Brundtland traz a percepção de que o modelo de produção e consumo capitalista não é compatível com objetivos como o desenvolvimento sustentável, verbete usado exaustivamente a partir desse documento, definido como aquele que não prejudica as gerações futuras, que poderão sobreviver neste mesmo ambiente.

Entretanto, a discussão sobre o meio ambiente vai ganhar ainda sua maior dimensão internacional e midiática a partir da realização da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida como Rio 92 ou Eco-92, no Rio de Janeiro, o maior encontro, até o momento, da comunidade internacional para tratar da questão ambiental. A decisão sobre a realização da conferência foi feita pela ONU no dia 22 de dezembro de 1989, a partir da Resolução número 44/228.

O encontro contou com a presença de 179 representantes de Estado que assumiram o compromisso de incorporar a questão do meio ambiente em suas políticas nacionais. Além disso, ficou estabelecido o objetivo de arrecadar fundos para solucionar problemas como proteção a saúde, agricultura sustentável, eficiência energética e outras questões.

A sociedade civil organizada teve papel importante nessa Conferência, pois, pela primeira vez, lhe foi concedido o poder de opinar sobre as decisões de seus líderes, porém, sem o direito a voto. É bom aqui já enfatizar que a Agenda 21, objeto central deste estudo e fruto da Rio 92, tem como diretriz principal a mobilização dos atores sociais, como movimentos ambientalistas e organizações não governamentais, para que seja possível a implementação de políticas ambientais voltadas às diferentes regiões, como cidades e estados, a partir de um documento que iria dar um norte essas decisões; e estabelece enfaticamente a necessidade da construção de canais permanentes de comunicação e informação com a sociedade sobre as questões socioambientais.

Também durante a Rio-92 estabeleceu-se que os países industrializados continuassem a contribuir com os países em desenvolvimento para melhorar, principalmente, a qualidade de vida das populações do Planeta Terra.

O que muda com a Conferência de 1992 (em especial por meio da Agenda 21 Global) é que começam a surgir mecanismos para incentivar, em âmbito internacional, o processo de desenvolvimento com base nos princípios da sustentabilidade. Há uma tentativa de dissolver as contradições entre meio ambiente e desenvolvimento. Há ainda, porém, interesses diferenciados nesse cenário, como, por exemplo, o das grandes empresas versus pequenas comunidades indígenas que defendem o direito à terra na Amazônia, entre outros. "Nesse sentido, surgem as dissensões e contradições do discurso sobre desenvolvimento sustentável." (LEFF, 2011, p.21). Isso resulta na dificuldade de se estabelecer acordos internacionais que funcionem como instrumentos jurídicos para orientar a passagem da sociedade para a sustentabilidade. Leonardo Boff (2012) analisa os resultados da Conferência Rio 92 de forma crítica:

Para os analistas, ficava cada vez mais claro a contradição existente entre a lógica de desenvolvimento de tipo capitalista que sempre procura maximalizar os lucros às expensas da natureza, criando grandes desigualdades sociais (injustiças) e entre a dinâmica do meio ambiente que se rege pelo equilíbrio, pela interdependência de todos (BOFF, 2012, p.35).

Boff considera que durante a Conferência Rio-92 ainda reinava um espírito de cooperação entre os países signatários do documento Agenda 21. Porém, esse cenário foi se modificando com o passar do tempo, quando o conceito de sustentabilidade se afasta do seu sentido ideal e é considerado, como exemplifica o autor, como na lógica empresarial, que a empresa se sustenta por meio de sua produção e do seu lucro.

Geralmente, entende-se a sustentabilidade de uma empresa se ela consegue se manter e ainda crescer, sem analisar os custos sociais e ambientais que ela causa. Hoje o conceito é tão usado e abusado que se transformou num modismo, sem que seu conteúdo seja esclarecido ou criticamente definido (BOFF, 2012, p.37).

Leis (1999) traz aspectos mais detalhados sobre a Rio 92, explanando que, apesar do evento poder ser considerado "fracassado" como intento político, pode ser visto como positivo pela instituição e avanço do chamado Fórum Global, que reuniu 2.500 entidades não governamentais de quase 150 países com quase 400 reuniões oficiais, além de várias outras paralelas. Também denominada Cúpula dos Povos, é um encontro que acontece simultaneamente às discussões oficiais, as dos Chefes de Estados.

A Declaração do Rio de Janeiro¹ é composta por 27 princípios que incluem a busca pela sustentabilidade, a cooperação entre os povos, internacionalização dos custos ambientais, entre outros. O princípio de número 27 coloca, por exemplo, que "Os Estados e os povos deveriam cooperar, de boa fé e com espírito de solidariedade" (DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1992). Assim, em paralelo aos debates de chefes de Estado, entidades da sociedade também estavam organizadas para tratar da temática da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável.

O Fórum Global reúne movimentos sociais e organizações não governamentais para debater temas relacionados ao meio ambiente, com a tentativa de fugir da influência das potências hegemônicas e econômicas:

O ponto mais alto dos acontecimentos de junho de 1992 foi então o encontro de várias culturas e setores da sociedade mundial produzindo consensos, frente à crise socioambiental global, que em muito excediam às regras e possibilidades de ação dos atores tradicionais do mercado e da política (LEIS, 1999, p.172).

O Fórum Global da Rio 92 teve outra característica importante, pois reuniu diversos grupos religiosos em um debate sobre a questão ambiental, o que nenhuma grande conferência mundial havia antes conseguido. Alguns exemplos também podem ser marcantes, como o fato de o então Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros-Ghali, mencionar a relação espiritual que as culturas antigas e tradicionais tinham com a Terra.

Dez anos depois da realização da Rio-92, entre os dias 2 e 4 de setembro de 2002, realizou-se a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Joanesburgo, na África do Sul. O encontro congregou os representantes de Estados para novamente chegar a um consenso sobre a situação das mudanças climáticas globais. Nessa reunião, segundo a Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento, a intenção era, mais uma vez, promover a cooperação entre os povos e o desenvolvimento sustentável.

¹ Disponível em: <<http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/declaracao-do-rio-sobre-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2012.

Entra em pauta nessa reunião novamente a cooperação entre os povos e a ajuda internacional. Porém, os resultados não foram totalmente efetivos:

Joanesburgo terminou numa grande frustração, pois se perdeu o sentido de inclusão e de cooperação, predominando decisões unilaterais das nações ricas, apoiadas pelas grandes corporações e os países produtores de petróleo. A questão salvaguarda do planeta e da preservação de nossa civilização foi apenas referida marginalmente. (BOFF, 2012, p.36).

Entre os dias 13 e 22 de junho de 2012, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, na cidade do Rio de Janeiro, em memória aos 20 anos da Rio 92, que teve como objetivo:

A renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes (CONFERÊNCIA RIO + 20, 2012).²

Ao final da Rio + 20, os resultados culminaram no documento chamado "O Futuro que Queremos", que reafirma diversos compromissos assumidos na Conferência de 1992 e chama atenção, especialmente, para a necessidade de adoção da economia verde e da redução da pobreza no mundo. O documento reconhece, por exemplo, que os resultados esperados na Rio 92 não foram plenamente alcançados, como traz o artigo 19:

We recognize that the twenty years since the United Nations Conference on Environment and Development in 1992 have seen uneven progress, including in sustainable development and poverty eradication. We emphasize the need to make progress in implementing previous commitments³ (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012).

² Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20. 2012>. Acesso em: 03 maio 2012.

³ Tradução livre: Nós reconhecemos que após 20 anos da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, foram registrados níveis desiguais de progresso, incluindo desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza. Nós enfatizamos a necessidade de progresso na implementação de compromissos anteriormente assumidos.

O debate, portanto, se volta a alguns pontos já colocados na Agenda 21 e que ainda não foram aprimorados. O documento alerta, por exemplo, que os compromissos de reduzir a pobreza devem ser retomados, como no artigo 57, citando inclusive a Agenda 21:

We affirm that policies for green economy in the context of sustainable development and poverty eradication should be guided by and in accordance with all the Rio Principles, Agenda 21 and the Johannesburg Plan of Implementation and contribute towards achieving relevant internationally agreed development goals, including the Millennium Development Goals⁴ (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012).

É possível, destacar, portanto, que muitos dos objetivos reiterados em conferências internacionais sobre meio ambiente contêm as mesmas premissas, ou objetivos bem parecidos, com acordos já firmados anteriormente. Um exemplo que pode ser assinalado é a questão da importância de os países desenvolvidos colaborarem financeiramente para o desenvolvimento sustentável, o que já é previsto na Agenda 21 e vem sendo constantemente retomado. Em relação à participação dos governos, em instâncias locais, regionais, nacionais e globais, a Rio + 20 reafirma, como já preconiza a Agenda 21, a necessidade de atuação nesses segmentos, para incentivar ações de desenvolvimento sustentável em todos os níveis.

We recognize that an improved and more effective institutional framework for sustainable development at the international level should be consistent with the Rio Principles, build on Agenda 21 and the Johannesburg Plan of implementation, and its objectives on the institutional framework for sustainable development, contribute to the implementation of our commitments in the outcomes of United Nations conferences and summits in the economic, social, environmental and related fields and take into account national priorities and the development strategies and priorities of developing countries⁵ (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012).

⁴ Tradução livre: Nós afirmamos que as políticas relacionadas a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza devem ser guiadas com premissas envolvendo os Princípios do Rio, a Agenda 21 e os resultados de Joanesburgo, e contribuir para atingir metas já acordadas de desenvolvimento, incluindo os Objetivos do Milênio.

⁵ Tradução livre: Nós reconhecemos que um quadro aprimorado e institucionalmente mais efetivo pelo desenvolvimento sustentável e os níveis internacionais devem ser consistentes com os Princípios do Rio, construídos na Agenda 21 e no Planos de Implementação de Johannesburgo, e os objetivos nos quadros institucionais do desenvolvimento sustentável, contribuam para a implementação dos nossos compromissos e resultados das conferências das Nações Unidas e somados nos campos econômico, social e ambiental com as prioridades de desenvolvimento nacional e as estratégias e prioridades dos países em desenvolvimento.

A partir dos trechos apresentados do documento "Futuro que Queremos" (2012), é possível começar a se pensar se essas grandes eventos globais realmente geram resultados efetivos para o meio ambiente. Com efeito, uma carta escrita pela WWF⁶ (2012) aponta que os objetivos do documento oficial não condizem com o que a sociedade civil mundial defende e que falta aos governantes dos países a tomada de decisões mais consistentes e urgentes. A carta "A Rio + 20 que Não Queremos" coloca, por exemplo, que o futuro que se almeja não passa perto do que é apresentado como documento oficial do encontro mundial:

O futuro que queremos tem compromisso e ação, e não só promessas. Tem a urgência necessária para reverter as crises social, ambiental e econômica e não postergação. Tem cooperação e sintonia com a sociedade e seus anseios, e não apenas as cômodas posições de governos. Nada disso se encontra nos 283 parágrafos do documento oficial que deverá ser o legado desta Conferência. O documento intitulado *O Futuro que Queremos* é fraco e está muito aquém do espírito e dos avanços conquistados nestes últimos 20 anos, desde a Rio-92. Está muito aquém, ainda, da importância e da urgência dos temas abordados, pois simplesmente lançar uma frágil e genérica agenda de futuras negociações não assegura resultados concretos (WWF, 2012).

O documento, enviado aos dirigentes de Estado presentes na ocasião, conta com a assinatura de diversos ambientalistas que se mostram insatisfeitos com os resultados da Rio + 20. Uma das principais reclamações, conforme mostra a reportagem "Ativistas expressam frustração diante de 'fracasso' da Rio+20"⁷, do jornal *Gazeta do Povo* de 22 de junho de 2012, é que não há prazos para que os governos cumpram as metas propostas. Além disso, o termo "economia verde" é criticado, pois pode ser apenas um disfarce para a continuidade do processo de degradação da natureza.

⁶ WWF: World Wildlife Fund. Organização não governamental internacional fundada em 1961 na suíça por cientistas preocupados com a conservação da natureza. Possui representações em diversos países do mundo pensando na proteção da vida no planeta terra. (Disponível em: <www.wwf.org.br>. Acesso em: 18 mar. 2013).

⁷ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/meio-ambiente/rio-20/conteudo.phtml?id=1268100>>. Acesso em: 1.º out. 2012.

Em artigo do jornal *O Dia*, Frei Betto (2012) se posiciona também de forma crítica:

Terminou em fracasso a Conferência da Organização das Nações Unidas (ONU) para o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20. Foram gastos US\$ 150 milhões para promovê-la. Dinheiro jogado fora. Teria sido mais bem utilizado na preservação de florestas⁸ (BETTO, 2012).

Segundo o autor, o que a Rio 92 representou de avanços, a Rio + 20 trouxe de retrocesso. Ele ressalta que os compromissos com a sustentabilidade acabaram ficando em segundo plano e que as propostas de apoio internacional aos países em desenvolvimento não são cumpridas, já que não houve investimentos por parte dos países mais ricos.

Na sequência deste histórico que enfatiza o caminho percorrido pelas grandes conferências mundiais da ONU sobre meio ambiente dedica-se um tópico à explicitação do que é a Agenda 21 Global, fruto da Conferência de 1992, e a Agenda 21 Brasileira, baseada nas premissas da Agenda internacional, ambos os documentos frutos da Rio 92.

1.2 O DOCUMENTO AGENDA 21

1.2.1 Uma agenda global de diretrizes socioambientais

A Agenda 21 é um acordo firmado por 179 países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio-92, que busca ambiciosas metas de preservação socioambiental a serem cumpridas no decorrer do século 21, para reduzir os impactos ambientais já causados pelo homem e tentar estabelecer um patamar de desenvolvimento sustentável que assegure qualidade de vida para as futuras gerações (LEIS, 1999). Para sua elaboração, foi estabelecido um conjunto

⁸ Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portao/opiniaofrei-betto-fracasso-da-rio-20-1.457820>>. Acesso em: 1.º out. 2012.

de compromissos acordados pelos países signatários, relacionados à proteção do meio ambiente, melhor utilização dos recursos naturais e otimização das potencialidades de cada região do planeta, de forma a incluir em suas políticas públicas as principais diretrizes do já citado conceito de "desenvolvimento sustentável".

Alguns dos pontos dos quais a Agenda 21 global trata são: redução das desigualdades sociais e combate à pobreza; mudanças nos padrões de consumo; proteção e promoção das condições de saúde humana; conservação da natureza, desenvolvimento sustentável; ação da sociedade civil organizada; educação ambiental; cidades sustentáveis; agricultura sustentável; integração regional; ciência e tecnologia para o desenvolvimento sustentável; entre outros.

A Agenda 21 Global prevê que, a partir desse documento inicial, Estados e municípios ou instâncias de poder mais locais elaborem uma Agenda 21 Local para cada região, deixando a cargo dos governos federais, estaduais e municipais o encadeamento de resultados ambientais positivos junto às comunidades, de forma a proporcionar o desenvolvimento local.

A Agenda 21⁹ tem mais de 2.500 recomendações práticas com o objetivo de preparar o mundo para os desafios do século XXI. O documento compreende 40 capítulos divididos em quatro seções: 1) Dimensões Sociais e Econômicas; 2) Conservação e Gerenciamento dos Recursos para Desenvolvimento; 3) Fortalecimento do Papel dos Grupos Principais; e 4) Meios de Implementação.

Cada capítulo traz um tema diferente dentro desses quatro grandes grupos. Todos os capítulos são dispostos da mesma maneira, a fim de organizar conceitos e propostas, bem como objetivos e meios para se implementar o que se chama no documento de "programas". Os capítulos são divididos, portanto, em introdução e apresentação do tema. Depois, as áreas dos programas constituem tópicos citados logo abaixo dos parágrafos introdutórios. As bases para ação são os conceitos ou os detalhes que cada país deve observar. Depois estão elencados os objetivos a serem atingidos dentro da temática desse capítulo. Na sequência, são citadas as atividades pertinentes nesse contexto, no que diz respeito à cooperação internacional, como os

⁹ Disponível em: <http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=-6&canallocal=11&canalsub2=31&id=80>. Acesso em: 05 jun. 2011

países devem interagir entre eles e com os órgãos internacionais da ONU e organizações que atingem diversos Estados-Nações, como organizações não governamentais.

Os capítulos trazem ainda o que se pode chamar de atividades relacionadas ao que deve ser feito, por cada um dos signatários, para que os objetivos sejam cumpridos. Os capítulos também indicam a necessidade de compartilhamento de dados e informações, com o desenvolvimento de pesquisas e criação de bancos de dados. Como forma de implementação do que está previsto em cada trecho, há a previsão de investimentos internacionais em cada área:

A serem providos pela comunidade internacional em termos de concessionais ou de doações. Estas são estimativas apenas indicativas e aproximadas, não revisadas pelos Governos. Os custos reais e os termos financeiros, inclusive os não concessionais, dependerão, inter alia, das estratégias e programas específicos que os Governo decidam adotar para a implementação (AGENDA 21, 1992, p.14).

Todos os capítulos trazem uma sequência para organizar os conteúdos, objetivos e meios de implementação, prevendo, em muitos casos, a cooperação internacional, a ajuda financeira internacional e a intervenção de entidades da ONU no processo. A primeira seção do documento trata sobre temas que envolvem, por exemplo, a necessidade da mudança de padrões de consumo, dinâmica demográfica e sustentabilidade, proteção e promoção da saúde humana, a questão dos assentamentos humanos e o seu desenvolvimento e a integração do tema meio ambiente na tomada de decisões. Nessa etapa do texto, é abordada a questão do desenvolvimento sustentável, porém, não há uma explicação sobre o que é esse conceito.

A segunda parte da agenda traz questões relacionadas aos recursos naturais, como combate ao desflorestamento, manejo de ecossistemas, manejo ambientalmente saudável da biotecnologia, conservação da diversidade biológica, proteção de oceanos e dos recursos hídricos, manejo de resíduos sólidos, resíduos radioativos e esgotos.

Essas duas seções têm, ao todo, 190 páginas que discutem objetivos comuns entre os países para a busca de soluções ambientalmente sustentáveis para o planeta, contando com a participação de todos os signatários do documento.

A seção 3, denominada "Fortalecimento dos grupos principais", aponta como incluir grupos de mulheres, jovens, indígenas, sindicatos, agricultores, cientistas e pesquisadores, membros do comércio e indústria e as organizações não governamentais no processo de implantação das agendas locais. No preâmbulo dessa seção consta

que o envolvimento desses grupos na tomada de decisões é relevante para a "implementação eficaz dos objetivos, das políticas e dos mecanismos ajustados pelos Governos em todas as áreas de programas da Agenda 21" (AGENDA 21, 1992, p.201).

A intenção é que haja uma autêntica participação social para que o desenvolvimento sustentável seja alcançado. Assim, os indivíduos podem participar e devem ser informados também no que diz respeito às decisões do governo e o que isso pode influenciar no local onde essas populações vivem, bem como sobre produtos e atividades:

Indivíduos, grupos e organizações devem ter acesso à informação pertinente ao meio ambiente e desenvolvimento detida pelas autoridades nacionais, inclusive informações sobre produtos e atividades que têm ou possam ter um impacto significativo sobre o meio ambiente, assim como informações sobre medidas de proteção ambiental (AGENDA 21, 1992, p.201).

Um dos capítulos desse conjunto indica ainda o papel das autoridades locais no apoio à Agenda 21. No documento, o papel destas é colaborar com infraestrutura econômica, social e ambiental para o planejamento e a criação de regulamentos a fim de contribuir para a "implementação de políticas ambientais nacionais e subnacionais. Como nível de governo mais próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta do público, em favor de um desenvolvimento sustentável" (AGENDA 21, 1992, p.212).

O capítulo incentiva, portanto, que haja um diálogo mais amplo entre as autoridades locais e os cidadãos, o que também faz parte da comunicação pública. Para tanto, foram previstas no documento a realização de consultas públicas a fim de encontrar um consenso sobre a Agenda 21 nas comunidades. O capítulo indica também que são essas autoridades locais que devem iniciar esse diálogo, bem como buscar compor políticas públicas, leis e regulamentos para atender à demanda de cada localidade.

A seção 4, "Meios de implementação", aponta como serão atingidos os objetivos e as proposições da Agenda 21. Os capítulos tratam dos recursos financeiros, transferência de tecnologia, cooperação e fortalecimento institucional, cooperação internacional, arranjos institucionais internacionais, instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais e informação para a tomada de decisão.

Já o capítulo 33 coloca como prioridade dos países em desenvolvimento o combate à pobreza e o desenvolvimento social para que os objetivos da agenda sejam atingidos. São previstas ajuda financeira e troca de informações técnicas em cooperação internacional para que os compromissos da agenda sejam cumpridos, por parte desse grupo de países.

Outro fator importante para a implementação dos objetivos da agenda é o ensino, abordado no capítulo 36. O texto trata da promoção do ensino, da conscientização e do treinamento para atingir o desenvolvimento sustentável.

O ensino, inclusive o ensino formal, a consciência pública e o treinamento devem ser reconhecidos como um processo pelo qual os seres humanos e as sociedades podem desenvolver plenamente suas potencialidades. O ensino tem fundamental importância na promoção do desenvolvimento sustentável e para aumentar a capacidade do povo para abordar questões de meio ambiente e desenvolvimento (AGENDA 21, 1992, p.239).

Dessa forma, o ensino está inserido também no contexto da ajuda internacional, assim como o compartilhamento de tecnologias e conhecimentos. Os organismos internacionais são citados nessa seção como atores importantes para o fortalecimento das premissas da agenda e no incentivo à criação das agendas locais, favorecendo o desenvolvimento no contexto de cada região.

São previstos os compromissos das Nações Unidas, como assegurar e examinar a implementação da Agenda 21, a fim de buscar o desenvolvimento sustentável em todos os países participantes e signatários do documento.

O último capítulo da agenda dedica-se à informação sobre a tomada de decisões. Cada pessoa é considerada, nesse trecho, "usuário e provedor de informação, considerada em sentido amplo" (AGENDA 21, 1992, p.257). O capítulo prevê o compromisso de redução das diferenças em matéria de dados, ou seja, que as informações sejam compartilhadas entre os estados, municípios e em nível internacional.

Por outro lado, é apontada ainda a necessidade de aperfeiçoamento da disponibilidade de informação:

Em muitos países, a informação não é gerenciada adequadamente devido à falta de recursos financeiros e pessoal treinado, desconhecimento de seu valor e de sua disponibilidade e a outras problemas imediatos [...] especialmente nos países em desenvolvimento (AGENDA 21, 1992, p.259).

A informação é vista, nesse texto, como vital para a tomada de decisões de cunho ambiental e também para a satisfação de necessidades de os indivíduos saberem mais sobre a questão ambiental. Sugere-se, portanto, que os sistemas de informações de governos e instituições supranacionais sejam aperfeiçoados, bem como acessíveis aos demais, tornando o compartilhamento de dados mais simples e abrangente a todos.

A partir das informações apresentadas sobre a composição da agenda e seus capítulos e seções, é possível apontar que o documento concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. Para que esse processo fosse possível em todas as instâncias do poder, foi prevista no documento a criação de Agendas 21 locais. O documento prevê, além da colaboração dos países e a ajuda mútua em âmbito internacional, a participação dos cidadãos e das empresas para a construção de um mundo mais sustentável.

Este programa ocupa-se antes de mais nada das mudanças nos padrões insustentáveis de consumo e produção dos valores que estimulam padrões de consumo e estilo de vida sustentáveis. Requer esforços conjuntos de Governos, consumidores e produtores (AGENDA 21, 1992, p.20).

A Agenda dá incumbência aos estados e municípios (autoridades locais) de iniciar o processo para aprovação da agenda 21 local.

Como muitos dos problemas e soluções tratados na Agenda 21 têm suas raízes nas atividades locais, a participação e cooperação das autoridades locais será um fator determinante para a realização de seus objetivos. [...] Como nível de governos próximo do povo, desempenham um papel essencial na educação, mobilização e resposta do público, em favor de um desenvolvimento sustentável (AGENDA 21, 1992, p.212).

Leis (1999) considera que o "espírito da Rio 92" quase não se refletiu nos documentos oficiais". Para ele, os movimentos sociais e ONGs estavam empenhados, ao que ele aponta, em lutar pelas necessidades do planeta e pela preservação ambiental, mas coloca que, no documento oficial, esses ideais de defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável foram reduzidos à mera retórica ou ficaram esquecidos, concluindo que houve pouco avanço desde a Estocolmo 72. Porém, o autor frisa a importância da Agenda 21 nesse cenário:

A Agenda 21, talvez o mais importante e extenso documento produzido pelas Nações Unidas nos últimos anos (embora estranhamente pouco divulgado), representa um passo significativo para se alcançar uma governabilidade aberta (*open governance*) das questões globais, baseada em processos participativos e democráticos em todos os níveis (LEIS, 1999, p.175).

Apesar disso, Leis critica o fato do não estabelecimento de compromissos concretos, políticos ou éticos, nas páginas do documento geral da Rio-92. Isso se deve ao fato de a ordem internacional ainda ser baseada na soberania dos Estados-nações, que têm autonomia nas decisões em seus territórios. Contudo, Leis critica o fato de não terem sido estabelecidos compromissos de ordem ética na grande conferência. Nesse sentido, Gadotti destaca outra característica importante do documento Agenda 21 Global: "Não é um documento normativo, pois não obriga as nações signatárias, mas é um documento ético que se reduz a um compromisso por parte deles. Não é um documento técnico, mas político." (GADOTTI, 2000, p.110).

Gadotti acredita que os resultados alcançados com o compromisso Agenda 21, de maneira geral, ainda são pequenos e que são necessárias ações mais práticas, para além das proclamações de princípios. Ele cita Washington Novaes:

O resultado, quase invariavelmente, tem sido a inação. Tudo continua como antes, apesar das boas intenções... A sustentabilidade será produto da sociedade toda ou não acontecerá. Ela terá que começar decidindo como o país se situará no processo de globalização, na chamada era do conhecimento (NOVAIS *apud* GADOTTI, 2000, p.112).

Os países signatários do documento também se responsabilizaram, em 1992, a facilitar o processo de implementação da Agenda 21 em escalas nacionais, estaduais e municipais/locais. "Além dos governos, a convocação da Agenda visa mobilizar todos os segmentos da sociedade" (BRASIL, MMA, 2003). É por meio da participação, portanto, que o documento se torna realmente efetivo na sociedade, que é quem lhe confere credibilidade e aplicabilidade. A consolidação da Agenda 21 depende de que os atores sociais, portanto, percebam as necessidades específicas de cada localidade, reconheçam conflitos e emergências ambientais a serem supridas e montem uma agenda pensando no futuro e no desenvolvimento sustentável.

A ideia é que servisse como uma Agenda para o Século 21, a ser cumprida por diversos países, de forma conjunta e não apenas como uma preocupação isolada de cada nação. Daí o caráter de compromisso global dessa agenda.

O Brasil foi um dos signatários do documento de intenções Agenda 21 para a mudança de atitude perante a natureza para o século XXI. O chefe de Estado na época era Fernando Collor de Mello, que sofreu *impeachment* no final daquele ano. O país assume, ao assinar o documento, o desafio de incluir em suas práticas de crescimento social e econômico metas para atingir o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o governo brasileiro estabeleceu objetivos, por meio de políticas públicas, como estratégias para a sustentabilidade urbana, planejamento das cidades e do meio ambiente rural produtivo ou natural, gestão de resíduos sólidos e outras ações e práticas para o desenvolvimento sustentável do país.

1.2.2 Agenda 21 Brasil

A Agenda Brasileira surge inspirada na Agenda 21 Global, fruto da Conferência Rio 92. Em 1997, aconteceu a conferência "Rio + 5", quando se constatou que 65 países já haviam definido sua Agenda 21 própria, além da definição de duas mil agendas locais. "Na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento, em Joanesburgo, África do Sul, em agosto de 2002, estimou-se que esse número já houvesse pelo menos dobrado" (NOVAES, 2003, p.7). No Brasil, o processo de elaboração de uma Agenda 21 nacional começou entre 1996 e 1997, com o início dos debates em âmbito estadual e, depois, a compilação dos dados dos documentos frutos dessas reuniões.

A construção da Agenda Brasileira sofreu um relativo atraso em relação à Conferência de 92 devido também às turbulências políticas pelas quais o país passava no início dos anos 1990, como o impeachment do Presidente da República, em setembro de 1992. O governo federal enfrentava um período de instabilidade administrativa, na área ambiental, mas iniciou os procedimentos para implantação de uma Agenda 21 nacional:

Entre o início de 92 e final de 94, num período de três anos, o Governo Federal teve seis ministros/secretários responsáveis pelo meio ambiente. Em 1994, durante a gestão do Ministro Henrique Brandão Cavalcanti, a Secretaria de Meio Ambiente do Ministério do Meio Ambiente preparou e entregou ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Representação no Brasil) um projeto para a discussão e aprovação da Agenda 21 Brasileira (LEMOS, 2006).

Para a implantação da Agenda 21 nacional, foi realizado, em caráter inicial, um relatório baseado em considerações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Ministério do Meio Ambiente. Para tanto, foram selecionados consultores temáticos entre os "cabeças-de-rede" na área ambiental, ou pessoas que exerciam liderança nos setores conectados com a área socioambiental, para elaborar esses documentos. Esse segundo grupo participou de *workshops* e encontros para debater a questão e o que poderia ser melhorado, focando especialmente na questão das cidades sustentáveis.

Posteriormente, foram realizados outros encontros e *workshops*, além de um seminário nacional. Esses encontros formalizaram as premissas para o estabelecimento de um documento Agenda 21 nacional. Ao que se percebe, a Agenda 21 foi um documento produzido pelo governo e apresentado à sociedade civil. O planejamento já previa recursos federais a serem destinados para apoiar a inclusão de recursos humanos, fomento de pesquisas, participação de movimentos sociais e pesquisadores.

Em 1995, o governo deu início efetivamente à implementação da Agenda 21 Brasil, durante a gestão do Ministro Gustavo Krause, no Meio Ambiente. Para elaborar a Agenda 21 brasileira, o governo federal realizou consulta pública para instituir o planejamento participativo, de forma a criar objetivos de desenvolvimento sustentável para o país. O processo foi coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 (CPDS), criada em 1997, por meio de um Decreto Presidencial.

Entre 1997 até 2002, a Agenda 21 brasileira esteve em fase de elaboração. O governo realizou reuniões com diversos grupos e setores da sociedade, ligados ou não ao poder público, para discutir de que forma os assuntos seriam debatidos e o que já vinha sendo feito em âmbito nacional. O trabalho de convocação foi realizado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento e da Agenda 21 Nacional (CPDS). O projeto de convocação e construção das premissas da agenda brasileira foi inspirado na Agenda 21 Global.

Para a elaboração da Agenda 21 nacional, foram convocados representantes da sociedade civil organizada, atores econômicos, diferentes representantes do governo e formadores de opinião¹⁰. Participaram da CPDS: Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Orçamento e Gestão; Ministério da Ciência e Tecnologia; Ministério das

¹⁰ PORTAL AGENDA 21 LOCAL. Disponível em: <<http://www.agenda21local.com.br/con4c.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

Relações Exteriores; Ministério de Projetos Especiais; Câmara de Políticas Sociais da Casa Civil; Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente; Fundação OndAzul; Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável; Universidade Federal de Minas Gerais e Fundação Getúlio Vargas

Algumas premissas para a implantação da Agenda 21 nacional envolvem: inovação e disseminação de boas práticas ambientais; fortalecimento dos mecanismos de gestão democrática e da cidadania ativa; maior regulamentação sobre a temática do meio ambiente e a preservação; ligação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, com foco no desenvolvimento sustentável.

Estabeleceram-se ainda estratégias para a sustentabilidade, visando transformar as cidades atuais em um modelo mais sustentável. Essas estratégias envolvem regulamentação do uso do solo e ordenamento do território, fortalecimento do planejamento e gestão democrática das cidades e melhoria da qualidade ambiental urbana. Esse último item compreende ações preventivas de controle aos impactos ambientais, melhorias no transporte público e outras ações no âmbito das cidades.

O segundo grupo de estratégias diz respeito ao desenvolvimento institucional e fortalecimento da capacidade de gestão urbana. Isso envolve a integração entre políticas urbanas e rurais, fortalecimento do poder de fiscalização, aspectos espaciais de planejamento e gestão, destacando as características de cada território e as parcerias público-privadas no setor de transporte e participação da população na fiscalização e nas denúncias.

A estratégia três refere-se ao padrão de consumo e produção das cidades. São 15 propostas que englobam o combate ao desperdício e consumo sustentável, a redução das perdas no saneamento, garantindo o acesso facilitado à água, a necessidade de traduzir a queima de combustíveis fósseis e promover a eficiência energética, geração de emprego e renda e planejamento urbano, incluindo a questão da habitação.

A estratégia quatro visa à aplicação de instrumentos econômicos no gerenciamento de recursos naturais, o que envolve a cobrança pelo uso dos recursos, bem como a criação de incentivos fiscais para agentes indutores do comportamento ambientalmente correto.

O documento resultante desses encontros todos, também em âmbito estadual, foi entregue ao governo em 2000, com a denominação *Agenda 21 Brasileira – Bases para Discussão*. De junho de 2000 a maio de 2001, a comissão e membros do Ministério

do Meio Ambiente visitaram os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal, com exceção do Acre, divulgando a Agenda 21 e realizando debates em âmbito estadual.

Em seguida, foram realizados cinco seminários, um em cada região do país, envolvendo diferentes realidades e necessidades, enriquecendo as discussões entre os diversos atores envolvidos, sempre buscando os posicionamentos e contribuições que representassem o consenso do grupo. Todos os eventos estaduais quanto os regionais foram coordenados pelo Ministério do Meio Ambiente (LEMOS, 2006).

Nesse período, foram debatidas 5.839 propostas e 3.900 membros da sociedade civil organizada e do governo participaram das discussões. A Agenda 21 brasileira foi finalizada em julho de 2002, quando se iniciam então as atividades para implementação das agendas locais, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2003). De acordo com Novaes (2003), durante todo o processo, até 2002, mais de 40 mil pessoas participaram nas discussões nos Estados. Em 2002, a Agenda Brasileira foi lançada em dois volumes: *Resultado da Consulta Nacional e Ações Prioritárias*.

Após a fase de elaboração, a partir do ano de 2003, a Agenda 21 Brasileira foi "elevada à condição de Programa do Plano Plurianual (PPA 2004-2007), pelo atual governo. Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do *Brasil Sustentável*"¹¹.

O objetivo de transformar a Agenda 21 em programa ocorreu inclusive para incentivar o desenvolvimento dos debates em âmbito local. Foi realizado, então, o primeiro Encontro Nacional das Agendas 21 Locais nos dias 7 e 8 de novembro de 2003, em Belo Horizonte, MG. O evento contou com o envolvimento de duas mil pessoas, deixando clara a vontade de participação da sociedade no processo.

Se houver um fator-chave no processo de construção de uma Agenda 21, será esse: o capital social. Só com a participação decidida de todos os setores e atores – capazes de explicitar os conflitos e pactuar soluções – se chegará à sustentabilidade (NOVAES, 2003, p.13).

¹¹ PORTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

A Agenda 21, como programa, entende que a participação da sociedade civil em parceria com o governo, no âmbito da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Brasileira (CDPS), tem como objetivos:

Assegurar a implementação das Ações Prioritárias da Agenda 21 Brasileira; Assegurar a instalação de Fóruns Locais de Desenvolvimento Sustentável; Estimular e acompanhar a elaboração e implementação de Planos Locais de Desenvolvimento Sustentável por meio das Agendas 21 Locais; Promover e acompanhar processos de formação de governos e sociedade; induzindo a disseminação e elaboração de Agendas 21 Locais; e Desenvolver método de avaliação e monitoramento do Programa Agenda 21 (MMA, 2009).

1.2.2.1 Desdobramentos da Agenda 21 Brasileira

O Governo Federal¹², a fim de verificar como estava o processo de implementação da Agenda nos Estados e Municípios brasileiros, realizou uma pesquisa nos meses de julho e agosto de 2009. Para tanto, foi enviado um questionário *on-line* para as Redes de Agenda 21 Brasileira¹³ (Rebal) e Educação Ambiental. Ao todo, o governo obteve o retorno de 177 processos de Agenda 21 no país, que envolveram 1.111 pessoas, sendo 43% representantes do governo, 45% da sociedade civil e 11% especificamente ligadas à área de educação e conselhos.

Com as informações coletadas e compiladas nesse relatório, verificou-se que a maioria das agendas (80,7%) estava sendo desenvolvida em âmbito municipal. Além disso, 94% das respostas foram enviadas por cidades com menos de 350 mil habitantes. A maioria dos retornos dos questionários foi enviada da Região Sudeste do país (45%). O Sul, por sua vez, representou 20% das respostas coletadas.

¹² MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pesquisa Nacional das Agendas 21 Locais**: sumário executivo. nov. 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/sumario_executivo_18.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

¹³ A REBAL é uma rede que congrega a sociedade civil, o setor empresarial e os governos locais de todo o Brasil para promover o intercâmbio e incentivar as Agendas 21 locais e a construção de processos pela interação em rede. (Disponível no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=144>>. Acesso em: 22 jan. 2013).

A constituição do fórum ou instância representativa da Agenda 21 se deu em 92,7% das respostas recebidas. É sabido que processos de Agenda 21 ocorrem com iniciativas conjuntas do governo e da sociedade. Durante a constituição do fórum, 74% dos processos tinham a presença da prefeitura no seu momento inicial, seguido da presença de Organizações Não Governamentais (ONGs) (MMA, 2009).

Além da criação de um fórum da Agenda 21, representativo da sociedade civil em cada estado ou município, proposta incentivada e prevista na Agenda 21 Brasil, 148 dos questionados dessa pesquisa, ou 83,9% das agendas locais, responderam que houve fortalecimento das Secretarias Municipais de Meio Ambiente, bem como, em vários casos, a criação de conselhos de meio ambiente; algumas apontam inclusive a criação de um Fundo Municipal de Meio Ambiente.

A pesquisa relaciona ações desenvolvidas em cada local e o Paraná foi citado pela criação do salário mínimo regional, pelo apoio às micro e pequenas empresas e pela criação de um Fórum para discussão e debate. As respostas registraram, ainda, a criação de organizações sociais em âmbito local, aplicação de preceitos da Agenda 21 nas escolas e revisão dos planos diretores de suas cidades.

118 processos que responderam a pesquisa (66,8%) apontaram que a Agenda 21 gerou ações concretas na área ambiental. Deste total, 63% identificam resultados relacionados à gestão de resíduos sólidos; 53% apontam resultados em recuperação de áreas degradadas (que inclui arborização urbana); 49% disseram ter criado alguma legislação ambiental. Estes três itens reforçam o caráter urbano e a instrumentalização jurídica que os processos fornecem para proteção ao meio ambiente (MMA, 2009).

Do ponto de vista econômico, apontou-se que a Agenda 21 local colaborou na "melhoria da produção e de atividades economicamente sustentáveis", em 71 respostas coletadas pelo Ministério do Meio Ambiente. Pode-se citar, por exemplo, o incentivo, por meio de políticas públicas e programas de ações para o desenvolvimento da agricultura sustentável, agroextrativismo, sistemas agroflorestais, turismo sustentável e crédito e auxílio técnico para desenvolvimento de economia solidária e sustentável.

A partir dos dados coletados, o Ministério do Meio Ambiente aponta que "os processos de Agenda 21 são mais eficazes em municípios menores pela proximidade do poder público e sociedade e pela abrangência das ações". (MMA, 2009) e que, nesse sentido, há um fortalecimento das instâncias públicas que respondem pelo meio ambiente, como as secretarias de Meio Ambiente. Por outro

lado, as instâncias da sociedade civil também se beneficiam com o processo quando podem levar adiante, para dentro de seu grupo, as premissas da Agenda 21.

O Ministério aponta, ainda, nesse relatório, que os principais obstáculos para a efetivação das agendas locais envolvem o desconhecimento sobre o que é desenvolvimento sustentável, a descontinuidade dos processos, especialmente quando é alterada a constituição de fórum¹⁴ correspondente devido a desligamentos de seus membros e à dificuldade de estruturação e funcionamento de fóruns locais.

1.3 A AGENDA 21 COMO FERRAMENTA PARA A CONSTITUIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

É preciso, ao se falar de Agenda 21, chegar à questão das políticas públicas, pela própria característica do documento de intenções aqui tratado. No caso da Agenda 21 Global, por exemplo, o documento indica as ações que podem ser tomadas referentes aos temas centrais, como conservação do meio ambiente e participação popular. Além disso, a Agenda prevê uma porcentagem do Produto Interno Bruto dos países que deve ser investida para que os objetivos sejam atingidos. Daí a necessidade de entender o significado de políticas públicas:

Em termos conceituais, políticas públicas são produtos de um intrincado processo de pressões políticas exercidas por grupos da sociedade civil, bem organizada e influente politicamente, e das disposições políticas do governo em se sensibilizar acerca das pressões. Esses grupos são detentores de agendas bem desenvolvidas e das redes de comunicação estabelecidas que permitem influenciar os tomadores de decisões dos Poderes Executivos a alocarem recursos e executarem políticas públicas de governo nos três níveis de poder: o federal, o estadual e o municipal (MENDES *et al.*, 2010, p.5).

Assim, as políticas podem ser consideradas meios criados pelos governos e governantes para atender às demandas do Estado, que engloba todos os cidadãos têm como requisito a governabilidade, "a capacidade conferida pela sociedade ao

¹⁴ Fórum: Segundo Ilse Scherer-Warren (2005, p.120), os fóruns são espaços para reunião de movimentos sociais e entidades da sociedade civil a fim de debater e encontrar soluções para problemas conjunturais.

Estado para o exercício do poder, a governança e o empreendimento das transformações necessárias" (NETTO; RISSETE; SILVA; FARAH JUNIOR, 2010, p.71). No caso brasileiro, segundo os autores, há uma crise de governança que pode ser verificada especialmente nas finanças e no desempenho da máquina governamental, que ainda deixa a desejar, conforme será explicado na sequência.

As políticas públicas podem, conforme Celina Souza (2006), ser consideradas como um conjunto de ações de um governo que podem interferir na vida dos cidadãos ou mesmo um campo de estudo das ciências políticas. Para a autora: "A definição mais conhecida continua sendo a de Lasswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença isso faz." (p.24).

As políticas públicas também podem ser definidas como uma ação intencional, com objetivos a serem alcançados, e que é pensada em longo prazo, a fim de melhorar certos problemas enfrentados por um Estado.

Para ampliação do espaço público, os movimentos sociais, ou grupos sociais, considerados excluídos [...] desse espaço devem reivindicar a sua participação. Isso amplia a heterogeneidade do espaço público devido ao acesso de novas personagens, portadora de culturas e reivindicações diversas, o que desagradava a homogeneidade desse espaço. [...] Não se têm direitos iguais para todos porque as pessoas não são iguais (MENDES *et al.*, 2010, p.11).

Dessa forma, além de analisar o papel dos governos na concepção das políticas públicas, que continua sendo o foco principal de muitos estudos a respeito, é preciso pensar na interação de governo com elementos como o mercado e a sociedade civil organizada, que podem, conforme Souza, cooperar com o governo para o desenvolvimento de políticas públicas. Para Souza (2006, p.26): "A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real".

Nesse contexto, apesar de alguns autores considerarem que o Estado vem perdendo, com a chegada da globalização, sua capacidade de governar, os autores defendem que esse fato ainda não foi confirmado e que a atuação de outras organizações junto ao Estado não diminuiu sua governabilidade, o que inclui a constituição de políticas públicas aplicadas a diversas áreas a fim de desenvolver a nação.

Ainda conforme é citado na obra organizada por Silva e Souza-Lima (2010), a política é uma forma de o setor público dar retorno de suas ações à população que contribui ao pagar impostos, alíquotas, taxas e tarifas: "Os retornos consistem na solução de problemas sociais, econômicos, distributivos, ambientais, de infraestrutura, entre outros, pela atividade dos órgãos públicos, que se articulam visando atender aos anseios do Estado" (SIMÃO *et al.*, 2010, p.36).

Souza (2006) apresenta, ainda, que as políticas públicas e as decisões tomadas em uma época podem determinar ou mesmo limitar a capacidade de ações no futuro. Segundo ela, a política pública pode ser vista como uma construção, passando pelos seguintes estágios: "Definição de agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação" (SOUZA, 2006, p.29). Isso significa que para que um tema entre em debate na pauta pública, ele precisa ser reconhecido; há ainda a necessidade de criação de uma consciência coletiva sobre um determinado tema para que ele seja colocado em pauta pública.

Souza explicita também a questão das arenas sociais, que pode ser considerada um dos modelos que mais se encaixa na temática da Agenda 21. Nessa vertente, define-se que a política pública é fruto de empreendedores políticos, que entendem que para algo se tornar efetivo, é preciso convencer as pessoas de que algo precisa ser feito e convencer os decisores. Para tanto, Souza apresenta três mecanismos: "a) divulgação de indicadores que desnudam a dimensão do problema; b) eventos tais como desastres ou repetição continuada do mesmo problema; e c) *feedback*, ou informações que mostram as falhas da política atual ou seus resultados medíocres" (SOUZA, 2006, p.32).

Esses grupos políticos e da sociedade civil atuam no que Souza chama de redes, que permitem trocas e contatos e visam às relações entre os indivíduos, a fim de levar uma temática para debate e buscar a sua transformação em política pública. Assim, o governo pode contar com o apoio e até as interferências de instituições da sociedade civil organizada, muitas vezes e cada vez mais em redes físicas ou digitais, para a formulação de políticas públicas. Além da formulação, são necessárias as etapas de implementação, execução e avaliação, para que se tornem eficazes.

Para entender com mais detalhes a conceituação de políticas públicas e o seu desenvolvimento no Brasil, é preciso, antes de tudo, olhar para a história recente do país para compreender como os governos foram abrindo espaço para a participação popular na elaboração de políticas públicas. Em 1985, quando termina

a ditadura militar, iniciada em 1964, Tancredo Neves é escolhido pelo Colégio Eleitoral do Congresso Nacional, em um momento ainda de transição em direção às eleições diretas, mas não assume o cargo de chefe da nação, em função de seu falecimento, ficando o cargo com José Sarney, seu vice.

Com a Constituição Brasileira, de 1988, o Brasil começa a ter sua legislação baseada em princípios como a solidariedade, promoção e proteção social, visando assim à construção de uma sociedade democrática. A Constituição:

Ressinificou os princípios da justiça e da solidariedade e colocou a ação social do Estado em novo patamar, ampliando os âmbitos da vida coletiva que passaram a estar sob sua responsabilidade e inscrevendo inúmeras garantias sociais básicas entre os direitos que gozam de proteção legal (IPEA, 2009).

Com a Constituição, o estabelecimento de políticas voltadas à questão social foi deixado a cargo do Estado, que deveria criar leis e garantias para o atendimento às leis. Além disso, foram notados avanços em questões como aposentadoria e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Nesse período, até o início dos anos 2000, foram reorganizadas as bases institucionais, com reformas em relação à previdência social, trabalho e saúde, além de inclusão de direitos sociais.

Apesar de a Constituição datar de 1988, foi somente em 1989 que a maioria da população brasileira escolheria, de fato, seu dirigente. O presidente então eleito, Fernando Collor de Mello, fica conhecido pelas dificuldades financeiras de seu governo e pelo seu *impeachment* do cargo, ocorrido em 1992. A partir do governo Collor, há esforços na redução de gastos com a máquina administrativa e inicia-se a abertura do Brasil a investimentos estrangeiros, privatizações e cortes de orçamento. O país passava por um período crítico de inflação e crises econômicas, que foram tendo soluções a partir da criação do Plano Real¹⁵, cujas diretrizes se iniciaram em 1993.

¹⁵ Plano Real: Plano voltado à estabilização econômica brasileira no governo Itamar Franco, 1993. (Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2013).

Em 1994, chega ao poder Fernando Henrique Cardoso, cujo modelo de governo adotado dá continuidade ao anterior e se pauta principalmente pelas políticas voltadas à internacionalização da economia, privatização de empresas públicas e controle dos gastos públicos. O governo se caracteriza também por outras políticas voltadas ao setor econômico, como incentivo à instalação de empresas estrangeiras, já levando em conta que os anos 1990 foram marcados, segundo Del Priore e Venancio (2010), pela globalização ou mundialização econômica, com a migração de empresas de países desenvolvidos para aqueles em processo de desenvolvimento.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva, iniciado em 2003, buscou estabelecer políticas públicas, durante os oito anos de mandato, voltadas, por exemplo, ao combate das desigualdades sociais, de distribuição de renda e programas sociais, um conjunto de reformas sociais efetivas, ainda que criticadas por alguns grupos como medidas 'populistas'. Além disso, esse governo retomou projetos inspirados no desenvolvimentismo das décadas de 1950 e 1960, como o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC), com o objetivo de investir em infraestrutura, construção de estradas, ferrovias e hidrelétricas.

Algumas políticas públicas desse governo envolvem a reserva de cotas para afrodescendentes em universidades públicas, medida que busca remediar as falhas seculares da educação brasileira com relação a esse segmento da população; e o *Programa Fome Zero*, que busca diminuir as dificuldades de 40 a 50 milhões de brasileiros que vivem na miséria, segundo Del Priore e Venancio (2010).

Com a reeleição dos dois presidentes citados, e conseqüentemente com a continuidade administrativa central, surgiu uma expectativa quanto à mudança na maneira de criação das políticas públicas. Lembre-se que o Brasil passou por um longo período ditatorial que não permitia o envolvimento do cidadão na tomada de decisões em relação às políticas que iriam atendê-lo. No entanto, esse quadro preciso mudar em uma democracia, que tem como base a participação. Para tanto, segundo Silva e Souza-Lima (2010), o governo federal nas gestões de Fernando Henrique Cardoso e de Luiz Inácio Lula da Silva criou maneiras de incluir a população na tomada de decisões, como a criação de audiências públicas, a fim de aproximar o governo dos anseios da população.

Os governos locais, com seus orçamentos seriamente comprometidos, são os responsáveis pela elaboração e implementação de políticas públicas locais que vislumbrem, um futuro promissor para os brasileiros e para o Brasil, tanto na perspectiva socioeconômica quanto na ambiental (MENDES *et al.*, 2010, p.6).

Porém, esse esforço parece não ter surtido os efeitos esperados, por razões de organização interna na implementação dessas políticas, especialmente na área ambiental. Assim, o cidadão também é, ou deveria ser, participante ativo na constituição de políticas públicas. Entretanto, segundo os autores, os cidadãos brasileiros ainda se sentem "desprovidos de voz", pois o processo de constituição dessas políticas nem sempre abre espaço para a manifestação efetiva de opinião. O Brasil, por ser um país que se redemocratizou há pouco mais de 20 anos, ainda não tem, segundo Souza (2006, p.21), políticas públicas bem definidas que consigam "impulsionar o desenvolvimento econômico e a inclusão social de grande parte de sua população".

Após essa contextualização sobre as políticas públicas, é preciso pensar em como incorporar a característica sustentável ao desenvolvimento, conforme preconiza a Agenda 21, um compromisso assumido pelo Brasil em uma conferência mundial. Segundo Silva e Souza-Lima (2010), as políticas públicas são ferramentas para que os objetivos de desenvolvimento de uma nação em relação à cultura, saúde, educação e questões sociais sejam atingidos, pois as decisões tomadas causam impacto no processo de desenvolvimento. Assim, conforme os autores, os líderes e governantes devem pensar em políticas públicas, tomando como base premissas do desenvolvimento sustentável nas diversas áreas, como saúde, educação, geração de renda, entre outros.

Para verificar como as políticas públicas podem atuar a fim de incentivar o desenvolvimento sustentável, foram estabelecidos, na Conferência de 1992, indicadores de sustentabilidade.

Esses indicadores são formas de representação quantificáveis das características dos produtos e dos processos utilizados para controlar e melhorar os resultados e são ligados às características de qualidade e de desempenho, o que pressupõe esforço (SILVA; WIENS, 2010, p.58).

A apuração desses resultados e o estabelecimento de metas para serem atingidas ajudam a mensurar o desempenho das instituições e entidades envolvidas, o que auxilia na tomada de decisões em relação à sustentabilidade.

No que diz respeito à Agenda 21, o texto que a constitui pode ser considerado organizado e bem planejado, já que apresenta ações que podem ser realizadas em diversos setores, indicando inclusive bases para ação. O problema é que a Agenda 21 parece ter ficado apenas no papel, já que as políticas públicas e decisões tomadas pelo governo brasileiro em relação ao meio ambiente em geral não citam o documento, como se fosse deixado 'para trás'. Outro ponto negativo da agenda, ao se pensar em termos de políticas públicas, é que constitui apenas um documento de intenções, não contendo, por exemplo, punições para os signatários que não seguirem o que foi acordado.

Além disso, é preciso frisar que nem todos os temas vão entrar na arena pública para que sejam efetivamente debatidos e se tornem objeto de políticas públicas. As necessidades das pessoas e dos governos mudam com o passar do tempo e dependem de fatores como criação e aprovação de leis. Além disso, há assuntos que, devido a suas especificidades, conseguem entrar mais fácil no campo do debate. Oliveira (2006) apresenta a visão que ele denomina popular ou populista, em que o governo convoca a participação da população para a implementação dos planos.

"Aqui, os beneficiários têm que ajudar a monitorar o projeto, denunciar, participar de assembleias, etc. Muitas vezes criam-se 'conselhos populares' para decidir e acompanhar ou chamam a sociedade e empresas para ajudar." (OLIVEIRA, 2006, p.276).

Diferentes visões sobre políticas públicas levam a refletir, ainda, de que maneira o processo de planejamento deve ser constituído. Segundo o autor, um grupo acredita que as decisões precisam vir de cima para baixo (*top down*), já que assim seria possível para as autoridades organizar o processo efetivamente. Outra visão entende a importância de ser de baixo para cima (*bottom up*). Com isso, "a população afetada pela política e os agentes do Estado em contato com ela [...] poderiam e deveriam influenciar de forma mais intensa o processo de planejamento de políticas públicas" (OLIVEIRA, 2006, p.279).

No que diz respeito ao funcionamento ou não do planejamento e da implementação de políticas públicas, o autor coloca que o processo pode funcionar melhor em países desenvolvidos em relação aos em desenvolvimento. Essa premissa aponta, por exemplo, que questões como condições financeiras para custear os projetos podem ser um dos motivos para que as políticas públicas sejam realmente efetivas ou não. Outra questão que tangencia os países em desenvolvimento são

aspectos políticos e institucionais, já que alguns Estados foram criados recentemente, o que não inclui o Brasil, segundo o autor. O colonialismo e a ditadura em muitos locais ainda não permitem o bom funcionamento do sistema político e da participação da sociedade civil. Além disso, o autor ressalta a falta de recursos humanos capacitados para planejar políticas públicas e implementá-las.

Em relação ao Brasil, alguns aspectos citados acima têm mudado nos últimos anos. Porém, boa parte do orçamento do país é direcionada a cobrir dívidas públicas, o que reduz o investimento em políticas públicas.

Os recursos humanos e equipamento existem e muitas organizações estatais estão capacitadas, mas o processo de planejamento de políticas públicas em geral exige a interação de diversas organizações dentro do Estado, e destas com a sociedade civil e o setor privado (OLIVEIRA, 2006, p.281).

Outra característica é que no Brasil o planejamento é uma etapa vista de forma necessária. O planejamento é definido pelo autor (2006, p.282) como "o processo de elaborar planos e tentar controlar o futuro". Porém, esta etapa pode ser feita a partir de uma concepção economicista, considerando apenas o aspecto econômico e deixando de lado o aspecto social que envolve as políticas públicas. Nesse caso, um documento de intenções, como a Agenda 21, ficaria inviabilizado, uma vez que as questões socioambientais não podem priorizar aspectos econômicos que, muitas vezes, são exatamente as causas dessas crises ambientais – esse tipo de documento privilegia os aspectos que relacionam natureza e sociedade em suas inúmeras imbricações.

Após a apresentação de esclarecimentos sobre o que é a Agenda 21, como ela surgiu e como ela poderia interferir nas políticas públicas por ser uma carta compromisso e um documento de intenções, o capítulo seguinte se dedica à explanação de como se deu o processo de implementação da Agenda 21 no Paraná.

2 O CASO DA AGENDA 21 PARANÁ E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMUNICAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL

A Agenda 21 paranaense se inspira, assim como a Agenda brasileira, no documento fruto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que aconteceu em 1992 no Rio de Janeiro. Uma das orientações da Agenda Nacional era a de disseminar suas diretrizes em todo o território nacional e estimular a criação de agendas locais e regionais nos estados e municípios brasileiros.

2.1 A GÊNESE DA AGENDA 21 NO PARANÁ

A Agenda 21 paranaense, objeto empírico desta dissertação, se inseriu, por sua vez, na programação da Agenda Global em 2001. No Paraná, a implantação do Fórum Permanente da Agenda 21 passou por algumas etapas preliminares, necessárias para a inclusão e participação de segmentos representativos da sociedade. A estratégia adotada pela Comissão Governamental foi a realização de seminários microrregionais, que aconteceram nos meses de agosto e setembro de 2002 nas cidades de Foz do Iguaçu (dia 15), Maringá (dia 20), Londrina (dia 22) e Curitiba, em 5 de setembro. Essas palestras foram ministradas por organizadores da Agenda 21 nacional e especialistas na área ambiental.

A Comissão Governamental responsável pela organização e animação desses seminários foi criada a partir de um decreto do Governador do Estado, de 11 de junho de 2002, que determinava a participação de representantes de diversas Secretarias Estaduais e outros órgãos públicos: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos; Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia; Secretaria de Estado e Planejamento e Coordenação Geral; Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família; Secretaria de Estado da Justiça; Secretaria de Estado da Educação; Secretaria de Estado da Cultura; Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento; Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Turismo; Secretaria de Estado da Saúde; Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano; Secretaria de Estado da Segurança Pública; Secretaria de Estado dos Transportes; Secretaria de Estado do Trabalho e Ação

Social; Secretaria de Estado da Fazenda; Secretaria de Estado da Comunicação Social; Secretaria Especial da Política Habitacional; Assessoria Especial para Assuntos Indígenas; Companhia de Informática do Paraná – Celepar; Companhia Paranaense de Energia – Copel; Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar.

O decreto repassa atribuições a essa comissão, incluindo:

1) Acompanhar a preparação e a realização dos debates preparatórios ao processo de elaboração da Agenda 21 Paraná; 2) Efetuar as articulações necessárias para a instalação do Fórum Estadual para a Agenda 21 Paraná, identificando e indicando a representação dos diferentes segmentos da sociedade que deverão participar do Fórum (PARANÁ. Comissão Governamental, 2002, p.12).

Para orientar os trabalhos nesses seminários preparatórios, definiu-se uma metodologia de trabalho pela Comissão Governamental, que incluía alguns passos, iniciados com a formação de grupos a partir dos eixos temáticos da Agenda 21 Brasileira: Gestão de Recursos Naturais, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável, Redução das Desigualdades Sociais, Cidades sustentáveis, Infraestrutura e Integração Regional e Agricultura sustentável.

Os seminários foram compostos por palestras ministradas por integrantes da Comissão Nacional da Agenda 21 e por especialistas em meio ambiente, trabalhos em grupo e apresentação em plenária das propostas que se tornaram consenso após as discussões dos grupos (PARANÁ. Comissão Governamental, 2002, p.9).

Cada grupo contava com aproximadamente 100 pessoas que se dividiam em subgrupos de 20. Cada grupo elegia um coordenador e um relator para cada subgrupo. Ao final, reuniam-se todos os coordenadores e, como opção, os relatores, que compartilhavam os dados e a produção e elaboravam um documento relativo a cada seminário. Após a compilação do conteúdo dos quatro seminários microrregionais, a Comissão Governamental elaborou um documento com todas as informações expressas no contexto do Estado do Paraná, para estabelecer então os temas norteadores da agenda, "mantendo os debates e implementando ações concretas a curto, médio e longo prazo, no decorrer do Século 21" (PARANÁ. Comissão Governamental, 2002, p.14).

O documento define ainda o que é realmente o processo de Agenda 21:

Este processo não acaba aqui, a Agenda – 21 é um compromisso a ser firmado entre todos os setores e segmentos sociais, no qual a troca de experiências, o estabelecimento de parcerias, assim como o envolvimento de todas as instâncias ao longo desse processo, são condições imprescindíveis para que possamos atingir o desenvolvimento sustentável (PARANÁ. Comissão Governamental, 2002, p.16).

2.1.1 A criação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná

2.1.1.1 Os entendimentos sobre "fórum"

Antes de discorrer sobre a criação, o funcionamento e as ações do Fórum Paranaense, se faz necessária a apresentação da conceituação teórica. Etimologicamente, o verbete se refere a "qualquer espaço de discussão de problemas, especialmente com vista a chegar a um resultado justo; centro de debates" (BORBA, 2004). Historicamente, a palavra remete ao *Forum Romanum*, local central da vida pública na antiga Roma, onde se realizavam cerimônias, discursos públicos e até discussões comerciais.

Na Grécia Antiga, esse espaço público tinha o formato da ágora, local onde as pessoas se reuniam. "A ágora grega era um espaço onde se praticava a democracia, sendo o lugar, por excelência, de da discussão e do debate de ideias entre os cidadãos" (SILVA *et al.*, 2006, p.155). É nesse momento histórico que o espaço público começa se formar, já que a ágora era um "espaço aberto, de propriedade pública, com formato irregular e amorfo, mas que se constituía em áreas destinadas ao encontro coletivo" (SILVA; SOUZA, 2006, p.155).

Para tratar o conceito na atualidade, são utilizadas ideias de autores como Ilse Scherer-Warren, Maria da Glória Gohn e Chico Whitaker (que faz uma reflexão sobre o funcionamento do Fórum Social Mundial). As conceituações e características aplicadas ao Fórum Social Mundial podem ser tomadas para qualquer outro fórum, inclusive para o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, guardadas as devidas proporções e especificidades.

De acordo com a maioria dos autores, um fórum é compreendido como espaço de discussão de ideias e reunião de diversos movimentos e coletivos sociais a fim de encontrar uma solução para uma determinada demanda de interesse público.

"Observa-se ainda, em nível local, regional ou nacional, uma multiplicidade de outros Fóruns que vem surgindo a cada dia [...] vários dos quais pretendem ter um caráter mais duradouro, além de ser uma resposta a questões conjunturais." (SCHERER-WARREN, 1996, p.120).

O Fórum Social Mundial realizou sua primeira edição em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 2001, tornando-se um dos mais importantes eventos abertos à participação cidadã em âmbito global. Uma das principais características é que o Fórum constitui uma instância "aberta", conforme Whitaker (2005, p.43):

Por ser um "espaço aberto", sem dono, sem sectarismos nem corpos dirigentes, assegura-se a todos seus participantes que serão bem-vindos, que não serão controlados nem patrulhados, que sua autonomia será garantida e que não cabem receios de instrumentalização.

Por essa característica, segundo o autor, o fórum, neste caso, não é deliberativo, ele começa e termina "aberto". "O Fórum Social Mundial não é, portanto, uma nova entidade ou instituição, como um sujeito social que toma posições, assim como não é um movimento social" (WHITAKER, 2005, p.43). No caso específico do Fórum Social Mundial, ao contrário do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, não podem participar instituições governamentais ou partidos políticos. Seus representantes podem estar na condição de 'observadores'.

No caso do Fórum Mundial, os organizadores não exercem nenhum poder de decisão; atuam, conforme o autor, apenas como facilitadores das discussões. Nesse espaço aberto, portanto, os organizadores estão apenas "prestando um serviço", sem a função de comando de discussões.

O autor discorre também sobre a diversidade de temas, ideias e características pessoais de cada ator que participa de um fórum. Assim sendo, é natural que haja diversidade e heterogeneidade, e uma dinâmica de conflitos. "Quando várias pessoas se unem em torno de um objetivo comum, por mais particular e restrito que este seja, surge necessariamente a diversidade, como uma condição mesma da existência humana." (WHITAKER, 2005, p.244).

Mesmo com essa característica de heterogeneidade, o autor aponta que, dentro do fórum, ninguém tem "o direito de dizer que esta ou aquela ação ou proposta é mais importante do que outra" (WHITAKER, 2005, p.163). Além disso, os participantes, segundo o autor, não devem buscar maior visibilidade para sua causa em detrimento de outras, privilegiando-se, assim, a diversidade que é uma característica já indicada dessa construção. Essa característica, segundo o autor, pode ser sublinhada como um ponto de sucesso no funcionamento de um fórum, já que os seus participantes se sentem, assim, respeitados em suas opiniões e engajamentos.

Há os que podem vir ao Fórum como militantes, mas a maior parte de seus participantes não o faz por obrigação ou por obediência a ordens de chefes. Afluem ao fórum por convicção própria de que é importante vir, para trocar experiências, aprender e articular-se, mantendo a liberdade que tinham antes e que continuarão a ter durante e depois de sua participação no evento (WHITAKER, 2005, p.163).

Com a mesma oportunidade dada a todos os participantes, é possível, por meio da intercomunicação, o estabelecimento do que Whitaker chama de "poder-serviço", ou seja, que o poder de cada membro seja utilizado para o fortalecimento do poder de todos. Isso se dá quando os integrantes desse fórum conseguem estabelecer relações e a intercomunicação real e efetiva.

O Fórum pode ser entendido como uma ação coletiva, ao se analisar o conceito de Gohn (2007). Ela se dedica a demonstrar a visão de alguns autores sobre o que é a ação coletiva.

"Ação coletiva é um termo mais amplo, não se restringe aos protestos e rebeliões, e abrange também as petições, marchas, manifestações coletivas, etc., num conjunto de ações que contam até com o estímulo e/ou apoio das autoridades." (GOHN, 2007, p.66).

A autora acrescenta a suas reflexões o pensamento de Tilly (1981), que entende a ação coletiva como "toda ocasião na qual um conjunto de pessoas confia e aplica recursos, incluindo seus próprios esforços, para fins comuns" (TILLY *apud* GOHN, 2007, p.66). Permite, portanto, a autonomia e a criação de espaços políticos dentro da sociedade civil e política, com embasamento na cultura democrática e por instituições políticas formais e representativas. Gohn (2007) adverte, contudo, que na ação coletiva se travam relações de poder, por isso:

As ações coletivas envolvem conflitos de interesses construídos dentro de relações de poder institucionalizadas; as ações coletivas envolvem a busca racional de interesses pelos grupos; demandas e reivindicações são produtos permanentes de relações de poder (GOHN, 2007, p.56).

A partir da visão apresentada pelos autores, pode-se perceber que, em um processo de ação coletiva, como é o caso de um fórum, os atores se envolvem e se dedicam para chegar aos fins comuns. Também é possível verificar que essa rede de intercomunicação e de relações permite que todos os membros tenham acesso às mesmas informações e possam compartilhar com o todo, na busca do que é de interesse desse grupo.

2.1.2 O Fórum Agenda 21 PR em funcionamento

Após a realização dos seminários e organização do documento "Seminários Microrregionais da Agenda 21 Paraná, criou-se o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, por meio do Decreto n.º 2.547 de 4 de fevereiro de 2004 (Anexo 1). Nesse momento, a comissão designada pelo governo organizou-se para tentar manter uma campanha permanente para a mobilização da sociedade civil, buscando o envolvimento de representantes de movimentos sociais, entidades de classe e organizações não-governamentais, no âmbito do Fórum recém-criado, de forma a contribuir para o desenvolvimento da Agenda 21 paranaense.

A implantação desse Fórum no Paraná acompanha as premissas da Agenda 21 Global, que estabelece que a criação de um coletivo, como um fórum, é recomendável pelo Executivo ou Legislativo local a fim de elaborar e preparar um plano de desenvolvimento sustentável. A estrutura deve ser composta por membros do governo e da sociedade em geral e entidades ligadas ao meio ambiente, a fim de enriquecer as discussões, trabalhar em grupo e buscar o dinamismo. Para que funcione, segundo o Ministério do Meio Ambiente (BRASIL, 2003), é necessária uma ligação estreita entre o governo e os atores sociais, e entre os atores sociais em si, que conseguem, assim, buscar questões em comum e se dividir nos chamados grupos de trabalho.

A principal missão do fórum é representar os interesses da comunidade, como um todo, durante o processo de formação de políticas e sua implementação. Outras tarefas incluem a promoção de discussões amplas sobre o processo e o envolvimento da população em todos os estágios (BRASIL, MMA, 2003).

Para atingir esse objetivo, é importante a criação de um canal de fácil acesso para divulgação de informações. Segundo o documento, isso possibilita que a população que não participa efetivamente do fórum saiba dos assuntos pela divulgação dos debates e discussões dos participantes dos grupos ou especialistas que trabalham em um determinado tema.

"É fundamental envolver a 'mídia' local para incentivar a participação da comunidade numa estratégia de informação, conscientização e mobilização, imprescindível, para um processo que pressupõe mudança de consciência e hábitos da população." (BRASIL, MMA, 2003).

O Fórum Agenda 21 Paraná conta atualmente com um Regimento Interno (Anexo 1), publicado no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Neste documento consta, por exemplo, suas funções, podendo-se citar a definição das ações da Agenda 21 baseadas nas sugestões da sociedade civil, a sistematização dessas ações e a criação de um documento Agenda 21 Paraná; também é função do Fórum dar início à implementação dessas ações a curto, médio e longo prazos, bem como instituir instâncias locais de debate e mobilização pública, observando-se as 16 bacias hidrográficas do Paraná.

Art 3.º O Fórum desenvolve suas atividades baseado nos princípios da precaução, da prevenção, da responsabilidade compartilhada, da participação com envolvimento, da cooperação e do desenvolvimento sustentável. (PARANÁ. Fórum Permanente..., 2012).

O Fórum paranaense é composto, como consta no regimento, por representantes do governo e da sociedade civil. Para se integrar ao coletivo, cada instituição (convocada ou que deseje se tornar membro do Fórum) deve indicar, via ofício, um representante. Há também a possibilidade dos cidadãos se integrarem ao fórum na figura do participante-ativo, ou seja, sem representar uma instituição, mas a ele se integrando por interesse próprio. A atual (2013) coordenadora das ações da Agenda 21 no Paraná, Rosana Vicente Gnipper, comenta sobre a figura do participante ativo:

Qualquer pessoa pode participar, enquanto cidadão, pois a gente tem a figura do participante ativo, criada inclusive no regimento interno – ele como cidadão pode participar. Então a gente criou um documento onde, qualquer pessoa solicita que quer participar. É uma formalidade porque a gente trabalha com compromisso, então as pessoas que vêm estão compromissadas com a tarefa.

A coordenação do Fórum deve sempre ser exercida por um representante da SEMA, conforme consta no Regimento Interno. A coordenação executiva, por sua vez, é composta pelo coordenador do fórum e mais nove representantes, somando-se as entidades do governo e da sociedade civil. As atribuições da coordenação executiva citadas incluem organizar as reuniões, consolidar a Agenda 21 no Estado, fazer a captação de recursos para as atividades para viabilizar essa agenda, manter o sistema de informações atualizado e convocar reuniões extraordinárias.

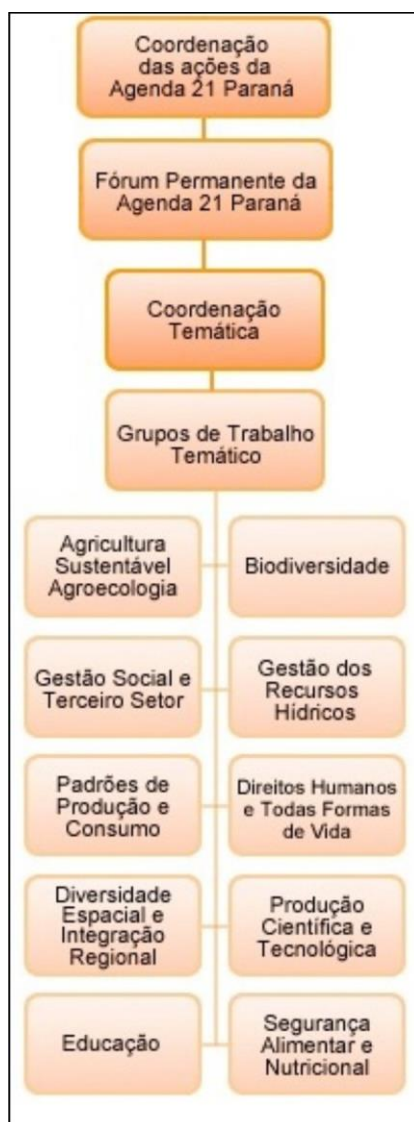


FIGURA 1 - ORGANOGRAMA DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

FONTE: Site SEMA, 2012, adaptação da autora)

A coordenação temática tem como atribuições a análise de documentos dos Seminários Macrorregionais, definir metas e estratégias para acompanhar as ações, sugerir estratégias para implantação da Agenda 21 estadual, documentar e levar à coordenação executiva os temas propostos por cada Grupo Temático de Trabalho. A coordenação temática é composta por cada coordenador dos GTTs: agricultura, segurança alimentar e nutricional, gestão social e terceiro setor, biodiversidade, gestão de recursos hídricos, diversidade espacial e integração regional, direitos humanos e de todas as formas de vida, produção científica e tecnológica, padrões de produção e consumo e educação. Caso seja necessário, é possível a criação de outros grupos temáticos para atender a demandas específicas. O Fórum Paranaense da Agenda 21 Paraná contou desde sua criação, com a participação de 66 entidades, sendo 25 representantes do governo e 41 da sociedade civil. Em 2012, 70 instituições compunham o fórum, somando-se representantes de secretarias de governo e empresas públicas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e entidades de classe.

O Fórum também prepara os participantes para a implementação das premissas da Agenda 21 Paraná. Um exemplo disso, foi a realização da Capacitação de Multiplicadores da Agenda 21 Paraná, que ocorreu entre 2 e 4 de agosto de 2005.

De acordo com informações obtidas junto ao setor responsável pela Agenda 21, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná, são realizados encontros do Fórum Permanente da Agenda 21 do Estado a cada dois meses, desde 20 de março de 2009 (anteriormente as reuniões eram mensais), quando se reúnem membros dos movimentos sociais, organizações não governamentais e representantes do governo para debater soluções possíveis para o desenvolvimento sustentável local, sempre tendo como guia as diretrizes da Agenda 21 brasileira e dos compromissos assumidos pelos participantes desde 1992, apesar de o Estado não ter um documento escrito e publicado, que possa ser chamado de Agenda 21 Estadual.

Durante entrevista, a atual coordenadora¹⁶ (2012) do Fórum, fez questão de explicar por que a Agenda 21 PR não está elaborada sob forma de um documento:

¹⁶ GNIPPER, Rosana Vicente. Entrevista concedida à autora no período de 2011 a 2012, ao longo do processo de produção desta dissertação.

Havia um entendimento que a Agenda 21 é um processo. Então se você faz um documento [...] parece que é apenas aquilo que ali está que é preciso cumprir e fazer, só aquilo. [...] Nós aqui no Paraná não entendemos que a coisa funcionava dessa forma. Entendemos que a Agenda 21, que surgiu na Rio 92, é um processo de mudança, mudança de mentalidade, mudança de cultura, mudança de comportamento (GNIPPER, 2012).

Os representantes das instituições que integram o Fórum devem, conforme identifica a coordenadora (2012), trazer sugestões e fazer o intercâmbio entre o que é discutido na reunião ordinária, levando as informações para a sua entidade.

A cada dois meses eles tem o compromisso de ter uma reunião. Eles vêm aqui, comentam, mas pouco instigam o fórum a tomar algumas decisões com relação a temas específicos. E há a dificuldade de levar a discussão de volta para sua instituição para, no âmbito da sua instituição, desenvolver uma agenda 21 local, que é onde começaria a fortalecer e iniciaria o trabalho de uma rede (GNIPPER, 2012).

Como se nota no depoimento de Gnipper, a noção de rede, ou de um coletivo de redes, funcionaria melhor, então, se os membros do fórum atuassem mesmo como multiplicadores no âmbito de suas instituições. Com relação à pauta da reunião, ela é construída na observância das temáticas propostas pelo Fórum no Seminário Internacional, realizado em 2009, quando foram estabelecidas metas de curto, médio e longo prazo.

Eu faço uma proposta de pauta, a partir das demandas que vão chegando e a partir do que a gente tem de demanda que ficou da reunião passada. [...] Aí eu encaminho para o pessoal e pergunto 'Alguém mais tem algum tema para incluir na pauta?' Pelo regimento, com cinco dias antes da reunião as pessoas ainda podem sugerir pautas: 'Ah, eu queria colocar em discussão o código florestal'. Então vai lá como item de pauta (GNIPPER, 2012).

A pauta de cada reunião, como se percebe no depoimento acima, é fruto da troca de informações e de uma construção coletiva. É importante salientar que esse contato entre a coordenação e os membros do fórum é feita, conforme o depoimento de Gnipper, utilizando canais mais diretos de comunicação pessoais, como e-mail e telefone. O aviso das reuniões, segundo a coordenadora, é enviado com 15 dias de antecedência a todos os representantes e um calendário anual com todas as reuniões programadas é enviado no início de cada ano, para que todos estejam informados com antecedência e possam se programar.

O registro das reuniões do fórum é feito por meio de gravação em áudio; posteriormente, elaboram-se as atas, que são publicadas na internet, na seção dedicada à Agenda 21 no site da SEMA. A responsabilidade pela elaboração e publicação dessa pauta é da coordenação do Fórum.

A gente fecha a memória (ata) e encaminha para o fórum, antes de divulgar no site, pra ver se alguém tem alguma coisa pra incluir. [...] A gente tem que ser fiel ao que aconteceu. Ou às vezes esquecemos de algum detalhe. Então a gente sempre encaminha antes para o pessoal, por e-mail, daí eu dou dez dias para quem quiser enviar uma contribuição. Se ninguém mandar contribuição, eu entendo que está de acordo. Sempre há uma modificaçãozinha ou outra (GNIPPER, 2012).

Não se exige um quórum mínimo para cada reunião, mas sempre há, segundo a coordenadora, entre 20 e 30 pessoas, o que sugere uma frequência relativamente baixa, pois esse quantitativo representa menos da metade das entidades membros. As reuniões seguem, como explica Gnipper, uma certa ordem; abertura, apresentação breve de cada participante e da pauta prevista para aquele dia; debate dos temas em pauta, chegando a pontos acordados; finalizando com informes gerais. Por ser um espaço de discussão coletiva, todos no Fórum podem participar das discussões. No entanto, geralmente, há a apresentação de determinado tema por um representante que já estava previsto na pauta e, posteriormente, abre-se um espaço para que os demais possam opinar. A coordenadora só interfere, como expôs em entrevista, quando o debate está se alongando muito.

O que acontece é que, quando a reunião se estende demais, [...] o pessoal vai saindo. [...] O que pode ter é um esvaziamento. Então o que eu faço quando monto a pauta: os assuntos que precisam de deliberação mesmo, eu coloco no início. Os relatos, por exemplo, vou deixando mais pro final. Estabeleço prioridades (GNIPPER, 2012).

Os temas das pautas do conjunto de reuniões do Fórum Permanente da Agenda 21 PR localizados nas atas foram apenas listados no Anexo 2, embora não tenha se analisado se formam ou não um conjunto de prioridades

2.1.3 Mobilização para uma agenda paranaense

As campanhas para implantação da Agenda 21 e para o chamamento da sociedade para integrar um Fórum específico foram intensas no Paraná, com a realização de seminários de discussão e debates, além do envolvimento da sociedade civil, especialmente do ano de 2002 até o estabelecimento do fórum permanente, em 2004.¹⁷ Porém, o que se percebe é que, com o passar dos anos, o tema parece não ter surtido os efeitos desejados pelo proponente governamental (editor social, no entendimento de Bernardo Toro), já que a mobilização social sobre a Agenda 21 e em torno de seu Fórum específico, bem como de seus desdobramentos em termos de políticas públicas, não se apresenta, ao que parece, tão intensa atualmente quanto na época das reuniões e seminários iniciais para disseminar a Agenda 21.

Verificou-se por meio da leitura de documentos e de entrevistas com vários atores nesse contexto, que a Agenda 21 foi, inicialmente, divulgada e, de certa forma, implantada no Estado do Paraná (embora não haja um documento específico como no caso da Agenda Global e da Agenda Brasileira), a partir do chamamento da sociedade civil para o debate das questões relacionadas ao meio ambiente, levando em conta as principais necessidades locais. Pode-se dizer, portanto, que essa foi uma ação de mobilização, que chamou a atenção de atores como organizações não governamentais, movimentos sociais ligados ao meio ambiente e a sua defesa, entidades governamentais e pessoas que se envolveram com esta temática e passaram a integrar um Fórum específico.

Para compreender melhor o processo de implantação do Fórum Permanente Agenda 21 Paraná e a forma como o governo paranaense atuou para mobilizar diversos atores para integrar a Agenda 21, realizou-se uma entrevista com Schirle Margaret dos Reis Branco, uma das primeiras profissionais a atuar com a Agenda 21 no Paraná em âmbito governamental e que coordenou as ações no Estado até abril de 2011, quando Rosana Gnipper assume a coordenação do Fórum, já a partir da ata 38, de 20 de abril de 2011. Naquele momento, a entrevista teve como finalidade a exploração panorâmica do tema.

¹⁷ Convite para a primeira reunião do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (Anexo 1).

Branco¹⁸ passou a desempenhar, em 2002 no Governo Estadual a função de animadora da campanha. Segundo o que a entrevistada comenta, o tema começou a ser discutido, oficialmente, em âmbito do Estado, durante o governo Jaime Lerner, no qual foi criado o Decreto Estadual que criou a comissão governamental e determinou a forma de um fórum específico para concentrar as ações da Agenda 21 Paraná. Porém, com a gestão de Roberto Requião, que tomou posse do governo do Estado em 2002, "o tema foi fortalecido, inclusive pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e seus profissionais na época" (BRANCO, 2011).

Branco explica como o seu trabalho se iniciou em âmbito governamental:

Começa a se formar um grupo de pessoas pensando, trabalhando e agilizando propostas de ações em torno da Agenda 21 (Comissão Governamental). A esse grupo, e a partir de suas ações, foi acrescida uma força maior, com o chamamento de entidades, da sociedade civil, de vários coletivos sociais e especialistas das universidades (BRANCO, 2011).

Segundo ela, o seu trabalho de mobilização se iniciou dentro do governo, reunindo colegas de outras secretarias para elaborar o projeto e chamando a atenção deles para a importância das questões relacionadas ao meio ambiente. A partir desse momento, foram convocadas entidades da sociedade civil organizada para participar da elaboração do projeto da Agenda 21 estadual e opinar sobre esse processo, que culminaria com a institucionalização do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, em 2004.

O chamamento das instituições não governamentais e demais atores da sociedade civil organizada foi realizada, por meio de convites e convocações dos próprios membros do governo, que tinham mais contato e interações com os movimentos sociais e demais organizações civis.

O chamamento era feito assim, pela multiplicação em rede, chamando vários coletivos de ações sociais. Primeiramente com secretarias de governo, depois são interagindo com os movimentos sociais. [...] Recorremos a panfletos de entrega, que os líderes iam entregando para os demais membros daquele grupo. Enfim, fazendo essa rede e construindo dessa forma coletiva (BRANCO, 2011).

¹⁸ BRANCO, Schirle Margareth dos Reis. Entrevista concedida à autora no período de 2011 a 2012, ao longo do processo de produção desta dissertação.

A fim de entender o funcionamento do Fórum após sua constituição, será dedicado um tópico para explanação das ações desse Fórum ao longo do tempo.

2.1.4 Ações específicas do Fórum Permanente Agenda 21 Paraná

A fim de analisar algumas ações do Fórum mais a fundo, no âmbito desse trabalho, foram revistos documentos publicados pela coordenação da Agenda 21 Paraná no decorrer dos primeiros oito anos de atuação do Fórum, completados em 2012. A seleção foi feita a partir das entrevistas com os membros do Fórum, que citaram como ações específicas apenas dois grandes eventos: a *Capacitação de Multiplicadores* e o *Seminário Internacional*, realizado em 2009.

2.1.4.1 Capacitação de multiplicadores

O evento *Capacitação de Multiplicadores*, promovido pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, realizou-se entre os dias 2 e 4 de agosto de 2005 e contou com a participação de 66 pessoas, tendo como temática principal o desenvolvimento sustentável e a interface com os temas norteadores da Agenda 21 Paraná.

O evento contou com palestras realizadas pelos próprios membros do Fórum e convidados, além de discussões e debates. Em um primeiro momento os grupos ligados aos temas norteadores (agricultura, segurança alimentar e nutricional, gestão social e terceiro setor, biodiversidade, gestão de recursos hídricos, diversidade espacial e integração regional, direitos humanos e de todas as formas de vida, produção científica e tecnológica, padrões de produção e consumo) trabalharam e debateram cada tema específico, fomentando o diálogo e dando encaminhamentos.

Ao final de cada dia de trabalho, os grupos apresentavam à plenária, por meio de um relator, o que foi debatido internamente, de forma a se construir coletivamente os temas norteadores em discussão.

O encontro teve como objetivo maior preparar seus integrantes para a efetiva tomada de consciência, dos significados conceitos e preceitos dos Temas Norteadores da Agenda 21, face à urgência da mudança do padrão de consumo de vida insustentável predominante em nosso planeta (PARANÁ, SEMA, 2006).

O documento final explicitou que a tônica para os próximos trabalhos seria manter o processo participativo, criando Instâncias Regionais da Agenda 21 Paraná, visando ao compartilhamento desse documento produzido nas regiões das 16 Bacias Hidrográficas do Estado. No documento, consta a metodologia de como foi realizado o processo, a programação completa, as memórias de palestras e comentários gerais a respeito dos temas e textos produzidos por participantes do evento.

2.1.4.2 Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do nosso Tempo"

Os membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná entrevistados para esta pesquisa citaram muitas vezes o *Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do nosso Tempo"*¹⁹, ocorrido entre os dias 27 e 29 de novembro de 2009, no município de Ponta Grossa, Paraná, com a participação de representantes de seis países e 15 estados brasileiros. Ao todo, 92 cidades brasileiras estavam representadas pelas 562 pessoas presentes.

A programação foi composta por oito oficinas, 14 mesas de debates, dez grupos de trabalho, 43 resumos, 34 trabalhos científicos e de 11 relatos de experiências. O evento organizou ainda metas previstas para os anos de 2010, 2015 e 2021.

O Seminário Internacional é mais uma etapa na construção da Agenda 21 do Brasil, fundamentado nas iniciativas da Agenda 21 Paraná, que tem insistido na necessidade de mudança de atitude, no sentido de repensar a relação do Homem com a Natureza, para construir, coletivamente, um futuro melhor para todos (SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS DE AGENDA 21, 2009).

¹⁹ Disponível em: <<http://www.eventos.uepg.br/seminariointernacional/agenda21parana/?menu=apresentacao>>. Acesso em: 16 jan. 2013.

O seminário teve como objetivo principal o estreitamento dos debates entre a sociedade civil e o governo, promovendo a corresponsabilidade de todos pela Agenda 21 no Paraná. Além disso, visou à ampliação do diálogo a fim de incentivar ações sustentáveis por parte de todos.

Entre os objetivos específicos, cita-se:

Promover o intercâmbio e diálogos interdisciplinares; Oportunizar a apresentação de trabalhos técnicos científicos e debates com realização de oficinas, grupos de trabalhos temáticos e exposições; Assegurar a publicação de trabalhos referentes às temáticas discutidas em formato de anais do evento; Elaborar documento síntese com resultados apreciados pela plenária oriundos dos grupos dos trabalhos temáticos; Reconhecer e divulgar boas práticas no contexto da Agenda 21 de diversos segmentos da sociedade (SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS DE AGENDA 21, 2009).

Com a busca constante pelo estabelecimento de diálogo, a metodologia utilizada foi a da corresponsabilidade, ou seja, todos podem construir juntos a realidade, o que torna todos responsáveis ao seu ambiente.

2.1.4.3 As Universidades e a Agenda 21 Paraná

No contexto da construção da Agenda 21 Paraná é possível detectar a participação significativa das universidades no contexto do Fórum e da disseminação dos seus conteúdos. Dessa forma, é importante resgatar o que representou o evento "*As Ações das Universidades e a Agenda 21 Paraná*", realizado em março de 2006. Na ocasião, uniram-se representantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), que iniciaram a definição do documento que resultaria no *Pacto 21 Universitário*. Nessa ocasião, foram apresentadas ações, pesquisas e projetos desenvolvidos pelas instituições de ensino superior, relacionadas à Agenda 21 e, ao final, foram apresentadas 25 propostas de ações a serem desenvolvidas no âmbito das universidades.

O pacto foi finalizado em 2007 e assinado no dia 2 outubro do mesmo ano por 13 instituições de ensino superior (IES) do Paraná. O objetivo do documento é fomentar entre as IES premissas da Agenda 21, visando a um novo paradigma de desenvolvimento. As IES deveriam, portanto:

Institucionalizar os princípios da Agenda 21 do Paraná, através de práticas de ensino, pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas; divulgar o contexto da Agenda 21 Paraná através da formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos; e promover o pensamento reflexivo, para tomada de atitudes transformadoras, com vistas à sustentabilidade (PARANÁ. Guia Agenda 21, 2007).

No que diz respeito à mobilização e ao estímulo para parcerias, o documento cita a identificação de instituições que possam se integrar a esse pacto, a promoção de encontros entre os parceiros e a definição da abrangência e participação no Fórum. Além disso, apresentam-se no documento as intenções de institucionalização, divulgação e promoção dos pilares do pacto. A publicação coloca ainda a importância da realização de ações de monitoramento e da construção de um banco de dados para que todos possam compartilhar e corrigir o que for necessário, bem como aplicar indicadores de evolução.

No documento, consta uma apresentação de Schirle Margareth dos Reis Branco, que esclarece:

Conforme poderá ser apreciado nas linhas gerais desta publicação, os aspectos pedagógicos apresentados estarão perfilados nos 9 (nove) Temas Norteadores da Agenda 21 Paraná, cuja arte criativa os identifica no sentido maior de percepção e compromisso das premissas conceituais e de ações práticas a serem conduzidas conforme as realidades locais (PARANÁ. Guia Agenda 21, 2007).

A publicação, formulada pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, cita ainda como grande objetivo atingir as 172 instituições de ensino superior paranaenses que, na época, poderiam vir a contribuir para a construção da Agenda 21 Universitária, com maior aderência das instituições de ensino superior, e na disseminação das premissas da Agenda 21, bem como no desenvolvimento de pesquisas sobre o tema.

O *Pacto 21 Universitário* cita algumas ações que podem ser adotadas nas instituições de ensino superior como, por exemplo, a redução da geração de resíduos sólidos; o incentivo a utilização de meios de transporte menos poluentes, como bicicleta e ônibus, ao invés dos automóveis particulares; a implementação de ações específicas com os jovens; e a implementação de ações que contribuam para a mudança de consciência, com vistas a que as pessoas se sintam integradas com a natureza (PACTO 21 UNIVERSITÁRIO, 2006).

Outros objetivos e compromissos interessantes que podem ser citados são:

Contatar outras Universidades e Faculdades de Ensino Superior do Paraná para integrar o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná; Estabelecer uma REDE de Instituições de Ensino Superior para troca de experiências a respeito da Agenda 21; Incentivar a criação e ampliação, nas Universidades e Faculdades, de cursos de curta duração sobre meio ambiente e sustentabilidade, para professores do ensino fundamental, com a criação de materiais didáticos (PACTO 21 UNIVERSITÁRIO, 2006).

O *Pacto 21 Universitário* se apresenta como uma intenção de um segmento da sociedade de programar ações de Agenda 21, com convite a outras instituições para formar parcerias e disseminar os conteúdos da Agenda 21 PR, com o compromisso com um modo de vida mais sustentável entre os estudantes, professores e funcionários das universidades.

2.1.4.4 Agenda 21 Escolar

A *Agenda 21 Escolar* é um projeto do Governo Federal que visa à implantação de temáticas da Agenda 21 em escolas públicas de todo o Brasil, observando também que, na Agenda 21 Brasileira: "A educação aparece permeando todos os temas do conhecimento e é priorizada no Objetivo 6 (Educação permanente para o trabalho e a vida) onde são apontadas ações e recomendações para fortalecer o trabalho da escola e o acesso à mesma." (CORDEIRO, 2006).

O documento é construído pelo governo federal por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (MEC/MMA) e da Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA/MEC), que executa o programa "*Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*", voltado a turmas de ensino fundamental. Em 2004 foi publicada a cartilha "*Formando COM-VIDA, Construindo Agenda 21 na Escola*", uma publicação da CGEA/MEC e do Programa Agenda 21/MMA.

No Paraná, a *Agenda 21 Escolar* começou a ser constituída em 2004 com a implantação de iniciativas em escolas, com apoio da "equipe de Educação Ambiental da Coordenação de Desafios Educacionais Contemporâneos (CDEC), vinculada à Diretoria de Políticas e Programas Educacionais (DPPE) da Seed" (Agência Estadual

de Notícias: Secretaria da Educação implanta Agenda 21 Escolar²⁰, 04/06/2010) e tem parcerias com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Sanepar, Copel, Emater e Instituto de Terras, Cartografia e Geociências (ITCG).

O programa foi lançado no dia 9 de maio de 2005²¹ em Curitiba e depois o programa de capacitação de professores da rede estadual para o desenvolvimento de ações ambientais aconteceu em outras nove cidades do Paraná.

Para implantar a Agenda 21 Escolar, a Secretaria de Estado da Educação (Seed) trabalha junto ao Programa de Gestão Ambiental Integrada por Microbacias (PGAIM) o conceito de que a escola está inserida dentro de uma microbacia e que isto causa um impacto ambiental. Desta forma, a escola deve problematizar questões envolvendo a sua realidade, buscando uma interferência junto com a participação da comunidade na solução dos problemas ambientais.²²

O PGAIM tem como objetivo fortalecer projetos para uso, manejo e conservação da água, solo e florestas. A partir deste programa, surge a necessidade de se pensar a escola inserida não apenas em seu próprio ambiente, mas como integrante de uma comunidade, uma região e que há impactos nesta localidade.

A Agenda 21 Escolar deve seguir um planejamento que defina a realização de cinco etapas: mobilização, criação de um fórum permanente de discussões, diagnóstico da escola, definição de um plano de ação e avaliação e também deve estar vinculado ao projeto político pedagógico da escola.²³

A *Agenda 21 Escolar* tem como característica principal a interdisciplinaridade, ou seja, a vinculação de temáticas da Agenda 21 aos conteúdos já programados para a sala de aula. O que muda, com esta agenda, é a busca pela adoção de práticas sustentáveis nas escolas, buscando-se atingir os princípios da Agenda 21.

²⁰ AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Secretaria da Educação implanta Agenda 21 escolar**. 04 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=57006>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

²¹ AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Sanepar e Educação lançam Agenda 21 escolar**. 09 set. 2005. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=11433>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

²² *Id.*

²³ *Id.*

2.1.4.5 Agenda 21 Empresarial

A *Agenda 21 Empresarial* (2010)²⁴ é uma das publicações do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Agenda 21 Empresarial. o documento visa, em linhas gerais: "Promover a reflexão por parte da sociedade empresarial sobre a complexidade do conceito de desenvolvimento sustentável e prestar orientações que agreguem valor e responsabilidade socioambiental às suas atividades." (AGENDA 21 EMPRESARIAL, 2010, p.8).

O documento tem como objetivo a apresentação de medidas que podem ser tomadas por empresários para reduzir os impactos ambientais com a produção e comercialização de mercadorias. O guia esmiúça o que é a Agenda 21 desde sua origem em 1992 e aponta quais são as principais fontes de danos ambientais que dizem respeito também às empresas. Cita alguns impactos não somente ambientais, mas que interferem na vida cotidiana da comunidade ao redor das empresas.

O documento coloca uma série de sugestões e temas para que as empresas se comprometam com a questão socioambiental, e sugere que cada organização o observe conforme seu ramo e seus interesses. Durante a exposição desses temas, há citações de trechos da Agenda 21 Global que indicam ações em cada uma dessas sugestões. Além disso, o documento sempre frisa a necessidade de capacitação de funcionários para que colaborem também nesse processo.

O documento é voltado aos dirigentes do setor industrial para que tomem consciência de seu papel na transformação da sociedade e que pratiquem princípios da Agenda 21 que visam à sustentabilidade. Além disso, apresenta um glossário indicando o que são verbetes como reciclagem, metais pesados, matérias-primas e outros, sendo um documento de fácil leitura e compreensão. Faz ainda o compilamento de todas as legislações ambientais, incluindo estaduais e brasileiras, para que os empresários se informem e se adequem às exigências.

²⁴ AGENDA 21 EMPRESARIAL. 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda-21/Guia_Agenda_21_Parana_Empresarial.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

2.1.4.6 Agenda 21 da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Paraná

A Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraná, lança o documento "*Agenda 21 para Escritórios de Advocacia*" em 2011, com a apresentação de propostas de atitudes sustentáveis para escritórios de advocacia. A Presidente da Comissão da Agenda 21 da OAB/PR apresenta os objetivos do documento, que visa desenvolver e implantar "mudanças nos procedimentos e práticas da instituição, com a intenção de uso equilibrado e sustentável dos recursos naturais e humanos inerentes a sua atividade" (OAB/PR, 2011).

O documento prevê, por exemplo, a redução de consumo de insumos como papel, energia, tinta, visando a redução do "custo operacional, e uma melhoria na qualidade e produtividade do trabalho desenvolvido pelos seus colaboradores dentro da nova lógica de economia verde" (OAB/PR, 2011). Traz ainda recomendações para redução do uso de papel, utilização de papel de origem ambiental correta, reutilização de materiais, economia de energia, utilização de lâmpadas fluorescentes, utilização racional da água e outras informações e sugestões para reduzir os custos e os impactos ambientais, no ambiente do escritório de advocacia.

A Agenda 21 da OAB cita também a necessidade de separação do lixo e apresenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei n.º 12.305 de agosto de 2010, indicando informações importantes sobre a separação e envio para reciclagem de resíduos, frisando ainda que a OAB disponibiliza um local para descarte de pilhas e baterias. Em relação à mobilidade urbana, sugere, por exemplo, o uso de bicicleta e a carona solidária, a fim de reduzir os impactos ambientais. Ou seja, o documento é, basicamente, um manual com dicas e sugestões que podem ser implantadas em escritórios visando à redução de custos e utilização racional de recursos. Entretanto, não traz muitas informações sobre o que seja o documento Agenda 21 Global, o que foi a Rio 92 e o que são, por exemplo, impactos ambientais.

A OAB-PR também tem um site²⁵ onde expõe dados sobre a Agenda 21 e outras temáticas ambientais, com material desenvolvido por uma equipe de comunicação

²⁵ COMISSÃO DA AGENDA 21 DA OAB. Disponível em: <<http://www.oabpr.org.br/agenda21/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

da OAB. O site conta com informações sobre o que é Agenda 21, o que foi a Rio 92 e outras informações relacionadas à Agenda 21.

2.1.4.7 Agenda 21 e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA/PR)

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná lançou, na gestão de 2009, o documento *"Agenda 21 Paraná e as Mudanças nos Padrões de Produção e Consumo"*, desenvolvido em parceria com membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná. O trabalho é parte de uma série de publicações do CREA que abordam temáticas distintas. A publicação apresenta "um trabalho de percepção ambiental, que poderá contribuir para que todas as áreas da Engenharia se empenhem na busca dos caminhos da sustentabilidade" (CREA, 2009, p.11).

A publicação ilustra quais os principais danos causados ao meio ambiente e fala brevemente da Rio 92, colocando sobre a Agenda 21: "É a proposta mais consistente que existe sobre como alcançar o desenvolvimento sustentável, isto é, como podemos continuar desenvolvendo nossos países e nossas comunidades sem destruir o meio ambiente e com maior justiça social, socioambiental." (CREA, 2009, p.13).

O documento do CREA apresenta um histórico de desenvolvimento do consumo, do *boom* de produção do século 20, citando que há necessidade, por parte do sistema, de manter o modelo atual de produção e consumo, ou seja, o consumo exacerbado; e apresenta o conceito de consumo consciente:

O consumidor, consciente das implicações dos seus atos de consumo, passa a compreender que o seu papel é o de exigir que as dimensões sociais, culturais e ecológicas, sejam consideradas pelos setores produtivo, financeiro e comercial, em seus modelos de produção, gestão, financiamento e comercialização (CREA, 2009, p.23-24).

O documento apresenta um panorama geral do que precisa ser mudado, citando, por exemplo, a existência de cidades sustentáveis onde há uma relação de maior cuidado com a natureza e os recursos ambientais, e dicas de como reduzir o consumo de água, a utilização de canais menos poluentes de publicidade e

outros temas que tangem profissionais e empresas que trabalham com arquitetura e engenharia.

O documento traz uma boa base de informações sobre impactos ambientais, as convenções sobre o meio ambiente, a Rio 92 e a Agenda 21, além de indicar o que pode ser modificado. O documento do CREA é chamativo, com ilustrações e informações para quem quer se inteirar sobre a temática ambiental e a Agenda 21.

2.1.4.8 Seminário Estadual "A Agenda 21 no Movimento Popular"

Um dos eventos que também se destacam no contexto da Agenda 21 Paraná é o seminário promovido em parceria com a Associação Ambientalista Ecoforça, a Central de Movimentos Populares e a Secretaria de Estado de Meio Ambiente denominado *A Agenda 21 no Movimento Popular*. Realizado em agosto de 2009, em Curitiba, contou com a participação de representantes de entidades do movimento popular, em variadas frentes.

O evento foi planejado considerando que o Movimento Popular, cujo objetivo principal é a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando a diversidade e as especificidades, não está devidamente sensibilizado e nem tampouco envolvido como parceiro estratégico na construção e implantação da Agenda 21 no estado do Paraná, segundo o que recomenda a Agenda 21 Global, no cap. 27, que sugere o fortalecimento do papel das Organizações não Governamentais como parceiros para o Desenvolvimento Sustentável (SEMINÁRIO ESTADUAL..., 2009).

Além de buscar maior participação desses segmentos, o encontro visou contatar atores dos movimentos populares, como uma forma de o Fórum ampliar sua atuação em mais regiões do Paraná, já que o movimento popular se desenvolve em diversos locais. Como objetivos do seminário, cita-se:

Apresentar conceitos e definições, um breve relato histórico, bem como os avanços obtidos, possíveis retrocessos e as perspectivas da Agenda 21 no estado do Paraná; • Estabelecer mecanismos de ação para o fortalecimento das ações da Agenda 21 no Movimento Popular; Preparar o Movimento Popular para o Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do Nosso Tempo (SEMINÁRIO ESTADUAL..., 2009).

Foram debatidas 25 propostas e sugestões que dizem respeito ao contexto desses movimentos como, por exemplo, reflexão sobre nosso cotidiano e modelo de desenvolvimento; divulgação dessa realidade de produção e consumo entre os movimentos; revisão do termo "espécies exóticas invasoras"; e ações na linha dos direitos humanos e de todas as formas de vida.

2.1.4.9 O Paraná na Rio + 20

Em 2012 houve toda uma movimentação do Fórum Paranaense da Agenda 21 Paraná em torno da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, Rio + 20, ocorrida no Rio de Janeiro. Para preparar um grupo para participar do evento, criou-se o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio + 20, por meio do Decreto n.º 3.508, de 14/12/2011 (Anexo 1).

"Compete a este Comitê promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, com a finalidade de articular a participação do Paraná nos eixos da Conferência Rio+20." (PARANÁ, Decreto Estadual n.º 3.508/2011).

O Comitê deliberou, em sua primeira reunião, no dia 15 de março de 2012, que fosse criado um documento retratando as diferentes visões das entidades, organizações e instituições que o compunham, envolvendo sociedade civil organizada, governo, setor acadêmico e empresarial.

Por sua vez, o Fórum Permanente da Agenda 21 constituiu um Grupo de Trabalho para se debruçar sobre a Rio + 20, com o objetivo de levar à Conferência os anseios do Estado. A conferência se focou, após 20 anos da Rio 92, sobre os temas economia, governança e sustentabilidade, com a publicação do documento "*O Futuro que Queremos*". O Paraná publicou, assim, em 2012, o documento "*Paraná, o Futuro que Queremos*"²⁶.

²⁶ Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/-arquivos/File/documento_comite_12_06_2012.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

Com o objetivo de ampliar ainda mais a participação da sociedade, o documento foi construído com base: numa consulta pública eletrônica; nas contribuições de onze reuniões regionais, de reuniões por segmento e de documentos das instituições integrantes do Comitê; cumprindo, portanto, um importante papel articulador da visão dos paranaenses sobre os últimos vinte anos, tendo como referência a Rio 92 e como perspectiva o futuro desejado (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012).

Na publicação aponta-se, por exemplo, que o Estado deve cumprir metas que dizem respeito ao fortalecimento de governança, implementação de Agendas 21 locais em diversos municípios e monitorar estes avanços e as lacunas neste processo. O Documento frisa também:

A Agenda 21 é o processo legítimo para a efetivação do desenvolvimento sustentável, desde a fase do diagnóstico, estabelecimento de metas, monitoramento, avaliação e correção de rumos quando necessário. Compete ao Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e suas instâncias locais (regionais/municipais) monitorar, avaliar e "fiscalizar" o cumprimento das metas do desenvolvimento sustentável no Estado do Paraná, devendo o Fórum ser dotado de estrutura para cumprir com suas atribuições (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012, p.12).

Além disso, o documento prevê a necessidade do Estado em investimento em educação, proteção de comunidades e de grupos mais vulneráveis, como mulheres e populações ribeirinhas, proteção aos direitos da criança e do adolescente. Em relação às temáticas, o documento sugere:

- a) Quanto às florestas: proteção e criação de leis para garantir o acesso das futuras gerações aos recursos;
- b) Quanto à água: proteção deste recurso que é visto como patrimônio e necessário a todos:

Sendo assim, é necessário que se efetive o controle social dos instrumentos de gestão ambiental das águas superficiais e subterrâneas do Paraná, o qual se dá tanto com a participação paritária da sociedade nos comitês de bacias hidrográficas, quanto com a elaboração e a implementação dos planos de bacias hidrográficas estabelecidos pela Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei Federal 9433/97) e ratificado pela Lei Estadual de Recursos Hídricos do Paraná (Lei Estadual 16242/09) (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012, p.16).

- c) Quanto à energia: defesa do caráter público da COPEL e entendimento que é necessária a busca por energias renováveis.
- d) Noção de que há mudanças no clima e que são necessárias mudanças no padrão de consumo.

Esses apontamentos foram elaborados com a contribuição da Consulta Pública, em que se explicitou:

O desejo de que as dimensões social, ambiental, cultural e política do desenvolvimento sustentável se sobreponham à vertente econômica. Do ponto de vista ambiental, a priorização da dimensão econômica sobre as demais dimensões evidencia, por meio de alguns exemplos significativos, o longo caminho que ainda resta a ser percorrido, rumo a um desenvolvimento de base sustentável (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012, p.19).

A Consulta Pública²⁷ coletou, até 10 de maio de 2012, opiniões de segmentos da sociedade paranaense sobre o que deseja para o estado nos próximos anos, questionando sobre quais os compromissos que deveriam ser assumidos visando à mudança de atitude, quais metas o Paraná pode estabelecer para tornar o estado mais sustentável, quais as influências das ações da Agenda 21 estabelecidas na Rio 92 na orientação dos rumos de ações e outras.

Além da Consulta Pública, foram realizados Encontros Regionais do Comitê Paranaense para a Rio+20²⁸ em 11 cidades paranaenses para que a população local pudesse contribuir com a elaboração do documento "Paraná, o Futuro que Queremos", um aglutinador dos interesses e dos anseios da sociedade paranaense para contribuir com os rumos da Rio + 20. Porém, o documento não traz dados e indicadores:

Esses indicadores devem fornecer parâmetros de mensuração das metas do desenvolvimento sustentável do Paraná, de forma sintética e acessível; e deverão, acima de tudo, servir para o estabelecimento de planos com metas e objetivos, que sejam quantificáveis e passíveis de comparação com outras localidades do país e do mundo (PARANÁ: o futuro que queremos, 2012, p.33).

²⁷ Consulta Pública: Paraná, o Futuro que Queremos. Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=271>>. Acesso em: 10 fev. 2012.

²⁸ ENCONTROS Regionais do Comitê Paranaense para a Rio + 20. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Encontros_Regionais_Rio20.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

Houve o entendimento que, como o evento internacional ainda estava para acontecer, a discussão deveria ser aprofundada após os seus desdobramentos e debates, daí sim, seria feita a elaboração de pesquisas e indicadores que contribuam com o desenvolvimento sustentável.

Neste ponto é importante entender que para que a Agenda 21 possa se concretizar, em qualquer um dos seus âmbitos espaciais, em ações efetivas, por meio de políticas públicas democraticamente constituídas com participação dos diversos grupos sociais atuantes, um aspecto se torna fundamental: a capacidade de colocá-la, bem como de suas temáticas, na agenda pública. Para tanto, torna-se necessária a construção de fluxos e estratégias de comunicação e informação permanentes, bem como de fóruns de debates com capacidade de mobilização social e estímulo à participação cidadã. Diante disso, o próximo capítulo se dedica à apresentação e ao aprofundamento de temas como comunicação ambiental, comunicação pública e mobilização social.

3 COMUNICAÇÃO E TEMAS AMBIENTAIS NO ÂMBITO DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL

3.1 COMUNICAÇÃO E MEIO AMBIENTE

A comunicação é entendida nesta pesquisa de uma forma ampla, não apenas aquela ligada aos veículos de comunicação propriamente ditos, mas aquela, sobretudo, que acontece em ambientes como reuniões, conversas e encontros entre pessoas que se dedicam a o debate de um tema, como é o caso do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná. Ao utilizar os conceitos apresentados por Berger e Luckmann (1985), é possível compreender o ser humano como fruto da sociedade em que nasceu e onde vive. O ser humano, segundo os autores, não tem um ambiente específico, consegue se adaptar a diversos locais e situações, criando, por meio da comunicação, os moldes sociais, as tradições e os costumes. A comunicação (inicialmente qualquer sistema de sinais, mais tarde uma linguagem organizada) inicia-se, portanto, como uma ferramenta de transmissão de significados:

A linguagem objetiva as experiências partilhadas e torna-as acessíveis a todos dentro da comunidade linguística, passando a ser assim a base e o instrumento do acervo coletivo do conhecimento. Ainda mais, a linguagem fornece os meios para a objetivação de novas experiências (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.96).

A comunicação é definida como processo de transmissão de informações, valores e tradições. Berger e Luckmann, ao falar das origens da institucionalização da sociedade, enfatizam que a atividade humana é formada a partir de 'hábitos', ou seja, atividades que são realizadas sempre seguindo um padrão. E esse padrão é transmitido de geração em geração por meio da comunicação e dos laços que se estabelecem entre os indivíduos. Assim também acontece com a divisão dos papéis na estrutura social e na transmissão de conhecimento.

Em virtude dos papéis que desempenha, o indivíduo é introduzido em áreas específicas do conhecimento socialmente objetivado, não somente no sentido cognoscitivo estreito, mas também no sentido de 'conhecimento' de normas, valores e mesmo emoções (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.106).

É preciso ressaltar que, conforme os autores, a sociedade é uma construção humana e que funciona quando todos desempenham de forma satisfatória os seus "papéis". Isso leva à distribuição social do conhecimento: o que é relevante para uma grande parte dos indivíduos e o que é importante apenas para uma determinada área de atuação, por exemplo. "Em outras palavras, surgirão especialistas cada um dos quais terá de conhecer tudo aquilo que é considerado necessário para a realização de sua tarefa particular" (BERGER; LUCKMANN, 1985, p.108).

No caso do meio ambiente essa lógica também pode ser seguida, já que houve um desenvolvimento das pesquisas e teorias, conforme foi revisto no primeiro capítulo, até se chegar ao leque de conhecimentos que se tem hoje a respeito do meio ambiente e dos desastres ambientais. A visão, portanto, que perpassa este capítulo é aquela da especialização de determinados campos de conhecimento: o ambiental e o comunicacional, em especial nas interfaces das reflexões teóricas e suas práticas como atividades sociais. No que diz respeito à comunicação, houve uma tendência à especialização para que as atividades nessa área tivessem maior qualidade e credibilidade, como será demonstrado adiante.

Para definir comunicação ambiental, toma-se aqui o conceito de Wilson Bueno (2007, p.33-44): "Vamos assumir a Comunicação Ambiental como todo o conjunto de ações, estratégias, produtos, planos e esforços de comunicação destinados a promover a divulgação/promoção da causa ambiental."

Segundo o autor, entram nessa classificação livros sobre meio ambiente; panfletos e folders; propagandas de rádio, televisão e vídeo; protestos realizados por organizações não governamentais que se destacam, como o Greenpeace; e também o campo do jornalismo ambiental, que se restringe apenas ao material produzido pela mídia sobre o meio ambiente. Nesse sentido, a comunicação ambiental pode ser uma atividade realizada por diversos profissionais, como biólogos, ambientalistas e, inclusive, jornalistas. Porém, o jornalismo ambiental se restringe às atividades dos profissionais da mídia.

Outra característica que separa a comunicação ambiental, como campo especializado geral, do jornalismo ambiental, um subcampo específico, é que a primeira não tem compromisso com a atualidade, conforme aponta Bueno (2007). As publicações nesse sentido não pressupõem, ainda, a periodicidade, característica fundamental dos veículos jornalísticos. Contudo, a comunicação e o jornalismo ambiental apresentam temas de debate em comum, como os exemplos elencados:

"O desenvolvimento e a proteção da fauna e da flora; a diversidade biológica ou biodiversidade; a poluição em suas várias formas [...]; as mudanças climáticas, as condições da água e do solo; o consumo consciente [...] os resíduos domésticos e o lixo industrial [...]." (BUENO, 2007, p.33).

Apesar da gama de temas, o autor destaca que o jornalista ou o comunicador que se dedica à área ambiental não deve perder o que ele denomina "visão sistêmica", ou seja, que a natureza, o homem e a sociedade estão interligados.

Esse subcampo da comunicação começa a ganhar força a partir da década de 1970, quando houve o entendimento de que incidentes, como a poluição, conforme Hannigan (1995), eram problemas do ambiente, e não de outras áreas, como a economia.

"A cobertura ambiental dos meios de comunicação de massa aumentou dramaticamente e, pela primeira vez, as questões ambientais foram vistas pelos jornais na Grã-Bretanha e na América como uma categoria principal de notícias." (HANNIGAN, 1985, p.85).

Nessa época, muitos jornais abriram editorias especializadas no assunto. Ainda segundo Hannigan, um dos motivos para a mudança de foco e tratamento das notícias e dos conteúdos ambientais para uma editoria específica surgiu após a imagem de 1969 do homem na Lua. Com isso, foi possível perceber que a terra é frágil e finita, como define o autor, e então se passou a dar ao meio ambiente um tratamento diferenciado, inclusive nas editorias dos jornais.

Para Robert Cox (2009), a comunicação ambiental apresenta diversos pontos de estudos e práticas. A primeira delas é a "retórica ambiental e a construção social e simbólica da natureza", que envolve as organizações ambientais e as campanhas ao redor do tema. Esse tópico abrange, por exemplo, estudos de práticas discursivas que tornam a questão do meio ambiente mais divulgada e, portanto, mais visível, a um grande número de pessoas, bem como a linguagem utilizada para a construção desses discursos.

O segundo ponto apresentado por Cox é a participação pública na tomada de decisões no que diz respeito ao meio ambiente. Ele apresenta o conceito do Conselho Nacional de Pesquisa dos Estados Unidos: *"When well done, public participation*

improves the quality and legitimacy of a decision and ... can lead to better results in terms of environmental quality"²⁹ (DIETZ; STERN; 2008 *apud* COX, 2009, p.15).

Apesar da importância da participação social, reconhecida pelo autor, ele ressalva que ainda há barreiras para a participação efetiva da sociedade civil e há diversas pesquisas que buscam respostas para esse dilema. Segundo Cox, as comunidades podem atuar em questões como o manejo de florestas e a poluição em determinadas áreas. Porém, ainda há esferas que privilegiam o discurso técnico e privam os cidadãos de informações claras.

O terceiro ponto citado por Cox é a "colaboração ambiental e a resolução de conflitos", ou seja, quando alguns pesquisadores ou gestores percebem a importância do modelo explicado no parágrafo anterior – o da participação social e cidadã – buscam a resolução dos problemas ambientais nas comunidades, em especial por meio da chamada comunicação cidadã:

*At the center of these modes of conflict resolution is the ideal of collaboration, a mode of communication that invites stakeholders to engage in problem-solving discussion rather advocacy and debate. Collaboration is characterized as "constructive, open, civil communication, generally as dialogue; a focus on the future; an emphasis on learning; and some degree of power sharing and levelling of playing field"*³⁰ (WALKER, 2004, p.123 *apud* COX, 2009, p.15-16).

A comunicação ambiental está presente ainda, segundo Cox, em campanhas sobre o meio ambiente, em imagens exibidas na televisão, em fotografias e até mesmo em canções. Segundo o autor, esse tipo de interferência é capaz de influenciar as atitudes e percepções sobre o meio ambiente. As campanhas a respeito do meio ambiente também representam um campo de estudo da comunicação ambiental e podem ser denominadas, muitas vezes, de marketing social:

²⁹ Tradução livre: Quando bem feita, a participação pública melhora a qualidade e a legitimidade das decisões e... pode conduzir resultados melhores em termos de qualidade ambiental.

³⁰ Tradução livre: No centro desses modelos de resolução de conflitos há o ideal de **colaboração**, um modo de comunicação que convida as partes interessadas a se envolver na discussão de solução de problemas, em vez de advocacia e debate. Colaboração é caracterizada como a "comunicação cidadão, aberta e construtiva, geralmente o diálogo; o foco no futuro; uma ênfase no aprendizado e algum grau de divisão de poder e de igualdade de condições".(grifo do autor)

*A growing area of study is the use of public education and advocacy campaigns by environmental groups, corporations, and by climate scientists concerned about global warming. Sometimes called social marketing, these campaigns attempt to educate, change attitudes, and mobilize support for a specific course of action*³¹ (COX, 2009, p.17).

Após a apresentação de diversas formas de comunicação ambiental, Cox a define, baseado em Kenneth Burke (1966 *apud* COX, 2009, p.18), como: *"Distinctive roles of language, art, photographs, street protests, and even scientific reports as different forms of symbolic action"*³².

Além disso, para o autor, a comunicação ambiental:

*To mean the pragmatics and constitutive vehicle for our understanding of the environment as well as our relationship to the natural world; it is the symbolic medium that we use in constructing environmental problems and in negotiating society's different responses to them*³³(COX, 2009, p.19).

Para Cox, a comunicação ambiental é pragmática e constitutiva. Pragmática porque, por meio de campanhas, pode ser educativa e ter a finalidade de alertar para os problemas ambientais, bem como persuadir e ajudar a solucionar os problemas dessa natureza. Ao dizer que ela é constitutiva, o autor se refere à capacidade que esse tipo de comunicação exerce para que sejamos capazes de construir nossas representações sobre meio ambiente. Além disso, a comunicação ambiental ajuda a transformar certas questões em problemas, mudando, aos poucos, nossa consciência sobre o que ocorre no Planeta. O autor observa ainda que a comunicação ambiental permite que entendamos a natureza de formas diferentes ao longo do tempo, conforme os discursos que são apresentados e com as escolhas feitas pela humanidade em relação ao meio ambiente. No caso do Fórum, essa comunicação acontece quando há a troca de informações entre os membros, ou quando são realizadas palestras e

³¹ Tradução livre: Um campo de estudo em crescimento é a da educação pública e campanhas de defesa de grupos ambientais, corporações e cientistas preocupados com o aquecimento global. Algumas vezes chamadas de marketing social, essas campanhas buscam educar, modificar atitudes e mobilizar por uma determinada causa.

³² Tradução livre: Soma de funções de linguagem, arte, fotografia, protestos de rua a até mesmo artigos científicos como diferentes formas de ação simbólica.

³³ Tradução livre: Significa o veículo pragmático e constitutivo para nosso entendimento sobre os ambiente bem como as nossas relações com o mundo natural; é o meio simbólico que usamos para construir problemas ambientais e negociar diferentes ações da sociedade para responder a eles.

encontros para debater um tema em específico, como ocorreu, por exemplo, no caso da preparação para a Rio + 20.

Cox enfatiza também a importância da esfera pública para a ampliação do debate sobre questões socioambientais. O autor define a esfera pública como:

The realm of influence that is created when individuals engage others in communication – through conversation, argument, debate, or questioning – about subjects of shared concern or topics that affect a wider community. The public comes into being in our everyday conversations as well as in more formal interactions when we talk about environmental³⁴ (COX, 2009, p.24).

De acordo com o autor, à medida que instigamos outras pessoas a debater, podemos colocar nossa visão de mundo e construir esferas de influência, criando espaços para a construção coletiva e o debate de ideias.

In contemporary society, information needed for judgments about the environment and other technical subjects may cause both private and public conversations to defer to scientific or technical authority. The danger in such situations obviously is that the public sphere can decline. It can lose its relevance as a sphere of influence that exist in a democracy³⁵ (COX, 2009, p.25).

Além disso, Cox explicita que as discussões e os debates sobre a questão ambiental não ocorrem apenas em espaços formais ligados ao governo, mas, principalmente, fora desses locais, em comunidades, por exemplo. No caso do Fórum, sociedade civil e governo estão integrados e debatendo em conjunto. Essas conversas podem tomar uma forma concreta, como a inserção em rádios locais, publicações em jornais, sites e blogs na internet, entre outros meios. O autor apresenta então as "vozes" que surgem nesse cenário dos discursos ambientais, que são: cidadãos e grupos em comunidades, grupos ambientais, cientistas, corporações e lobistas, críticos às mudanças climáticas, a mídia e os jornais. Cox (2009, p.27) define os grupos em

³⁴ Tradução livre: A área de influência que é criada quando indivíduos engajam outros na comunicação – por meio de conversas, argumentos, debates ou questionamento – sobre objetos de senso comum ou tópicos que afetam uma comunidade maior. O público aparece na nossa conversa diária, bem como nas interações formais, quando nós falamos sobre o meio ambiente.

³⁵ Tradução livre: Na sociedade contemporânea, a informação necessária para julgamento sobre as questões ambientais e técnicas podem causar conversas privadas e públicas para diferenciar da autoridade científica ou técnica. O perigo é que nessas situações a esfera pública pode declinar. Ela pode perder a relevância como uma esfera de influência em uma democracia.

comunidades como *"local residents who complain to public officials about pollution or other environmental problems and who organize their neighbour to take action"*³⁶. Segundo o autor, esse é o meio mais comum para chamar a atenção e promover a mudança ou mobilização social, o que pode ser percebido quando se fala do modelo do Fórum paranaense.

O discurso científico também é um fator que leva o público a prestar atenção às questões ambientais, já que os estudos envolvem especialmente o meio ambiente e a saúde humana. Outro grupo a que Cox se refere são as grandes corporações, que produzem ações de *marketing* para defender os interesses econômicos da indústria e que contam com o apoio de lobistas para lutar contra as regulações ambientais.

Há ainda as instâncias públicas para debates sobre o meio ambiente, ou funcionários públicos que atuam em comunidades para animar o debate sobre o meio ambiente e realizar audiências públicas, para que a população possa dar sua contribuição na elaboração de leis que dizem respeito ao meio ambiente.

O autor frisa também que os grupos ambientais são responsáveis pelas principais fontes de dados sobre a questão ambiental. A participação efetiva desses grupos será analisada de maneira mais detalhada no capítulo três, que trata da participação e mobilização social pela causa ambiental.

A comunicação ambiental vem se especializando nos últimos anos, particularmente após os grandes eventos que reúnem jornalistas de diversas partes do mundo, como foi a Rio 92, quando foram cadastrados sete mil jornalistas, técnicos de mídia e fotógrafos, "representando agências de notícias, redes de TV, jornais e revistas de todas as partes do mundo" (RAMOS, 1995, p.40). Do ponto de vista comunicacional, a conferência teve, segundo Ramos, muita importância pela tecnologia empregada para a transmissão das informações a diversas partes do mundo sobre o que estava sendo discutido na ocasião.

Uma reflexão sobre as práticas de comunicação na Rio-92 foi feita por Hannigan (1995), que expôs a situação do evento na época, com a participação de personalidades e pessoas de destaque, especialmente para o público americano.

³⁶ Tradução livre: Habitantes locais que se queixam aos agentes públicos sobre poluição ou outros problemas ambientais e que organizam os vizinhos a tomar atitudes.

"Entre as celebridades do mundo da política e espetáculo estavam o antigo governador da Califórnia, Jerry Brown; 'os actores' Jeremy Irons e Jane Fonda e o barão dos meios de comunicação social, Ted Turner" (HANNIGAN, 1995, p.88). Com isso, o autor destaca que apesar dos conflitos ideológicos e socioeconômicos entre países do Norte e Sul, a conferência contou com "exibições paralelas", como apresentações artísticas e participação de celebridades de diversos países. "O simbolismo da ocasião foi tipificado pela gigantesca Árvore da Vida, no Rio, na qual foram pendurados postais de crianças de todo o mundo" (p.88).

Ramos destaca que o número de veículos de imprensa presentes em eventos desse porte permite levar para além das fronteiras locais e internacionais as temáticas ambientais: A comunicação passou a fornecer subsídios para que a humanidade se coloque diante de si mesma numa perspectiva de avaliação de seu passado, da trajetória de seu desenvolvimento e de projeção de seu futuro (RAMOS, 1995, p.13)

O autor considera que as evoluções tecnológicas e do fluxo de informações permitem que as pesquisas sejam mais minuciosas. Além disso, o acesso facilitado a esses dados possibilita monitorar os desastres ambientais e as devastações, demonstrando o impacto que isso tem sobre o planeta. Nesse sentido, o domínio da informação pode interferir nas relações entre seres humanos e o mundo: "Portanto, é com grande influência dos meios de comunicação que a humanidade, hoje, toma contato com os problemas ambientais e procura rediscutir os seus modelos de desenvolvimento e sua atuação no meio ambiente." (RAMOS, 1995, p.14).

Hannigan (1995) complementa que essa divulgação dos temas ambientais é, muitas vezes, fruto da visão de jornalistas e cientistas.

Em consequência disso, a percepção pública de que os problemas ambientais alcançaram proporções de "crise", não reflete necessariamente a realidade dos problemas reais, mas antes uma visão dos peritos científicos e dos meios de comunicação social (HANNIGAN, 1995, p.37).

Ainda segundo o autor, a mídia tem papel decisivo para dar visibilidade aos problemas ambientais:

Sem a cobertura dos meios de comunicação social, é pouco provável que problemas antigos entrem na área do discurso público ou venham a fazer parte do processo político. [...] Dependemos dos meios de comunicação social para que o dilúvio diário completamente confuso de informação sobre os riscos ambientais, tecnologias e iniciativas faça sentido (HANNIGAN, 1995, p.79).

Essa análise pode ser interpretada no bojo da teoria do agendamento, elaborada por McCombs e Shaw (1972), a partir do estudo da campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, em 1968. A premissa dessa teoria é a de mostrar que os meios de comunicação agendavam temas que servissem como debate e discussão pelo público, e o assunto não constituiria totalmente uma novidade.

A teoria da *agenda setting* explica o poder da mídia de pautar os temas que serão discutidos no dia a dia das pessoas. Mediante a escolha e apresentação de notícias, a mídia cria um efeito sobre o público que determina certos assuntos sobre os quais este pensa e conversa, e de certa forma, cria uma interatividade entre os receptores. Sendo assim, os meios de comunicação controlam uma parte da realidade social, e com isso as pessoas tendem a debater parte daquilo que os jornalistas propõem.

[...] os jornais e as notícias da TV, mesmo as bem editadas páginas de um jornal tabloide ou de um site da web fazem muito mais do que sinalizar a existência de temas e eventos importantes. Na sua seleção diária e apresentação das notícias, os editores e diretores de redação focam nossa atenção e influenciam nossas percepções naquelas que são as mais importantes questões do dia. Esta habilidade de influenciar a saliência dos tópicos na agenda pública veio a ser chamada da função agendamento dos veículos noticiosos (McCOMBS, 2009, p.17-18).

A *agenda setting* tem grande influência sobre os assuntos discutidos pela sociedade:

A agenda da mídia torna-se, em boa medida, a agenda do público. Em outras palavras, os veículos jornalísticos estabelecem a agenda pública. Estabelecer esta ligação com o público, colocando um assunto ou tópico na agenda pública, de forma que ele se torna o foco da atenção e do pensamento do público – e, possivelmente, ação – é o estágio inicial na formação da opinião pública (McCOMBS, 2009, p.18).

Assim, mesmo com diferentes graus de penetrabilidade e de capacidade de agendamento, os meios de comunicação controlam uma parte da realidade social, e com isso as pessoas tendem a debater parte daquilo que os jornalistas propõem. Esse tipo de entendimento também faz sentido na análise de Silverstone (2005, p.13), quando afirma que, "é por ser tão fundamental para a nossa vida cotidiana que devemos estudar a mídia. Estudá-la como dimensão social e cultural, mas também política e econômica, do mundo moderno". O autor assinala a necessidade

de estudar a mídia sob vários aspectos e entendê-la como um processo fundamental, social e historicamente específico:

Entender a mídia como processo também implica um reconhecimento de que ele é fundamentalmente política ou talvez, mais estritamente politicamente econômica. Os significados oferecidos e produzidos pelas várias comunicações que inundam nossa vida cotidiana saíram de instituições cada vez mais globais em seu alcance e em suas sensibilidades e insensibilidades. Pouco oprimidas pelo peso histórico de dois séculos de avanço do capitalismo e desconsiderando cada vez mais o poder tradicional dos Estados nacionais, elas estabeleceram uma plataforma para a comunicação de massa (SILVERSTONE, 2005, p.17).

Segundo Bueno (2007), o jornalismo ambiental, que também se insere no contexto dos chamados valores-notícia³⁷, desempenha diversas atividades na sociedade, sendo três delas destacadas pelo autor: informativa, pedagógica e política. A primeira serve para suprir as necessidades de informação e atualização que as pessoas têm em relação aos temas ligados ao meio ambiente, como efeito estufa, poluição do ar e águas, entre outros. Um exemplo de notícia relacionado à Agenda 21 no Paraná pode ser a de título: "BRDE Promove debate no Sul", do jornal *Indústria e Comércio*, de 25 de outubro de 2010³⁸. A matéria é meramente informativa e fala sobre o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), parceiro da Agenda 21 nos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme aponta a notícia. A notícia é composta por quatro parágrafos, dedicando um parágrafo e meio, aproximadamente, para explicar o que é a Agenda 21, inclusive situando o leitor sobre a ECO 92. Porém, o foco da matéria é para a participação do BRDE no evento e, ao que parece, a notícia se baseia em material de assessoria de imprensa do próprio banco.

Outra função apresentada por Bueno é a função pedagógica, que, por sua vez, "diz respeito à explicitação das causas e soluções para os problemas ambientais e à indicação de caminhos (que incluem necessariamente a participação dos cidadãos) para a superação dos problemas ambientais" (BUENO, 2007, p.35).

³⁷ Valor-notícia: valor subjetivo que determina ou indica se um fato pode ser considerado notícia ou não, levando em conta o impacto que esse fato pode ter, sua consonância com o pragmatismo da mídia e sua probabilidade de aumentar a audiência.

³⁸ A notícia foi coletada em uma pesquisa exploratória realizada no acervo da Biblioteca Pública do Paraná a fim de encontrar o que teria disponível em arquivos de jornais sobre a Agenda 21 Paraná.

Um exemplo disso é o da notícia coletada no jornal *Gazeta do Povo*, "Instituições de Ensino Superior assinam "Pacto 21 Universitário"³⁹, de 2 de outubro de 2007. A notícia está inserida no caderno "Vestibular" e trata sobre a assinatura do pacto 21 Universitário: "O pacto visa conscientizar as IES para que assumam seu papel na construção de ações socioambientais compatíveis com os propósitos da Agenda 21 Paraná". Esse texto comenta brevemente também sobre o Fórum Paranaense de Agenda 21 e explica o que é a Agenda 21, no contexto da Rio 92.

Por fim, a função política diz respeito à capacidade de mobilização dos cidadãos em torno de temáticas ambientais. Porém, segundo Bueno, é uma opção de mídias mais conservadoras submeter o jornalismo ambiental à lógica empresarial, ignorando quase sempre as funções pedagógicas e políticas.

Tendem, muitas vezes, a ignorar as raízes do jornalismo ambiental, sua disposição irrecusável para a mobilização e para o despertar de consciências, tentando torná-lo refém de ações mercadológicas ou empresariais e interesses políticos. Confundem jornalismo ambiental com marketing verde ou ecopropaganda (BUENO, 2007, p.35).

Apesar de a quantidade de notícias sobre meio ambiente estar aumentando nos últimos anos e ganhando espaço nos meios de comunicação, a inserção ainda é tímida.

São inúmeros os obstáculos: preconceito com os assuntos relacionados a meio ambiente (porque este seria um assunto "menor" ou porque ameaçaria injustificadamente o desenvolvimento econômico); eventuais pudores do veículo para o qual trabalha em relação a assuntos que possam causar constrangimento aos patrocinadores; falta de cultura e de visão de mundo de colegas que ocupam cargos superiores, e que se sentem ameaçados por novas ideias ou modelos de cobertura (TRIGUEIRO, 2005, p.3).

A fim de analisar a publicação de temas ligados à Agenda 21 Paranaense, realizou-se um estudo exploratório⁴⁰ cujo conteúdo foi apresentado no XV Seminário

³⁹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular/conteudo.phtml?id=701155>>. Acesso em: 19 maio 2012.

⁴⁰ MEI, Danielle S.; LIMA, Myrian Del Vecchio de. **A Agenda 21 no Estado do Paraná e o modo como o jornalismo trabalha essa temática socioambiental**. Ponta Grossa, jun. 2012.

de Inverno de Estudos em Comunicação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, em 2012. Como pesquisa preliminar, foram analisados os recortes de jornais disponíveis na Biblioteca Pública do Paraná que citassem a Agenda 21 a partir dos temas centrais "Meio Ambiente" e "Ecologia", disponibilizados em pastas de arquivos já separadas e classificadas no arquivo da biblioteca. O objetivo foi verificar notícias que citassem a Agenda 21 e o evento ECO 92. A análise foi exploratória a fim de verificar se o tema foi pautado pelos jornais paranaenses e de que forma aparece nos jornais.

O material fornecido trouxe apenas duas notícias que citaram propriamente a Agenda 21: "BRDE Promove debate no Sul", do jornal *Indústria e Comércio* do dia 25 de outubro de 2010 e "Curitiba defende apoio financeiro para Agenda 21", também no jornal *Indústria e Comércio* do dia 29 de agosto de 2002.

Com vistas a aprofundar a pesquisa e encontrar mais notícias publicadas na imprensa sobre a Agenda 21, realizou-se uma busca nos arquivos on-line dos jornais "*Gazeta do Povo*" e "*O Estado do Paraná*", dois veículos impressos significativos no contexto paranaense, com as palavras-chave "Agenda 21" e "ECO 92". No jornal *Gazeta do Povo* foi encontrada uma notícia: 1) Instituições de Ensino Superior assinam "Pacto 21 Universitário"⁴¹, de 2 de outubro de 2007.

O Jornal *O Estado do Paraná*, que agora conta somente com a versão on-line, trouxe cinco notícias que tratam sobre a Agenda 21: 1) "Paraná começa a elaborar Agenda 21"⁴², de 25 de maio de 2005; 2) "Engenharia lança Agenda 21", de 26 de julho de 2003⁴³; 3) "Araucária rumo a Agenda 21"⁴⁴, de 5 de julho de 2002;

⁴¹ Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular/conteudo.phtml?id=701155>>. Acesso em: 19 maio 2012.

⁴² Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/123409/?noticia=PARANA+COMECA+A+ELABORAR+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

⁴³ Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/economia/news/54505/?noticia=ENGENHARIA+LANCA+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

⁴⁴ Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/cidades/news/16648/?noticia=ARAUCARIA+RUMO+A+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

- 4)" Campo Mourão aprovado na Agenda 21"⁴⁵, de 19 de dezembro de 2003 e
5) "Comunidade da Vila Torres reclama de discriminação"⁴⁶, de 26 de outubro de 2008.

A partir da análise inicial das quatro notícias fornecidas pela Biblioteca Pública do Paraná, é possível perceber que apenas uma das matérias trouxe de forma mais aprofundada o que foi a ECO 92. Apenas duas notícias falaram sobre a Agenda 21, ainda assim sem explicar ao leitor de forma completa o que é o documento, quando foi feito, por que motivo foi criado. Há, portanto, escassez de matérias jornalísticas que trabalham com a temática, e quando o fazem, poucas trazem o conteúdo mais aprofundado, situando o leitor e fazendo melhor a contextualização dos acontecimentos.

Frome destaca que os temas ambientais só ganham espaço na mídia de maneira geral quando tratam de escândalos e de desastres naturais:

Lixo tóxico, praias poluídas, o Dia da Terra, derramamentos de óleo e incêndios florestais podem chegar ao noticiário noturno, mas em sua maioria os distúrbios ecológicos são parcialmente noticiados, à medida que venenos no solo e na água, desaparecimento de espaços abertos e de espécies, e superpopulação simplesmente não são dramáticos o suficiente para gerar uma história (FROME, 2008, p.43).

Essa crítica feita por Bueno e Frome diz respeito à mídia tradicional, aos veículos de comunicação de massa e que funcionam atualmente como grandes empresas de comunicação. Por outro lado, Downing (2002) indica que os movimentos sociais conseguem um novo modo de se comunicar com o uso da denominada mídia radical. Por meio desta, os movimentos conseguem fugir da lógica comercial dos grandes veículos e podem, assim, dar visibilidade aos seus temas de interesse. A mídia radical é baseada na cultura popular, que, segundo a definição do autor, é uma expressão autêntica das aspirações do público. Manifesta-se nas produções de música e dança e tem um importante papel na oposição, sendo uma contradição às produções de massa.

⁴⁵ Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/68739/>>. Acesso em: 19 maio 2012.

⁴⁶ Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/cidades/news/16648/?noticia=ARAUCARIA+RUMO+A+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

A mídia radical amplia o campo de ação dos atores para além da grande mídia. Um exemplo disso é a da mídia feminista e a étnica minoritária. Esse tipo de mídia permite apresentar uma outra face da realidade e mostrar como transformá-la, ao contrário da mídia de massa. Isso assinala para uma das suas características importantes, a de sua relativa independência dos poderes constituídos.

A mídia radical pode ser exemplificada pelos trabalhos de grafite em *outdoors*, volantes e cartazes, podendo chegar à produção de mídia autônoma. O autor utiliza o conceito da "chama lenta", que considera o conteúdo da mídia radical como um convite à mudança econômica ou política. Porém, como isso não é possível em curto prazo, o papel dessa mídia é manter viva a visão de como a realidade pode ser e como pode mudar. Nesse caso, a mídia radical não pode ser analisada como a mídia tradicional que depende da audiência, é preciso a sua dissociação das suposições sobre a necessidade disso. Essa mídia alternativa é definida como um conceito utilizado pelos atores para a manifestação de opinião, cobranças e críticas ao governo, bem como a demonstração de traços culturais peculiares de uma determinada comunidade.

A mídia alternativa pode ser organizada pelos movimentos sociais, todavia, muitas vezes é deixada de lado pelos militantes. Downing (2002) destaca que a mídia alternativa é a primeira que, normalmente, articula e difunde questões, análises e desafios dos movimentos sociais. O autor percebe, assim, a necessidade de os movimentos sociais e as organizações, entre eles as ambientais, pensarem mais sobre a questão da comunicação, também no âmbito das reuniões e dos congressos, já que a qualidade da mensagem pode garantir maior aderência daquele público àquela causa, quando se sente seduzido pelas ideias transmitidas pelo ato de comunicar.

A mídia radical pode, portanto, fazer com que as pessoas envolvidas em causas, como o feminismo e o meio ambiente, por exemplo, se comuniquem de forma mais direta, já que transmite questões específicas e de interesse focado naquele grupo.

Downing (2002) apresenta ainda a importância da comunicação para o desenvolvimento da democracia. Segundo ele, a mídia e os meios têm poder para transmitir informações úteis para que a deliberação efetiva aconteça. Entretanto, isso seria mais efetivo se os meios de comunicação se afastassem das amarras das empresas privadas e cedessem mais espaço à participação das massas, garantindo o que ele denomina uma democracia viva. Dessa forma, a mídia radical é o principal sustentáculo da comunicação democrática.

3.1.1 As estratégias de comunicação e a área ambiental

A comunicação pode ser uma ferramenta para mobilização de indivíduos que se vinculem a movimentos sociais e outras formas de participação cidadão e consigam, com isso, ampliar seu poder de ação. Além disso, esse espaço cidadão pode ser ampliado ao se vincular a outros, o que Ilse Scherer-Warren (1996) denomina de redes. As redes permitem o empoderamento dos grupos de cidadãos, que conseguem ter maior força e presença na esfera pública. Sendo assim, movimentos em diversas partes do mundo podem ter "um mesmo inimigo a combater", conforme afirma Castells (1998). Por isso, a importância das redes nos dias atuais, afinal, elas possibilitam o intercâmbio de informações e esclarecimentos entre grupos, além da troca de experiências que pode ser proveitosa em um determinado local e em diversas outras partes do mundo.

Algumas características dessas redes precisam ser levadas em conta, como, por exemplo, a articulação dos atores, a transnacionalidade (um traço mais recente do mundo globalizado) e o pluralismo organizacional e ideológico, já que a mesma organização pode acolher atores com concepções diferentes, mas que se unem em defesa de uma determinada causa.

O conceito que a autora utiliza para a multiplicação de informações são os chamados "nós" ou elos (SCHERER-WARREN, 2006), que representam as lideranças, mediadores e organizadores que transmitem as informações. Como se nota, a comunicação é uma ferramenta fundamental para que essas redes se articulem. E essa articulação também é feita com a troca de informações entre esses elos, os quais ligam as redes e os atores, que por sua vez, são fontes de informações e transmissores daquelas nos grupos menores, de bairros, por exemplo. A comunicação pode ajudar a fortalecer essas redes a partir do momento que aproxima esses elos. Com as redes conectadas é possível trazer o debate para a esfera pública.

3.1.2 Movimento ambientalista e comunicação

Dentre os novos movimentos sociais, o movimento ambientalista foi um dos que ganhou maior força nos últimos quarenta anos, segundo Castells (1998). Esse poder é visível também no cenário político, já que muitos partidos políticos dos Estados Unidos e da Europa "verdejaram" suas propostas e programas em prol do meio ambiente:

Em todo o mundo, a velha oposição simplista entre os conceitos de desenvolvimento para os pobres e preservação para os ricos tem-se transformado em um debate em diversos níveis acerca da possibilidade real de desenvolvimento sustentado para cada país, cidade ou região (CASTELLS, 1998, p.141).

Com a ampliação dos conceitos ambientais e da conscientização, há a busca pela "reorientação das instituições e políticas no sentido de um sistema socioeconômico responsável do ponto de vista ambiental" (CASTELLS, 1998, p.142).

Nesse cenário surgem os movimentos ambientalistas que atuam em diversas áreas, sustentados por diversas motivações. Segundo Castells (1998, p.143): "Essa dissonância entre teoria e prática é que caracteriza o ambientalismo como uma nova forma de movimento social". O movimento ambientalista se caracteriza, portanto, por sua descentralização, orientado à formação de redes e com alto grau de penetração.

O autor leva em consideração a identidade dos movimentos, que varia entre amantes da natureza, comunidades locais, cidadãos preocupados com a questão do meio ambiente, por exemplo. Como cada movimento tem um adversário, para dar sentido a sua causa, o autor cita alguns, como os agentes poluidores, o industrialismo exacerbado, o desenvolvimento global desenfreado e o não estabelecimento de políticas públicas específicas para a área. Portanto, há diferentes objetivos nesses movimentos, que podem ser a defesa da vida selvagem, a sustentabilidade, a oposição ao poder (constituído) e outros.

Nesse sentido, o autor adverte que o ambientalismo não pode ser visto apenas como um movimento de conscientização. Ao contrário, sempre buscou "exercer influência na legislação e nas atitudes tomadas pelos governos" (CASTELLS, 1998, p.161). Com isso, atua também junto ao poder e aos partidos políticos, buscando maneiras de trazer a causa ambiental para a arena pública: "É bem provável que

haja uma tendência mundial de 'verdeamento' da política como um todo, embora em um tom bem pouco acentuado, assim como uma autonomia sustentada do movimento ambientalista." (p.164)

Castells relata que os primeiros movimentos ambientais, ainda no século XIX, surgiram em classes mais abastadas, o que foi se modificando depois.

Foi somente no final dos anos 60 que, nos Estados Unidos, Alemanha e Europa Ocidental surgiu um movimento ambientalista de massas, entre as classes populares e com base na opinião pública, que então se espalhou para os quatro cantos do mundo (CASTELLS, 1998, p.154).

Os movimentos foram se alastrando ao redor do mundo e, segundo o autor, o grande sucesso se deve à força social que foi adquirindo, com "notável capacidade de adaptação às condições de comunicação e mobilização" (CASTELLS, 1998, p.161).

Os ambientalistas recebem a atenção da mídia quando "conseguem transmitir sua mensagem a uma audiência bem maior que a representada por suas bases diretas" (CASTELLS, 1998, p.161). Com a sua presença constante na mídia, esses movimentos conseguem maior credibilidade em relação a outras causas.

Hannigan (1995) igualmente chama a atenção para a atuação dos movimentos sociais em relação à mídia e às estratégias de comunicação. Ele entende os movimentos como "formuladores de exigências ambientais", que se organizam com "pessoal administrativo e de investigação pago, programas de angariação de fundos fortes e sofisticados, ligações institucionalizadas em relação aos meios de comunicação e aos legisladores" (HANNIGAN, 1995, p.61).

A partir dos conceitos apresentados pelos dois autores, é possível compreender que há um diferencial nesses movimentos em relação à comunicação, já que eles realmente organizam ações, "campanhas planejadas de antemão", segundo Hannigan. Há uma tentativa para atingir, além da população, também as instâncias de poder e os setores que elaboram as leis e estabelecem políticas públicas.

Hannigan (1995, p.62) exemplifica essa atitude com o Greenpeace, que não exhibe na arena pública problemas ambientais totalmente novos, mas "elabora interpretações científicas que teriam, de outra forma, passado despercebidas ou sido deliberadamente censuradas". O movimento trabalha, assim, as informações para que elas causem impacto. Além disso, para o autor, a relação entre esses movimentos e os meios de comunicação se torna cada vez mais institucionalizada. Desse modo,

os problemas ambientais só entram em pauta quando há ao menos uma validação simbólica feita pelo movimento.

Para liderar a atenção, um problema ambiental potencial deve ser visto como novidade, importante e compreensível. [...] Um modo efectivo para liderar a atenção é através da utilização pelos reivindicadores de figuras gráficas, verbalizações apelativas e figuras visuais (HANNIGAN, 1995, p.63).

Ao utilizar algumas dessas técnicas, os problemas ambientais se tornam mais "vendáveis". O autor classifica alguns temas e situações que podem vir a se tornar notícia nos meios de comunicação: acontecimentos políticos e socioeconômicos, como guerras; desastres e epidemias; acidentes nucleares e industriais; encontros críticos entre autoridades e membros dos movimentos; acontecimentos frutos de grandes campanhas que partem dos movimentos e decisões políticas polêmicas do ponto de vista ambiental.

Hannigan (1995) frisa, porém, que nem todos os acontecimentos críticos vão gerar problemas que tenham importância para a mídia e sua lógica de produção de notícias. Para que isso ocorra, é preciso que o problema ambiental apresente algumas características.

1) Estimule a atenção dos meios de comunicação; 2) Envolve alguma arma do governo; 3) Exija uma decisão governamental; 4) Não seja eliminado pelo público como um fenômeno que acontece apenas uma vez; e 5) relacione-se com interesse pessoais de um número significativo de cidadãos (HANNIGAN, 1995, p.65).

Assim, movimentos sociais, como o Greenpeace, têm muitas vezes o êxito de inserir na mídia suas reivindicações também por ser fonte de informação legítima e por disseminar novos conhecimentos científicos entre a comunidade de investigadores e também para os veículos de comunicação, além da capacidade de produção interna de informações que podem ganhar a arena pública (HANNIGAN, 1995).

O autor complementa que a história da proteção ambiental deve-se muito a atuação dos movimentos, que "têm sido muito mais bem sucedidos na entrada na ampla lista da agenda internacional" (HANNIGAN, 1995, p.67). Porém, destaca também que esses movimentos ainda não conseguem ter realmente uma institucionalização de suas políticas nessa agenda.

Sérgio Costa (2002) destaca o movimento ambientalista que utiliza a comunicação para a sensibilização pública, introduzindo temas que antes não eram trazidos para o debate central. O autor frisa a importância da preservação dos locais de interação simples, quando as pessoas podem interagir de forma horizontal, como deveria funcionar sempre no caso das redes de movimentos sociais, conceito definido anteriormente por Ilse Scherer-Warren. Isso porque todos os grupos poderiam ter as mesmas condições de transmissão de informações, valorizando a comunicação entre os membros por um canal simples, como as pequenas reuniões de bairros, por exemplo. Ainda segundo o autor, a comunicação mais comunitária e local pode garantir meios alternativos para o debate de ideias, unindo as pessoas em um ambiente menor, porém mais engajadas com determinadas causas, já que há maior identificação desses atores com os temas que são tratados e contra o inimigo a ser combatido.

O fortalecimento da sociabilidade proporciona ainda formação de laços de solidariedade, beneficiando os cidadãos a alcançar sua cidadania além da consolidação de espaços de envolvimento social e territorial. Sérgio Costa cita os exemplos dos bairros de imigrantes que se formaram nas grandes cidades e que apresentam características peculiares daquela população. Um fato semelhante a isso que pode ser citado são os clubes de mães, que se formaram em diversos bairros brasileiros na década de 1990 e que conseguiram garantir diversos direitos urbanos, como saúde nos bairros, moradia, saneamento e outros.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO PÚBLICA E DO CAPITAL SOCIAL

O propósito desta dissertação é compreender o processo comunicativo do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, com ênfase na comunicação pública, fundamental na relação Estado, governo e sociedade civil. Diante disso, é importante compreender alguns conceitos sobre diferentes modalidades de comunicação, bem como alguns elementos constitutivos da comunicação pública.

Uma das principais referências no Brasil para o estudo da comunicação pública é o autor francês Pierre Zémor (1995). Para o autor, as funções da comunicação pública incluem o ato de informar, ouvir as demandas e as expectativas e promover o debate público, contribuir para assegurar a relação social, fazendo com que o

sujeito se sinta cidadão, e acompanhar as mudanças que isso promove. Zémor enfatiza a necessidade de ouvir e de haver troca de informações com os cidadãos (Zémor *apud* MATOS, 2009).

Heloiza Matos (2009), a partir das concepções conceituais de Zémor, apresenta a comunicação pública como uma ação coletiva sobre questões de interesse público e que tende a promover a cooperação e o fortalecimento da confiança entre os atores, exigindo que os cidadãos participem das discussões e que não sejam, apenas, receptores das mensagens. Para tanto, a autora comenta sobre o modelo do sistema representativo, em que:

Agentes representantes se tornam porta-vozes de outros agentes, poupando-lhes uma participação direta. Se esta proposta tem apelo, ela põe em risco o cerne mesmo da comunicação pública, pois a participação indireta não é necessariamente sinônimo de acolhimento de demandas sociais: nem no debate, nem na negociação, nem na tomada de decisões (MATOS, 2009b, p.52).

O sistema representativo está caracterizado no Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná, pois reúne membros representantes de entidades ligadas ao governo e à sociedade civil. A função desses atores no fórum é, portanto, fazer o elo entre o Fórum e suas instituições para buscar a implantação da Agenda 21 no Paraná.

Matos explica que é preciso ampliar os espaços de discussão, a esfera pública, para que as informações permeiem mais camadas da sociedade. A comunicação pública só pode ser entendida como tal se for como uma inclusão informacional, em que todos recebem informações pertinentes.

Se todos os agentes participam do debate das questões de interesse e utilidade comum, se essa participação é possível graças à existência de uma infraestrutura que materializa a esfera pública, se eles se sentem aptos e motivados a participar graças à cultura de valorização de seu papel social, se os critérios de instituição e processo do debate são claros e equitativos, então será possível preencher os requisitos mínimos para o reconhecimento da *comunicação pública* (MATOS, 2009b, p.56).

Nessa mesma direção, Elizabeth P. Brandão (2009) destaca que a comunicação pública cresce e se organiza na mesma medida em que os cidadãos crescem e conseguem estabelecer o seu poder, esclarecendo que:

[...] quero apenas deslocar o olhar e ser capaz de enxergar a comunicação como a provável manifestação política mais importante da organização da sociedade contemporânea. Neste raciocínio, só entendo a comunicação pública como parte integrante da vida política da sociedade e, como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil. A CP feita pelos governos, pelo terceiro setor ou pelas empresas privadas acontece na medida em que a voz do cidadão começa a ficar forte a ponto de pressionar essas instituições a se preocupar com as questões da cidadania (BRANDÃO, 2009, p.30).

Brandão (2009) identifica a comunicação pública com cinco contextos diferentes. Pode ser vista como comunicação organizacional, que objetiva a inserção de uma determinada marca no mercado, com estratégias definidas e um planejamento. Também identificada com comunicação científica, onde se busca despertar o interesse da opinião pública por assuntos da ciência; com comunicação do Estado e(ou) governamental; com comunicação política; e, também, percebida como estratégia de comunicação nos movimentos sociais e entidades do terceiro setor que objetivam a publicização de suas causas.

Para Brandão (2009), no contexto da comunicação pública identificada como estratégia da sociedade civil organizada, uma das reivindicações mais recentes desses grupos são relativas à utilização das novas tecnologias de comunicação para ampliar o acesso à informação. A comunicação pública é tida como mais democrática e sem compromissos com a indústria midiática, com características libertadoras. O que muda com isso, conforme a autora, é que, dessa forma, o cidadão tem mais possibilidades de manifestação, com voz mais ativa no espaço público. No caso do movimento ambientalista, pode-se dizer que a comunicação toma essas características, a fim de mobilizar mais atores em torno da causa ambiental e levar a um maior número de pessoas essas informações.

Embora todas essas dimensões de comunicação pública em dado momento façam parte no funcionamento do Fórum da Agenda 21 no Paraná, a que mais interessa destacar neste contexto, é a que se estabelece como "um processo comunicativo que se instaura entre o Estado, o governo e a sociedade com o objetivo de informar para a construção da cidadania" (BRANDÃO, 2009, p.9). E esta será a visão adotada no decorrer deste trabalho, a fim de chegar a uma conclusão sobre que influência a comunicação tem dentro do Fórum da Agenda 21 no Paraná e se esse coletivo leva para além de suas fronteiras o que foi debatido em plenária. Em especial, quando a comunicação propicia a interferência da sociedade civil, por meio

de debates, discussões, audiências públicas e outros canais onde governo e sociedade se conversam, como já enfatizado por Matos.

Nesse sentido, Jorge Duarte (2009, p.61) ressalta que a comunicação pública deve ser voltada ao incentivo da participação corresponsável: "É um bem e um direito de natureza coletiva, envolvendo tudo o que diga respeito ao aparato estatal, ações governamentais, partidos políticos", bem como empresas privadas e o terceiro setor. O autor verifica, dessa forma, que a informação é a base para o conhecimento e que, por meio dela, os atores podem estar em contato e, com o diálogo, promover o desenvolvimento da sociedade. Mas, a comunicação, afirma, não pode ser limitada apenas pelo ato de informar: deve ser um ato de compartilhamento, de colocar em um espaço comum. Já a falta de divulgação dessas informações, pode ser considerada um problema:

Viabilizar a comunicação exige como requisito mínimo que uma mensagem chegue e seja compreendida pelo receptor, mas o modelo elementar de emissão e recepção não é suficiente. A informação é apropriada, em geral por interação social, e depende de fatores como conhecimento de sua existência, disponibilidade, oportunidade, acesso (DUARTE, 2009, p.63).

A comunicação pública não deve ser vista apenas como uma via de transmissão de informações, mas deve garantir "a possibilidade de o cidadão ter pleno conhecimento da informação que lhe diz respeito, inclusive aquela que não busca por não saber que existe" (DUARTE, 2009, p.64). Para que sua participação seja efetiva, são necessários conhecimento e orientação. Duarte cita ainda os instrumentos de diálogo, ou seja, instâncias de cooperação, acordos e encaminhamentos de decisões.

Os canais de diálogo estimulam o exercício da cidadania ativa e a viabilização da mudança em benefício do interesse comum, tornando os envolvidos sujeitos do processo, coparticipantes nas decisões e nas mudanças e comprometidos com os resultados do esforço. São talvez aqueles cuja evolução foi mais consistente nos últimos anos. Entre os exemplos estão fóruns de consulta pública, oficinas de mobilização social, grupos de trabalho, orçamentos participativo, ouvidorias, conselhos, listas de discussão, comunidades de informação, teleconferências, redes de diferentes tipos, reuniões, mesas de negociação, câmaras técnicas, conselhos setoriais, eventos dirigidos [...] (DUARTE, 2009, p.65).

A comunicação pública também pode ser considerada, dentro da classificação do autor, como segmentada, ou seja, aquela voltada a um grupo de interesse que já tem certo domínio sobre o assunto que está sendo debatido. Porém, em se analisando

o contexto do Fórum da Agenda 21 no Paraná, é possível detectar a maneira de comunicação principal, ou seja, as reuniões, como uma forma de comunicação direta, ou seja, aquela que se refere "ao contato personalizado, geralmente do tipo face a face, que inclui atendimento, interação pela Internet, debates, relações com o público interno, audiências públicas, reuniões, apresentações, grupos de trabalho, fóruns e similares" (DUARTE, 2009, p.66).

A característica principal desse modelo de comunicação é a facilidade de interação entre os membros e maior capacidade de compreensão do conteúdo, já que o contato é realizado, nesse caso, face a face, explica Duarte. Mas, observa que o acesso à informação, considerada por ele um direito do cidadão, ainda é uma dificuldade, especialmente nas camadas mais humildes da sociedade, segmentos em que a informação se faz ainda mais necessária. Para o autor, o acesso à informações ainda é um dos desafios da comunicação pública, que deveria facilitar esse processo.

O processo comunicativo do Fórum da Agenda 21 no Paraná, no entanto, não se esgota no uso da comunicação pública, mas requer outras modalidades de comunicação que dinamizam o funcionamento do órgão. Nessa perspectiva, vale citar a contribuição de Margarida Maria Krohling Kunsch (2003), que propõe a comunicação integrada, numa abordagem ampla e estratégica. Essa visão se volta para a convergência de diversas áreas, envolvendo a comunicação institucional, mercadológica, comunicação interna e a administrativa, que constituem, juntas, o composto da comunicação organizacional, na concepção da autora.

A comunicação interna é aquela voltada para a interação entre a organização e seus empregados ou membros, estimulando o diálogo, a troca de informações em nível interno e a participação de todos. O público interno, neste caso, é visto como o público multiplicador. Ela pode envolver "murais, caixas de sugestões, boletins, terminais de computador, intranet, rádio, teatro, etc." (KUNSCH, 2003, p.159). Esse tipo de comunicação permite que haja maior participação dos empregados e membros da organização.

No caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná, este formato aparece quando se percebe o contato direto entre os membros desse Fórum, pela transmissão de informações via e-mail, por exemplo, ou mesmo durante as reuniões ordinárias, que foram analisadas nesta pesquisa, quando acontece o diálogo aberto e direto,

com exposição de alguns temas específicos e apresentações de representantes de entidades sobre algum assunto que interesse ao coletivo.

A comunicação administrativa, por sua vez, "permite viabilizar todo o sistema organizacional, por meio de uma confluência de fluxos e redes" (KUNSCH, 2003, p.152). A comunicação, nesse estágio, permeia todos os processos de administração para que a organização continue funcionando, facilitando o intercâmbio dentro da organização e proporcionando melhor atendimento ao público e mais eficiência. Essa comunicação administrativa pode ser percebida nas atividades da Coordenação das Ações da Agenda 21 do Paraná, quando há o envio de sugestão de pauta, das atas para aprovação e das informações gerais que dizem respeito especialmente aos membros do Fórum.

A comunicação mercadológica é também apresentada, mas não diz respeito ao Fórum em estudo. É aquela voltada a "divulgação publicitária de produtos ou serviços de uma empresa. Está vinculada diretamente ao marketing de negócios" (KUNSCH, 2003, p.162). Ela envolve, além da publicidade, as promoções de venda, feiras, exposições e forças de venda.

Por fim, a comunicação institucional é a responsável pela "imagem e identidade corporativas fortes e positivas de uma organização" (KUNSCH, 2003, p.164). Consiste na publicização de informações sobre filosofia, políticas, práticas e objetivos das organizações. O objetivo dessa modalidade é conquistar credibilidade e a confiança diante da sociedade, tendo como objetivo final, tanto nas empresas como no campo governamental, a influência político-social. Segundo Monteiro, na visão de Zémor, a comunicação institucional:

é uma das funções assumidas pela comunicação pública, e tem por objetivo mostrar ao público o papel da organização, afirmando sua identidade e sua imagem, prestando contas do conjunto de suas atividades e, de modo geral, permitindo o acompanhamento da política da instituição. Nas instituições públicas, [...], a comunicação institucional é aplicada à divulgação do conjunto dos registros [...] que constituem os "fatos da instituição" e que, portanto, são o material de trabalho da assessoria de comunicação da instituição, devendo ser executada externa e internamente (MONTEIRO, 2009, p.37 e 38).

3.2.1 A constituição do capital social

No caso do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná, pode-se também constatar o que Matos denomina capital social. Na definição de Hanifan (1916 *apud* MATOS, 2009, p.34-35), o capital social é o "conjunto de relações sociais marcadas pela boa vontade, camaradagem e simpatia, atributos próximos do *goodwill* utilizado para definir as relações públicas em sua origem". Isso porque os membros precisam ter uma boa interação entre si, garantindo que todos tenham o mesmo espaço de manifestação e que todas as manifestações sejam bem-vindas, como será explanado mais adiante quando serão trazidas as características deste coletivo que se instaurou no Paraná para a Agenda 21.

A autora explicita ainda que, por meio da constituição de capital social, os indivíduos conseguem atingir mais facilmente seus objetivos dentro da sociedade.

Assim, além de atributo individual, o capital social é visto como componente da ação coletiva, ativando as redes sociais. Ele representa um conjunto de elementos com os quais uma classe social garante sua reprodução, incluindo o capital econômico, o capital cultural (como o reconhecimento de dado status social), o capital simbólico (relacionado ao reconhecimento do prestígio de quem o detém). O conjunto desses tipos de capital circula em redes sociais e possui características que justificam a ação do termo capital: possibilidade de acumulação (capital mobilizável), convertibilidade (capital humano transformado em capital social) e reciprocidades (indicadores de confiança) (MATOS, 2009, p.35).

Ao se considerar o cenário do Fórum da Agenda 21 no Paraná, pode-se entender que a reunião de diversos atores de entidades diferenciadas em torno de um debate focado, no caso a Agenda 21 Paraná, pode constituir capital social à medida que, durante as discussões, ocorre a troca de conhecimento, informação e são tomadas algumas decisões dentro desse coletivo. Conforme observa Coleman (*apud* MATOS, 2009, p.36), o capital social se encontra justamente nas redes sociais, "que garantem a confiança nas estruturas sociais e permitem a geração de solidariedade".

Dessa forma, o capital social pode ser verificado em dois tipos de estrutura:

Nas redes sociais que funcionam num espaço fechado (um clube, associação ou sindicato, com as próprias normas e sanções ou numa organização social ou instituição com um objetivo específico – empresa, governo, associação cultural, partido político, ONG). Neste último caso, a organização ou instituição pode se afastar de seu objetivo primário (lucro, gestão, eleição) para integrar uma ação social ou causa social (MATOS, 2009, p.37).

Matos salienta ainda a visão de Coleman (1988), que entende que o capital social pode assumir três formatos: "1) às expectativas e obrigações recíprocas [...]; 2) às redes de comunicação nas quais circulam as informações, que facilitam a articulação das ações coletivas; 3) às normas que garantem a aplicação dos itens apontados anteriormente." (MATOS, 2009, p.37-38).

O capital social visa, portanto, facilitar as ações coletivas, analisando-se os conceitos à luz do que se objetiva neste trabalho. A comunicação, por sua vez, se torna essencial no engajamento cívico e na formação do capital social, segundo a autora:

O conceito de capital social está intimamente relacionado com as interações nas redes sociais por meio de práticas comunicativas nas relações face a face e naquelas caracterizadas pela presença dos meios de comunicação massivos ou das tecnologias de informação e comunicação (MATOS, 2009, p.70).

Para Matos, a conversação ganha destaque nas discussões mais recentes sobre a construção de cidadania e da esfera pública. Porém, ela destaca Schudson (2001), o qual salienta que nem todas as formas de comunicação são equivalentes e que "o único tipo de conversação capaz de promover a democracia e a esfera pública é aquela entre pessoas que possuem diferentes valores e experiências buscando tomar decisões" (MATOS, 2009, p.83).

A autora distingue a chamada "conversação sociável", quando os indivíduos estabelecem contato visando à interação e que é desorientada e fluida. Porém, é a partir de algumas dessas conversas que as pessoas começam a moldar suas opiniões. Matos define esse tipo de interação também como conversação cívica: "A conversação cívica cotidiana entre amigos, familiares, vizinhos, conhecidos, colegas de trabalho e mesmo desconhecidos, sobre questões de interesse público, prepara o caminho para o engajamento em processo decisórios formais e normativos." (MATOS, 2009, p.87).

Por outro lado, Schudson aponta outra forma de conversação, que é voltada para a solução de problemas.

Focaliza as trocas de argumentos em público entre pessoas com *backgrounds* distintos, exigindo que os participantes formulem os próprios pontos de vista e respondam aos questionamentos alheios. O importante é que cada participante interaja e revise suas declarações de acordo com as sugestões e respostas dadas por interlocutores (SCHUDSON, 2001 *apud* MATOS, 2009, p.84).

Para Schudson, o segundo modelo apresentado se mostra mais relevante para o funcionamento de sociedades democráticas, já que está voltado à solução de problemas de forma coletiva, a busca de uma decisão que seja satisfatória. Ao se considerar o contexto do Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná, isso se aplica, pois no Fórum são debatidos temas em um modelo de participação igualitária e aberta entre todos os representantes de entidades, temas que são de interesse da sociedade em geral, como questões relacionadas ao meio ambiente e sua preservação.

Matos expõe sobre a importância da conversação cívica para que o indivíduo comece a entender melhor os problemas e possa dividir e mesmo aprender com os outros. A conversa cívica pode, portanto, também contribuir para a constituição do capital social na medida em que incentivam as pessoas a estabelecerem laços de confiança e cooperação, favorecendo o engajamento cívico. Os efeitos dessas conversações, conforme a autora, são socializantes, integrativos e ligados à troca de perspectivas e ideias.

Dessa forma, "a conversação cívica orientada para o entendimento tende a permitir a formação de redes de discussão e de sociabilidade fundamentais para o capital social" (MATOS, 2009, p.93). No que diz respeito aos efeitos integrativos, destaca-se o "desenvolvimento de capacidades expressivas e argumentativas" (p.93). Por fim, a troca de ideias permite o trabalho em conjunto, objetivando um acordo ou o alcance de um objetivo comum.

3.3 A MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Este tópico se dedica à construção teórica da temática mobilização social segundo os conceitos de Bernardo Toro e Nísia Werneck (1997). Também examina a proposta metodológica de avaliação de Márcio Simeone Henriques (2004) para verificar se existe efetivamente, e em que grau, um processo de mobilização social, avaliação por ele denominada de "vínculos, para ajudar a compreender, ao final desta pesquisa, se as ações do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná podem ser consideradas atos de mobilização social.

3.3.1 Mobilização e participação

Conforme apresenta Evelina Dagnino (2000), no Brasil, a noção atual de cidadania e de participação surgiu nas décadas de 1970 e 1980, quando os movimentos urbanos, como associações de bairros e movimentos feministas, perceberam as carências sociais como direitos e começaram a exigir soluções. Assim, houve a busca pela identidade desses grupos, tornando-os sujeitos portadores de direitos e cidadãos em pé de igualdade com os demais, perante a lei.

Essa formação de grupos em torno de determinadas causas surge de demandas da sociedade civil e de indivíduos que se identificam e que vivem as mesmas necessidades. Milton Santos (2012, p.102) trata do objetivo comum como a comunhão social, e o define nos seguintes termos: "no conjunto de todos, os outros também sendo nós". A partir daí, o autor confere importância quando as pessoas se organizam em grupos, que permitem a multiplicação das "forças individuais, mediante a organização" (p.103).

Sérgio Costa (2002) verifica ainda que alguns temas que antes eram considerados de cunho privado acabam entrando nos debates da esfera pública devido às demandas que surgem na sociedade civil. Os movimentos sociais e as organizações não governamentais conseguem fazer com que esses temas ganhem maior atenção e consigam apoio na luta por cidadania. Há, portanto, políticas de participação da

população na tomada de decisões do governo quando os membros das organizações sociais estão presentes na esfera política, reivindicando direitos, segundo Sérgio Costa.

Com a maior participação das pessoas no processo de escolha de autoridades, houve um crescimento da participação das minorias da sociedade, como mulheres, negros, homossexuais, entre outros. Conforme Antônio Albino Canelas Rubim (2000), é possível a consagração dos direitos individuais e sociais e verificar a conscientização das classes sobre a importância de sua atuação.

A extensão da atividade política, apesar de inúmeras vezes formal, e principalmente a perspicácia de certos olhares contemporâneos, fizeram emergir a compreensão, característica dos tempos atuais, de que as relações de poder permeiam e perpassam toda a sociabilidade (RUBIM, 2000, p.21).

Nesse sentido, para o exercício da cidadania, a população precisa estar atenta e consciente sobre o seu papel e a capacidade de mudar a realidade por meio da participação. Costa destaca, ainda, que muitas demandas nascidas no mundo da vida, ou esfera de reprodução simbólica, conforme cita Jürgen Habermas (*apud* COSTA, 2002), são intermediadas pelos atores e podem seguir para mecanismos públicos de encaminhamento. Porém, muitas vezes, essas demandas esbarram nos interesses políticos e econômicos, o que nem sempre garante que os desejos das organizações sociais sejam atendidos. É preciso, portanto, que a própria população se organize para ampliar seus direitos.

Para Toro e Werneck (1997, p.19), "cidadão é a pessoa capaz de criar ou transformar, com outros, a ordem social e a quem cabe cumprir e proteger as leis que ele mesmo ajudou a criar". Com isso, é possível compreender o papel decisivo da participação dos indivíduos no processo de construção da cidadania, já que, nessa visão, os indivíduos são compreendidos como atores, realmente, e não apenas espectadores de sua realidade social. Cabe aos indivíduos, portanto, também o papel de participar.

Ser cidadão implica entender que a ordem social (as leis, os costumes, as instituições, as tradições, etc.) não é natural. É uma invenção, uma criação de homens e mulheres de uma mesma sociedade. É compreender, também, que, se essa ordem não produz dignidade, pode ser mudada ou uma nova deve ser criada em seu lugar, em colaboração com os outros (TORO, 2005, p.20).

Ainda segundo Toro, uma sociedade se torna mais produtiva quando tem diversas organizações que congregam pessoas⁴⁷ e que proporcionam "transações úteis, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais" (TORO, 2005, p.21). Nesse sentido, "as pessoas se transformam em sujeitos sociais e políticos quando geram organização" (p.21). As organizações, como o Fórum Agenda 21 Paraná, demandam, por exemplo, a criação de identidade entre os membros que a integram, regras específicas de funcionamento interno, normas de interação com outras organizações, criação de planos e projetos e, por fim, "buscar o reconhecimento no 'todo geral', ou seja, no Estado, o que implica assimilar que o Estado deve refletir a organização da sociedade a que pertence e estar perto dela" (p.22).

Toro aponta ainda que a organização das pessoas permite que a democracia se fortaleça, o que possibilita vencer problemas sociais como a pobreza ou a falta de qualidade de vida. "Quando uma pessoa não está organizada, não se sente obrigada a respeitar regras dos outros nem da sociedade (não tem autorregulação) e, ao mesmo tempo, seu isolamento facilita que outros violem seus direitos (não há proteção social)" (TORO, 2005, p.22). Portanto, ao se organizarem, os cidadãos se fortalecem no tecido social e podem fazer valer seus direitos. As organizações podem ser as mais diversas, conforme o autor, desde um grupo de amigos até um movimento social.

Nesse sentido, Santos (2012) também coloca a importância da participação, afirmando que a luta pela cidadania não se esgota na confecção de uma lei.

A lei é apenas uma concreção, um momento finito de debate filosófico sempre inacabado. Assim como o indivíduo deve estar sempre vigiando a si mesmo para não se enredar pela alienação circundante, assim o cidadão, a partir das conquistas obtidas, tem de permanecer alerta para garantir e ampliar sua cidadania (SANTOS, 2012, p.105).

⁴⁷ Toro (2005, p.54) define que: "Essa pessoa capaz se desenvolve nos espaços de socialização, lugares ou instâncias onde adquirimos e transformamos o nosso pensar, sentir e atuar em relação a nós mesmos, aos outros e à coletividade; onde se concebem e se modificam os valores e os sentidos da vida."

Ainda segundo o autor:

O simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana. Viver, tornar-se um ser no mundo, é assumir, com os demais, uma herança moral, que faz de cada qual portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, a chuva, as intempéries; direito ao trabalho, à justiça, à liberdade e a uma existência digna (SANTOS, 2012, p.19).

O autor considera, assim, que o respeito ao indivíduo é "a consagração da cidadania" (SANTOS, 2012, p.19). Toro e Werneck (1997) defendem ainda a democracia como "uma ordem autofundada", ou seja, suas leis e normas são construídas pelos mesmos indivíduos que cumpri-las e protegê-las. "O resultado da confusão que fazemos é ficarmos, muitas vezes, esperando que o governo cuide do que nós, coletivamente, deveríamos cuidar" (TORO; WERNECK, 1997, p.28). Nesses termos, o cidadão tem sua parcela de responsabilidade na manutenção das normas e na busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Contudo, Dagnino explica que certas questões precisam ser tratadas pelo Estado a partir da igualdade na diferença, já que esses movimentos lutam por causas específicas. Para Scherer-Warren (1996), esses movimentos atuam no seio da sociedade civil e buscam um modo alternativo de poder resultante da ruptura diante das crises da sociedade contemporânea em relação à economia e à situação de bem-estar social.

Rousiley Maia (2010) trabalha com o conceito de nós, também apresentado por Scherer-Warren no capítulo 2, quando fala em atores coletivos. Maia explica que é importante perceber o que leva os indivíduos a se ligarem a certas causas, como é feita essa construção dos grupos e como as pessoas se mantêm unidas aos ideais coletivos. O indivíduo se une a um grupo para a formação dos "nós". Maia entende que é preciso que cada pessoa se identifique com o grupo e com a causa que ele defende, para que possa, então, efetivamente participar e se tornar um cidadão ativo.

Maia (2010) busca descobrir como os atores coletivos produzem o autoentendimento sobre as causas que reivindicam e as definições que constroem em interação com outros atores sociais. Para complementar essa ideia, ela cita Mellucci, que explica que a simples oportunidade, ou a organização dos movimentos, não pode ser tomada como condição óbvia para o desenvolvimento de ações coletivas efetivas. É preciso que os indivíduos se identifiquem com as causas para

que desejem fazer parte de ações coletivas. Não basta que a proposta seja boa, é preciso que atinja a sua realidade do cotidiano.

Autores da teoria da mobilização política admitem que, para se construir um movimento social, não basta ter uma causa justa. É preciso criar e desenvolver ideias, símbolos e palavras-chave que possam ser comunicados, que sejam significativos e atrativos (MAIA, 2010, p.282).

Nesse sentido, os movimentos sociais organizam ações não voltadas apenas para a esfera política, mas para a sociedade civil e para ajudar a formar a opinião pública. Afinal, o que se quer também é que os indivíduos vejam os movimentos de uma forma diferenciada e positiva.

O conceito de esfera pública está intimamente ligado com o de cidadania, já que o espaço da sociedade civil incita o debate e a organização de movimentos, fazendo com que as pessoas se identifiquem e tenham vontade de se organizar e se mobilizar por uma certa causa. No caso da antiga burguesia, por exemplo, as pessoas formavam organizações voluntárias para reivindicar junto ao Estado seus interesses. Essa forma de organização permitia que os cidadãos ganhassem mais força para exigir do poder público, ou do Estado, a defesa dos direitos de todos, baseado nas leis.

Atualmente, esse espaço da opinião pública se modificou. É quase impraticável que todos os membros de uma sociedade se reúnam para debater suas ideias; a mídia tornou-se responsável por esse papel. As rádios, os jornais e a televisão tomam esse espaço para debate de ideias. A mídia se transforma, portanto, em um espaço de debate e de manifestação; pelo menos é esse o papel que ela acaba recebendo, apesar de nem sempre incitar o debate para a mudança de mentalidade e o aumento do nível cultural de uma sociedade.

É importante ter em mente que apenas a pressão dos movimentos sociais é insuficiente para alterar as políticas do Estado e da economia, conforme explicita Maia (2010). Para essa análise, ela utiliza o modelo apresentado por Jürgen Habermas, que distingue a esfera pública formal, constituída pelos corpos judiciários, legislativo e das agências administrativas, da esfera pública informal, constituída pelos âmbitos de debate que acontecem na vida cotidiana, como fóruns, organizações da sociedade civil, no trabalho e no mundo da vida.

Desse modo, a inclusão dos atores na esfera pública formal não deve ser pensada apenas na representação. Ao contrário, os atores da sociedade civil exercem um poder importante na construção e sustentação da esfera pública informal, que ajuda a questionar as práticas sociais e as falhas das instituições. Essa condição pode contribuir para revitalizar a esfera pública, garantindo, por exemplo, políticas deliberativas inclusivas.

Por fim, deve-se entender que a cidadania é um conceito que vem mudando com o passar do tempo e se ampliando, com o objetivo de alcançar o que se chama de bem-estar social. A sociedade civil é um terreno para o desenvolvimento de movimentos sociais e organizações que buscam o estabelecimento de leis e direitos com a intenção de tornar todos iguais perante a lei. Os direitos ganham amplitude, passando do simples direito de ir e vir para os direitos reivindicados pelas minorias atuais, como uma legislação específica para proteção dos direitos das mulheres e dos idosos, por exemplo.

Maia, apoiada no pensamento de Habermas, observa que no processo de construção de ideais e objetivos comuns, as pessoas não precisam necessariamente deixar de lado seus anseios ou orientações valorativas, mas passam a entender seus valores à luz do que os outros pensam. Nesse aspecto, a comunicação se torna importante para que esse compartilhamento seja realmente efetivo.

Scherer-Warren e Edwards ressaltam que é o ecossistema da sociedade civil que permite a implementação de políticas mais democráticas. Esse ecossistema é entendido pelo "conjunto de grupos de ação local, associações voluntárias em prol das causas de interesses comuns, grupos beneficentes, organizações híbridas em parceria com o poder público" (SCHERER-WARREN; EDWARDS *apud* MAIA, 2010, p.290).

3.3.2 A construção do bem público

Para a consolidação da democracia justa e a busca pelo que Toro e Werneck (1997) chamam de "objetivo comum", a mobilização social e a participação dos cidadãos são imprescindíveis. A participação, na visão dos autores, constitui meta e meio no processo de mobilização social, sendo que "ela cresce em abrangência e

profundidade ao longo do processo, o que faz dessas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado" (TORO; WERNECK, 1997, p.26).

Para que os cidadãos atores consigam definir um interesse e se sintam aptos a participar, a comunicação se apresenta como um ponto decisivo. Henriques (2004), autor que tem sua base teórica em conceitos de Bernardo Toro, lembra que a comunicação é importante para a tarefa mobilizadora, pois faz "criar condições para a participação e manter os atores engajados em suas causas" (HENRIQUES, 2004, p.33). A comunicação também deve ser planejada para estimular a participação da comunidade, a fim de que o projeto tenha continuidade e gere mais frutos:

A comunicação para a mobilização social, tendo este caráter dialógico, tenderá também a ser libertadora, já que o sujeito não tenta invadir ou manipular o outro, reduzindo-o a mero objeto ou recipiente, mas tenta, com o outro, problematizar um conhecimento sobre uma realidade concreta, para melhor compreender esta realidade, explicá-la e transformá-la (HENRIQUES, 2004, p.27).

De acordo com Toro e Werneck (1997, p.5): "Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados". Sendo assim, é preciso ressaltar que a mobilização parte da premissa da escolha do indivíduo em querer participar, fato que ocorre à medida que o cidadão se vê como responsável e capaz de promover transformações com determinadas atitudes e ações.

Os autores ainda reforçam essa ideia ao explicar a questão da atitude, apontando que:

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os "males" da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (TORO; WERNECK, 1997, p.8).

Toro (2005) trabalha, ademais, com o princípio da construção social do público para que uma democracia funcione:

A construção social do público requer passar da linguagem provada à linguagem coletiva, dos bens provados aos coletivos, das perspectivas privadas ou corporativas às perspectivas de nação e coletivas. Requer desenvolver nos cidadãos formas democráticas de pensar, sentir e agir, isto é o que se conhece como cultura democrática (TORO, 2005, p.29).

E tudo o que convém a todos pode ser considerado público, bem como "bens ou serviços destinados à satisfação das necessidades comuns e indispensáveis, que possibilitam a vida digna da população" (TORO, 2005, p.30), como serviços de saúde, educação, moradia, vigilância de ruas e outros. Quando uma parte da população não tem acesso a esses bens públicos, há desigualdades. Outra forma de entender o público é por meio da comunicação, que remete à ideia de inclusão e do que não é secreto e que chega ao conhecimento do povo. "Essa concepção comunicativa de público é hoje fundamental para criar governabilidade, legitimar o Estado e as instituições públicas. É o que se conhece como transparência pública." (p.31).

Na conceituação de elites feita por Toro (2005), elas são vitais na construção do público, pois são pessoas que, por suas atuações, podem modificar o jeito de pensar e agir de uma sociedade, tornam-se assim um referencial em determinados assuntos. Essa elite pode ser formada por intelectuais, comunicadores, políticos, artistas, administradores públicos, diretores e líderes das organizações da sociedade civil, empresários, líderes comunitários e líderes religiosos.

O público é construído nos espaços para deliberação, debate e acordo. Os lugares onde se tomam decisões. Nos espaços educativos e de produção do saber, nos meios de comunicação e nas indústrias culturais. O público, entendido como o que convém a todos de forma igualitária e para sua dignidade, se constrói no Estado e em espaços não-estatais (TORO, 2005, p.34).

Esses espaços podem ser de deliberação, de debate e discussões em assembleias públicas e de bairro, inclusive em fóruns e congressos nacionais e internacionais. Além disso, podem-se citar ainda ramificações do poder público, sindicatos, associações profissionais e organismos internacionais.

Para a construção do bem público em uma determinada sociedade, é apresentado o conceito de produtividade, ou seja, "capacidade que uma sociedade tem de usar, racional e adequadamente, os seus recursos para gerar bens e serviços que permitam uma vida digna a todos" (TORO, 2005, p.36).

Há, conforme o autor, diversas formas de produtividade, como econômica, política, social, cultural e ambiental. Tendo em vista os objetivos deste trabalho, as que mais interessam são a política e a social.

Produtividade política é a capacidade que as pessoas e as organizações de uma sociedade têm para fazer convergir os interesses até o alcance de bens públicos e coletivos que colaborem para a dignidade humana. O papel fundamental da política é a coletivização de interesses, a construção de interesses coletivos tomando-se por base os interesses individuais múltiplos. São os interesses coletivos que permitem o avanço de uma sociedade (TORO, 2005, p.37).

O autor define a produtividade social como:

A capacidade que uma sociedade tem de definir e criar organizações e instituições que façam transações com facilidade para aumentar a participação dos cidadãos e a inter-relação entre as instituições. A força e a importância de uma instituição depende da sua capacidade para incentivar e conseguir um maior número de transações positivas (que favoreçam a dignidade (TORO, 2005, p.37).

Portanto, para a construção de uma sociedade que garanta a todos a dignidade, é imprescindível a participação do cidadão e que ele se compreenda como um ator capaz de modificar a sociedade em que vive. "No público, tornam-se possíveis a equidade e a participação" (TORO, 2005, p.41). O público se constrói tomando-se por base a sociedade civil e ultrapassa a noção de estatal, deixando a cargo dos cidadãos delimitar e definir o que é necessário para a dignidade de todos.

Tendo presente a questão da construção do que é público, pode-se pensar na constituição de um fórum para buscar esse bem comum, considerando o fórum como um ambiente de debate e de construção coletiva.

3.3.3 A comunicação na mobilização

Toro e Werneck (1997, p.5) defendem a "mobilização social como um ato de comunicação". Compreendem que é a comunicação que permite que a mobilização aconteça, favorecendo a circulações de informações e o compartilhamento delas para os diversos atores que aderem à causa. A partir da comunicação, todos os atores conhecem a fundo o projeto e as diretrizes, o que permite que haja uma atuação uniforme por parte de todos.

Nesse contexto de comunicação como ferramenta de mobilização, percebe-se que o planejamento de qualquer entidade, instituição ou grupo respeita, segundo

Henriques (2004), uma opção política orientada por certos valores. O objetivo é "propiciar ações abertas, multidirecionais, democráticas, sem abrir mão do planejamento como meio de coordenar e organizar as iniciativas" (HENRIQUES, 2004, p.34).

Segundo o autor, a comunicação tem papel importante no processo de mobilização. O primeiro é o de difusão das informações, quando há a divulgação do tema mobilizador, dando visibilidade ao assunto ao qual se deseja chamar a atenção. A segunda função é a de promover a coletivização. Não basta que as pessoas conheçam um determinado tema, mas é interessante, nesse segundo estágio, que elas tenham certeza de que não estão sozinhas nessa luta.

"Espera-se que as pessoas não apenas tomem conhecimento da informação, mas incorporem-na de alguma forma, utilizem-na, compartilhem-na e tornem-se, elas próprias, fontes de novas informações." (HENRIQUES, 2004, p.23).

Outro passo importante é o de registro da memória do movimento, a fim de que as informações estejam organizadas em um acervo que esteja acessível a todos, segundo Henriques (2004). A última função da comunicação apresentada por esse autor é a de fortalecer elementos de identificação com a causa e com o projeto mobilizador. Isso significa a construção de identidade do movimento com a articulação entre valores e símbolos para os membros, "estabelecendo de uma maneira estruturada produção de elementos que orientem e gerem referências para a interação dos indivíduos, possibilitando, assim, um sentimento de reconhecimento e pertencimento capaz de torná-los corresponsáveis" (HENRIQUES, 2004, p.24).

Nesse sentido, a comunicação se mostra uma ferramenta importante para a mobilização dos atores, uma vez que proporciona a interação entre as pessoas, a criação de símbolos comuns e instiga a corresponsabilidade, fazendo com que todos se sintam realmente parte do processo e o levem adiante, criando, assim, uma rede de ação.

Em relação à construção de um projeto de mobilização social, o primeiro passo apresentado por Toro e Werneck (1997, p.35) é a "explicitação de seu propósito". Essa convocação deve ser feita de modo a atrair mais cidadãos para apoiar uma determinada causa. "Não deve ser só racional, mas ser capaz de despertar paixão. A razão controla, a paixão move." (TORO *apud* TORO; WERNECK, 1997, p.35).

Para que as pessoas se sintam empolgadas a participar e se empenhem para atingir o que os autores denominam objetivo comum, é preciso criar um objetivo, que consiste em um interesse compartilhado, mas que também é individual. As pessoas

que integram um processo de mobilização e que se sentem mobilizadas não estão, portanto, necessariamente de acordo entre si, mas de acordo com uma causa maior.

"A mobilização social não é uma oportunidade de conseguir pessoas para ajuda a viabilizar os nossos sonhos, mas de congregar pessoas que se dispõem a contribuir para construirmos juntos um sonho, que passa a ser de todos." (TORO; WERNECK, 1997, p.37).

O processo de mobilização começa quando um grupo ou uma instituição inicia a experiência de "compartilhar um imaginário e o esforço para alcançá-lo" (TORO; WERNECK, 1997, p.38). Os papéis e a participação de cada membro de grupo se dão no decorrer do processo.

Para os autores, há três papéis importantes para o desenvolvimento da ação de mobilização: a do produtor social, o reeditor social e o editor social. Para que o trabalho seja iniciado, segundo os autores, é importante que esses atores estejam ambientados com os conteúdos que dizem respeito ao assunto que deva mobilizar um determinado grupo, com materiais básicos e os propósitos do ato de mobilização, para que eles se sintam aptos a transmitir essa experiência. O produtor social é o grupo de pessoas ou a instituição que

tem a capacidade de criar condições econômicas, institucionais, técnicas e profissionais para que um processo de mobilização ocorra. [...] É essencial que o Produtor Social seja visto não como dono mas como precursor de um movimento que reflete uma preocupação e um desejo de mudança compartilhado (TORO; WERNECK, 1997, p.38-39).

Nesse caso, o produtor social pode ser uma secretaria de Estado ou uma empresa privada que apoie um determinado objetivo. No caso específico da Agenda 21, o Governo do Estado, por meio da Secretaria Estadual de Meio Ambiente, pode ser visto como produtor social, que criou as condições, em âmbito estadual, para que o Fórum fosse implantado e para que a sociedade participe. Para tanto, é preciso que tenham credibilidade.

O papel do produtor social, conforme os autores, é dar condições para que a mobilização ocorra, porém respeitando a capacidade das pessoas de decidir sobre suas escolhas de modo coletivo. Além disso, é missão desse ator estimular a participação e as decisões tomadas dentro de um grupo.

O reeditor social é o ator que tem capacidade de readequar as mensagens e determinados grupos devido ao seu papel social, ocupação ou trabalho. Ele se destaca por credibilidade e legitimidade dentro de um determinado grupo. Porém, seu papel não deve ser visto como o de um multiplicador, segundo Toro e Werneck. Os multiplicadores têm como objetivo reproduzir a mensagem da forma mais próxima de como a receberam e o reeditor social tem mais autonomia quanto a esse conteúdo, atuando em seu cotidiano.

Para a que a mobilização social seja efetiva, é necessária a edição das mensagens para "que se convertam em formas, objetos, símbolos e signos adequados ao campo de atuação dos editores" (TORO; WERNECK, 1997, p.43). Assim, os reeditores podem decodificar as mensagens a fim de que se apliquem a sua realidade cotidiana. A função do editor, portanto, é garantir que as mensagens cheguem ao campo de atuação do reeditor, para que então sejam aplicadas em um campo maior.

A sequência da mobilização social é definir os campos de atuação de cada membro, para que cada um exerça seu papel. As pessoas podem, com isso, inventar novas formas de participação sem se acomodar ou ter sua autonomia comprometida. Porém, esses atores estão, como já foi dito anteriormente, atuando com um objetivo comum, por isso é frisada a importância da coletivização, que é definida como:

"O sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentido. É ela que dá estabilidade a um processo de mobilização social." (TORO; WERNECK, 1997, p.52).

Para a coletivização, uma das ferramentas é a comunicação, que é utilizada para circulação e divulgação de informações do que está sendo feito em diversas frentes. "A mobilização social requer um projeto de comunicação em sua estruturação. A comunicação social tem contribuições importantes e fundamentais no processo de coletivização." (TORO; WERNECK, 1997, p.55). Porém, além da circulação das informações, é preciso que isso gere resultados, ou seja, que as pessoas reflitam e formem suas opiniões sobre o conteúdo que está sendo transmitido, não apenas que o recebam, mas que o formulem em seus grupos de trabalho, por exemplo.

A comunicação, nesse sentido, foge à visão mais tradicional dos meios e se refere aqui à comunicação entre os indivíduos e grupos, como já foi explicitado no

capítulo 2, e se volta para a formação das redes.⁴⁸ Nesse caso, serve para fortalecer os vínculos entre produtores, editores e reeditores a fim de tornar o processo de mobilização possível.

Porque toda mobilização é uma convocação de vontades, a comunicação que lhe é própria deve ser de natureza convocatória. Esse é um aspecto fundamental. A convocatória deve surgir da natureza e forma do imaginário e dos objetivos que a comunicação propõe. [...] A comunicação deve manter sempre essa linha de convocação, de convite, de abertura e valorização da participação de todos (TORO; WERNECK, 1997, p.63).

Os autores destacam, ainda, a importância do comportamento comunicativo dos participantes para que as informações circulem de maneira horizontal. Nesse sentido, Toro (2005) coloca como sendo a primeira função da comunicação a autoafirmação.

A auto-afirmação pode ser definida como a expressão de um sentido próprio, que se espera seja reconhecido e validado pelo outro. Permite ao meu sentido conviver e perdurar entre outros sentidos dentro do universo simbólico. [...] O meio básico inicial da auto-afirmação é a conversação que sempre compromete (TORO, 2005, p.85).

Porém, conforme defende Toro (2005), coletivizar uma proposta de mudança ainda é um dos passos mais difíceis que os políticos, líderes democráticos e administradores públicos enfrentam, já que dependem da adesão dos atores sociais e da sua vontade de participar.

Qualquer mudança exige convergência de interesses (política), convocação de vontades (erótica, desejo) e novas formas de compreender e organizar a realidade (teoria). É imprescindível, também, que as pessoas envolvidas na mudança (os atores) identifiquem que tipo de decisões podem tomar e quais instrumentos estão ao seu alcance para contribuir com os propósitos da mudança (instrumentos de ação e de participação) (TORO, 2005, p.91).

Para fazer um diagnóstico da comunicação, Henriques propõe a análise a partir dos níveis de vínculos estabelecidos entre os membros de um processo de mobilização social. Tal proposta foi aplicada por ele em uma experiência de extensão

⁴⁸ Conforme Ilse Scherer-Warren, as redes são formadas a partir da união, especialmente ideológica, de movimentos sociais e organizações não governamentais em torno de uma causa. As redes tornam o projeto mais abrangente e permite a "união de atores aparentemente plurais" (SCHERER-WARREN, 1996, p.118).

(Projeto Manuelzão) na Universidade Federal de Minas Gerais, que exigiu a execução de um processo de mobilização e comunicação para envolver a participação do público. A obra, organizada por Márcio Simeone Henriques (2004), traz alguns pontos interessantes quando se pensa na questão da mobilização. Nesse caso, as pesquisas são feitas para analisar os movimentos sociais e as formas de mobilização social, bem como a criação dos vínculos entre os membros. Relaciona algumas ações para a mobilização, como a comunicação planejada, que estimula o público e faz com que ele se sinta corresponsável pelas causas de um determinado movimento, esse processo motiva a que os indivíduos se identifiquem com os temas e se empenhem em divulgá-los, provocando assim o efeito em rede.

O primeiro é a localização espacial, geográfica, do grupo que está mobilizado ou que pretende se mobilizar. O segundo ponto é a circulação das informações, que pode ocorrer pelos meios de comunicação ou da comunicação não formal, como conversas. O terceiro estágio é o julgamento, ou seja, o poder de tomada de decisão e posição do público em relação ao projeto de mobilização. Na sequência tem-se a ação, que efetiva ideias, produtos e estudos realizados pelos participantes para incentivar o processo de mobilização; a continuidade, ou seja, que o projeto supere a pontualidade e se prolongue; a corresponsabilidade acontece quando o público se percebe como responsável para que uma determinada ação aconteça. Por último, o autor cita a participação institucional, com o estabelecimento de parcerias financiadoras, com convênios e contratos.

Henriques frisa ainda que "os níveis da escala de vinculação não se excluem, mas se somam, de modo que, à medida que um determinado segmento de público nela avança, o seu vínculos com o projeto vai-se fortalecendo" (HENRIQUES, 2004, p.45).

Para que haja sucesso na mobilização social, portanto, se faz necessário o investimento em uma comunicação planejada e que seja, especialmente, voltada para os reeditores, que vão levar para além das cúpulas de discussão a mensagem que se deseja e é por meio desses elos que as redes vão se formando, já que eles atuam no cotidiano, junto aos grupos. São eles que, ao final, "traduzem" a mensagem do produtor para a realidade local.

É preciso ressaltar que a mobilização parte da premissa da escolha do indivíduo em querer participar, fato que ocorre à medida que o cidadão se vê como

responsável e capaz de promover transformações com determinadas atitudes e ações. Os autores ainda reforçam a atitude, apontando que

A formação de uma nova mentalidade na sociedade civil, que se perceba a si mesma como fonte criadora da ordem social, pressupõe compreender que os "males" da sociedade são o resultado da ordem social que nós mesmos criamos e que, por isso mesmo, podemos modificar (TORO; WERNECK, 1997, p.8).

Um exemplo citado por Sérgio Costa que pode ilustrar essa ideia é a do movimento ambientalista, o qual utiliza a comunicação para a sensibilização pública, introduzindo temas que antes não eram trazidos para o debate central. O autor frisa a importância da preservação dos locais de interação simples, quando as pessoas podem interagir de forma horizontal, como deveria funcionar sempre no caso das redes de movimentos sociais, conceito definido no capítulo 2 seguindo os fundamentos de Scherer-Warren (1996). Isso porque todos os grupos poderiam ter as mesmas condições de transmissão de informações, valorizando a comunicação entre os membros por um canal simples, como as pequenas reuniões de bairros, por exemplo. Ainda segundo o autor, a comunicação mais comunitária e local pode garantir meios alternativos para o debate de ideias, unindo as pessoas em um ambiente menor, porém mais engajadas com determinadas causas, já que há maior identificação desses atores com os temas que são tratados e contra o "inimigo a ser combatido", conforme coloca Castells (1998).

Toro e Werneck trabalham com a noção de que a comunicação é primordial para a mobilização pública, complementando a ideia de redes de Scherer-Warren. Toro e Werneck (1997) explicam a orientação política para a mobilização. Consta que o modelo de planejamento é guiado pelo modo de liderança e os objetivos para os quais foi idealizado. Porém, é sempre necessário que a comunidade esteja engajada para que o projeto caminhe.

Compreende-se que é a comunicação que permite que a mobilização ocorra, com a circulação e o compartilhamento de informações para os diversos atores que aderem à causa. A partir dela, todos os atores conhecem a fundo o projeto e as diretrizes, o que permite que haja uma atuação de maneira uniforme por parte de todos. A comunicação é um processo, portanto, de transmissão de informações e de compartilhamento de dados importantes para um determinado grupo e de exercício da democracia.

4 PASSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

A Comunicação é entendida, neste contexto de pesquisa, como campo multidisciplinar e híbrido, sendo examinada em seu caráter de difusão de informações entre seres que conseguem estabelecer contatos, relações e trocas. Para Santaella (2001), uma ação torna-se mensagem comunicativa quando é compreendida pelo emissor e depois pelo receptor, podendo gerar tanto transformação de comportamento como consenso entre os seres. Acrescenta, ainda, que a comunicação pode ter como critério a intencionalidade:

Intenção é a atividade direcionada a um objetivo, envolvendo, portanto, a volição. Na comunicação, intenção é tentativa consciente do emissor de influenciar o receptor através de uma mensagem, sendo a resposta do receptor uma relação baseada na hipótese das intenções da parte do emissor (SANTAELLA, 2001, p.20).

O campo de estudos envolve conteúdos que são transmitidos em relações que podem ser "simétricas ou complementares; a comunicação é transnacional; a comunicação é inevitável, irreversível e irrepetível" (SANTAELLA, 2001, p.21). Nesse processo, as pessoas assumem, já tendo em vista o foco desta pesquisa, o papel de emissores e receptores ao mesmo tempo, quando conseguem produzir informações, transmiti-las ao grupo e debater esses temas em um modelo horizontal, como acontece no Fórum da Agenda 21 Paraná.

Esta pesquisa, ao analisar as formas de comunicação utilizadas pelo governo do Estado do Paraná, e posteriormente, pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, para a mobilização da população em torno das diretrizes do documento Agenda 21 Paraná, apoia-se também no conceito da teoria do contexto e suas interfaces, pelo qual é possível "situar os processos comunicativos em perspectivas e conjunturas históricas, sociais e culturais" (SANTAELLA, 2001, p.100).

Para verificar como se deu o processo de mobilização social para a constituição da Agenda 21 Paraná, a pesquisa se iniciou pela revisão bibliográfica de temas como a emergência da crise ambiental no final do século XX, a constituição da Agenda 21, comunicação e mobilização social, cidadania e políticas públicas, participação e sociedade.

Do ponto de vista contextual, foram visitados documentos produzidos pelo governo federal e estadual para analisar as formas de comunicação utilizadas para a implantação das Agendas 21 nacional e estadual. Ademais, procedeu-se ao método da análise de conteúdo, tomando como base as atas das reuniões, e leitura dos relatórios sobre os seminários que promoveram o debate em torno do tema, assim como buscas na internet e compilação de diversos materiais que situavam o contexto de implantação da Agenda 21 no Paraná e da formação e atuação do Fórum Agenda 21 Paraná.

O objetivo foi o de observar, por meio desses documentos, qual a evolução nas discussões do Fórum, quais as principais propostas em debate, o que se desenvolvido ao longo dos oito anos de atuação do fórum e se o processo se constitui, efetivamente, um processo de mobilização social que tem a comunicação como peça-chave. Para isso, também foram realizadas entrevistas com membros do Fórum Permanente da Agenda 21, bem como com atores considerados qualificados.

A parte final dos procedimentos metodológicos assentou-se na análise dos vínculos estabelecidos por Simeone Henrique para verificar se há um efetivo processo de mobilização social na criação do Fórum da Agenda 21 Paraná e em suas ações posteriores, de acordo com o entendimento de mobilização social de Toro e Werneck.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

Para analisar o processo de mobilização social para a implementação da Agenda 21 no Paraná, selecionou-se a modalidade metodológica denominada estudo de caso, por permitir aprofundamento da temática analisada e pelo fato da pesquisa envolver entrevistas que servem para atualizar os conteúdos e oferecer um panorama real de como o Fórum caminhou desde sua consolidação, em 2004. Para Marcia Yukiko Duarte (2001), o estudo de caso é uma "boa maneira de introduzir o pesquisador iniciante nas técnicas de pesquisa ao integrar o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento a análise das informações" (DUARTE, 2011, p.215).

Segundo Robert Yin, o que diferencia um estudo de caso de outros métodos de pesquisa é que "o enfoque está sobre um fenômeno contemporâneo no contexto da vida real" (YIN, 2010, p.22). Além disso, o controle que o pesquisador tem sobre os eventos é limitado. O estudo de caso, conforme o autor, se dedica a questões como "o quê?" e "como?", e é a melhor opção para o estudo de eventos contemporâneos:

O estudo de caso conta com muitas das mesmas técnicas que a pesquisa histórica, mas adiciona duas fontes de evidência geralmente não incluídas no repertório do historiador: observação direta dos eventos sendo estudados e entrevistas das pessoas envolvidas nos eventos. Novamente, embora os estudos de caso e as pesquisas históricas possam se sobrepor, a força exclusiva do estudo de caso é a sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações – além do que pode estar disponível em um estudo histórico convencional (YIN, 2010, p.32).

Além disso, conforme o autor, o estudo de caso não deve alterar os materiais, e o pesquisador deve relatar e demonstrar todas as evidências de forma correta. Yin (2010) sublinha que o estudo de caso não pode ser base para generalização a respeito de uma determinada situação estudada. É o caso desta pesquisa sobre a Agenda 21 paranaense.

"O estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo em profundidade e em seu contexto de vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes." (YIN, 2010, p.39).

Este estudo de caso, na observância dos conceitos apresentados por Yin, se justifica por ser o que ele denomina *revelador*, "quando o investigador tem a oportunidade de observar e analisar um fenômeno previamente inesquecível à investigação da ciência social" (YIN, 2010, p.72). Isso porque é necessário observar, por exemplo, que o modelo da Agenda 21 teve o início de seu processo no Paraná por meio de um decreto governamental, e que há peculiaridades em cada Agenda 21 local, que atende às necessidades e realidades específicas desta região do Brasil.

Outro fator apresentado por Yin (2010) ocorre quando o estudo de caso se baseia, como nesta pesquisa, apenas em uma única organização, como acontece com o Fórum Permanente da Agenda 21; entretanto, este caso inclui outras unidades

de análise, já que o Fórum é composto por entidades variadas vinculadas ao governo e à sociedade civil.

O estudo de caso é considerado um método qualitativo, o que permite que a pesquisa se fixe no aprofundamento de uma questão em específico, sem se preocupar tanto com aspectos especificamente quantitativos. Outras características do método são exploradas:

- a) O particularismo, ou seja, o estudo se foca em uma situação bem específica, o que proporciona uma análise de problemas da vida real;
- b) O resultado final é uma descrição detalhada de um determinado assunto;
- c) A explicação, ou seja, o estudo de caso permite compreender melhor o objeto que se coloca em análise e pode gerar novas interpretações e complementos futuramente (DUARTE, 2011, p.217).

O estudo de caso resulta, portanto, em uma análise diferenciada de um determinado conceito, vendo o tema sob um novo viés, já que algumas características da realidade foram utilizadas para formulação das questões de pesquisa. Nesse sentido, é aplicado e pode ser mais produtivo do que a pesquisa meramente histórica, pois envolve entrevistas que compõem o cenário pesquisado, ilustrando a realidade com personagens que relatam suas experiências pessoais como participantes do processo, no caso, a Agenda 21 Paraná.

Ainda segundo Yin (2010), para que o estudo de caso seja bem desenvolvido são necessários alguns quesitos como a qualidade das perguntas elaboradas, a capacidade do observador de ser um bom ouvinte e se adaptar às novas possibilidades, conhecimento prévio sobre o tema estudado e imparcialidade.

Para o desenvolvimento deste estudo de caso, foram utilizadas as fases colocadas por Nisbet e Watt (citadas em DUARTE, 2011, p.225): 1) pesquisa aberta ou exploratória, quando se estabelecem os primeiros contatos com o campo, surgem questões críticas e se buscam fontes de dados para estudos; 2) coleta de dados; e 3) análise dos dados, com interpretação do que foi coletado no campo e compilação das informações em um relatório, no caso, os resultados da pesquisa em questão sobre o Fórum da Agenda 21 paranaense.

A pesquisa documental baseou-se nas atas de reuniões do Fórum;, em documentos e textos produzidos pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente; bem

como em uma pesquisa exploratória prévia em jornais impressos do Paraná e na internet para averiguar como o tema foi veiculado na mídia.

As entrevistas constituíram parte importante da pesquisa, já que alguns atores decisivos para a implantação da Agenda 21 no Paraná estão disponíveis e conseguem apresentar, oralmente, um quadro mais amplo de como se deu o processo na prática.

Outro procedimento adotado neste trabalho é o que Yin chama de participação direta, ou seja, a visita ao local de estudo, com acompanhamento de algumas reuniões do Fórum para avaliar como funciona o processo atualmente. As reuniões acontecem a cada dois meses e reúnem representantes de órgãos governamentais e da sociedade civil, como representantes de entidades de classe e cidadãos que têm interesse em participar do processo.

Assim, este estudo de caso dedicou-se a esmiuçar desde as primeiras estratégias de ação da equipe governamental no sentido de constituir um quadro propício à formação do Fórum Agenda 21 PR; a partir da criação oficial do coletivo, em fevereiro de 2004; a partir daí, buscou verificar a atuação da Agenda 21 no Paraná e quais as estratégias e processos de comunicação envolvidos nas práticas do Fórum. A análise documental, nas atas das reuniões, visou responder aos objetivos da pesquisa, estabelecendo, para tanto, categorias para análise de conteúdo, metodologia apresentada por Bardin (1977), que serão apresentadas adiante.

4.2 CATEGORIAS TEÓRICAS

Para a elaboração deste trabalho, foi realizada a revisão de diversos autores nas áreas de comunicação e meio ambiente, meio ambiente e Agenda 21, comunicação pública e mobilização social.

A primeira parte do trabalho se dedica ao resgate histórico da questão ambiental, desde os debates que se iniciaram na década de 1960 até os dias atuais. O objetivo dessa compilação é situar o leitor dentro da temática ambiental – interface desta pesquisa na área de comunicação – para que seja possível dar sequência lógica ao restante do trabalho. Nessa etapa, são revistos conceitos de autores como Héctor Leis, Angerami Ramos e Leonardo Boff. Os autores Manuel Castells e John Hannigan foram selecionados para abordar a atuação do movimento ambientalista e suas ações.

Logo depois, entram em cena a interface entre a comunicação e o meio ambiente, área que se desenvolve especialmente após os anos de 1980; são revistos conceitos de Wilson da Costa Bueno, John Hannigan e Robert Cox. A comunicação é aqui também vista como processo público imprescindível para as práticas de cidadania, participação social e implantação e consolidação de políticas públicas. Nesse contexto, o entendimento do conceito de Fórum como coletivo de ação é fundamental.

Na sequência, trata-se da mobilização social, um conceito teórico norteador desta pesquisa. A mobilização social é compreendida a partir das reflexões de Bernardo Toro, como um ato de comunicação e de corresponsabilidade capaz de incentivar a participação da sociedade ou de alguns de seus segmentos em torno de determinadas ações que possam alterar cenários e situações. Para verificar quais os vínculos criados para mobilização da Agenda 21 paranaense, têm-se como suporte os conceitos de Marcio Simeone Henriques, que também se baseia na obra de Toro em seus escritos.

O modelo de planejamento é guiado pelo modo de governo e os objetivos para os quais foi idealizado. Porém, é sempre necessário que a comunidade esteja engajada para que o projeto caminhe. Para fazer um diagnóstico da comunicação no processo de mobilização social, em especial da comunicação, adota-se a análise de vínculos estabelecidos neste processo, proposta por Henriques.

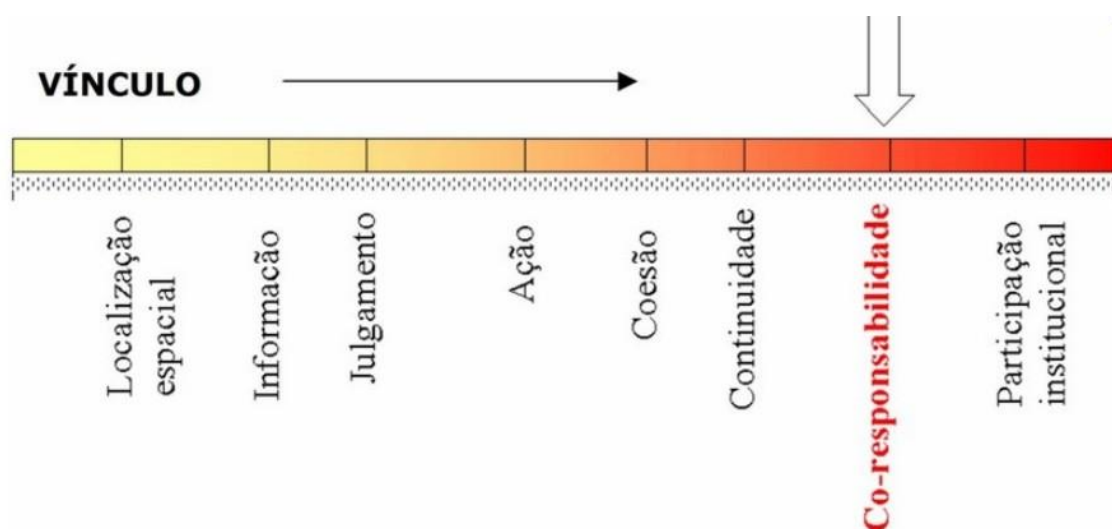


FIGURA 2 - APRESENTAÇÃO DOS VÍNCULOS, SEGUNDO SIMEONE HENRIQUES

FONTE: Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=v%C3%ADnculos+simeone+henriques&um=1&hl=pt-BR&sa=N&biw=1366&bih=621&tbm=isch&tbnid=YiHjWw7iSdPHSM:&imgrefurl=http://www.ebah.com.br/content/ABAAAuasAH/diretrizes-nacionais-prevencao-controle-epidemias-dengue&docid=angEh0-ZFJA09M&imgurl=http://s3.amazonaws.com/magoo/ABAAAuasAH-2.png&w=1072&h=511&ei=Ae0PUiHKBeuJ0QHIsYCABQ&zoom=1>>. Acesso em: 25 jul. 2012

4.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.3.1 Pesquisa qualitativa

Para relatar o processo de implantação da Agenda 21 no Paraná, foram revistos documentos oficiais da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA), disponíveis em site e também as publicações que esse órgão produziu sobre os temas norteadores da Agenda paranaense, o papel dos agentes mobilizadores, entre outros, bem como a própria Agenda 21 publicada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes).

É ponto central da pesquisa qualitativa a realização de entrevistas em profundidade com as duas coordenadoras do Fórum Agenda 21 PR até 2012. As entrevistas tiveram como objetivo indicar, no caso de Schirle Margareth dos Reis Branco, primeira coordenadora e responsável pelos primeiros passos da Agenda 21 no Paraná, como foi o início do processo no âmbito governamental, já que ela ficou incumbida de cuidar da implantação e continuidade do Fórum no Estado. No caso de Rosana Vicente Gnipper, atual coordenadora (2012) das ações da agenda paranaense, o objetivo foi o de entender como está o Fórum hoje. Neste caso, foi realizada a seleção intencional, conforme definem Duarte e Barros (2011) em sua obra "Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação". A seleção é intencional quando se deseja ter acesso a determinadas pessoas com conhecimento sobre o tema escolhido, no caso a Agenda 21. Para tanto, foram selecionados especialistas e informantes-chave, que são considerados fontes importantes por estarem diretamente envolvidas com o tema.

Também foram aplicados questionários semiestruturados junto a membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (em alguns casos os questionários foram acompanhados de entrevistas), para verificar como estes atores entendem o processo de disseminação das diretrizes da Agenda 21 em suas instituições/movimentos sociais e no Estado e compreender seu comportamento em relação às reuniões e atividades sugeridas no coletivo. Porém, conforme Yin (2010), os relatos às vezes podem apresentar problemas comuns, como parcialidade, falta de exatidão sobre certos acontecimentos e mesmo falta de articulação. Para evitar isso, elaborou-se perguntas iguais para todos. Houve em todo esse processo metodológico um cunho exploratório,

para que fosse possível maior aproximação com o tema em estudo. As entrevistas foram gravadas em vídeo.

Para aplicar questionários e realizar entrevistas com membros do Fórum, utilizou-se como modalidade o sorteio, tendo como base o documento "Composição do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná" (Anexo 1), atualizado no dia 22 de maio de 2012. A listagem já separa as entidades da sociedade civil e os órgãos governamentais. Ao todo, são 27 órgãos ligados ao governo e prefeituras municipais e 34 entidades da sociedade civil organizada. Os outros membros pertencem à instituições de ensino ou são participantes ativos. Primeiramente, efetuou-se uma regra de três simples para definir 10% de cada grupo para as entrevistas, da parte governamental ou não governamental, a fim de se obter uma amostragem. Sendo assim, deveriam ser entrevistadas três representantes de órgãos governamentais e quatro entidades da sociedade civil organizada. Após numerados os dois grupos, solicitou-se a uma pessoa desconhecida, tanto pela autora do trabalho quanto pela orientadora, que fizesse um sorteio, dessa forma imparcial. Essa pessoa também escolheu mais números, além dos sete necessários ao total, pois, caso algum representante não quisesse ou não pudesse participar da pesquisa, haveria outras possibilidades.

O resultado do sorteio está a seguir demonstrado no quadro 1:

REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS	REPRESENTANTES DE INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS
EG1: Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento	ENG1: Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental (CEDEA)
EG2: Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística	ENG2: SOS Bicho
EG3: Prefeitura Municipal de Castro	ENG3: Central dos Trabalhadores do Brasil/ PARANÁ
EG4: Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar)	ENG4: Associação Marbrasil
	ENG5: Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR
	ENG 6: Ordem dos Advogados do Brasil/PR (OAB)

QUADRO 1 - REPRESENTANTES SORTEADOS PARA ENTREVISTA

FONTE: A autora

NOTA: EG: Entidade Governamental; ENG: Entidade Não Governamental.

Foram realizadas, ainda, três entrevistas exploratórias com representantes de entidades da sociedade civil, indicadas pela coordenadora do Fórum por terem participação frequente e contribuir para o processo há algum tempo: Carlos Mello Garcias, professor de engenharia ambiental da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), que trabalha há muito tempo com o tema meio ambiente e especialmente a Agenda 21; Claudio Barretto, do Conselho Regional de Engenharia

e Arquitetura (CREA-PR) e Leda Ramos May, da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção Paraná.

Como algumas entrevistas foram enviadas por e-mail e não houve retorno, foram procurados outros membros do Fórum para realizar o trabalho. Uma entrevista foi retomada (havia sido realizada na fase exploratória), a do representante da PUCPR, representando na entrevista as Instituições de Ensino Superior; e acrescentou-se a representante da Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná. Como organização não governamental, foi selecionada a ONG SOS Bicho. A representante da OAB foi entrevistada para complementar a entrevista realizada anteriormente com a representante anterior. A entrevista da Prefeitura Municipal de Castro foi desconsiderada porque seu conteúdo, coletado via e-mail, não ficou claro e não foram obtidas outras respostas. Em relação às organizações não governamentais, alguns sorteados não se manifestaram.

Cada um dos entrevistados respondeu às questões individualmente e em dias diferentes, conforme a sua disponibilidade. O objetivo era evitar que as respostas de um entrevistado afetassem as respostas dos outros, conforme demonstram Frey, Botan e Kreps. Além disso, as entrevistas realizadas pessoalmente podem auxiliar no desenvolvimento do questionário e aprofundamento das questões. *"In face-to-face interviews, interviewers have more cues available for identifying when interviewees do not understand questions, are unsure about their answers, or even when they appear to provide misleading answers."*⁴⁹ (FREY; BOTAN; KREPS, 2000, p.2180).

Antes de iniciar as perguntas, os entrevistados foram informados da temática do trabalho e a que estavam respondendo para que estivessem previamente orientados sobre o conteúdo e a duração aproximada da gravação, postura que, segundo os autores, é recomendada para pesquisas com entrevistados. No caso das entrevistas sorteadas, pode-se verificar, utilizando o conceito de Yin, o formato das chamadas entrevistas focadas, no qual as pessoas são entrevistadas por um período de tempo menor. Nesses casos, as entrevistas até podem permanecer abertas e assumir uma maneira conversacional, mas é maior a probabilidade de ser seguido um determinado conjunto de questões derivadas do protocolo de estudo de caso (YIN, 2010, p.134).

⁴⁹ Tradução livre: Nas entrevistas cara a cara, entrevistadores têm mais pistas disponíveis para verificar quando os entrevistados não compreendem as questões, estão relutantes em relação às suas respostas e quando fornecem respostas enganosas.

Utilizou-se o mesmo modelo de questionário para os entrevistados, que acrescentavam livremente as particularidades de suas instituições e áreas de atuação.

4.3.2 Atas das reuniões do Fórum

Além das entrevistas, outra etapa metodológica realizada foi a da análise de documentos disponíveis no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, em especial as atas das reuniões do Fórum, que acontecem, desde 2004, mensalmente e, a partir da reunião de 20 de março de 2009, passaram a acontecer a cada dois meses. As atas são analisadas desde que se iniciou o registro das atas das reuniões, em 21 de junho de 2004, até 22 de outubro de 2012, a última disponibilizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Algumas atas não estão disponíveis na internet e algumas foram resgatadas junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente. São consideradas, portanto, todas as atas disponíveis no site e aquelas disponibilizadas pela SEMA, já que algumas memórias se perderam. No total, são 45 atas que foram reunidas, excluindo a ata da sétima reunião (21 de março de 2005), as reuniões de número 7, 23, 24, 25 e 26, constituindo um *corpus* para análise de 40 atas.

O objetivo foi o de compreender, a partir do conteúdo desse material, qual a evolução no processo de desenvolvimento e atuação do Fórum, bem como as ações que este vem realizando ao longo dos anos. Além disso, as atas devem auxiliar na verificação das ações de comunicação desenvolvidas durante o processo.

O conteúdo do material coletado foi visitado e analisado para verificar se nele são encontrados os vínculos apresentados por Henriques (2004) com a intenção de constatar se o processo desenvolvido pelo Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná pode ser considerado um ato de mobilização social, conforme Bernardo Toro.

Para iniciar a análise do material, foram lidas todas as atas e classificados os conteúdos em categorias específicas que funcionam como unidades de análise.

Utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, como maneira mais objetiva para tratamento do material coletado. Bardin explica que a análise de conteúdo pode ser temática, ou de significados; ou léxica e de procedimentos, definida como análise significativa. Porém, as análises para as descrições devem obedecer a certas regras apresentadas pela autora, a fim de que a objetividade seja o horizonte:

- homogêneas: poder-se-ia dizer que <não se misturam alhos com bugalhos;
- exaustivas: esgotar a totalidade do texto;
- exclusivas: um mesmo elemento do conteúdo, não pode ser classificado aleatoriamente em duas categorias diferentes;
- objectivas: codificadores diferentes, devem chegar a resultados iguais;
- adequadas ou pertinentes: isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo (BARDIN, 1977, p.36).

O analista deve delimitar o que a autora chama de "unidades de codificação" ou de "registro", que podem ser "a palavra, a frase, o minuto, o centímetro quadrado" (BARDIN, 1977, p.36). Essas unidades de codificação devem estar em categorias que permitam ao pesquisador separar e classificar os elementos de significação da mensagem. No caso, esses indicadores precisam conduzir aos indícios de que o Fórum Permanente da Agenda 21 no Paraná se constitui ou não como processo de mobilização social. Portanto, além da simples descrição dos fatos, a análise de conteúdo leva a novas conclusões ao seu final.

4.3.3 Síntese dos instrumentos metodológicos

Para fazer a parte empírica desta pesquisa, destaca-se o corpus, que se constitui por: 1) Atas das reuniões do Fórum, desde a primeira reunião, em 21 de junho de 2004, até a última disponibilizada pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, datada de 22 de outubro de 2012, e 2) Entrevistas com representantes do Fórum.

As atas trazem a memória das reuniões, o funcionamento do fórum, as entidades que participam e outras informações pertinentes para o entendimento do funcionamento. Ao total, foram analisadas 40 atas disponíveis no site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente⁵⁰ e algumas que a Coordenação das Ações da Agenda 21 Disponibilizou. As atas das reuniões de número 7, 23, 24, 25 e 26 não estão disponíveis no arquivo da SEMA.

⁵⁰ Disponível em: <<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>. Acesso em: 24 jan. 2013.

Para trabalhar no corpus de pesquisa, foram elaboradas três categorias de forma a atender aos objetivos deste trabalho. 1) Mobilização Social; 2) Comunicação; e 3) Ações e propostas. A categoria de Mobilização Social utilizou palavras-chave da teoria de Toro, Werneck e Henriques, como *participação*, *responsabilização*, *representação* e *multiplicação*. A categoria de Comunicação busca identificar, durante a leitura das atas, formas de comunicação que acontecem durante as reuniões do Fórum e são utilizados veículos, citando-se algumas palavras como *internet*, *site*, *publicação* e *comunicação*. A categoria de Ações e Propostas visa buscar indicativos de resultados que surjam a partir do que foi debatido na reunião; para tanto, foram buscadas palavras como *ação*, *lei* e *legislação*.

Para cada uma dessas categorias, foram selecionadas unidades de registros, como palavras a serem buscadas em todas as atas. As categorias de análise e suas unidades de registro assim ficaram:

CATEGORIAS DE ANÁLISE	UNIDADES DE REGISTRO
Mobilização	Participação, mobilização, convocação, responsabilização, incentivo, colaboração, cooperação, multiplicação, envolvimento, contribuição, representação, coletivo, compromisso, engajamento e termos derivados.
Comunicação	Comunicação, informação, marketing, notícias, site, boletim, jornal, rádio, TV, televisão, mídia, imprensa, divulgação, publicação e termos derivados.
Ações e propostas	Políticas públicas, encaminhamento, decisão, deliberação, ação, leis, legislação, práticas e termos derivados.

QUADRO 2 - CATEGORIAS DE ANÁLISE E UNIDADES DE REGISTRO CORRESPONDENTES
FONTE: A autora

Para encontrar cada uma dessas unidades, copiou-se do site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente cada ata, que está disponível em arquivo formato PDF. Após a abertura de cada documento em separado, utilizou-se a ferramenta de busca disponível na internet, por meio do atalho '*Ctrl f*'. A partir da raiz de cada verbete citado acima, foram analisadas todas as formas que aparecem e somadas a cada categoria.

Para as atas que não estavam disponíveis na rede e que foram fornecidas pela SEMA, procedeu-se à leitura do material impresso, com maior atenção, a fim de localizar cada unidade.

5 O RELATO DAS "MEMÓRIAS" DO FÓRUM E O DEPOIMENTO DE SEUS MEMBROS: ANÁLISE DAS ATAS E DAS ENTREVISTAS

5.1 ANÁLISE DAS UNIDADES DE REGISTRO DAS CATEGORIAS SELECIONADAS

De acordo com os procedimentos metodológicos previstos, foram analisadas 40 atas do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, documentos que representam a memória desse coletivo. Esse número de atas representa o período que vai de 2004, a partir da constituição do Fórum, até a última ata elaborada durante a fase de pesquisa dessa dissertação, outubro de 2012. Lembre-se que as atas do período compõem um total de 45, no entanto, só foram disponibilizadas 40 para análise, pois algumas não estão disponíveis no sistema e no arquivo da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Para iniciar a análise foram determinadas três categorias que mais interessavam para dar conta dos objetivos do trabalho: 1) Mobilização Social; 2) Comunicação; e 3) Ações e Propostas. Os dados estão compilados nas tabelas 1, 2 e 3 na próxima página.

As categorias Mobilização Social e Comunicação foram selecionadas por dizerem respeito exatamente aos objetivos desta dissertação, que investiga como se manifestam esses dois processos no âmbito do Fórum Agenda 21. Por sua vez, a categoria Ações e Propostas tem fundamental importância, por sinalizar se as atividades do Fórum, de alguma forma, têm se direcionado para encaminhamentos à realização de práticas sociais/ações e propostas relacionadas à sugestão, efetivação, acompanhamento ou fiscalização de políticas públicas.

Após a procura por todas as unidades de registro dessas categorias, no corpus das 40 atas, contabilizou-se um total 2.243 termos (que também serão denominados verbetes ou palavras) relativos às unidades de registros em todas as atas examinadas. Desse total, 1.042 ocorrências pertencem à categoria Mobilização Social, que teve um total de 14 unidades de registro, verbetes ligados ao sentido conceitual dessa primeira categoria ou ao senso comum do uso da palavra. A categoria Comunicação teve um total de 450 ocorrências assinaladas, também com um total de 14 unidades

de registro. Por fim, a categoria Ações e Propostas contou com nove unidades de registro e 751 ocorrências.

TABELA 1 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA MOBILIZAÇÃO SOCIAL - 2004-2012

UNIDADES DE REGISTRO/MOBILIZAÇÃO	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Participação	403	38,68
Representação	257	24,66
Comprometimento	76	7,29
Responsabilidade	59	5,66
Contribuição	48	4,61
Envolvimento	45	4,32
Mobilização	39	3,74
Coletivo	34	3,26
Incentivo	27	2,59
Multiplicadores	20	1,92
Colaboração	17	1,63
Convocação	7	0,67
Engajamento	6	0,58
Cooperação	4	0,38
TOTAL	1.042	100,00

FONTE: A autora

TABELA 2 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA COMUNICAÇÃO - 2004-2012

UNIDADES DE REGISTRO/COMUNICAÇÃO	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Informação	166	36,89
Divulgação	76	16,89
Comunicação	59	13,11
Site	39	8,67
Publicação	33	7,33
TV/Televisão	17	3,78
Rádio	16	3,56
Marketing	9	2,00
Jornalista	9	2,00
Notícias	8	1,78
Internet	6	1,33
Mídia	6	1,33
Boletim	4	0,89
Imprensa	2	0,44
TOTAL	450	100,00

FONTE: A autora

TABELA 3 - UNIDADES DE REGISTRO NAS 40 ATAS, SEGUNDO A CATEGORIA AÇÕES E PROPOSTAS - 2004-2012

UNIDADES DE REGISTRO/ AÇÕES E PROPOSTAS	ABSOLUTO	PERCENTUAL
Ação	304	40,48
Proposta	205	27,30
Encaminhamento	60	7,99
Decisão	55	7,32
Lei	45	5,99
Prática	33	4,39
Políticas públicas	24	3,20
Legislação	14	1,86
Deliberação	11	1,46
TOTAL	751	100,00

FONTE: A autora

A partir dos resultados apresentados após a contagem de todos os termos relativos às unidades de registro, observa-se que a categoria Comunicação foi a que teve os menores números de registros computados em relação às outras categorias, mesmo a de Ações e Propostas, que contou com menos unidades de registro e que, ainda assim, apresentou quase o dobro de ocorrências do que a categoria Comunicação.

De modo geral, as categorias apresentaram duas unidades que tiveram grande número de aparições em relação às demais. Além disso, algumas palavras, especialmente nas categorias Mobilização Social e Comunicação apareceram pouquíssimas vezes, como se constata nas tabelas e com as unidades "cooperação", "engajamento", "convocação" e "imprensa".

Após a apresentação desse quadro geral, segue a análise de cada categoria em separado. Nesta análise não foi considerado o número de unidades de registros encontradas em cada uma das 40 atas, apenas o total dos verbetes por categoria, já que o objetivo da análise consiste em verificar o que se pode depreender qualitativamente do registro dessas unidades em determinado contexto textual e não proceder à contagem exaustiva de cada uma delas.

5.1.1 Categoria mobilização social

A definição dessa categoria de análise encontra-se nos conceitos da teoria da Mobilização Social de Bernardo Toro e Nísia Werneck (1997). Para os autores (p.5): "Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados". Nesse sentido, entende-se o Fórum como um espaço a ser integrado pelas "vontades" das instituições públicas e privadas, bem como de cidadãos individualmente: vontades estas que deveriam ser "convocadas" não apenas por sua coordenação (o que foi feito inicialmente, é claro), mas, também, permanentemente, por todos os membros que o integram. Nesse espaço coletivo de vontades, o grupo atuaria na busca da disseminação das ideias da Agenda 21 Paraná na sociedade, bem como no encaminhamento dessas ideias e diretrizes como plataformas de discussão pública para alimentar políticas públicas (propósito comum); essas disseminações e encaminhamentos, a seu turno, devem

estar pautados por um entendimento comum (interpretação) dos preceitos da Agenda 21, assim como movidos pela ideia do compartilhamento público.

Na categoria Mobilização Social foram encontrados 1.042 itens relativos às unidades de registro, a partir do exame total das atas. Como são 14 unidades de registro classificadas para essa categoria, a média aritmética de verificação de cada uma seria de 71 ocorrências para cada unidade – os dois únicos termos que ficaram próximos a essa média são "responsabilidade" e "comprometimento", com 59 e 76 contabilizações, respectivamente.

Nesta categoria, a unidade de registro "participação" é a que mais aparece, com 403 ocorrências, representando 38,68% em relação ao total das 1.042 ocorrências na categoria em exame (vide figura 3 na sequência). Em seguida surge a unidade de registro "representação", com 257 aparições. Em percentuais, isso equivale a 24,66% do total da categoria. Juntas, essas duas unidades representam 63,34% do total da categoria.

5.1.1.1 Participação e derivados

A unidade de registro "participação" diz respeito a um dos preceitos básicos da teoria de Mobilização estudada nesta pesquisa. A participação, na visão dos autores, é meta e meio no processo de mobilização social, sendo que "ela cresce em abrangência e profundidade ao longo do processo, o que faz dessas duas qualidades (abrangência e profundidade) um resultado desejado e esperado" (TORO; WERNECK, 1997, p.26).

Do verbete "participação", a variação "participante" aparece 162 vezes e, no geral, se refere aos membros participantes do Fórum. A palavra participação, por sua vez, foi detectada 110 vezes. Juntas, as duas variações representam 38,68% do total da categoria Mobilização Social. Em várias situações, referindo-se apenas aos membros do Fórum que participaram de eventos externos a ele e não tanto à conceituação sociológica de participação apresentada por Bernardo Toro no decorrer do capítulo teórico, que é aqui o sentido que interessa, evidentemente. Como exemplo, pode-se citar a ata de número 42, de 16 de dezembro de 2011. Neste caso específico, a palavra participação apareceu 34 vezes, geralmente

relacionada simplesmente às ações que pretendem a participação de grupos de trabalho do fórum na Rio + 20, como no seguinte trecho: 'GT Rio+20': tem por finalidade propor e fundamentar a **participação** do Paraná na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 – membros do Fórum e convidados." (ATA 42, 2011, p.5).

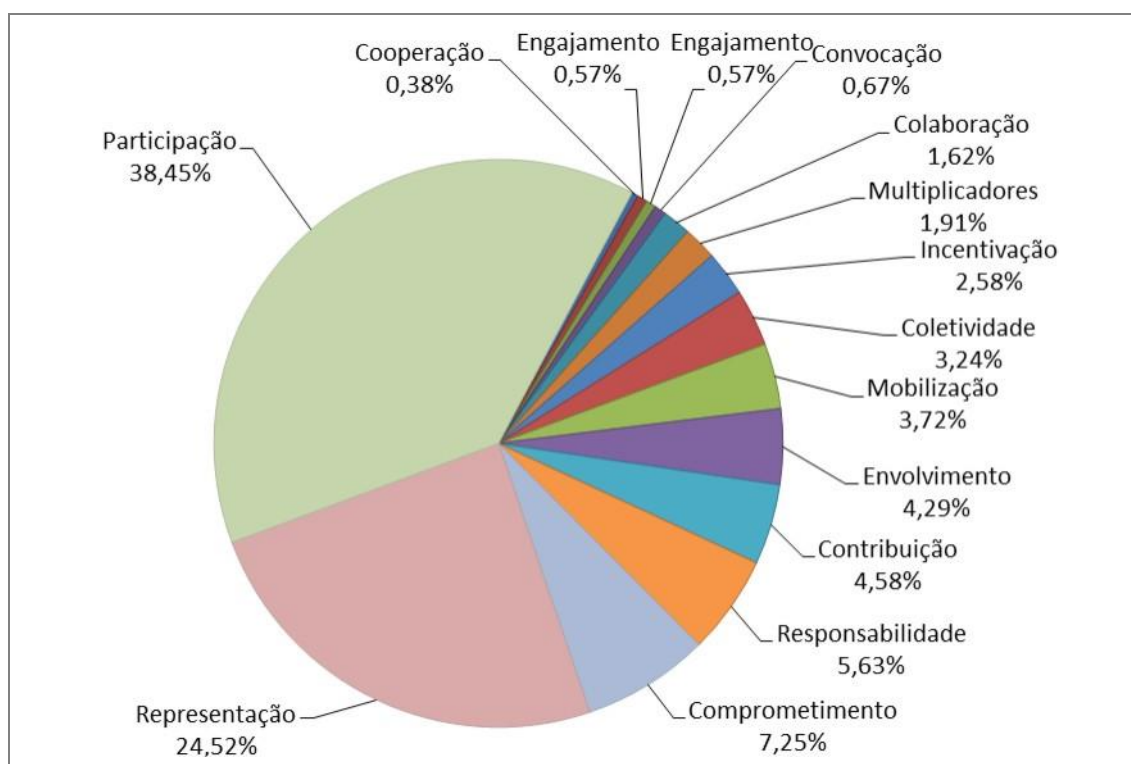


FIGURA 3 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO OBTIDOS NA CATEGORIA MOBILIZAÇÃO SOCIAL
 FONTE: A autora

O termo aparece também para demonstrar atividades do fórum em fase de planejamento para atuação externa como, por exemplo, na apresentação do GT de Recursos Hídricos:

Implantar sistemas de informação capazes de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados entre as instituições governamentais (priorizando dados socioambientais) contemplando adequadas estruturas e riscos humanos (equipes e servidores públicos) com **participação** e medidas ampliadas de controle social (conselhos de meio ambiente, saúde, cidades, entre outros) (ATA 42, 2011, p.14).

É possível interpretar, portanto, que, no caso desta ata (42), a palavra se refira mais ao planejamento de ações que o Fórum pretende fazer, mas não se refere à participação social comprometida ou efetiva, conforme Toro. São apenas metas e

sugestões dos Grupos de Trabalho. Na mesma ata, pode-se verificar, na página 24, em texto sobre uma avaliação dos representantes sobre a atuação do Fórum, que a coordenação entende, após a análise das respostas, que há quesitos a serem melhorados, acrescentando-se aqui a alusão à "participação efetiva e comprometida" (ATA 42, 2011, p.24). Dessa forma, é possível verificar que o próprio fórum considerou, nesta ata e nesse período, que falta a participação comprometida, com o termo aqui sendo usado em seu sentido amplamente sociológico. No entanto, no cômputo geral, apesar de os resultados indicarem um grande número de repetições do termo, na maioria das vezes, ele está esvaziado de seu sentido sociológico.

Por sua vez, a variação "participativo" aparece apenas 20 vezes em relação ao universo total dessa unidade de registro (403). Novamente, a ata 42, de dezembro de 2011, tem grande parte das repetições observadas, somando sete. Na maioria das vezes, o verbete aparece ligado a planejamento, referindo-se a "planejamento participativo", tanto das ações do Fórum quanto de ações que o Fórum vai tomar em relação a temas específicos, como demonstra o trecho abaixo, referindo-se a ações do GTT Gestão Social e Terceiro Setor:

Disseminação da Agenda 21 no terceiro setor e sociedade como um todo em âmbito local, através da discussão e planejamento **participativo** das ações, pautando a implantação obrigatória da Agenda 21 na Conferência Nacional das Cidades de 2010, e o investimento em marketing social, garantindo a informação sobre os canais de interação e **participação** popular, utilizando-se de meios de comunicação de grande alcance popular como rádios, jornais e outros veículos comunitários (ATA 42, 2011, p.14).

Novamente, nesta ata, os verbetes aparecem indicando ações que o Fórum está planejando para certos temas específicos, especialmente pela palavra que acompanha a unidade de registro, "planejamento", lembrando que "planejamento participativo" tornou-se nos últimos anos uma expressão recorrente nas ações que envolvem gestão pública democrática.

Da variação de "participação", o verbo "participar" foi detectado 94 vezes. Mais uma vez, na ata 42 é possível encontrar o maior número de ocorrências. No caso do verbo, está ligado simplesmente à questão de participar ou não das reuniões do Fórum, como se demonstra a seguir: "Tenho procurado **participar** da forma mais ativa possível, tanto nas reuniões do Fórum, quanto nos GTTs, GTs e nas Coordenações que faço parte." (ATA 42, 2011, p.26).

E também: "Devido à carga horária de trabalho e estudo, fica um pouco difícil **participar** de todas as atividades do Fórum. Porém sempre estou sabendo das ações e divulgando a Agenda21 e tomando atitudes que ela propõe." (ATA 42, 2011, p.26).

Esses dois exemplos se referem, novamente, à parte das reuniões em que os membros estão avaliando o Fórum, e respondem à pergunta sobre como eles avaliam a sua própria participação nesse coletivo. Neste caso, especificamente, é possível considerar que, pelo verbo, a ação de participar, os resultados se aproximam mais da teoria que apresenta os conceitos de Bernardo Toro sobre a participação responsável. Ainda que uma das respostas indique que sua participação não foi frequente, demonstra que há o interesse pela maior participação e identificação com os princípios da Agenda 21. O verbo participar também está vinculado, por exemplo, à participação dos membros do Fórum em eventos externos às atividades normais das reuniões.

É preciso destacar, ainda, que a ata 42, citada nas interpretações acima, foi mais extensa do que as demais, somando um total de 32 páginas, sendo que a média de todas elas, desde o início, é de três a cinco páginas. Porém, nesta ata muito mais extensa foram apresentadas as metas dos GTTs do Fórum, o que estava sendo feito no âmbito de cada um deles e apresentadas as diretrizes para o GTT Rio + 20, em preparação ao evento realizado em 2012. Por ser mais extensa, portanto, é possível identificar maior quantidade de itens de unidades de registro.

5.1.1.2 Representação e derivados

Em relação à unidade de registro representação, é preciso destacar, à luz da teoria, que Toro (2005) trabalha com o princípio da representação do público para que uma democracia funcione. Para ele, só quando uma sociedade cria instituições representativas que garantam a dignidade⁵¹ é que essas instituições vão se manter e fortalecer.

⁵¹ Dignidade, na visão de Toro, é entendida como a concretização dos Direitos Humanos, tomando como norte as conquistas e entendimentos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. "O ser humano por si só não é digno, ele deve construir a sua dignidade" (TORO, 2005, p.53).

A unidade de registro "representação" também aparece diversas vezes no universo da categoria Mobilização Social, somando 257 aparições, o que representa 24,66% do total desta categoria. Na maioria das vezes surge por meio do verbete "representante", que se refere aos participantes do Fórum, como demonstra a frase a seguir:

A reunião começa com o tópico Regimento Interno, o qual já havia sido discutido na última reunião do Fórum e ficou acertado que seria enviado por email a todos para que pudessem contribuir com sugestões para aperfeiçoamento. Foram enviadas contribuições apenas pela Nilce Mary Turcatti Folle, **representante** das Faculdades Integradas Espírita, e pela **representante** da Procuradoria Geral do Estado, Heloísa Bot Borges (ATA 41, 2011, p.3).

Como se nota nesse trecho, o termo remete simplesmente à identificação dos membros do Fórum que participam da reunião, indicando qual entidade que representam na plenária. Neste trecho, há ainda a repetição da palavra, o que também é perceptível ao longo da leitura de todo o material, justamente pela identificação dos membros que se manifestam nas reuniões.

As variações do verbo "representar" e o verbete "representação" aparecem cerca de 30 vezes cada, somando os dois 62 repetições. Ainda assim, geralmente se referem às instituições ou organizações que os membros do Fórum representam. Por fim, o verbete e variações de "representativa" foram encontradas 14 vezes no total de todas as atas analisadas, com sua repetição envolvendo o verbete "representatividade" e indicando, por exemplo, a necessidade de ligação do Fórum com instituições representativas, como demonstra a frase a seguir:

As instituições **representativas** do setor empresarial, como os integrantes do sistema FIEP, a ACP, a FAEP e a Ocepar. Instituições **representativas** dos trabalhadores, como as federações (Ex. Fetaep), Centrais Sindicais e sindicatos de referência, como o SindiSeab, APP Sindicato, Sinditest. Instituições de Ensino Superior. Empresas, fundações, institutos e autarquias públicas, como Emater, IAP e Iparde. Coordenações da SEMA (ATA 42, 2011, p.26).

O trecho foi retirado, novamente, da avaliação que os membros do Fórum fizeram sobre a sua atuação e a do Fórum e esta resposta remete à sugestão de novas instituições a serem convidadas para participar do coletivo, como representativas de um determinado segmento, no caso, os trabalhadores. Verifica-se, neste caso, novamente

a repetição de palavras, o que aumenta o número total de ocorrências nessa unidade de registro.

5.1.1.3 Responsabilidade e Comprometimento

Para Toro, em um processo de mobilização social é preciso definir os campos de atuação de cada membro, para que cada um exerça seu papel. As pessoas podem, com isso, inventar novas formas de participação sem se acomodar ou ter sua autonomia comprometida, tendo a certeza de que o processo funciona quando todos cumprem suas responsabilidades, visando ao objetivo comum, e se comprometem efetivamente. Por meio da plena responsabilidade e comprometimento, os participantes de um processo de mobilização social assumem o processo como seu, se motivam e se sentem parte integrante do seu possível sucesso.

Das unidades de registro que ficaram mais próximas da média aritmética da categoria, estão: "responsável" e "comprometer" e representam, juntas, cerca de 13% do total da categoria, somando 135 registros. O termo "responsabilidade" apareceu 38 vezes. Foi encontrado mais vezes na ata de número 35, datada de 20 de agosto de 2010. Nesta ata em específico, o verbete aparece uma vez ligado à ideia de responsabilidade compartilhada, como se vê no exemplo:

Ao que Schirle Margaret – SEMA considera que os anais do Seminário Internacional "Experiências da Agenda 21: Os desafios do nosso Tempo" ocorrido em novembro de 2009, contém grande parte do Pacto e que o mesmo contém responsabilidades compartilhadas tanto do Governo quanto da Sociedade. Julga que seria importante divulgá-lo para poder dar visibilidade e comprometimento com os conteúdos propostos (ATA 35, 2010, p.2).

Nesse caso, aparece a opinião da coordenadora anterior do Fórum sobre o Seminário realizado em 2009 que enfatiza que a responsabilidade com as temáticas da Agenda 21 dizem respeito tanto ao Governo quanto à sociedade civil. Neste caso em específico, a expressão remete, novamente, à concepção de Bernardo Toro, que cita em sua teoria a "responsabilidade compartilhada". No restante das vezes em que o verbete aparece, está ligado ao que é de responsabilidade de determinados atores, e não se remete à teoria sociológica estudada, como aparece no trecho:

Prof. Carlos Garcias – PUCPR divulga a realização do Seminário Internacional Sustentabilidade Ambiental Urbana: "Sistema em Agonia nas Catástrofes Urbanas", de responsabilidade da PUCPR e SEMA, a ocorrer nos dias 25 a 27 de outubro do ano em curso, na cidade de Curitiba-PR (ATA 35, 2010, p.3).

O verbete "responsável", por sua vez, aparece 21 vezes em todas as atas. Especificamente, na ata 29, de 20 de março de 2009, foram cinco repetições verificadas. Porém, a partir da análise desse material, percebe-se que o verbete está ligado, novamente, à identificação dos membros do Fórum, como se apresenta no trecho:

Conquanto as atividades da Coordenação Temática são propostas: Publicações: 1. Livro com Encarte - Agenda 21 Escolar - Responsável: Maria Cristina B. da Silva. 2. Depoimentos Verdades – O Contexto de Agenda 21. Responsável: Oraide Maria Woehl. 3. Agenda 21 Empresarial - Responsável: Walter Horst Poniewas. 4. Pesquisa do Fórum – Abordagens e Resultados - Responsável: Profº Carlos Garcias (ATA 29, 2009).

Observa-se novamente a repetição do verbete a partir do senso comum do uso da palavra, indicando meramente quem é o responsável por cada uma das atividades previstas para aquele ano na programação do Fórum. Neste caso, alude a quem assume a responsabilidade por uma determinada tarefa, à confecção e finalização de algumas publicações.

No que diz respeito a "comprometer", registre-se que, como verbo, o termo apareceu 23 vezes no decorrer da leitura das atas. Novamente é na ata 42 que ele mais aparece, com dez repetições. Na maioria das vezes, aparece como comprometido/comprometida, como é o caso deste exemplo:

Avaliação bastante positiva nos quesitos organização e fundamentação teórica, constatando que o Fórum encontra-se no rumo certo. Aponta necessidades de avançar no que diz respeito à implementação das propostas; indica ser necessário haver uma participação mais efetiva e **comprometida** de segmentos da sociedade e governo ressaltando a indispensável melhoria no uso de canais de comunicação e mobilização (ATA 42, 2011, p.24).

Esse trecho foi retirado da avaliação da coordenação a partir das respostas apresentadas pelos membros do Fórum. Uma vez mais, se refere a uma intenção de ação do Fórum, não afirmando que a participação é comprometida, mas como ela 'deveria ser'.

A derivação "compromisso" apareceu 53 vezes no total, sendo mais frequente na ata de número 36, datada de 21 de outubro de 2010. Em relação ao Fórum, a unidade de registro se apresenta durante a apresentação à plenária da "2.^a Edição do documento consolidador das ações Governamentais propostas entre o período de 2004 a 2011, intitulado: O que o Paraná tem Feito." (ATA 36, 2010, p.3). Com a apresentação desse documento, um dos membros do Fórum chama a atenção para os compromissos do Fórum: "Valdir Donizete – Ecoforça, Laélia Tonhozi – Movimento SOS, e Prof. Carlos Garcias – PUCPR manifestam opinião sobre discorrer "o que é a Agenda 21" e consciência da importância do compromisso que iremos assumir assinando o presente manifesto." (ATA 36, 2010, p.3).

Nesse caso, o termo remete novamente a algum compromisso que o Fórum vai assumir, ou que pretende assumir, sendo então uma reflexão para algo que está por vir, no caso dos membros do Fórum. Ainda assim, essa palavra indica melhor a ideia de compromisso apresentada por Bernardo Toro, quando se apresenta uma expressão como esta: "Desta forma fica evidenciado por mais uma vez o compromisso de cada um e de todos para com a continuidade das Ações da Agenda 21 Paraná, cabendo aos novos Governantes e a Sociedade o compromisso de seguir a trajetória." (ATA 36, 2010, p.4).

O texto também remete à noção de compromisso compartilhado em torno de um projeto de mobilização social, como demonstra Bernardo Toro em sua teorização. Pode-se aferir, portanto, que o verbete compromisso indica algo mais concreto rumo à mobilização social do que o próprio verbo comprometer.

Na ata 45, o termo aparece quase como um adjetivo na citação à Carta Compromisso enviada aos candidatos a prefeitos e vereadores do Paraná. A ideia de envio deste documento surgiu na reunião de número 44. Na ata 45 citam-se, por exemplo, algumas dificuldades de envio do documento a todos os candidatos, já que o Tribunal Superior Eleitoral forneceu os dados de 5.210 e-mails de candidatos, envolvendo prefeitos e vereadores.

São, então, apresentadas duas tabelas em que constam os candidatos a vereador e prefeito que assinaram a Carta. Em relação aos candidatos a vereador, 47 candidatos assinaram a Carta, dos quais, 6 foram eleitos. Para prefeito, 18 candidatos assinaram a Carta, sendo que 5 deles foram eleitos (ATA 45, 2012, p.3).

A chamada Carta Compromisso pode ser citada como uma ação efetiva do Fórum, já que enviou aos futuros governantes um documento para que assinassem e se comprometessem com as premissas da Agenda 21 no Paraná.

5.1.1.4 Colaboração, cooperação e contribuição

As unidades "colaboração", "cooperação" e "contribuição" apresentam um sentido muito aproximado no contexto teórico de Bernardo Toro, e podem ser colocadas como sinônimos. Toro destaca como os atores podem contribuir, colaborar e cooperar para o processo de mobilização social:

Qualquer mudança exige convergência de interesses (política), convocação de vontades (erótica, desejo) e novas formas de compreender e organizar a realidade (teoria). É imprescindível, também, que as pessoas envolvidas na mudança (os atores) identifiquem que tipo de decisões podem tomar e quais instrumentos estão ao seu alcance para contribuir com os propósitos da mudança (instrumentos de ação e de participação) (TORO, 2005, p.91).

Juntas, essas unidades somam 69 aparições ao longo do total de atas analisadas, representando um percentual de 6,61% do total da categoria Mobilização Social, sendo que a mais frequente é "contribuição", com 48 registros. Os verbetes "colaboração" e "contribuição" apareceram pouco em todas as atas, somando juntas 21 vezes. Os dois registros aparecem juntos nas atas de número 39 (21 de junho de 2011) e 40 (22 de agosto de 2011), nas quais o termo "Cooperação" aparece meramente ligado a objetos que "contribuíram" para que uma determinada ação acontecesse e só aparecem, os dois termos, no sentido sociológico desta pesquisa quando se referem às perguntas formuladas em uma oficina realizada com jovens para tratar da Rio + 20:

Qual a importância da Rio+20 para o Brasil e como esta pode contribuir para a transformação de nosso país? Como está a juventude paranaense em sua opinião? O que é preciso para formar uma rede de cooperação e desenvolvimento de jovens no Paraná? Como podemos fazer isso? (ATA 39, 2011, p.15).

Por sua vez, "colaboração" aparece quando indica a necessidade de se atingir a um objetivo, como segue na frase: "Comenta que na maioria das vezes não é dado espaço aos jovens para expressarem suas ideias e que os adultos precisam colaborar com os jovens para a realização de suas sugestões." (ATA 39, 2011, p.15).

Como é possível perceber, o significado das duas palavras – colaboração e cooperação – é aproximado, ainda que "colaboração" passe a ideia de algo que precisa ser feito ou que vem, novamente, em um tempo futuro. Por sua vez, cooperação remete a algo mais palpável e mais intenso, que convoca, conforme Toro. Neste caso, ainda vem indicando a ideia de "rede", ou seja, de um grupo de pessoas que pode estar ou que pode se integrar e atuar em conjunto.

Nesse contexto, o verbete "contribuição" é o que mais aparece em relação aos outros dois e é mais frequente nas atas 40 (22 de agosto de 2011) e 41 (21 de outubro de 2011). No caso da ata 41, nota-se repetição da palavra, já que ela é usada muito seguidamente em alguns trechos da ata, como se verifica a seguir:

A reunião começa com o tópico Regimento Interno, o qual já havia sido discutido na última reunião do Fórum e ficou acertado que seria enviado por email a todos para que pudessem **contribuir** com sugestões para aperfeiçoamento. Foram enviadas **contribuições** apenas pela Nilce Mary Turcatti Folle, representante das Faculdades Integradas Espírita, e pela representante da Procuradoria Geral do Estado, Heloísa Bot Borges. A **contribuição** da Nilce foi a sugestão de mudança do termo "universidades" para "instituições de ensino superior", pois desse modo o termo abrangeria todas as IES (ATA 41, 2011, p.3).

Nesse caso, "contribuição" está ligada à construção em conjunto do Regimento Interno do Fórum e à ideia de que as pessoas possam contribuir para completar, aperfeiçoar ou modificar documentos que são apresentados, como no exemplo, ou ações que o Fórum pretende realizar.

5.1.1.5 Engajamento e seus derivados

O verbete "engajamento" deveria ser um registro mais ligado à ideia de Mobilização Social apresentado por Toro, pois indica a importância de que os membros estejam envolvidos com a causa em questão para que a mobilização social seja

efetiva, ou seja, a mobilização só ocorre quando os atores se sentem parte do conjunto e se dedicam à causa. No caso das atas do Fórum, o termo aparece apenas seis vezes ao longo de todas as atas, representando 0,58% dos registros para a categoria em exame. Apareceu com mais frequência na ata 42, novamente, quando os membros são "esclarecidos" sobre como fortalecer o Fórum:

Em primeiro lugar, os integrantes do Fórum devem estar verdadeiramente **engajados** e comprometidos para que o Fórum cumpra com seus objetivos. Em segundo lugar, as ações de governo, sobretudo as ações do sistema Sema, devem levar em conta os pressupostos da Agenda 21. Dessa forma, o Fórum cumpre com seu papel de efetivar a implantação da Agenda 21 em toda sua dimensão em todo o estado (ATA 42, 2011, p.25).

Essa foi uma das respostas, ou seja, a opinião pessoal de um dos participantes do Fórum, de que é necessário que os integrantes estejam mais engajados; é algo que, conforme indica a resposta, precisa ser feito, que indica novamente uma ideia de algo que é preciso se atingir, um "ideal". Essa mesma visão aparece quando a coordenação do Fórum expõe na ata um panorama geral para esta questão, na seguinte frase: "As sugestões indicam de que é fundamental que haja disposição, motivação, **engajamento** e comprometimento dos integrantes do Fórum, ações efetivas das instituições e, principalmente, do governo, visando a efetiva implementação da Agenda 21." (ATA 42, 2011, p.25).

A partir desses trechos das atas, infere-se que o verbete engajamento, apesar de sua importância para o contexto da pesquisa, aparece pouco ao longo das atas e que se remete a um ideal, a algo que o Fórum precisa atingir.

5.1.1.6 Mobilização e derivados

O verbete "mobilização", nome da categoria, apareceu 39 vezes ao longo do corpus, representando 3,74% do total de registros para esta categoria. O verbete aparece sete vezes somente na ata 42, em especial quando se fala em atividades em planejamento pelo Fórum, como no trecho:

"Conferência Agenda 21 Paraná": processo de **mobilização** da sociedade paranaense através da realização de Consultas Públicas Regionais e uma Conferência Estadual planejada para o mês de abril de 2012, com o objetivo de elaborar e dar publicidade ao documento Agenda 21 Paraná, para que possa ser adotado como referência à construção de uma sociedade com justiça social, preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, com participação e controle exercidos pela sociedade, satisfazendo as necessidades atuais, preocupada com as gerações futuras e utilizando de forma racional os recursos naturais (ATA 42, 2011, p.5).

A Conferência Estadual sobre o tema aparece como uma atividade que o Fórum pretende realizar, em fase de planejamento. O verbete, em uma de suas formas derivadas, aparece também quando os membros do Fórum se manifestam, ao final da ata, em relação à sua avaliação sobre o Fórum:

O Fórum vem cumprindo seu papel **mobilizador**, sensibilizador e instrumentalizador. As bases para a construção da Agenda 21 do Paraná estão lançadas. Agora precisamos partir, de fato, para a construção da Agenda 21 do Paraná, com amplo envolvimento de todos os setores da sociedade civil e das instituições públicas em todas as esferas de governo (ATA 42, 2011, p.5).

Nesse trecho, a opinião de um dos seus membros é que o Fórum realmente realiza seu papel mobilizador. Entretanto, há novamente a sensação de que é algo ainda em processo, já que o representante diz o que precisa ser feito: a construção da Agenda 21 Paraná. Corroborando com esta ideia, há outra expressão nesta ata que indica justamente os "desafios futuros" do Fórum, e cita: "Comunicação eficaz e mobilização precisa" (ATA 42, 2011, p.14). Ao longo da leitura dessa ata, portando, se nota a frequência do termo "mobilização", no entanto, ainda muito ligado à noção de algo que precisa ser feito, ou que deve acontecer e não como algo efetivo e já em funcionamento.

Na ata 45, de 22 de outubro de 2012, aparece o verbete "desmobilizados", o que chama a atenção nesta análise. Essa derivação específica da unidade de registro utilizada apenas uma vez aponta uma referência negativa em relação à pergunta central deste trabalho. O trecho mostra o seguinte:

Seguindo a pauta, Rosana diz que os GTTs estão **desmobilizados**, e que é necessário ser feita a recomposição de seus membros. Sendo assim, Rosana pede para que os presentes no Fórum indiquem pessoas para integrarem os 10 GTTs, pelo menos uma pessoa para cada tema norteador (ATA 45, 2012, p.5).

Considerando que os GTTs são os responsáveis pelo fomento das discussões dos diversos temas do Fórum, isso pode indicar um esvaziamento dos debates e das reflexões acerca dos conteúdos da Agenda 21 por parte de seus membros e, neste caso, a coordenação do Fórum chama a atenção para que haja a integração a estes GTTs, numa tentativa de animação dos representantes.

5.1.1.7 Multiplicadores e derivados

Quando Toro em sua teorização sobre a mobilização social, discorre sobre os papéis do produtor, editor e reeditor social nesse processo, insere o termo multiplicador, que se refere aos atores que têm como objetivo reproduzir a mensagem, se aproximando da forma como a receberam, a fim de transmitir este conteúdo. Os multiplicadores, no contexto desta pesquisa, seriam os atores que levam o conteúdo do fórum para além do universo das reuniões.

No entanto, a frequência de referência a esse termo nas atas foi muito baixa: 20 vezes ao longo da análise do corpus, ou 1,9% do total desta categoria. Apareceu com frequência apenas na ata 42 e na ata de número 9, de 20 de maio de 2005. Nesta última, o verbete foi utilizado porque o Fórum buscava recursos para o evento "Capacitação de Multiplicadores", porém o termo remete não apenas ao título, mas diretamente às pessoas que vão atuar como "multiplicadores" quando cita: "Aos **multiplicadores** não caberá remuneração alguma por esta atividade. Serão viabilizadas as despesas de deslocamento e hospedagem quando os participantes não puderem assumir tais despesas." (ATA 35, 2010, p.3).

Nesse trecho, o verbete ainda remete às pessoas que vão participar da Capacitação de Multiplicadores, que reúne os membros do Fórum em torno dos eixos temáticos da Agenda 21 no Paraná, com a estipulação de algumas "regras" para essas pessoas, como a não remuneração. Na ata 42, de 2011, também há maior frequência de uso do verbete. Neste caso, a palavra também se refere aos atores que vão atuar mesmo como multiplicadores, como se verifica na seguinte frase que indica uma ação do GT de Biodiversidade: "Promover encontros, visitas e outros eventos para gerar agentes da Agenda 21 – **multiplicadores** locais no tema

norteador. (As Instituições de Ensino – pertencentes ao Pacto da Agenda 21)." (ATA 42, 2011, p.15).

Nesse caso, há uma intenção de ação para a formação de novos agentes multiplicadores da Agenda 21 em âmbito local, com a palavra carregando o conceito sociológico previsto por Toro; já na Ata 35 o termo se refere especificamente aos atores de um evento específico.

5.1.1.8 Coletivização e seus derivados

Para a atuação de cada membro no processo de comunicação social, é necessária a coletivização das informações em espaço específico (físico, virtual, institucional ou não), com os atores envolvidos tendo certeza de que todos estão cumprindo seu papel. A coletivização é definida como: "O sentimento e a certeza de que aquilo que eu faço, no meu campo de atuação, está sendo feito por outros, da minha mesma categoria, com os mesmos propósitos e sentido. É ela que dá estabilidade a um processo de mobilização social." (TORO; WERNECK, 1997, p.52).

A unidade de registro "coletivo" e suas variações aparecem 34 vezes em todas as atas e representa 3,26% do total da categoria Mobilização Social. É registrada com mais frequência na ata 20 (21 de setembro de 2006). Na ocasião, o verbete se refere ao evento coletivo que seria realizado em Foz do Iguaçu, em paralelo ao "Diálogos Paraná – Instâncias Regionais – Capacitação de Multiplicadores". Na reunião 21 (9 de fevereiro de 2007) há a citação de "coletivo" com a conotação de unidade, como no exemplo: Registra com fotos, os momentos de participação neste coletivo, que é o Fórum da Agenda21 Paraná (ATA 21, 2007, p.5).

O coletivo está ligado à noção de participação, indicando o Fórum como unidade, um grupo de pessoas que está atuando em conjunto para a tomada de decisões. Ao longo das atas, surge a variação "coletivamente", especialmente quando há alguma decisão que o fórum precisa tomar em conjunto.

Ao se observar as análises descritas sobre a categoria Mobilização Social, é possível perceber que, de modo geral, os registros mais ligados aos conceitos teóricos de Toro – e demais autores que utilizam sua visão em relação ao entendimento da categoria teórica mobilização social – são reduzidos em relação às outras duas

categorias, como se verá, mais detalhadamente, a seguir. As unidades de registro da categoria não se verificam em boa parte das atas (apenas em 17 das 40 analisadas), ou seja, cerca de um terço do universo total. Outro registro importante à luz da teoria em uso, "engajamento", aparece apenas em quatro atas, cerca de um décimo do corpus total.

Constata-se, ainda, que há a repetição de palavras em alguns trechos das atas, como é o caso da unidade "representação", que aparece, na maioria das vezes, por meio da derivada "representantes", referindo-se meramente aos participantes do Fórum. O mesmo pode ser verificado em "participação", que na maior parte dos registros não atende à teoria de mobilização e participação social em si, mas se refere apenas aos membros participantes do Fórum.

No âmbito categoria Mobilização Social, o verbete participação é o que mais aparece (403 vezes em todas as atas, o que representa 38,68% do total da categoria). No entanto, em termos qualitativos, essa quantidade de registros alta, pode ser relativizada, uma vez que o termo tem sua noção de uso mais frequente no sentido de se referir à participação de membros do Fórum em eventos fora das atividades deste; não se referem, portanto, em sua maioria, à conceituação de participação apresentada por Bernardo Toro no decorrer do capítulo teórico. O termo aparece também quando demonstra atividades em planejamento do fórum para atuação externa, sem indicar, todavia, a questão da participação comprometida com uma causa, apenas como algo que os representantes do fórum "precisam" fazer. Não diz respeito, por exemplo, ao incentivo à participação corresponsável para atingir o objetivo comum. Na perspectiva das entrevistas, que serão apresentadas adiante, é considerado que, para a participação cidadã, é necessário também que os membros frequentem as reuniões, por exemplo, para que a construção seja feita em conjunto. A participação no sentido de Toro está mais ligada a esta concepção e não apenas a citação de que os membros do Fórum participaram de um determinado evento, se essa participação não contribui com o Fórum.

5.1.2 Categoria comunicação

A categoria "Comunicação" é a que tem menos termos utilizados relativos às unidades de registro contabilizadas ao longo das atas, apesar de conter a mesma quantidade de unidades selecionadas na categoria "Mobilização Social" e mais do que na categoria "Ações e Propostas". No total, são 450 registros, aproximadamente 40% do total de registros da categoria de Mobilização Social e cerca da metade das unidades encontradas na categoria Ações e Propostas (figura 4, logo abaixo). Na categoria Comunicação, a unidade de registro que mais aparece é "informação" e suas derivadas, com 166 aparições, ou 36,89% do total da categoria. Em segundo lugar aparece a unidade de registro "divulgar" e suas derivadas, com 76 registros, ou 16,89% do total, aproximadamente metade das contabilizações de "informação". Em terceiro lugar vem "comunicação", que também é o nome da categoria, com 59 repetições, representando 13,1% do total da categoria. Juntos, os três verbetes representam cerca de 66,6% do total da categoria.

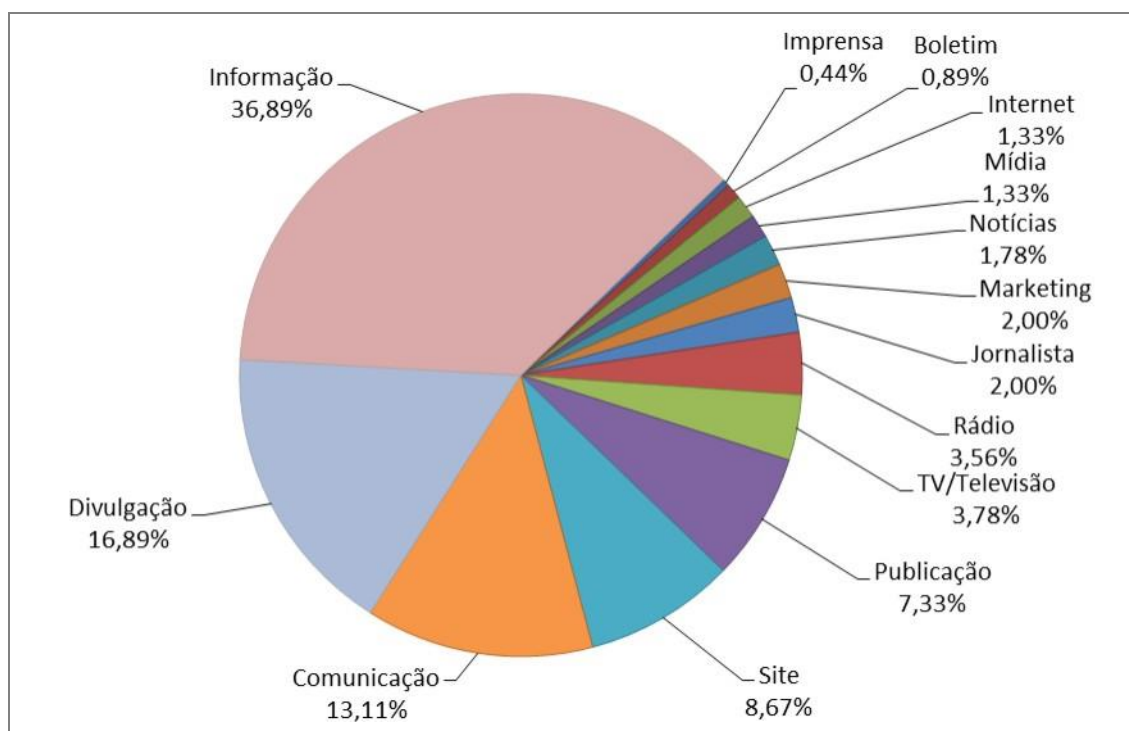


FIGURA 4 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO DA CATEGORIA COMUNICAÇÃO
 FONTE: A autora

5.1.2.1 Informação e derivadas

O verbete foi selecionado porque, a partir da teoria apresentada sobre comunicação e meio ambiente, é por meio das diversas mídias (de massa ou não) que as pessoas se informam sobre as temáticas ambientais. Dentre as fontes de informações citadas pelos autores, estão a mídia de massa (jornais, revistas, televisão rádio, sites noticiosos), os instrumentos de comunicação dos movimentos ambientalistas, além de campanhas, reuniões para debater questões ambientais e outros espaços públicos onde seja possível essa troca de informações, como é o caso do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

Em relação à unidade de registro "informação", foram registradas 106 ocorrências como substantivo e na forma verbal "informar", 60 repetições. O maior número desta unidade aparece na ata de número 39, de 21 de junho de 2011, e na de número 42. "Informar" aparece quando os membros do fórum estão trazendo novidades ao grupo, como na sentença: "Diego **informa** que o Ministério do Meio Ambiente já publicou o resultado dessa consulta em seu site, e acrescenta que esse é um dos principais documentos basilares sobre o processo e sobre o próprio posicionamento do Brasil para a Rio+20."

Nesse caso, o texto está se referindo a uma consulta pública realizada pelo Ministério do Meio Ambiente em relação à Rio + 20, que o participante do fórum está compartilhando com o coletivo. O verbete "informação", por sua vez, também aparece quando são citados canais de informação, como a seguir:

Disseminação da Agenda 21 no terceiro setor e sociedade como um todo em âmbito local, através da discussão e planejamento participativo das ações, pautando a implantação obrigatória da Agenda 21 na Conferência Nacional das Cidades de 2010, e o investimento em marketing social, garantindo a **informação** sobre os canais de interação e participação popular, utilizando-se de meios de comunicação de grande alcance popular como rádios, jornais e outros veículos comunitários.

Aqui, novamente o verbete pertence ao trecho do compilamento de ações e propostas dos Grupos de Trabalho e se encaixa no que o Fórum busca no que diz respeito à comunicação, ou seja, há a tentativa de formar um grupo relacionado à comunicação dentro do Fórum. Há, ainda, a ideia da criação de um sistema

de informações, como se coloca aqui: "Implantar Sistema de **Informação** capaz de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados, entre instituições governamentais e não governamentais." (ATA 42, 2011, p.19).

Nessa ata, quando se fala da criação, ou pelo menos da intenção de criação de um banco de dados, pode-se dizer que há a intenção de se trabalhar na conceituação de redes, na qual os atores dialogam e que permita fluxos de informações, indo além do que acontece quando os membros do Fórum se manifestam e apresentam à plenária novos dados e informações, em um âmbito grupal, mais restrito.

5.1.2.2 Divulgação, como substantivo e forma verbal

O verbete foi selecionado por indicar uma das condições para que o público tenha acesso à informação e uma das funções da comunicação, a divulgação de informações. Como demonstra Duarte (2009), a comunicação precisa ser também um ato de compartilhamento de informações, que acontece pela divulgação dos temas. Além disso, Monteiro (*apud* DUARTE, 2009) indica que entre um dos oito princípios da comunicação pública está o direito do cidadão ao acesso à informação, e que o Estado precisa zelar pelo conteúdo que é divulgado.

O verbete "divulgação", de modo geral, não aparece com frequência em todas as atas: ao todo, são 76 aparições em todo o corpus, o que representa 16,89% do total da categoria. No entanto, ganha bastante destaque na ata de número 42, somando ali 21 repetições. Na maioria das vezes aparece nesta ata sob a forma verbal "divulgar" e remete à necessidade de divulgação das ações da Agenda 21, como se percebe neste trecho: "Promover e divulgar a Agroecologia e fortalecer a agricultura urbana de base ecológica." (ATA 42, 2011, p.18).

Aparece também quando cita a necessidade de divulgação de conceitos da Agenda 21 em canais de mídia, como nesta ocasião:

Fazer consulta à equipe de comunicação da SEMA quanto às possibilidades, formas e procedimentos visando: – Atualizar a página da Agenda 21 no site da SEMA; – Utilizar canais institucionais como a Rádio e TV Educativa, rádios e TVs universitárias e comunitárias, além das comerciais; – Publicações de cartilhas, folders e outros materiais informativos e de **divulgação** (ATA 42, 2011, p.20).

Inferre-se ainda que o verbete aparece quando é sugerido, ao longo da reunião do Fórum registrada nesta Ata, o compilamento das propostas dos GTTs, ou seja, quando há intenção do Fórum, no caso dos GTTs, em se tomar alguma atitude, algo que precisa ser feito e que está por vir. A palavra também é usada quando um membro do Fórum traz alguma novidade ou dado novo para discussão, ou fornecendo aos outros membros do Fórum novas informações.

5.1.2.3 Comunicação, como substantivo e forma verbal

Toro e Werneck (1996, p.5) defendem a "mobilização social como um ato de comunicação". Compreendem que é a comunicação que permite que a mobilização aconteça, favorecendo a circulação de informações e o compartilhamento delas para os diversos atores que aderem à causa..

A unidade de registro "comunicação", diretamente ligada ao nome da categoria em análise, também está entre as três mais numerosas: ao todo, aparece 11 vezes como verbo "comunicar" e 48 como substantivo "comunicação", sendo que as duas representam 13,11% em relação ao total da categoria. Um exemplo recorrente é o do uso do termo no sentido comum, como sinônimo de informar, sem nenhum tipo de vinculação ao conceito teórico que se busca aqui, como, por exemplo, na ata de número 11 (22 de agosto de 2005), em que aparece duas vezes como verbo apenas no sentido corriqueiro de informar, quando algum membro do Fórum comunica a realização de determinada atividade, convidando um palestrante para contribuir com os conteúdos e o debate do Fórum: "Rosana **comunica** que estará convidando o Promotor de Justiça de Meio Ambiente, Dr. Saint-Clair Honorato Santos para a nossa próxima reunião, como palestrante, no dia 20/09/2005."

O verbete "comunicação" aparece mais frequentemente nas atas 39, 42 e 44. Na reunião 39, por exemplo, o termo se refere concretamente aos meios de comunicação, como se verifica neste trecho:

Disseminação da Agenda 21 no terceiro setor e sociedade como um todo em âmbito local, através da discussão e planejamento participativo das ações, pautando a implantação obrigatória da Agenda 21 na Conferência Nacional das Cidades de 2010, e o investimento em marketing social, garantindo a informação sobre os canais de interação e participação popular, utilizando-se de meios de **comunicação** de grande alcance popular como rádios, jornais e outros veículos comunitários (ATA 39, 2011, p.5).

Apesar de o verbete remeter diretamente aos meios de comunicação, não se tratando de um processo de comunicação, o termo aqui indica a vontade, ou intenção, do GTT de Gestão Social e Terceiro Setor de disseminar a Agenda 21 e incentivar a participação social. Há ainda uma colocação feita em sessão aberta para os presentes na plenária opinarem, em que se fala em "falta de comunicação":

Adriano Wild: fala que para envolver mais o movimento social as reuniões teriam que acontecer aos sábados. E concorda com a ideia do Valdir de rever os temas norteadores, pois não há um tema para as mudanças climáticas. E comenta ainda que há **falta de comunicação** para o direcionamento das informações no Fórum (ATA 39, 2011, p.14).

O representante acredita que há falta de comunicação, uma visão diferenciada da citação imediatamente, ainda que aquela apresente uma proposta de comunicação em curto prazo, esta remete à realidade do Fórum em si, do seu funcionamento.

Na ata de número 42, a palavra comunicação aparece de forma bem repetitiva, ligada, por exemplo, às estratégias de comunicação do Fórum ou quando faz referência a equipe de Comunicação da SEMA.

Na avaliação feita pelos membros do Fórum, que constam nesta ata, encontra-se a palavra comunicação vinculada à mobilização, como ocorre no entendimento de Toro (que sempre acentua que não há mobilização sem um processo planejado de comunicação): "[...] ressaltando a indispensável melhoria no uso de canais de comunicação e mobilização" (ATA 42, 2011, p.24). Aqui se indica a necessidade de um possível planejamento em relação ao uso de canais de comunicação e constitui uma frase incluída nas respostas obtidas junto aos membros do Fórum sobre o que precisa ser melhorado.

Na ata 45, de 22 de outubro de 2012, cita-se a apresentação do GT de Comunicação como sugestão de pauta, porém a pauta não foi cumprida naquela reunião. No entanto, é possível inferir que, com a criação de um grupo de trabalho para lidar apenas com comunicação, o Fórum estaria buscando uma maneira de

melhorar as suas ferramentas de visibilização e comunicação; nesse sentido de maior publicização, na ata 43, de 27 de fevereiro, cita-se a criação de uma newsletter, o que ainda não se efetivou.

5.1.2.4 Publicação, como substantivo e forma verbal

A publicação dos assuntos ligados à temática ambiental é, assim como a divulgação, importante para que esses temas cheguem ao conhecimento do público. Conforme Cox (2009), há diversas vozes que compõem esse cenário de divulgação e publicação, como o Estado e as instâncias menos formais, como movimentos sociais, espaços de debate e outros. O termo publicação, por outro lado, pode ser inferido além do entendimento de publicização, de dar visibilidade, de divulgar: ele pode ser entendido, de maneira mais concreta, como ato de publicar um texto, uma mensagem, um conteúdo em determinado suporte impresso ou virtual.

A unidade de registro "publicar" apareceu 33 vezes em todas as atas, o equivalente a 7,33% do total desta categoria. Apareceu com maior frequência na ata 34, de 21 de junho de 2010. Na ocasião, o termo ao substantivo derivado publicação, no sentido de documento impresso do Fórum, como no exemplo:

O item a seguir tratou do lançamento da **publicação** – Guia Agenda 21 Paraná Empresarial/ Uma Série Histórica – A Empresa no Viés da Precaução, de autoria da integrante do Fórum, Renata Ribas Zacarias, com a colaboração dos membros do Grupo de Trabalho Agenda 21 Paraná Empresarial.

Há nessa reunião um foco no lançamento desta publicação, citando-se as demais que o Fórum lançou. Isso indica mais uma vez que há uma busca pela divulgação e publicização do que é discutido nas reuniões do Fórum e dos princípios da Agenda 21. No caso dessa ata, nota-se a repetição das palavras, o que contribui para aumentar a sua incidência. A unidade de registro também foi encontrada como forma verbal, como a referência citada mais acima sobre a publicação no site do MMA dos dados da consulta pública da Agenda 21, temática já explorada no Capítulo 1 desta dissertação.

5.1.2.5 Mídia, imprensa e notícia; jornalista e veículos de comunicação (rádio, televisão, boletim, internet, site)

Agrupam-se aqui várias unidades de registro relativas à categoria "Comunicação", por sua proximidade: ou são veículos de comunicação (rádio, televisão, boletim, internet, site) ou são conceitos mais amplos ligados a esse universo, como atividade, como imprensa e mídia; ou como produto dessas atividades, no caso de notícia.

De modo geral, as unidades de registro "mídia" e "imprensa" quase não aparecem no decorrer das atas, somando oito repetições, ou 1,77% do total da categoria. O termo mídia aparece quando é citado, por exemplo, que os movimentos sociais ou organizações não governamentais precisam buscar mídias alternativas para divulgação de conteúdos da Agenda 21. Também aparece, contrariando a colocação anterior, quando membros do Fórum defendem que é necessário difundir na grande mídia informações da Agenda 21. O verbete "imprensa" só aparece duas vezes, remetendo à disseminação de informações ao público externo do fórum, mediante a utilização da imprensa.

Em relação à unidade de registro "internet" há poucas ocorrências, apenas seis, representando 1,33% do total desta categoria. No entanto, o termo "site", mais restrito no amplo universo da internet, aparece com 39 registros ao longo das atas, o que equivale a 8,67% do total da categoria de Comunicação. Isso porque o Fórum possui uma página abrigada no o site da SEMA; as muitas citações a este site nas atas, explica-se: ele é a principal fonte de informações e de acesso aos documentos do Fórum, já que ali estão disponíveis todas as publicações do Fórum desde a sua criação, inclusive as atas das reuniões. A palavra também indica sites de outras instituições, por exemplo: "Foi lançado o **site** da Rio+20 em português, que embora esteja ainda um pouco desatualizado, facilita a busca por informações sobre a Rio+20 para as pessoas que não dominam inglês." (ATA 42, 2011, p.9).

Como o Fórum também é um espaço para troca de informações, citam-se, como no exemplo acima, informações sobre sites e páginas na internet interessantes no contexto das discussões do fórum, fornecendo aos membros novas fontes de atualização em relação às temáticas ambientais.

O termo "boletim" foi selecionado para verificar se existe alguma intenção de criação desse tipo de instrumento de comunicação, para divulgar os acontecimentos

do Fórum, tendo como resultado apenas quatro referências. Na quinta reunião do Fórum, em 30 de novembro de 2004, houve a citação de criação de um boletim informativo da Agenda 21 Paraná no site da Universidade Federal do Paraná. Além disso, na primeira reunião do Fórum registra-se a proposta de criação de um boletim eletrônico, fazendo parte de um rol de possíveis veículos de comunicação para divulgar material sobre o Fórum e a Agenda 21, o que revela naquela ocasião, a intencionalidade inicial de visibilização e divulgação da temática para um público mais amplo:

- Propostas/Comentários
- Comunicação Social (lista de discussão, boletim eletrônico, utilização da Internet);
- Neste aspecto ponderou-se por:
 - Atenção à praticidade com as listas de discussão;
 - Dinamismo e objetivismo nos textos em rede;
 - Criação de links e anexos para textos extensos;
 - Criação de um endereço virtual para a Agenda 21;
 - Sistematizar um processo para avaliar a comunicação (ATA 1, 2004, p.4).

Houve, portanto, a sugestão de criação de um boletim informativo para a Agenda 21, no entanto, não se falou mais do assunto após a sexta reunião do Fórum. A citação da intenção de criação de um boletim ou newsletter aparece novamente na reunião de número 43, de fevereiro de 2012. Percebe-se que a intenção de organização de um material compilado para abastecimento de informações do Fórum entre os próprios membros do Fórum não está acontecendo. A troca de informações restringe-se ao momento das reuniões do Fórum, à publicação de suas atas e de outros materiais no site da SEMA.

A seu turno, as unidades de registro "jornalista" e "notícia" somam juntas 17 ocorrências, ou 3,7% do total. Não fazem, geralmente, menção a temas específicos da atuação do Fórum. Cita-se, por exemplo, que alguém comentou uma notícia sobre a redução de poluição "proposta pela ministra de Meio Ambiente do Japão, com uso de roupas leves e informais" (ATA 18, 2006). Mas essas palavras não estão ligadas, por exemplo, a matérias que poderiam sair em jornal sobre o próprio Fórum, funcionando mais como informação que os membros compartilham a respeito de temas ligados ao debate do Fórum.

As unidades de registro "rádio" e "televisão" aparecem 33 vezes no total, o que representa 7,3% do total de ocorrências. Referem-se, por exemplo, à existência de veículos alternativos ou governamentais que possam conter informações ou que

possam ajudar a difundir os princípios da Agenda 21, como aparece neste trecho das metas de curto prazo do GTT Direitos Humanos e de Todas as Formas de vida:

Adotar a ética biocêntrica como ponto de partida para definição das ações da Agenda 21 Paraná, criando um programa específico, diário, por exemplo, o Programa "21", na **Rádio** e **TV** Educativa do Paraná, em horário nobre e em tempo relevante, para a divulgação e discussão dos temas norteadores da Agenda 21 Paraná (ATA 42, 2011, p.13).

Como se percebe nessa colocação, há algumas intenções do fórum que incluem a utilização destes meios de comunicação na difusão de informações sobre suas temáticas. Porém, este exemplo também remete à noção de que ainda não há a utilização desses meios e que isso ainda é apenas um projeto.

Após a análise das unidades de registro da categoria "Comunicação", é possível perceber que há um entendimento no âmbito do Fórum sobre a importância da comunicação para a mobilização, especialmente a partir das respostas apresentadas na ATA 42, quando foram expostas as opiniões de membros do Fórum sobre o funcionamento do coletivo onde atuam. No entanto, não se notam ações efetivas de comunicação em grandes meios, como televisão e rádio, ou mesmo na imprensa escrita. Os mais citados são meios alternativos, especialmente, quando se fala em organizações não governamentais e movimentos sociais. Quanto às chamadas novas tecnologias, o verbete site na Internet aparece bastante e seu uso barato e ligado ao próprio aparato governamental (SEMA); mostra-se mais eficiente, ao que parece, no contexto de divulgação de informações e troca de dados entre os membros do Fórum, além de facilitar o acesso dos membros às publicações do Fórum.

No entanto, pode-se aferir que não há um investimento maior em comunicação com o público externo. O que acontece, com frequência, é a troca de ideias e informações no âmbito da plenária, entre os membros do Fórum, mas é perceptível que os conteúdos discutidos e as informações trocadas permanecem muito limitados ao contexto do Fórum e, eventualmente, das instituições de origem dos seus membros.

5.1.3 Categoria ações e propostas

A última categoria de análise neste item da pesquisa é "Ações e Propostas" que, apesar do número menor de unidades de registro selecionadas em relação às duas anteriores, apresentou um total de 751 repetições. A média aritmética para cada unidades de registro dessa categoria seria de cerca de 83 aparições no total de todas as atas. A unidade de registro mais frequente neste caso é "ação", com 304 registros, o que representa 40,48% do total desta categoria (figura 5, na sequência). Na sequência, vem o verbete "propostas", somando 205 registros e 27,30% do total da categoria. As demais unidades de registro não somam mais do que 60 repetições, como é o caso do verbete "encaminhamento", que representa 7,99% do total da categoria.

Assim, as duas palavras que têm maior número de aparições, e que também dão nome à categoria – ação e propostas – somam aproximadamente 67,76% do total da categoria; alguns outros termos aparecem pouquíssimas vezes ao longo das atas, como é o caso de "legislação" e "deliberação".

Nesse trecho, as unidades de registro serão apresentadas conforme a sua ordem para o estabelecimento de leis, a partir dos conceitos apresentados na teoria de políticas públicas, no Capítulo 1, e a partir de conceitos de Toro e Werneck, quando explanam sobre a cidadania.

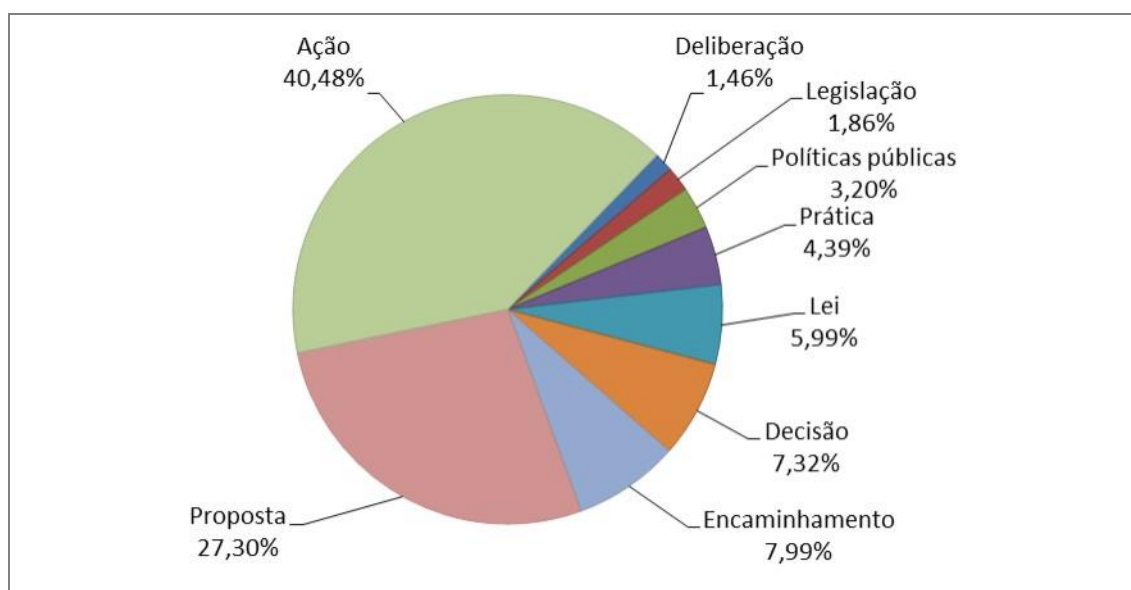


FIGURA 5 - PERCENTUAIS DAS UNIDADES DE REGISTRO DA CATEGORIA AÇÕES E PROPOSTAS
 FONTE: A autora

5.1.3.1 Proposta, como substantivo e verbo

A definição de proposta está vinculada ao que os membros do Fórum, sugerem em termos de ações. Do dicionário, "s.f. Ação de propor; promessa, oferta. Declaração verbal ou escrita com a qual se visa obter uma concessão, realizar uma obra, estabelecer um contrato".

A unidade de registro que mais aparece em segundo lugar é "proposta", com 205 repetições. A unidade de registro pode ser encontrada tanto como verbo quanto substantivo. Como substantivo, "proposta" aparece 143 vezes, enquanto o verbo propor é registrado 62 vezes, cerca de um terço do total do substantivo. Juntas, representam 27,30% do total desta categoria. A ata de número 33, de 9 de fevereiro de 2010, traz colocações interessantes para a análise pois explicita bem as duas formas.

O verbete é registrado na maioria das vezes como referência a sugestões lançadas à plenária como no exemplo a seguir, quando são coletadas sugestões e propostas para o estabelecimento de metas da Agenda 21 Paraná e como divulgá-la:

O Prof. Carlos Garcias - PUCPR, discorreu que, além de entregar as metas, deve-se fazer explicações dos conceitos das mesmas, o que significam os compromissos e ter uma ideia sistêmica dos temas norteadores da Agenda 21 Paraná. Para tanto, sugere que seja tratada da decodificação de conteúdos, chamando atenção para a Rio+20, que acontecerá em 2012, formando um triângulo Rio+20/decodificação/síntese de compromissos. Tal **proposta** foi acolhida por todos os integrantes da reunião (ATA 33, 2010, p.2).

Como se nota neste exemplo, a unidade de registro "proposta" indica uma sugestão e, nesse caso, uma sugestão que foi apoiada pelo grupo.

No caso do verbo propor, ele aparece ligado a ações que estão sendo propostas e apresentadas por alguém na plenária, quando se lê, por exemplo:

Diante de algumas discussões a respeito de permanência ou mudança de Governo Estadual, **propôs-se** que fosse criada uma lei de continuidade da Agenda 21 Paraná. Ao que foi explicitado sobre a **proposta** de Lei do Deputado Osmar Bertoldi, que tramita na Assembleia Legislativa. Sendo que Rosana Gnipper e Schirle Branco discorrem sobre as iniciativas tomadas no ano passado com os integrantes da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia, nas pessoas do Presidente Luiz Eduardo Cheida e Luciana Rafagnin, as quais não foram suficientemente resolvidas, tendo que serem retomadas para breve. Ficando determinado um grupo para tratar do assunto e que farão parte Graziella Gobbato, Rosana Gnipper, Heloiza Bot Borges e Schirle Branco (ATA 33, 2010, p.2).

Nesse trecho, o verbo não indica quem propôs, apenas cita que foi proposta uma lei de Continuidade da Agenda 21 Paraná. O verbo, portanto, se refere a alguém do grupo que está sugerindo algo a se fazer ou a se resolver. No mesmo parágrafo aparece também o substantivo proposta, que alude a uma Lei que tramitava, na época, na Assembleia Legislativa do Paraná. Neste caso, é possível aferir que o conjunto de "propor" e "proposta" levou a uma tentativa de criação de uma política pública, com envio da proposta para a Assembleia, e de uma tomada de posição do Fórum com relação ao governo.

Ao longo da Ata 39, de 21 de junho de 2011, a unidade de registro surge, novamente, como algo que se está pretendendo fazer no âmbito do Fórum e, especialmente neste caso, pelos GTTs, como se verifica no exemplo:

Apresenta a primeira ação **proposta** pelo GTT, que é definir o que é ciência e o que é tecnologia, e reforça que isso deve se tornar claro para a sociedade. Apresenta o organograma realizado pelo Grupo que aponta as **propostas** para a implantação de um sistema de monitoramento social de inovação, ciência e tecnologia sustentável no Paraná com base nos princípios da Agenda 21 (ATA 33, 2011, p.11).

Nesse trecho, são apresentadas as ações que o grupo pretende fazer, o que ele se dispõe a fazer ou que pretende fazer. Aqui a unidade aparece acompanhada de outra unidade, "ação", que, como já foi colocado anteriormente, remete nessa situação, e em muitas outras, a algo que o Fórum está buscando realizar.

5.1.3.2 Decisão e deliberação com suas derivadas

Na conceituação de Souza (2006), as políticas públicas e as decisões tomadas em uma época podem determinar ou mesmo limitar a capacidade de ações no futuro. Segundo ela, a política pública pode ser vista como uma construção. Além disso, as decisões tomadas causam impactos no desenvolvimento.

As unidades de registro "decisão" de "deliberação" são aqui entendidas como sinônimos (embora, do ponto de vista de seu significado existam diferenças entre os dois termos) e aparecem, juntas, 66 vezes ao longo do corpus de pesquisa, o que representa 8,78% do total desta categoria. A palavra deliberação foi menos

frequente, somando apenas 11 registros. Na ata de número 19, de 21 de agosto de 2006, os dois termos aparecem quase o mesmo número de vezes, tendo "decisão" quatro registros e "deliberação" três. As duas formas indicam, no caso desta ata, decisões que o Fórum realmente tomou e que parecem mais palpáveis do que as aferições feitas para a unidade de registro "ação", por exemplo. Um exemplo é uma decisão (deliberação) tomada pelo Fórum em relação à MOP 3 COP 8, no que diz respeito às instituições de ensino superior: "Foi **deliberado** que as Universidades vão instituir um Comitê, assim como, cada uma irá formalizar uma Comissão de articulação da Agenda 21 Interna." (ATA 19, 2006, p.3).

Nesse exemplo, o verbete aparece como uma decisão que o Fórum pretende realmente tomar, o que mais tarde resultaria no Pacto 21 Universitário, conforme foi explicitado no capítulo 4 desta dissertação.

A unidade "decisão", por sua vez, aparece como substantivo e como verbo – decidir. As decisões indicam, neste contexto, os rumos que o Fórum deve tomar em relação a algum tema, para que possa reverter em ações concretas. Nessa ata em específico, o verbo decidir remete a uma decisão coletiva do Fórum, sobre a formatação deste evento com as universidades, já citado.

Nesse caso também o termo "decisão" aparece ligado à então coordenadora do Fórum, Schirle Branco, de prosseguir com o trabalho do Fórum, apesar de seu processo de aposentadoria.

"A **decisão** de continuar neste governo, tem a ver com os compromissos com a atual Gestão, bem como pela continuidade da Agenda 21 Paraná." (ATA 19, 2006, p.3).

O termo também aparece, ao longo de diversas atas ao lado da unidade de registro "encaminhamento", como um subtítulo da ata: "Decisões e Encaminhamentos", o que pode explicar seu registro numeroso ao longo de todo o material analisado. Os dois termos aparecem com maior número na ata 42, somando 11 repetições. Ali consta uma colocação interessante que liga esta unidade à ação: "As **ações** da Agenda 21 Paraná se consolidam a partir de **decisões** tomadas pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado pelo Decreto 2547, de 04 de fevereiro de 2004." (ATA 42, 2011, p.3).

Nessa ocasião, foram apresentadas ações da Coordenadoria Temática, e é importante observar que o Fórum só atua, conforme apresenta a ata, a partir das decisões que toma em conjunto na plenária. Portanto, as decisões podem indicar

pistas interessantes sobre como o Fórum está atuando. Como já mencionado, porém, a decisão parece usada, ao longo das atas, de forma mais substancial que o verbete "ação".

5.1.3.3 Encaminhamento e derivadas

Duarte (2009) apresenta que os instrumentos de diálogo, ou seja, instâncias de cooperação, acordos e encaminhamentos de decisões podem estimular o exercício da cidadania e o alcance de um interesse comum.

A unidade de registro com mais ocorrência nas atas, após as duas apresentadas anteriormente, é "encaminhamento", com 60 registros ao longo de todas as atas, representando 7,99% da categoria. Mas, a explicação é simples: o verbete aparece com frequência porque nas primeiras atas, até a 22.^a reunião, de 21 de junho de 2007, havia um espaço chamado "Decisões e Encaminhamentos", como resumo do que foi discutido na reunião e o que ficaria como tarefa a ser cumprida, a exemplo da oitava reunião, de 20 de abril de 2005:

Decisões e **Encaminhamentos**: Apreciado e aprovado a idéia de que os integrantes do Fórum da Agenda 21 Paraná acompanhassem o desenvolvimento deste projeto e sugerissem **propostas**, tendo em vista a previsão de implantação da Instância Regional do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, na região do Vale do Ribeira (ATA 8, 2005, p.4).

Neste caso, a unidade de registro aparece como um subtítulo da ata e reúne o que foi definido em cada reunião, como no caso, o apoio do Fórum ao plano de restaurar, no Vale da Ribeira, uma porcentagem da Mata Atlântica original. Para tanto, os integrantes do Fórum concordaram em acompanhar esse programa no Vale e sugerir propostas. No texto acima, o verbete "proposta" se remete a sugestões que os membros do Fórum poderiam dar para o desenvolvimento deste trabalho.

5.1.3.4 Ação e derivadas

À luz dos conceitos apresentados no capítulo 1, definem-se políticas públicas, conforme Celina Souza (2006), como um conjunto de ações de um governo que podem interferir na vida dos cidadãos ou mesmo um campo de estudo das ciências políticas. Primeiramente, é preciso esclarecer que a unidade "ação" aparece com frequência, de modo geral, nas atas, apenas porque há o costume de se colocar a identificação da coordenação na hora de citar pessoas que subscrevem a ata, como consta a seguir: "Schirle Margaret dos Reis Branco – Coordenadora das **Ações** da Agenda 21 Paraná." (ATA 29, 2009, p.5).

Isso segue em quase todas as atas, excluindo-se duas, e pode indicar o motivo de haver um número alto dessa unidade de registro aparecendo. O verbete aparece com maior frequência na ata 42, de 16 de dezembro de 2011, somando 53 publicações. A palavra acaba se repetindo algumas vezes, o que pode explicar novamente o alto percentual de aparição, como se verifica no trecho sobre as propostas de ações para a criação do banco de dados:

Organizar e disseminar um banco de dados de boas práticas de projetos e **ações** na área de Ciência e Tecnologia relacionados aos princípios da Agenda 21. Monitorar os processos e criar um banco de dados de **ações** locais envolvendo a Agenda 21 Escolar.

De modo geral, no caso dessa ata, há referência a ações que precisam ser feitas, ou que o grupo pretende viabilizar. No entanto, essas ações aparecem mais como planejamento do que algo que acontece na prática. Analisando o material mais antigo para verificar esse fenômeno, optou-se pela seleção da ata 4, de 22 de setembro de 2004. Neste caso, o termo é utilizado 16 vezes e, novamente, é encontrado como referência à Coordenação das Ações de Agenda 21 no Paraná. Porém, no âmbito de uma das primeiras reuniões que aconteceram, o que o Fórum deveria ser dali para frente, como no trecho:

O Fórum foi montado e efetivado pelo Governo para o desenvolvimento de propostas dentro dos temas norteadores. É preciso priorizar as políticas, os assuntos que serão debatidos. O Fórum poderá auxiliar no planejamento do Estado, com a instituição de uma agenda de trabalho com **ações** emergenciais, curto, médio e longo prazo (ATA 4, 2004, p.7).

O trecho apresenta ainda um dos objetivos claros do Fórum, que é o planejamento do Estado em relação aos temas ligados ao meio ambiente, frisando a importância da criação de uma agenda de trabalho.

A ata 39, de 21 de junho de 2011, traz 24 vezes a unidade de registro e apresenta o termo "ações" para mostrar o que o Fórum, por meio dos GTTs, desenvolve em termos de Agenda 21, como se verifica neste trecho do GTT de Educação:

Comentam também as seguintes **ações** em desenvolvimento pelo Grupo: - Fortalecimento do GTT Educação, ampliando o convite a outras entidades, como rede particular de educação básica, educação não formal, representatividades de estudantes e sindicatos; - Resgate das IES que assinaram o Pacto 21 Universitário; - Resgate da proposta da Política Estadual de Educação Ambiental (ATA 39, 2011, p.4).

Nesse caso, são apresentadas ações concretas que este grupo vem realizando para fortalecer a Agenda paranaense, como o convite a outras entidades e a retomada dos compromissos do Pacto 21 Universitário. Ainda assim, de modo geral, a unidade de registro se mostra mais frequente quando se refere às atividades planejadas para o futuro, como no exemplo dessa mesma ata, ao citar o GT de Agroecologia:

Explica a definição de Agroecologia e de Agricultura Sustentável, e em seguida apresenta as metas de curto (2010), médio (2015) e longo (2021) prazos propostas para este GTT no Pacto Paraná Sustentável. São apresentadas as seguintes **ações** definidas pelo GTT.

As propostas incluem, por exemplo, incentivar a criação de políticas públicas para a agricultura orgânica e a elaboração do Programa de Gestão Ambiental Integrado nas microbacias do Paraná.

5.1.3.5 Lei e legislação

É preciso frisar que nem todos os temas vão entrar na arena pública para que sejam efetivamente debatidos e se tornem objeto de políticas públicas. As necessidades das pessoas e dos governos mudam com o passar do tempo e dependem de fatores

como criação e aprovação de leis. Para Toro e Werneck, no sistema democrático, as leis e normas são construídas pelos mesmos indivíduos que as vão cumprir e proteger.

Ainda na categoria Ações e Propostas, a unidade de registro "lei" soma 45 repetições ao longo de todas as atas, o que equivale a 5,99% do total da categoria de Ações e Propostas. Em muitos casos, é possível observar que há apenas a citação de uma lei referente a alguma temática ambiental, porém essas citações não se ligam ao contexto que está sendo discutido ao longo da reunião. A ata de número 40, de 22 de agosto de 2011, é a que traz o termo mais vezes – nove, exemplificando como ele aparece como citação de leis:

Cláudio Barretto fala sobre o PPCS (Plano de Ação de Produção e Consumo Sustentáveis) do Ministério do Meio Ambiente e sua relação com as metas de curto prazo propostas pelo GTT Padrões de Produção e Consumo no que se refere à elaboração de um Projeto de **Lei** para a formação de um Comitê Técnico para Avaliação e Fiscalização das Embalagens e Resíduos Sólidos Gerados e Comercializados no Estado do Paraná (ATA 40, 2011, p.3).

Nesse caso, a citação ocorreu em um momento da reunião em que os presentes se apresentam e comentam sobre temas de seu interesse, sem, no entanto, ainda existir uma discussão específica sobre determinado assunto. Mais à frente, fica mais claro o contexto, quando se coloca que Claudio Barreto discorria sobre o GTT Padrões de Produção e Consumo, citando assim o projeto de Lei.

No caso dessa unidade de registro, também se verificam repetições, como no parágrafo a seguir, em que o verbete aparece quatro vezes:

Carlos Garcias elogia a descrição do tema, com foco no Paraná. Diz também que não se sabe se a **lei** citada pelo grupo engloba os parâmetros de Agenda 21. Frisa que a Agenda 21 pode ser um instrumento para implementar ou modificar **leis**. Finaliza dizendo ao GTT que a busca por mais informações sobre essa **lei** seria de grande importância, pois as **leis** podem ser tendenciosas (ATA 40, 2011, p.5).

Destaca-se neste contexto de análise a frase a "Agenda 21 pode ser um instrumento para implementar ou modificar leis". Neste caso, a unidade de registro se encaixa em uma das questões centrais dessa categoria, no sentido de que o Fórum seja um indutor para a construção de legislação em termos de políticas públicas. Mas, acentue-se que esta é uma compreensão de um representante do Fórum sobre o papel da Agenda 21 PR, o que não quer dizer que ela esteja realizando esse papel.

Além dessa ata, a unidade de registro aparece com frequência na Ata 42, de 16 de dezembro de 2011, em que se apresentam metas e propostas dos GTTs, com o termo "Lei" aparecendo como uma meta de curto prazo do GTT de Segurança Alimentar e Nutricional:

Garantir o apoio necessário à implantação da **Lei** Federal 11.497 "**Lei** da Alimentação Escolar" – que torna obrigatória a compra da agricultura familiar de pelo menos 30% dos alimentos a serem consumidos nas escolas, priorizando-se a compra da produção familiar local e regional oriunda da agricultura ecológica (ATA 42, 2011, p.13).

Nesse caso, há também uma ligação mais forte com o eixo desta categoria, já que demonstra algo que os membros do Fórum pretendem apoiar e garantir, dentro do GTT de Segurança Alimentar e Nutricional. A lei, no caso, já existe e o que o Fórum propõe é o apoio a esta iniciativa. Além disso, nesta ata a lei sobre a formação de um comitê técnico para as embalagens foi citada novamente, colocada como uma proposta do GTT de trabalho de Padrões de Produção e Consumo.

O verbete "legislação", que está vinculado às políticas públicas, aparece 14 vezes durante a análise de todas as atas e equivale a 1,86% do total da categoria. Na ata 42, novamente, na qual ele é mais frequente, com quatro registros. Nessa ata, o GTT de Diversidade Espacial e Integração Regional coloca no quesito "Ações" tomadas pelos GTTs "enviar para as Câmaras municipais proposta para mudança da **legislação** em relação às calçadas" (ATA 42, 2011, p.16). Nesse caso, há uma proposta de ação que pode vir a se tornar uma política pública e uma ação efetiva, portanto, feita a partir de uma sugestão do Fórum. Porém, na Ata 44, de 21 de agosto de 2012, cita-se que a "proposta que seria mudar a legislação sobre as calçadas já foi contemplada na Lei Nacional de Mobilidade Urbana (n.º 12.587 de 03 de janeiro de 2012)" (ATA 44, 2012, p.12). Ou seja, uma das propostas principais desse grupo já havia sido contemplada pela lei que foi publicada logo depois. Porém, é possível aferir que, apesar das poucas vezes que aparece em relação às outras unidades de registro, esta unidade indica mais diretamente o que o Fórum busca como política pública, ou onde ele interfere e contribui para a discussão dessas políticas.

5.1.3.6 Prática e derivados

O verbete foi selecionado para verificar o que está sendo colocado em prática como formas de apoiar a construção de políticas públicas ligadas ao meio ambiente e em especial às diretrizes da Agenda 21. Apesar de o Fórum ser um espaço de sugestão e busca por soluções para a Agenda 21, deveria se constituir como espaço para a discussão de ações mais práticas e efetivas sobre isso.

Outra unidade de registro para esta categoria é "prática", que apareceu 33 vezes ao longo do total das atas e representa 4,39% do total desta categoria. No entanto, o verbete encontra-se geralmente vinculado à ideia de criação de um GTT de Boas Práticas, citado diversas vezes em todo o material, como no exemplo da ata 41, de 21 de outubro de 2011, na qual aparece com mais frequência:

BOAS **PRÁTICAS** NO PARANÁ: formação, estruturação e implantação do "Grupo de Trabalho Boas **Práticas**" cuja finalidade é elaborar critérios para reconhecimento de programas, projetos e planos nos diversos setores da sociedade paranaense, alinhados com a Agenda 21 (ATA 41, 2011, p.13).

O trecho em questão faz parte de uma sessão da ata que explica o que é cada GTT. Como se percebe, o objetivo do GTT é a identificar projetos e programas realizados pela sociedade civil que estejam alinhados com a Agenda 21. No entanto, a unidade de análise se refere apenas ao nome do GTT, e não à forma como ele pretende atingir este objetivo, ou seja, não há explicitação sobre as ditas "práticas".

Na ata 42, há a citação da falta de resultados práticos nas atividades do Fórum. A resposta aparece quando os membros do Fórum são questionados sobre qual a avaliação deles sobre o coletivo. Uma das respostas indica:

Entendo que o aspecto positivo do Fórum tem sido o tratamento dos aspectos teóricos, no âmbito local, porém o que precisa melhorar é a promoção, a respectiva análise e acompanhamento dos resultados **práticos**, relacionados à Agenda 21 Paraná (ATA 42, 2011, p.24).

Essa opinião pessoal apresenta o aspecto positivo no que diz respeito aos aspectos teóricos e aponta falhas nos resultados práticos. Aqui, o verbete indica o adjetivo, a maneira como estão as atividades do Fórum. Ao final dessa pergunta, há

a avaliação da coordenação que também coloca que o que precisa ser melhorado no Fórum inclui "promoção, análise e acompanhamento dos resultados práticos" (ATA 42, 2011, p.24). A unidade de registro indica, portanto, que há falta de resultados práticos do Fórum.

Na ata 43, de 27 de fevereiro de 2012, a palavra aparece em um parágrafo em que a coordenação fala da função dos representantes do Fórum: "Rosana comenta que no Fórum, o compromisso dos integrantes sempre foi o de tentar colocar em **prática** as ações de Agenda 21 em suas instituições, assim como compartilhar experiências de Agenda 21 que já existem." (ATA 43, 2012, p.6).

A citação vem em seguida à apresentação, feita por um dos membros do Fórum, de uma pesquisa sobre o documento *Pacto Paraná Sustentável*, concluindo que o documento não era divulgado e sugerindo, portanto, a realização de ações ligadas a ele, por ser uma ferramenta que poderia ser utilizada em escolas, na educação ambiental, por exemplo.

5.1.3.7 Políticas públicas

A última unidade de registro analisada nesta categoria é "políticas públicas", que responde diretamente a um dos objetivos desta dissertação. A unidade de registro selecionada busca localizar o que o Fórum poderia estar discutindo sobre políticas públicas, para que as discussões realizadas em seu âmbito possam surtir efeitos mais práticos não somente para os membros do Fórum, mas também para a comunidade externa.

A unidade foi verificada 24 vezes em todas as atas, o que equivale a 3,19% do total da categoria de Ações e Propostas. Novamente, na Ata 42 é que o termo apresentou mais frequência, com seis registros. Em uma das vezes, o termo aparece com ligação ao GTT Rio + 20: "Visa a aplicação dos temas da Rio+20 em propostas de **políticas públicas**, com articulação dos diferentes setores, incentivando-os a adotarem as novas temáticas do desenvolvimento sustentável." (ATA 42, 2011, p.8).

O verbete aparece, portanto, como algo que o GTT pretende fazer, mas não é algo definido, por exemplo, de que forma será feito. Nessa ata, o termo aparece

vinculado sempre à intenção de criação de propostas para contribuir na elaboração e construção de políticas públicas, como se nota neste trecho:

Referente à Produção – Formulação Legal: angariar representatividade política para formulação e implementação de **políticas públicas** aliadas aos preceitos da Agenda 21, principalmente quanto aos PP&C, através da formulação legal de um projeto de lei para criação do "Comitê para Avaliação e Fiscalização das Embalagens e Resíduos Recicláveis Produzidos e Comercializados no Estado do Paraná", fomentando-se os prepostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos (ATA 42, 2011, p.21).

Na ata 39, há a citação de política pública ligada ao GTT de Educação, que busca o "Resgate da proposta da Política Estadual de Educação Ambiental" (ATA 39, 2011, p.4). Aqui, novamente, se percebe a intenção de interferência, construção ou proposta de uma política pública, mas não há algo efetivo.

Após a análise de todas essas unidades, é possível destacar que sua frequência é muitas vezes alta devido à repetição de palavras como "ação" e "encaminhamento", que nem sempre indicam uma atividade efetivamente realizada pelo Fórum. Ao que parece, a que mais indica efetivamente de que forma o Fórum contribui nas políticas públicas são os termos "lei" e "legislação", que revelam diretamente como o Fórum está contribuindo, nos espaços onde ele está atuando em termos de educação, mobilidade, segurança alimentar etc.

A maioria das unidades de registro nesta categoria está bem abaixo da média aritmética de 83 por unidade neste agrupamento, excluindo-se nesta verificação as duas mais numerosas – as demais apresentam uma média de 20 a 55 registros, o que indica uma diferença muito grande entre as duas principais e as demais.

Outras unidades de registro relevantes nesta categoria são "decisão" e "deliberação", por indicarem o que o Fórum realmente decidiu e, a partir daí, é possível tomar atitudes mais palpáveis, como foi defendido em um dos trechos apresentados nesta seção. Por outro lado, o termo "prática" revelou que há falta de ações concretas do Fórum, o que foi registrado e percebido por seus membros e pela própria avaliação da coordenação.

5.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS COM REPRESENTANTES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

A fim de facilitar e apresentar um panorama geral da análise das entrevistas realizadas com membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, cujo processo de realização já foi previamente explicado na Metodologia, elaborou-se um quadro, contendo os principais pontos das informações coletadas junto aos nove representantes sorteados, a partir das perguntas colocadas a todos. O modelo do questionário pode ser verificado no quadro 3 (localizado ao final deste capítulo) mostra as seguintes questões propostas no questionário: 1) Sua entidade possui um documento específico de Agenda 21? 2) Qual foi a forma de integração de sua entidade ao Fórum? 3) Como se deu a seleção do representante de sua entidade? 4) Há interação entre o que é discutido nas reuniões ordinárias do Fórum e sua entidade? 5) Qual a sua frequência de participação nas reuniões do Fórum? 6) Sua entidade realiza ações da Agenda 21 preconizadas pelo Fórum? 7) Considera a comunicação uma peça-chave para a mobilização social em torno da Agenda 21 PR e seu Fórum? 8) Há mobilização interna em sua entidade com relação às ações relacionadas à Agenda 21?

No quadro 3 foram consideradas as entrevistas realizadas no ano de 2012, excluindo-se as entrevistas exploratórias realizadas em 2011, uma vez que o questionário foi estruturado para esta ocasião mais recente para que todos os membros entrevistados respondessem às mesmas perguntas de base, e só complementassem seus depoimentos com informações específicas de suas entidades. Ao total, o quadro 3 traz apontamentos de quatro organizações não governamentais, uma instituição de ensino superior, uma entidade de classe e três representantes governamentais.

▪ Pergunta 1: existência de documento específico como resultado do Fórum

Em relação ao primeiro ponto coletado nas entrevistas – sobre a existência de um documento específico de Agenda 21 nas entidades representadas no Fórum em questão –, a única entidade que possui um documento especificamente denominado Agenda 21 é o da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná (OAB/PR): "Agenda 21 para Escritórios de Advocacia", lançado em 2011 pela Comissão de Agenda 21 da OAB Paraná. O documento traz sugestões de ações possíveis de serem

aplicadas no ambiente de trabalho dos advogados, especialmente nos escritórios de advocacia. Apesar de o representante estar ligado ao Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, este documento foi uma iniciativa não vinculada ao Fórum em si, mas a um grupo específico dentro da OAB, denominado "Comissão da Agenda 21 da OAB".

A Pontifícia Universidade Católica do Paraná, por sua vez, possui um documento denominado "PUC Sustentabilidade", desde setembro de 2011, que indica ações que devem ser tomadas, visando à sustentabilidade da instituição, economia de energia, utilização da água e outras ações voltadas ao ambiente da faculdade. Novamente, o representante da PUC participa das ações do Fórum, mas a criação deste documento é uma iniciativa da PUC não vinculada ao Fórum.

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Seção do Paraná apresentou o documento resultado do I Encontro Estadual de Meio Ambiente da CTB/PR, realizado em outubro de 2011, em Curitiba. O encontro discutiu temas relacionados ao meio ambiente, reunindo cem representantes de entidades sindicais de diversas cidades do Estado. No documento constam ações e atitudes que a CTB deve adotar quanto a temas como saúde do trabalhador, recursos hídricos, consumo e geração de resíduos, energias renováveis, alimentação e segurança alimentar, mineração e proteção de florestas. Este documento, por sua vez, contou com a colaboração e o apoio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. As demais entidades entrevistadas não têm um documento de Agenda 21.

A existência de um documento de Agenda 21 pode não indicar que todos nas instituições estão cientes ou mesmo de acordo, mas o documento pode ser visto, assim como a Agenda 21, como uma carta de intenções, ou seja, como algo que as entidades desejam tomar como base, como espelho para ações futuras. Pode não ser um indicativo efetivo de que estão sendo realizadas atividades ligadas aos conceitos da Agenda 21. há entidades que não possuem um documento citando Agenda 21, como é o caso da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, mas que incentiva a realização de atividades ligadas diretamente aos preceitos de Agenda 21.

▪ **Pergunta 2: forma de integração da entidade com o Fórum**

O segundo tópico do quadro 3 confirma que todas as entidades se integraram ao Fórum, a partir de convite da Coordenadoria das Ações de Agenda 21 da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, conforme já havia sido aferido por meio das entrevistas

exploratórios realizadas previamente junto às duas coordenadoras, Schirle Branco e Rosane Gnipper.

O convite, conforme demonstra o Decreto 2547, foi enviado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, primeiramente às demais secretarias de Governo, solicitando para que cada uma indicasse um representante para o Fórum. Além disso, algumas entidades e pessoas, na figura dos participantes-ativos, entraram em contato com o Fórum e se vincularam por vontade própria, prática que vem sendo mantida.

▪ **Pergunta 3: como se deu a seleção do representante no Fórum**

Quanto à seleção dos representantes no Fórum pelas entidades, a maioria foi escolhida pela sua atuação prévia em temas relacionados ao meio ambiente. Ao que parece, não houve uma seleção debatida dentro das entidades, ocorrendo apenas a indicação por superiores, e (ou) pela formação das pessoas, como é o caso da ONG SOS Bicho, cuja representante tem especialização em Educação Ambiental. No caso da OAB-PR, a representante anterior indicou a atual (2012) representante, por estar arcando com uma carga horária de trabalho considerada por ela "demasiada". No caso da CTB/PR, a atual (2012) representante foi escolhida por ser a indicada para a Secretaria de Defesa do Meio Ambiente que funciona em sua entidade. Já a representante da Sanepar afirmou que foi escolhida apenas pela indicação da diretoria da sua empresa.

▪ **Pergunta 4: interação entre as discussões do Fórum e as entidades**

O ponto seguinte do quadro 3 verifica, junto aos representantes sorteados, se existe interação entre o que é debatido nas reuniões do Fórum e as organizações representadas. Nos casos do CEDEA, SOS Bicho e Marbrasil, os representantes apontaram existir essa interação. Nos casos da Secretaria de Infraestrutura e Transporte, Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, Sanepar, PUCPR e OAB-PR, os representantes responderam que essa interação não ocorre. Ou seja: nas entidades governamentais, na universidade e em uma instituição amplamente formalizada, como a OAB, a interação temática parece ser difícil, ou não há interesse; já entre as ONGs, a interação parece ser mais fácil ou pode haver maior interesse pelos temas discutidos no Fórum.

O representante da ONG Marbrasil, assim colocou sobre essa questão: "A ideia é que sempre após as reuniões da Agenda 21, eu volte para a instituição, traga as

questões debatidas e busque a opinião da equipe MarBrasil para acrescentar nas próximas reuniões" (representante da Marbrasil, 2012). A resposta do representante do CEDEA foi bem parecida, tendo afirmado que são realizadas reuniões ordinárias com os membros da ONG e, nessas oportunidades, são colocados em pauta assuntos discutidos pelo Fórum da Agenda 21 PR. A SOS Bicho coloca bem o papel de seu representante, já que ele está no Fórum para compartilhar o debate em sua entidade:

(Após) toda reunião que participo, levo (os resultados) para o movimento SOS Bicho. A gente senta, conversa e integra. Até porque eu sou apenas um membro da SOS Bicho, então a gente tem que passar mesmo (as informações), até para a gente ter mais ideias, mais pessoas pensantes para levar para o Fórum as nossas ideias, no que a gente pode ajudar (Representante da ONG SOS Bicho, 2012).

O que é interessante nessa resposta é que parece bem clara à entrevistada a sua função no Fórum, de representante, não podendo tomar todas as decisões sozinha, bem como recorrendo à sua instituição de origem para buscar soluções de maneira coletiva, com opiniões diversas e que auxiliem no debate, de maneira a funcionar como elemento de comunicação entre sua entidade e o Fórum.

Em relação às entidades que não promovem essa interação, a OAB-PR justifica que no âmbito do Fórum não é possível a realização de ações, o que é mais fácil no interior da própria OAB. No caso da PUC, seu representante se mostrou contrário à elaboração de relatórios ou reuniões para comentar o que é debatido no Fórum. Porém, frisa que a questão ambiental está sempre em pauta em sua entidade:

Eu sempre insisti, sempre tive oportunidade, em todo o tipo de reunião na PUC de colocar que ao se falar em sustentabilidade, todos poderiam contar comigo, que a gente estaria disposto, que a gente poderia participar, poderia informar, que estava disponível para dar informação, e que se quisessem participar, estavam todos convidados. E, na medida do possível vou difundindo o princípio da Agenda 21. Acho que a forma que nós encontramos para fazer isso está nas reuniões de departamento do curso de engenharia ambiental e nas reuniões de colegiado, quando eu levo essa ideia e tenho adeptos, sempre encontrando mais adeptos, mais pessoas, professores de filosofia se interessavam. Então ela (a Agenda 21) foi permeando, não foi uma coisa assim instituída nem tampouco por meio de relatórios técnicos, não houve relatórios, não houve debates específicos para dizer o que eu deveria fazer na representação.

Na resposta do representante da PUC nota-se que há a intenção dele, como representante, ator e professor, em transmitir conceitos ligados à sustentabilidade em

todas as instâncias de sua vida acadêmica diária, como nas reuniões de departamento e de colegiado por ele citadas. Entretanto, as discussões feitas no âmbito do Fórum não são levadas para a PUC, ao que aparenta, de forma rotineira e formal.

No caso da Secretaria de Infraestrutura e Logística, a temática ambiental parece estar fora do foco, conforme o que aponta sua representante: *"Os gargalos da infraestrutura são tão grandes, os problemas são tão sérios e como a questão ambiental sempre foi periférica, se você levar, você acaba gerando um problema."* (Representante da SEIT, 2012).

Nesse caso específico, portanto, é possível verificar que não há uma sintonia entre o que é debatido no Fórum e a secretaria, pois há outras questões envolvidas que são priorizadas, ficando a questão ambiental em segundo plano. Nesse sentido, a Secretaria de Agricultura se caracteriza pelo mesmo cenário, já que seu representante considerou que não há quem o ouça dentro da secretaria, e que o foco ainda não está na Agenda 21.

Eu sair de uma reunião do Fórum da Agenda 21 e ter quem me escute na secretaria? Uma reunião com os dirigentes sobre o Fórum? Não existe isso. Nem na minha secretaria e nem em nenhuma outra. As pessoas estão muito voltadas ao seu mundo, suas atividades, esse assunto não conseguiu penetrar de uma maneira impactante (Representante da SEAB, 2012).

Ao que se percebe, não há nas entidades, especialmente nas governamentais, espaço em reuniões para debater questões do Fórum – o assunto parece não ter espaço entre os tantos outros que aparecem no decorrer das atividades diárias. Porém, como aparece claramente na entrevista do representante da PUC, há uma busca quase que pessoal de alguns atores institucionais em tratar das temáticas ambientais. Segundo o depoimento do representante da SEAB, esse desinteresse coletivo nas instituições pode acontecer devido à falta de abordagem do tema nos escalões superiores do governo, como fica visível no trecho a seguir: *"Não adianta colocar na Sema uma coordenação de Agenda 21 se o governador não fala no assunto, se o secretário não fala no assunto, se não derem o devido respeito para o tema."* (Representante da SEAB, 2012).

▪ **Pergunta 5: frequência de participação dos representantes nas reuniões do Fórum**

O próximo ponto do quadro (participação dos representantes nas reuniões do Fórum), revela que apenas três dos nove representantes entrevistados se mostraram assíduos em todos os encontros: os da SOS Bicho, da Sanepar e da PUC. Entre os motivos citados pelos entrevistados para a falta nas reuniões estão: excesso de trabalho em suas entidades e falta de motivação, como demonstram os depoimentos a seguir: *"Não vou sempre porque às vezes não dá tempo, às vezes tem audiência marcada bem no dia, então é complicado para mim; mas, na medida do possível eu vou lá."* (Representante OAB-PR, 2012).

A falta de motivação pode ser percebida claramente na entrevista da representante da Secretaria de Infraestrutura e Logística:

Na verdade eu era mais constante, hoje eu tenho ido menos. Todo mundo tá um pouco desacreditando porque na Rio + 20 não houve grande ênfase na questão da agenda, entendeu? Você tem que fazer tudo de novo? Não, você tinha a Agenda, você já devia estar fazendo. Não precisa inventar a roda, né?. Aí vieram com essa história da economia verde, no meu ponto de vista, um "chute no pé". Não é bem assim, ah vamos, a tecnologia transforma tudo... Não, ou você mexe no consumo ou você não muda (Representante SEIT, 2012).

E no depoimento do representante da Secretaria de Agricultura:

No fórum vão todas as tribos, vão pessoas de governo, de não governo, e são discutidos muitos temas; são reuniões de difícil participação e eu considero, sinceramente, um tanto quanto improdutivas. Isso é o Fórum para mim. Tem validade? Tem, é um espaço democrático. Mas não há resultado prático, eu gosto de coisas práticas, coisas concretas, e eu não vejo muita coisa (Representante SEAB, 2012)

A partir dos trechos apresentados, é possível perceber que as pessoas, como no caso da representante da SEIT, têm interesse particular pelas temáticas do Fórum, especialmente pelo que já constataram anteriormente, porque a maioria foi indicada pela formação ou identificação com as questões ambientais. Porém, mostram-se desmotivadas pelos resultados negativos da Rio + 20, por exemplo, como afirmou a representante da SEIT. O representante da SEAB, por sua vez, se mostra descrente com o funcionamento do Fórum que, segundo ele, é um espaço democrático de discussão, "porém faltam resultados práticos".

No caso das instituições que responderam que participam das reuniões com frequência, o representante do CEDEA, por exemplo, se mostrou bem assíduo e comentou que, ultimamente, está um tanto ausente do fórum devido ao trabalho, porém afirma que sua instituição está sempre representada:

Como eu te falei, eu estou ausente das reuniões, mas a "fulana" quando participa em meu lugar, leva todos os resultados. Ou outros membros do CEDEA que também participam. Se eu não posso ir, ou a "fulana" não pode ir, a gente tem os suplentes que podem participar. E quando eles também têm alguma coisa nova, levam para o Fórum (Representante CEDEA, 2012).

Enfim, é possível perceber que, de maneira geral, os representantes das entidades são pessoas interessadas pela questão ambiental. Porém, a falta de participação está ligada às atividades além do Fórum e desmotivação sobre a Agenda 21 em si, muitas vezes relacionada com a percepção de que não há ações ou práticas concretas, apenas debates e discussões.

▪ **Pergunta 6: Ações relacionadas à Agenda 21 nas instituições representadas no Fórum**

O próximo ponto o quadro busca entender se as entidades e organizações representadas no Fórum realizam atividades de Agenda 21 em suas ações. A única que respondeu negativamente foi a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Transporte, na qual sua representante cita a questão do modal de transporte, que já é uma temática ligada à Agenda 21, "mas que não está em debate na Secretaria apenas por ser de Agenda 21".

Especificamente como secretaria, o que dá pra você puxar como uma matéria que foi incorporada é a mudança da matriz de transporte. Mas isso não necessariamente por conta da Agenda 21 ou do Fórum, mas por conta da agenda (pública) atual: o Brasil tem que incorporar o modal ferroviário (Representante da SEIT, 2012).

O que se percebe, neste caso, é que a Secretaria em questão já vinha se preocupando com essa questão do modal de transporte, que é uma proposição de Agenda 21, mas sem citar ou mencionar a Agenda 21, já que muitas proposições da Agenda representam grandes consensos no âmbito social ou político que apresentam maior entendimento, nos últimos anos, sobre as demandas ditas sustentáveis. Outro

caso semelhante é apresentado na fala do representante da ONG SOS Bicho, ao comentar o trabalho realizado pela entidade: *"Além dos trabalhos sobre os direitos dos animais, temos trabalhado com a educação ambiental. No ano passado, fizemos o projeto Verde e Rosas São Francisco – São Francisco Verde e Rosa, um projeto de educação ambiental."* (Representante ONG SOS Bicho, 2012).

Durante a descrição das atividades da SOS Bicho, levantou-se a questão de citar ou não a Agenda 21, questão assim colocada pela representante da ONG:

Olha, a gente não cita a palavra (Agenda 21), mas eu acho que até é uma ideia boa. A Agenda 21 são todos os projetos e ações que você faz em relação ao socioambiental. É que as pessoas de repente não sabem, então é bom a gente informar, é até legal pra gente informar (Representante, ONG SOS Bicho, 2012).

Nessa situação específica, fica claro que a ONG em sua origem já é voltada especificamente para atividades ligadas a questões ambientais, porém não havia se preocupado antes em citar a Agenda 21, quando da realização de suas atividades.

Em relação aos demais entrevistados, de maneira geral, cada qual trabalha a Agenda 21 de forma que isso seja útil na área em que atuam, ainda não a citando expressamente. No caso da Secretaria de Agricultura, por exemplo, o tema da Agroecologia é amplamente discutido, mesmo entre os agricultores que, segundo o representante da SEAB, "já são mobilizados em torno do tema". A representante da Sanepar também cita atividades genéricas de educação ambiental realizadas por sua entidade, mas sem que haja citação expressa à Agenda 21 ou ao Fórum.

No caso da PUC, como existe o documento "PUC Sustentabilidade", a temática ambiental é mais voltada às questões do ambiente escolar, como economia de água e luz. Porém, o representante da universidade comenta que em suas aulas ele coloca claramente a Agenda 21: *"Eu não consigo fazer alguma coisa naquilo em que eu atuo, como professor, como orientador, como profissional, que eu não esteja falando dos princípios de Agenda 21. É muito difícil. Eu tomei a Agenda 21 como meu livro de referência."*

A maioria dos entrevistados, portanto, apontou ações recomendadas pela Agenda 21 realizadas por suas entidades. Porém, nem todos citam especificamente a Agenda 21, mas citam ações voltadas para a sustentabilidade, para a prática da agroecologia, economia de luz, água, uso racional de papel, enfim, ações que

podem ser classificadas como "de caráter Agenda 21". Isso não significa que o Fórum tenha alguma influência na realização dessas práticas, já que, por vários outros motivos contextuais, elas vêm perpassando nos últimos anos as atividades de instituições governamentais ou da sociedade civil, antes mesmo da existência do Fórum Agenda 21 PR.

▪ **Pergunta 7: comunicação como ferramenta de mobilização em torno da Agenda 21 e Pergunta 8: Mobilização em torno das temáticas da Agenda 21 nas instituições**

Na sequência surge a questão da comunicação ser considerada ou não uma ferramenta de mobilização social, em torno das ações do Fórum Agenda 21 PR ou das diretrizes da Agenda 21. Todos os entrevistados deram uma resposta positiva a essa questão.

Na visão da representante do CEDEA, por exemplo, a comunicação aparece como uma ferramenta que deveria ser contemplada em todas as áreas de conhecimento: *"A comunicação está presente em tudo o que nós fazemos, nós estamos nos comunicando."* (Representante CEDEA, 2012).

Para o representante da PUC, a comunicação deve ser capaz de atingir o público de forma facilitada para que seja efetiva:

Eu acho que [...] comunicar e informar é bem diferente. Então você pode até comunicar, com todos os seus instrumentos de comunicação. Mas só vai cumprir a informação na medida em que as pessoas estejam motivadas para receber aquela comunicação enquanto informação (Representante, PUC, 2012).

O que esse ator defende, portanto, é que a comunicação sirva como fonte de informação e que as pessoas devem estar preparadas para receber esse conteúdo. Na verdade, é preciso destacar que o ato de informar e de comunicar são diferenciados. Para Ida Regina Stumpf e Maria Helena Weber (2003, p.122), "comunicação implica a ideia de inter-relação" e a informação como um dado que pode ser ativado em qualquer momento. A comunicação subentende, assim, trocas sociais e interpretação, enquanto a informação é mais superficial e não significa, necessariamente, a troca. Uma visão diferenciada é apresentada pelo representante da SEAB, ao comentar a comunicação em âmbito do governo:

No governo, as pessoas dão muito valor para a autoridade. O pessoal do governo pode não saber o que, às vezes, um colega do lado pensa, mas o que o governador fala hoje, todo mundo está ligado; ou o que o secretário falou ontem em uma reunião; todo mundo se liga para o que as autoridades falam (Representante SEAB, 2012).

Nessa perspectiva, os atores prestam atenção no que as autoridades falam e, segundo o entrevistado, se não é dada atenção para a Agenda 21 é porque "falta a fala de autoridades sobre o assunto", já que o que está em pauta é o que "vem de cima".

Na visão da representante da SEIT, a comunicação pode ser uma ferramenta de mobilização quando é capaz de dar visibilidade a certos temas, para que as pessoas conheçam os assuntos e se interessem, como é o caso da Agenda 21 que, segundo ela, "as pessoas ainda desconhecem".

A representante da ONG SOS Bicho cita a força da internet como ferramenta mobilizadora:

Eu acho que a comunicação é extremamente importante, principalmente a comunicação que está tão em pauta hoje em dia que é a comunicação na internet. Porque, por exemplo, se você não usa a internet, você mobiliza um tanto de pessoas. Com a internet, Facebook, blog, todas as ferramentas da internet, você vai captar muito mais gente porque você vai chegar a muito mais gente, é amplo (Representante SOS Bicho, 2012).

No caso dessa ONG, há a utilização dessas ferramentas para divulgação das ações que são realizadas, como no caso do projeto *São Francisco Verde e Rosa*, que pela atualização frequente das páginas da Internet, é divulgado junto à comunidade externa, obtendo maior visibilidade.

Uma visão contrária tem a representante da OAB. Em seu depoimento, ela considera que a comunicação verbal e pessoal tem mais poder de mobilização: "*Menos a eletrônica e mais a verbal, (pois) o contato direto faz mais efeito. Há mensagens (eletrônicas) que se perdem no espaço, ninguém recebe*" (Representante, OAB, 2012). Segundo seu depoimento, "*as pessoas mais jovens conseguem se adaptar melhor às tecnologias e são mais mobilizadas por meio delas*".

Nesse tópico da análise, portanto, percebe-se que todos os representantes concordam que a comunicação pode ser vista sim como uma ferramenta de mobilização. Porém, eles pontuam, por exemplo, que o público deve estar preparado para receber essa comunicação de modo a que ela seja transformada em informação relevante.

Além disso, a comunicação foi indicada como uma maneira de dar visibilidade às causas e também à Agenda 21, especialmente. Essa visibilidade pode se dar por meio da internet atualmente, como foi citado pela ONG SOS Bicho.

O último tópico do quadro 3 trata sobre como é feita a mobilização dos atores em sua entidade representada no Fórum, ou seja: como se dá a mobilização interna em cada uma das instituições em relação à Agenda 21.

A única representante que respondeu negativamente a esta questão foi a da SEIT. Segundo ela, são muitos os "gargalos" na infraestrutura *"e essa questão vem sendo discutida no âmbito da engenharia, que busca soluções para esses gargalos"*. A representante da CTB comenta que, no caso dos trabalhadores, a temática ambiental precisa ser mais bem trabalhada, já que ainda é vista como um fator de desemprego.

Nós temos que primeiro trabalhar muito para mudar essa cultura, para mostrar que é possível ter desenvolvimento com a preservação ambiental e que o trabalhador tem um papel importante na preservação da natureza e na qualidade do meio ambiente. Então o nosso trabalho está ainda na fase de sensibilização do trabalhador, divulgação e sensibilização (Representante CTB/PR, 2012).

O trabalho realizado neste caso ainda é o de sensibilização à causa ambiental. Segundo ela, os trabalhadores rurais compreendem melhor e participam mais, mas os trabalhadores da indústria ainda se mostram resistentes, pois associam a temática ambiental ao desemprego e ao menor desenvolvimento das organizações onde trabalham.

No caso da SEAB, conforme demonstra o depoimento de seu representante, a questão da agricultura orgânica já é bem assimilada por todos, que são engajados na causa ambiental.

Isso acontece naturalmente porque o pessoal da agroecologia é um pessoal apaixonado pelo que faz, é um pessoal que gosta do tema. [...] E isso é a vida das pessoas: as pessoas trabalham com feiras orgânicas, no mercado orgânico, com produção orgânica, então eles têm interesse (Representante, SEAB, 2012).

O que se percebe, nesse caso, é que ocorre a incorporação do tema pela própria atividade profissional desse grupo, ou seja, como as pessoas vivem da agricultura orgânica, já são mais abertas a essas temáticas e compreendem mais claramente a importância de se remeter à questão ambiental.

No caso da SOS Bicho e do CEDEA, como são organizações não governamentais e sem muitos recursos financeiros, a comunicação é feita em nível mais pessoal, via

telefone e e-mail, e mesmo por meio de conversas e pequenas reuniões. Os grupos, portanto, estão sempre informados, porém é uma comunicação interna, voltada aos membros dessas entidades. Além disso, há o trabalho das duas com a educação ambiental junto à comunidade externa. A educação ambiental, portanto, também pode ser vista como uma maneira de se comunicar, de transmitir informações. As informações são levadas à comunidade externa, no caso da SOS Bicho, também por meio da internet, com utilização de blog e redes sociais.

Na OAB, a comunicação interna é bem organizada: *"E-mail. Mala direta. Tem o site com as nossas ações, as notícias, tem o arquivo de notícias. A Ordem tem jornal impresso também e a parte da nossa comissão no site da Ordem"* (Representante OAB, 2012). Assim, a articulação dos atores é facilitada pela existência de meios como o jornal e o site na internet. A Ordem também realiza algumas ações voltadas à questão ambiental, como campanhas de incentivo à redução do uso de papel, uso de canecas de cerâmica ou louça no lugar de copos plásticos e outras ações divulgadas no documento *Agenda 21 para Escritórios de Advocacia*, que foi distribuído aos advogados.

No caso da PUC, a temática ambiental é tratada, conforme o depoimento de seu representante, em reuniões de departamento, de colegiado e outras ocasiões. O representante, que é professor também trabalha em sala de aula a temática da Agenda 21. Sobre a comunicação interna, que visa à mobilização do público da PUC, ele expõe:

Foi muita conversa de corredor, utilização de panfletos, de material gráfico exposto nos editais, via sistema digital, ou seja, a rede interna, a intranet da PUC, e por e-mail para todo mundo. Uma comunicação mais direta, boca a boca. A intranet é uma das ferramentas que mais funciona.

Na PUC, assim como da OAB, há um documento interno para tratar da temática ambiental, não com tanto foco na Agenda 21 no caso da PUC, mas há uma publicação e uma ferramenta de informação voltada ao ambiente no qual esses atores estão inseridos. Ainda assim, para os representantes das duas instituições, as conversas de corredor, a comunicação mais simples e direta fazem a diferença na hora de mobilizar o público interno, já que as pessoas se sentem mais integradas ao projeto.

Ao examinar essas informações de maneira geral, buscando um panorama sobre o papel desses representantes do Fórum, no âmbito do próprio fórum e de suas

entidades, é possível detectar que a maioria deles se identifica com as temáticas da Agenda 21 e se integrou ao Fórum por um interesse pessoal ou por uma especialização profissional na área ambiental. De modo geral, sentem responsabilidade de participar das reuniões, porém as atividades profissionais tomam seu tempo. Alguns se sentem desmotivados com questões relacionadas à Agenda 21 porque percebem que as discussões não evoluem, não há apoio por parte das autoridades do governo e também pelos resultados insatisfatórios da Rio + 20, como apontam seus depoimentos. Também reclamam de mais efetividade em termos de ações concretas e encaminhamentos, de forma que as atividades do Fórum não se restrinjam apenas a debates.

Todos eles percebem a comunicação como uma ferramenta de mobilização social, tanto pelo poder que tem de convocação, como pela possibilidade de visibilização das temáticas da Agenda para o público externo, para que haja compreensão mais clara do que é ela significa propriamente. A comunicação se torna, assim, um processo de informação proveitosa para um público que já estaria mais capacitado para receber essas informações e interpretá-las.

A comunicação é realizada também por meio da internet e das redes sociais, para ampliar o alcance e conhecimento do público externo sobre as atividades executadas em algumas instituições. Porém, a comunicação pessoal que envolve, por exemplo, conversas de corredor e telefone, parecem mais eficientes, na opinião de alguns entrevistados, no estabelecimento de contato mais estreito entre os membros de cada entidade. Todos os representantes citam as conversas e mesmo reuniões como eficazes para a mobilização e o contato interno sobre o tema.

Apesar do estreitamento das relações por meio das conversas, ainda há resistência, por parte de alguns segmentos, na aceitação da temática ambiental, como acontece no CTB/PR e na SEIT. Porém, ao que parece, nas demais instituições a questão é mais aceita pela própria afinidade do órgão com a temática, como é o caso da SEAB, em que os atores já são mais engajados porque sua sobrevivência econômica está ligada à responsabilidade que devem ter com o meio ambiente e seus meios de produção sustentáveis. As ONGs SOS Bicho e Marbrasil existem, inclusive, exclusivamente em função da problemática socioambiental.

As entidades civis começam a se organizar e a valorizar mais a temática ambiental, como é o caso da PUC e da OAB, com a criação de um documento específico voltado aos seus públicos específicos, com sugestões de conduta em relação ao

meio ambiente como, por exemplo, a economia de luz, água, utilização de papel e outras ações citadas nos documentos.

Em síntese, os entrevistados consideram que a comunicação é importante para a mobilização social e explicitaram de que maneira a comunicação é utilizada em suas entidades, organizações ou empresas. Dos nove entrevistados, oito se utilizam de meios de comunicação, desde a troca de e-mails até televisão, material interno e jornal no âmbito de suas instituições, conforme foi apresentado no quadro 3. Além disso, todos os entrevistados comentaram que é possível ter contato direto com membros da organização ou entidade de onde são provenientes de maneira simplificada. Oito representantes explicitaram ainda que são utilizados canais pessoais, como e-mail e telefonemas, que demonstram comunicação direta e pessoal.

Quanto à mobilização social, todos comentaram que há ações para mobilizar o público interno, como, por exemplo, palestras com trabalhadores, no caso da CTB/PR, e conforme consta no depoimento de uma das representantes da OAB que comenta sobre ações que a OAB desenvolve, como incentivar a economia de papel e descarte correto de pilhas e baterias, além de ações relativas à economia de luz, água, entre outros. Essas pequenas atitudes podem ser interpretadas como ações individuais que se multiplicam além do Fórum, quando há edição e reedição do que também é debatido em âmbito do Fórum e que é levado para além de seu espaço.

No entanto, ao serem perguntados, ao final, como está a Agenda 21 no Paraná hoje, é possível perceber que dois entrevistados já não acreditam tanto no processo e se sentem, efetivamente, desmobilizados. Os outros sete consideram que "as coisas estão caminhando" e que o Fórum Permanente da Agenda 21 é uma parte fundamental de um processo de mudança relacionado com a questão ambiental.

Ao final da análise de trechos das atas e das entrevistas pode-se concluir preliminarmente que, apesar dos entrevistados ressaltarem a importância da participação no processo de construção da Agenda 21 Paraná e de que o termo "participação" é o que aparece com maior frequência nas atas quando se analisa a categoria Mobilização Social, na realidade, a participação da comunidade externa não vem ocorrendo efetivamente. Isso fica simples de entender ao se verificar, pelo depoimento dos entrevistados e pelo registro nas atas, que a comunicação interna do Fórum se estabelece em um nível bastante satisfatório, entretanto, esta comunicação é praticamente inexistente com relação à comunidade externa. Mesmo a comunicação dos conteúdos do Fórum com relação às instituições de seus membros é bastante irregular.

IDENTIFICAÇÃO	1) Há um documento específico de Agenda 21 na sua instituição?	2) Como foi a instituição se integrou ao Fórum?	3) Como você foi escolhido para ser o representante?	4) Há alguma interação entre o que é discutido no Fórum e sua instituição/ organização?	5) Qual a frequência que você vai nas reuniões?	6) Há ações de Agenda 21 na sua instituição/ organização?	7) Você considera a comunicação uma ferramenta de mobilização social?	8) Como é feita a mobilização do público interno?
Isabel – SOS Bicho	Não	Convite	Indicação de presidente da ONG/ especialização em Educação Ambiental	Sim	Frequente	Sim- educação ambiental	Sim. Trabalham com redes sociais e blog	Contato direto entre membros – telefone, e-mail, internet
CEDEA	Não	Convite e contato com IAP (Angela trabalha lá)	Interesse - identificação com a área	Sim	Não frequente	Sim – educação ambiental	Sim – Programas de TV exibidos na TV Comunitária sobre Agenda 21 e temáticas ambientais	Sim - telefone, boca a boca, materiais produzidos pelos membros para palestras, etc.
Ordem dos Advogados do Brasil / PR	Sim – Agenda 21 para Escritórios de Advocacia – OAB PR	Convite	Indicação de Leda, antiga representante.	Não	Não sempre- não dá tempo	Sim – economia de luz, papel, ligado a escritório, etc.	Sim – menos a eletrônica e mais a verbal	Contato via e-mail, corredor, etc.
MarBrasil	Não	Convite - Integração por ligação de tema - biodiversidade	Juliano fez contato com a coordenação da Agenda 21, por isso representa a Marbrasil	Sim – reunião com a equipe – traz e leva informações e sugestões do fórum	Não foi, pois tinha atividades ligadas a MarBrasil	Biodiversidade, educação ambiental e terceiro setor	Sim – discussão de problemas e busca de soluções	Reuniões, e-mail,
Central do Trabalhadores do Brasil / PR	Não sobre Agenda 21, mas há uma publicação do I Encontro Estadual de Meio Ambiente da CTB PR	Convite	Indicação – militância ambiental, participação na Rio 92	Leva sugestões para o Fórum	Frequente	Mostra o documento – busca discutir todos esses temas, ou de criar uma cultura ambiental junto aos trabalhadores, aos sindicalistas – recursos hídricos, saúde trabalhador, energia, etc.	Sim – tem os meios (TV, jornal, internet) mas o corpo a corpo é fundamental	sabe que é difícil você mobilizar os trabalhadores pra luta ambiental. Existe uma cultura de que você defender o meio ambiente você tá gerando desemprego
PUC/ PR	Sim – PUC Sustentabilidade, com ações que também são de Agenda 21	Convite	Eu era o chefe e me escolheram – afinidade com o tema	Não	Frequente porém parou depois da Rio + 20 (descanso)	Sim – palestras, ações voltadas a sustentabilidade, disciplina que trata sobre Agenda21, uso racional de energia, reciclagem, etc.	Sim – porém só vai surtir efeito a comunicação se as pessoas estiverem preparadas para receber e transformar em informação	Promoção de eventos com professores, convite via e-mail e sistema interno (Eureka), conversa de corredor, material de divulgação tipo mural
Secretaria da Agricultura e Abastecimento	Não	Convite	Quem gosta mais ou está mais ligado ao tema	Não	Não frequente	Agroecologia	Sim, mas há falhas no governo. Autoridades não falam no assunto AG 21	Sim, pessoal já é engajado na questão da agricultura orgânica
Secretaria de Infraestrutura e Logística	Não	Convite	Engenheira florestal – tudo que envolve meio ambiente citavam ela	Não	Era mais constante, agora vai menos	Não – questão do modal de transporte, mas já é da agenda nacional	Sim – mas ainda hoje as pessoas não sabem o que é Agenda 21 – tem que dar visibilidade	Não – são muitos os gargalos na infraestrutura e a questão ambiental acaba sendo periférica
Lilian – Sanepar	Não	Convite	Indicação da diretoria	Não	Vai na maioria das reuniões	Atividades socioeducativas	Sim, é importante	Convites diretos e divulgação interna

QUADRO 3 - SISTEMATIZAÇÃO DAS RESPOSTAS DOS REPRESENTANTES DO FÓRUM ENTREVISTADOS NESTA PESQUISA

FONTE: A autora

6 INTERPRETAÇÃO DOS VÍNCULOS RELATIVOS À MOBILIZAÇÃO SOCIAL

À luz dos resultados até aqui depreendidos, procede-se à interpretação dos vínculos, um método avaliativo proposto por Márcio Simeone Henriques, estudioso da teoria de Bernardo Toro, para verificar a existência de um efetivo processo de mobilização social e(ou) sua intensidade relativa a diversos aspectos considerados necessários para essa efetivação.

No caso desta dissertação, a verificação dos vínculos proposta por Henriques (2004) é analisada a partir do conjunto de observações das atividades do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, realizadas durante o processo de elaboração deste trabalho, e dos resultados já compilados sobre o que se encontra registrado nas atas com relação à mobilização e comunicação, além dos conteúdos em destaque das entrevistas realizadas.

Segundo Lima (2002), na visão de Henriques:

Para a construção de modelos de planejamento para a mobilização social, busca-se, quase sempre, estruturar com ações de comunicação os programas e projetos para os quais se deseja mobilizar determinados públicos. São essas ações comunicativas que vão criar condições para a participação e manter os públicos engajados em suas causas, suprimindo suas necessidades básicas (HENRIQUES *et al.* *apud* LIMA, 2002).

Ao se referir ao pensamento de Henriques *et al.*, Lima (2002) aponta o problema fundamental para a construção e o desenvolvimento de projetos e ações:

Sempre foi o de encontrar uma metodologia de trabalho suficientemente organizada, que pusesse em movimento os diversos públicos aos quais determinados projetos se referem, envolvendo-os de tal forma que garantam o sucesso das causas para as quais se mobilizam (HENRIQUES *et al.*, *apud* LIMA, 2002).

Esses vínculos são assim discriminados: 1) localização espacial; 2) informação; 3) julgamento; 4) ação; 5) continuidade; 6) coesão; 7) corresponsabilidade e 8) participação institucional. Os critérios para a análise de cada um dos vínculos estabelecidos entre a comunidade e o programa/projeto social, definidos pelos autores pode ser visualizados no quadro 4 a seguir.

- 1) **Localização espacial:** onde, no espaço real (geográfico) ou virtual estão localizados os públicos dentro do universo de atuação e de influência do projeto. Corresponde ao espaço das relações intersubjetivas.
- 2) **Informação:** disponibilidade, quantidade e detalhamento das informações que as pessoas têm sobre um projeto de mobilização social, como também tipos de informações: mediadas pelos meios de comunicação; oficiais ou não-oficiais; boatos; transmitidas por recursos publicitários ou de marketing, como marca, vinheta ou *slogan*; sustentadas por dados e pesquisas; entre outras;
- 3) **Julgamento:** constituição do posicionamento dos públicos com relação ao projeto, pelo estabelecimento de juízos de valor, a partir da quantidade e nível de detalhamento das informações disponíveis, que proporcionem a produção de sentido coletiva e façam esses públicos apoiarem e legitimarem tal projeto;
- 4) **Ação:** geração eventual ou permanente de ideias, produtos, serviços, estudos e contribuições diversas dos públicos para o projeto de mobilização social, que contribua, direta ou indiretamente, para os seus objetivos;
- 5) **Coesão:** formação de elos de ligação entre os públicos do projeto, de modo a criar ações interdependentes que contribuam para as mesmas finalidades e objetivos gerais e específicos do projeto;
- 6) **Continuidade:** processo contínuo de participação das ações dos públicos envolvidos, de forma que configure permanência e projeção dessas ações em um espaço temporal amplo;
- 7) **Co-responsabilidade:** participação do público entendida por ele próprio como essencial para o sucesso do projeto;
- 8) **Participação institucional:** institucionalização do projeto por meio de convênios, acordos e documentos formais de qualquer tipo;

QUADRO 4 - CRITÉRIOS PARA ANÁLISE DOS VÍNCULOS RELACIONAIS ENTRE A COMUNIDADE E PROGRAMA/PROJETO SOCIAL
 FONTE: HENRIQUES et al. (*apud* LIMA, 2002)

A partir dessas definições, é possível analisar o relacionamento entre os membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (público/comunidade interna) em relação aos propósitos da Agenda 21, bem como entre esse Fórum e uma comunidade mais ampla, que, em tese, poderia ser desde as instituições governamentais ou civis representadas pelos componentes do Fórum até a sociedade paranaense como um todo (público/comunidade externa).

1) Localização espacial

Trata-se da localização do público que se pretende mobilizar. O Fórum da Agenda 21 Paraná tem sede na Secretaria de Estado de Meio Ambiente, em Curitiba, com suas reuniões plenárias ocorrendo atualmente neste espaço. Mas, conta com representantes de diversas organizações civis e governamentais fora do município de Curitiba, como é o caso da Universidade Estadual de Londrina e de prefeituras como a de Campo Mourão e de representantes de cidades da Região Metropolitana de Curitiba. É evidente que seria quase inviável a representação de cada um dos municípios paranaenses nesse Fórum.

O público a ser mobilizado, entretanto, seria, toda a população do Estado do Paraná, ou pelo menos toda a população que pudesse ser motivada para reflexões ou ações de cidadania relativas aos propósitos da Agenda 21 no Estado, já que essa agenda se pretende estadual e não apenas local (o Fórum procura mobilizar inclusive comunidades municipais para que elaboram suas agendas locais).

Para Christiane Gagnon (2007, citando FAVREU), pesquisadora do Canadá que fez um intercâmbio com o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, as comunidades podem ser classificadas em três tipos, de acordo com suas dimensões geográfica/demográfica, psicossocial/sociocultural, institucional:

Une dimension démographique et géographique, c'est-à-dire un territoire délimité physiquement et psychologiquement; une dimension psychosociale ou socioculturelle, soit le sentiment d'appartenance à un lieu donné et à un espace commun partagé; une dimension institutionnelle, c'est-à-dire un réseau d'organisations qui ont un objectif commun, la participation de la population à l'amélioration de sa qualité de vie⁵². [...] Une communauté, renvoie d'abord à un territoire commun, à des intérêts socio-économiques semblables et à une identité culturelle partagée. Ces trois composantes constituent autant de moteurs d'action collective et de facteurs suscitant la mobilisation sociale (FAVREU apud GAGNON, 2007).

É possível considerar, a partir dessa visão dos autores, que a mobilização em pequenas comunidades, portanto, pode ser mais fácil em relação a mobilizações maiores, como se pretende fazer em termos da Agenda 21 Paraná. Como exemplo, pode-se citar a Agenda 21 de Campo Mourão – naquele município, em 2003 iniciam-se as atividades do Fórum de Agenda 21 Local que, em 2005, se firma como Fórum Permanente da Agenda 21 de Campo Mourão; em seu regimento interno, o Fórum coloca como um de seus princípios a participação, a publicidade e o compromisso; explicita em seus objetivos: "II - acompanhar, monitorar e avaliar as ações propostas pela Agenda 21 Local contempladas no Plano Local de Desenvolvimento Sustentável (PLDS)" (REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 LOCAL DE CAMPO MOURÃO, 2009). É possível interpretar que fica mais fácil para essa comunidade local acompanhar o que acontece na cidade de Campo Mourão, do que verificar o que se realiza em âmbito estadual, tanto que o Fórum já estabelece, neste caso, um dos seus objetivos.

⁵² Tradução livre: Uma dimensão demográfica e geográfica, isto é, uma zona delimitada física e psicologicamente; uma dimensão psicossocial ou sociocultural, como o sentimento de pertencer a um determinado lugar e um espaço comum compartilhado; e uma dimensão institucional, isto é, uma rede de organizações que têm um objetivo comum, a participação da população para melhorar a qualidade de vida. Uma comunidade primeiro refere-se a um território comum, interesses socioeconômicos semelhante e uma identidade cultural comum. Estes três componentes são todos os motores da ação coletiva e fatores provocantes mobilização social.

Quanto às reuniões do Fórum da Agenda 21 Paraná, todas são realizadas em Curitiba; mas alguns eventos ocorridos desde sua criação até 2012 aconteceram em outros municípios como "Capacitação de Multiplicadores" (em 2006); Seminário Internacional "Experiências de Agenda 21-Desafios do Nosso tempo" (em Ponta Grossa, 2009); e a mobilização para a construção do documento "Paraná, o Futuro que Queremos" (em vários municípios, 2011).

Gagnon e Tremblay destacam ainda que a mobilização social é um processo, mas que ao contrário é um processo em longo prazo e que leva ao desenvolvimento de uma comunidade quando proporciona que todos participem e contribuam.

Pour maximiser les retombées de la communication [...] il s'avère très efficace de cibler les regroupements qui servent de courroie de transmission et qui peuvent diffuser l'information dans leur réseau d'influence respectif, par exemple: maison des jeunes, comité d'action culturelle, organismes sociocommunitaires, regroupements d'entrepreneurs, chambre de commerce, associations de quartiers, écoles, etc. Il est aussi important d'informer et de travailler avec les employés municipaux pour les impliquer dès le début de la démarche⁵³ (TREMBLAY, 2007).

Para alcançar a comunidade do Paraná de maneira mais ampla e atingir os objetivos de realização das diretrizes da Agenda 21 Estadual, seria preciso a multiplicação do Fórum em comitês municipais ou organizações sociocomunitárias, grupos locais de empresários, associações de bairro, escolas ou o permanente incentivo à elaboração e criação de Agendas 21 locais, sendo esta talvez uma tarefa a ser priorizada.

⁵³ Tradução livre: Para maximizar o impacto da comunicação [...] é muito eficaz para atingir grupos que servem como uma correia de transmissão e podem disseminar informações no âmbito das respectivas esferas de influência, por exemplo, centro de juventude, comitê de Ação cultural, organizações sociais e comunitárias, grupos de empresários, câmaras de comércio, associações de bairro, escolas, etc. Também é importante para informar e trabalhar com a equipe municipal de envolvê-los no início do processo.

2) Informação

O segundo vínculo definido por Henriques se refere à informação disponível para o público a ser mobilizado. Historicamente, o período entre 2002 e 2004, foi marcado por uma circulação de informações mais eficiente no sentido de mobilização da sociedade civil organizada no Paraná em torno da importância da Agenda 21. Cita-se, por exemplo, a convocação feita pela Comissão Governamental às organizações não governamentais, sindicatos e movimentos sociais para se integrarem à discussão organizada no formato de seminários em cinco municípios polo do Estado e, posteriormente, para se integrarem, por meio de representantes, ao Fórum Estadual criado a partir dessa mobilização inicial. Nessa primeira fase, as informações para o processo de mobilização foram produzidas também pelo Governo Estadual; ocorre, porém, que a partir da criação do Fórum (2004), essas informações direcionadas à mobilização dos segmentos sociais envolvidos deveriam ser assumidas pela própria sociedade civil nele representada. O que acontece a partir de então?

A informação relativa ao Fórum Agenda 21 Paraná é, prioritariamente, aquela produzida durante as reuniões do próprio coletivo. Apesar de ser originada no interior de um fórum que reúne representantes também da sociedade civil, e, portanto, deveria se visibilizar como um conjunto de opiniões dessa sociedade, a informação ali produzida é organizada, quase exclusivamente, no formato de atas, como memória do Fórum e publicada no site oficial da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, com um link específico para a Agenda 21; no mesmo link reúnem-se ainda informações gerais sobre documentos e publicações que dizem respeito ao Fórum (Regimento Interno e decretos que regem suas atividades), além de documentos resultantes de eventos promovidos pelo coletivo ou aos quais ele se integrou, compilados em formato de cartilha ou de guias, como o da Agenda 21 Empresarial, por exemplo; nesse sentido, essas informações adquirem uma característica quase governamental, mesmo que em sua origem sejam produzidas por um coletivo social. Nesse sentido, é possível analisar que esse Fórum apresenta casos em que a comunicação pública ganha destaque, quando há a publicação de todo esse material, visando à transparência, bem como funcionando como um convite para a integração de novos membros. Além disso, os eventos realizados pelo Fórum visam a promoção do bem público, ou seja, o debate de temáticas ligadas a Agenda 21 em um âmbito ampliado, além dos limites do Fórum, e acabam envolvendo a comunidade paranaense.

Essas mesmas informações podem ser organizadas, ocasionalmente, também pela Assessoria de Imprensa da mesma Secretaria de Estado, no formato de release governamental, a ser encaminhado para a imprensa estadual, o que acontece com uma frequência apenas razoável. Uma assessoria específica do próprio Fórum talvez pudesse produzir pautas melhor elaboradas e mais atrativas a serem oferecidas aos veículos de comunicação como fatos/notícias ou como matérias didáticas de conscientização da população, além de exemplos e casos bem-sucedidos de ações socioambientais. Assim, o material que vai para a imprensa sobre o Fórum também mantém esse caráter de informação governamental, embora devesse se caracterizar mais como informação pública.

Uma terceira forma de divulgar informações sobre as ações do Fórum ocorre por meio da ação pessoal de seus membros, em seu papel de multiplicadores das diretrizes da Agenda 21, em suas instituições e(ou) organizações de origem. Quando os representantes transmitem para suas instituições de origem os conteúdos debatidos no Fórum eles podem ser considerados, conforme Toro e Werneck (1997, p.41-42), reeditores sociais, ou pessoas: "que, por seu papel social, ocupação ou trabalho tem a capacidade de readequar mensagens, segundo circunstâncias e propósitos, com credibilidade e legitimidade". Nesse intercâmbio, as informações podem ser repassadas pessoalmente ou por e-mail, ou em alguns casos, como na OAB ou no CREA, em veículos específicos, como sites institucionais ou jornais internos desses órgãos. Mas, são ações pontuais, como se observou na análise das entrevistas, ocorrendo mesmo situações em que o representante no Fórum não repassa nenhuma informação para seu público interno, como é o caso da representante da SEIL, conforme declarado em entrevista.

Internamente, a troca de informação entre os membros do Fórum se realiza de maneira informal durante as reuniões e nos processos de trabalhos nos GTTs, sobre assuntos variados, mas que interessam de alguma maneira a esses integrantes, como o compartilhamento de notícias relacionadas ao meio ambiente, novas pesquisas na área, legislações atualizadas e outros. As reuniões periódicas do Fórum, como potencial espaço de diálogo, podem ser consideradas como componentes desse vínculo. Há o estreitamento do vínculo informativo interno quando os membros se integram, quando conversam e interagem, construindo, com isso, o capital social, ou seja, o conhecimento compartilhado e mais especializado sobre um determinado assunto. Isso se apresenta também em uma das respostas dos entrevistados, que

considera que as reuniões são uma fonte rara de atualização de conhecimento, proporcionando a troca de saberes. Enfim, a informação que circula internamente pode ser considerada um vínculo bastante expressivo, ao contrário do que ocorre com relação à informação para a comunidade intermediária, aquela abrigada em instituições públicas ou privadas, em que ocorrem intensidades diferentes de informações sobre a Agenda 21, via Fórum: em maior ou menor grau, embora se registrem casos em que esse tipo de informação não circule.

No que se refere à comunicação de massa, a presença de notícias sobre o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná é pequena em jornais do Paraná, a partir da pesquisa exploratória apresentada no Capítulo 3. Além disso, a própria análise nas atas revela que os verbetes "mídia" e "imprensa" apareceram apenas oito vezes ao longo de todas as atas; em relação aos termos "site" e "internet", há um crescimento, contabilizam-se 45 registros em todo o corpus, já que esses espaços de divulgação são gratuitos e ofertados pelo próprio Governo, sem que seja necessária a oferta de uma agenda pública de interesse midiático.

Registre-se, ainda, que no decorrer das entrevistas foram citados programas de televisão sobre Agenda 21 desenvolvidos em parceria com o CEDEA, por iniciativa dessa ONG, além dos já citados casos do site da OAB/PR e de *Jornal da Ordem*, distribuído nos escritórios de advocacia. Conforme demonstra a entrevista da representante da Ordem, há sempre a disposição de se publicar notícias sobre agenda 21 e sustentabilidade, mas não é uma iniciativa do Fórum, mas da Comissão de Agenda 21 da Ordem.

3) Julgamento

Este vínculo pressupõe o posicionamento do público em relação à Agenda 21 e seu Fórum no Paraná, por meio de juízos de valor formados pela quantidade e qualidade das informações disponíveis, de forma a que diferentes públicos apoiem ou legitimem o processo. Dessa maneira, como já se viu no vínculo anterior, Informação, é natural que o vínculo Julgamento seja mais intenso, e no caso quase exclusivo, quanto ao público interno do próprio Fórum e suas instituições representadas, uma vez que a informação aí circula de maneira mais intensa e formadora de sentido.

Como já registrado, algumas iniciativas pontuais que apoiam e disseminam a temática da Agenda 21 Paraná, como a elaboração de uma Agenda 21 Para Escritórios de Advocacia, a Agenda 21 Empresarial e o guia publicado pelo CREA, os dois

últimos com apoio do Fórum revelam um julgamento que legitimam as diretrizes da Agenda 21 no âmbito dessas comunidades organizadas civilmente. A elaboração desses materiais nem sempre são frutos de iniciativas do Fórum, mas de seus membros e das instituições representadas, que estão reinterpretação os conteúdos para suas realidades profissionais, demonstram que estes atores compreendem o modelo da Agenda 21 e levam esses entendimentos de maneira mais especializada para suas entidades e organizações. A partir desses documentos e dessa reinterpretação de conteúdos, as ações podem ser mais efetivas, pois irão atingir o público além do Fórum, público que se estabelece no CREA e na OAB, por exemplo, representado por pessoas que não integram o Fórum, mas que acabam conhecendo suas diretrizes e debates socioambientais.

Internamente, os membros do Fórum conseguem apresentar uma visão crítica sobre o processo, de maneira geral. Um dos exemplos que se pode citar é o questionário que aparece na ATA 42, de 2011, no qual os membros do Fórum respondem a uma série de perguntas e avaliam, a partir de suas percepções, como está o andamento do coletivo e o que pode ser melhorado. No entanto, conforme o depoimento da atual coordenadora, não há como saber se esses representantes estão cumprindo sua função como intermediários na divulgação das diretrizes da Agenda 21 e sua consecução:

A gente manda 15 dias antes (a pauta da reunião). Como é que nós vamos nos posicionar diante dos itens de pauta? Daí vem o representante da instituição para a reunião, pois esse que é o processo de construção participativa. Mas, eu não vejo esse movimento (de comunicação entre o Fórum e as instituições representadas) acontecendo. Minimamente em uma ou outra instituição, e geralmente ligada à sociedade civil (GNIPPER, 2012).

Em resumo, pode-se constatar que o vínculo Julgamento não se apresenta forte e permanente, em especial, por que os conteúdos discutidos e as informações acabam não saindo do Fórum para as organizações e entidades representadas. As entidades nem sempre se posicionam em relação ao projeto, ao objetivo comum. Em relação então ao público em geral, esse vínculo praticamente não existe, uma vez que as informações não chegam até ele massivamente, o que impede a formação de opinião ou juízo de valor sobre Agenda 21.

4) Ação

No caso de ações efetivas do Fórum, pode-se mencionar, por exemplo, a realização de seminários, 2012, que resultam em documentos, como "Paraná, o Futuro que Queremos", que levou para a Rio + 20 o que o Estado considera importante para o estabelecimento de um documento internacional. Para tanto, foram realizados seminários em diversas cidades-polo do Paraná, o que indica uma tentativa de congregação de outros membros ao Fórum, contribuindo para o envio de documento à conferência mundial.

Como ação efetiva, pode-se identificar também o envio de uma Carta Compromisso aos candidatos às eleições municipais, em 2012, instando a que eles mostrassem interesse e assumissem publicamente que estariam atentos às premissas da Agenda 21 ao longo de seus mandatos.

Outros eventos significativos mencionados como ações do Fórum nesta dissertação: Seminário Internacional (2009), A Agenda 21 no Movimento Popular (2009), Capacitação de Multiplicadores (2006). Nessas ocasiões, houve uma certa mobilização, pois os atores que participaram discutiram temáticas da Agenda 21 e buscaram tomar decisões quanto aos rumos da Agenda paranaense, bem como ampliaram os conteúdos da Agenda para discussão junto aos segmentos como o movimento popular.

As próprias reuniões do Fórum podem ser consideradas como ações, já que é a oportunidade de se debater temáticas da Agenda 21, ainda que alguns entrevistados tenham considerado tais reuniões "improdutivas" e que a frequência dos membros do Fórum nelas seja relativamente baixa, em se considerando a média de participantes por reunião (a média é de 15 participantes por reuniões, ao se analisar um universo de 37 atas⁵⁴). No entanto, é neste espaço que decisões são tomadas e os membros presentes se expressam, opinam, eventualmente, tomam atitudes e pensam em estratégias para ações mais efetivas para a visibilização dos conteúdos da Agenda 21 e as formas de participação social nas decisões e sugestões de encaminhamentos.

⁵⁴ Foram observadas 37 atas disponíveis das reuniões do Fórum que contabilizaram presença e se observou que a média, desde 2004 até 2012, é de 10 a 15 participantes por reunião, envolvendo entidades de governo e da sociedade civil organizada.

O vínculo é perceptível também quando se fala dos documentos elaborados por entidades que compõem o Fórum, como os já citados da OAB, do CREA e mesmo o da PUCPR, que lançou o projeto PUC Sustentabilidade. Essas iniciativas, ainda que não sejam frutos do Fórum, propriamente dito, contam com apoio dos representantes que integram este Fórum.

Ao longo dos anos, pelo exame das atas, pode-se verificar que há alguns momentos pontuais em que o Fórum se torna mais ativo e realiza campanhas mais efetivas buscando, inclusive, a ampliação do campo normal de sua atuação e levando seus conteúdos para cidades do interior do Paraná. Mas, os momentos são intermitentes e parecem não seguir uma agenda ou um planejamento, processo preconizado por Henriques como essencial no processo de mobilização, para cumprir objetivos estabelecidos em curto, médio e longo prazo.

5) Coesão

A partir da interpretação de trechos das entrevistas realizadas foi possível detectar que os representantes do Fórum apresentam opiniões distintas sobre temas relacionados à Agenda 21; também se percebeu que, algumas vezes, realizam atividades preconizadas pela Agenda 21, mas sem uma integração maior com o Fórum.

A atual coordenadora (2012) salientou que, para o melhor funcionamento do Fórum, seria ideal que cada um compreendesse que tem um compromisso com a Agenda 21 no Paraná e que se envolvesse mais para que esse compromisso seja cumprido. Verifica-se, ainda, a falta de participação efetiva nas reuniões, que é onde o Fórum mais se manifesta, por ser um espaço de debate coletivo e de troca de informações e opiniões, o que mostra que o grupo não está tão coeso quanto deveria. Isso dificulta também a tomada de decisões, pois um grupo de aproximadamente 20 pessoas em uma reunião não pode indicar a vontade da maioria, relativa a um total de 72 participantes.

Como se percebe, a partir das colocações acima, ocorre o que Henriques denomina de fragmentação, ou seja, as ações são isoladas (embora devam ser elogiadas), como é caso da Agenda da OAB. Algumas instituições lançaram documentos específicos, porém, não se observa que estejam trabalhando para uma construção coletiva da Agenda 21 Paraná – dão sua contribuição, de alguma forma, mas cada um a sua maneira, a partir de seu entendimento e de sua atuação profissional, por exemplo.

No entanto, há momentos pontuais de coesão entre os membros deste Fórum; e, novamente, aqui se utilizam o exemplo de eventos por ele promovidos e que resultam em documentos, quando todos trabalham em Grupos Temáticos para a elaboração de conteúdos. O documento para a Rio + 20 foi elaborado em função da realização do grande evento internacional, quando o Fórum se organizou, pois não poderia deixar de participar desse evento que registrava os 20 anos decorrentes da Rio-92, no âmbito da qual a Agenda 21 foi gestada. Como exemplificou a atual coordenadora do Fórum (2012), busca-se (pela coordenação) um trabalho de animação constante e que "o Fórum se mobiliza em alguns momentos e se desmobiliza em outros"; daí, a conclusão de que o trabalho constante de animação é necessário. Mas, pergunta-se, essa "animação" deveria vir apenas a partir da coordenação? A animação não deveria ser do coletivo em sua totalidade, ou de pelo menos uma boa parte dele, uma vez que o Fórum é que deveria ser o agente mobilizador da Agenda 21 junto à sociedade paranaense?

6) Continuidade

Neste quesito, é preciso lembrar que as primeiras reuniões para instituir a Agenda 21 no Paraná iniciaram-se a partir de um processo de mobilização (assim chamado explicitamente pela então coordenadora do processo, Schirle Branco), em 2002, culminando com a criação do Fórum Permanente da Agenda 21 PR, em 2004. Após a criação do Fórum, entra-se em um período de aparente consolidação, quando se observa a realização de reuniões periódicas. Desde 2004, o Fórum se reúne mensalmente, ou a cada dois meses a partir de 2009, na sede na Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Porém, muitas das discussões que se instauram ao longo desse conjunto de reuniões não têm continuidade. Em alguns momentos, as atas indicam que os temas são diversos e que há interesses distintos em debate, o que torna as discussões pouco produtivas, na visão de alguns entrevistados. É preciso observar com atenção este tópico, pois a simples frequência dos membros nas reuniões do Fórum não indica o envolvimento pleno de todos os participantes. À reunião pode-se ir apenas para cumprir uma formalidade, uma rotina definida por meio de uma portaria de uma secretaria de Estado ou por determinação da direção de uma ONG, por exemplo.

Durante os eventos, muitas vezes, os representantes participam, interagem e se integram. Porém, ao seu final, se dispersam e não retomam o nível das discussões,

nem sequer as definem como estratégias ou encaminhamentos. Portanto, a intensidade da mobilização em torno do objetivo comum, que seria a promoção da Agenda 21 no Paraná, não é sempre a mesma e, em algumas situações, o Fórum parece estar desmobilizado, o que também aparece nas entrevistas, apesar do aparente processo de continuidade indicado pela sucessiva realização de reuniões.

7) Corresponsabilidade

Ainda que alguns dos entrevistados demonstrem, por suas respostas, estarem comprometidos com a causa ambiental ou pelo menos preocupados e atentos à questão, faltam, no conjunto do Fórum, a presença e o envolvimento das entidades de forma mais frequente em suas reuniões, já que a média de quórum por sessão não é alta, como já se afirmou. Isso ocorre mesmo quando algumas instituições e entidades desenvolvem ações de Agenda 21 em âmbito local: a maior participação nas reuniões seria um indicativo de envolvimento efetivo com o objetivo comum, de forma a permitir a ampliação de ações.

Além disso, as entrevistas indicam que há alguns membros que já não acreditam na atuação do Fórum, o que não os instiga a serem corresponsáveis nesta construção e neste coletivo; esse desinteresse não significa que eles não estejam envolvidos com temáticas ambientais, como demonstram depoimentos, já que realizam atividades ligadas, por exemplo, à agroecologia, por ser sua atividade profissional. Os membros entrevistados, de modo geral, se mostram vinculados às causas ambientais e cada um, dentro de sua atuação profissional, busca saber sobre a Agenda 21 e se mostra interessados por suas temáticas. Pode-se dizer que eles são corresponsáveis com a Agenda 21 de uma forma mais ampla e genérica, mas não necessariamente estão tão vinculados afetivamente com os princípios deste Fórum e, para Toro e Werneck, é preciso se "apaixonar" por um determinado tema para se mobilizar. A paixão, segundo os autores, é o que faz com que as pessoas se movimentem para promoção de uma causa. De certa forma, parece que os atores envolvidos simpatizam com o tema, acham a questão ambiental e a Agenda 21 muito importantes, mas mesmo atuando no Fórum parecem entender não bastar à sociedade civil ser responsável – o governo deveria estar mais envolvido.

8) Participação institucional

Esse vínculo talvez seja o que se apresente mais forte com relação ao processo de mobilização da Agenda 21 PR, uma vez que, em sua origem, ela nasce de uma iniciativa governamental, e não como normalmente ocorrem os casos de mobilização em torno de uma causa, a partir da iniciativa de um movimento social organizado. Apesar desse forte vínculo institucional de origem, que se expressa atualmente pelo uso logístico/recursos humanos da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o governo estadual não tem colocado, efetivamente, a Agenda 21, como conjunto de diretrizes socioambientais, em seu discurso para a sociedade; entretanto, ações com caráter "Agenda 21", como o apoio e incentivo à Agroecologia vem sendo apoiados pelo Governo, em especial na gestão estadual 2003- 2010.

Para disponibilizar verbas públicas para atividades e ações propostas pelo Fórum, tais atividades devem estar incluídas no âmbito de ações dos órgãos governamentais; ou, serem encaminhadas para compor leis específicas ou legislações no conjunto das chamadas políticas públicas. Uma parceria envolvendo recursos financeiros específicos para o Fórum ocorre apenas de forma indireta, pelo pagamento de salários à coordenação, uso de equipamentos públicos e materiais diversos, pagamento de diárias, viagens e apoio à organização de eventos. Enfim, não há disponibilidade de verba para todas as atividades que se deseja executar, como demonstraram os depoimentos dos entrevistados. O Fórum se constitui como uma arena de debate e não recebe recursos, bem como não está contemplado no orçamento do Estado para verbas por não ser um órgão público, como demonstra o depoimento da atual coordenadora:

A coordenação aqui ela é pequena, basicamente sou eu, um estagiário, e a hora que não tiver o estagiário, tem somente uma pessoa na coordenação pra levar e fazer tudo isso. Então a gente não consegue também por questões de verba também. A gente não tem um orçamento na secretaria próprio para nossas atividades. Então você tem que planejar, solicitar, tudo na base de licitação, dificulta um pouco esse movimento (GNIPPER, 2012).

Nas instâncias de planejamento e de governança estadual, em que a Agenda 21 poderia ser mais divulgada, o Governo Estadual parece não dar tanta ênfase à questão da Agenda 21. Isso aparece também em algumas respostas dos representantes do Fórum, que expõem sugestões como a integração a secretaria de Planejamento. Além disso, as respostas indicam que o governador ou o secretário,

na opinião do representante da SEAB, deveriam tocar no assunto, o que poderia tornar a Agenda 21 um instrumento mais eficaz e um assunto mais frequente em outras instâncias, além da secretaria de Meio Ambiente.

A maioria dos entrevistados e a própria coordenação parecem não se lembrar que a participação institucional, todavia, não se dá apenas pelas parcerias e por apoios governamentais, mas também pela capacidade de tecer apoios e parcerias com as mais diversas instituições da sociedade civil organizada e da comunidade em seus diversos segmentos. Nesse sentido, por sua própria constituição, o Fórum representa um espaço com grande potencial para efetivar acordos e parcerias institucionais, caracterizando-se como um espaço efetivo de participação social, o que ocorre apenas pontualmente.

6.1 ASPECTOS CONCLUSIVOS RELATIVOS AOS VÍNCULOS

Como síntese, pode-se afirmar que os vínculos sugeridos por Henriques, que apontam a relação de diversos aspectos do processo de mobilização e comunicação social com seus públicos, no caso do Fórum Agenda 21 Paraná apresentam-se ainda pouco intensos em sua maioria, ou manifestam-se de forma mais intensa em momentos pontuais, como durante a realização de eventos em diversas cidades paranaenses (vínculo ação); na continuidade das reuniões ao longo de mais de oito anos de atividade (vínculo continuidade); na obtenção do apoio de algumas instituições/segmentos para a disseminação dos conteúdos da Agenda 21 (vínculo julgamento).

Entretanto, há vínculos pouco estabelecidos, como o da coesão, uma vez que nem todos os representantes do Fórum estão sempre participando das reuniões ou, principalmente, das discussões, e não se voltam para o objetivo comum, que seria a construção de uma Agenda 21 no Paraná, levando as ideias para suas instituições/comunidades. As ações, em âmbito do Fórum, também precisam ser mais efetivas para que a mobilização social aconteça de fato. E devem, sobretudo, pautar-se pelo planejamento, pois a realização de seminários e produção de documentos são ações pontuais, que não apresentam continuidade/visibilidade para o público externo expresso pela sociedade paranaense, ou pelo menos, para um número mais significativo de multiplicadores (os seminários para formar multiplicadores, por

exemplo, deveriam ser permanentes, já que se trata de uma Agenda para todo o século XXI, bem como as ações nas escolas que formam os futuros cidadãos, onde a Agenda 21 é colocada apenas partir de iniciativa federal e de forma pontual).

Ainda com relação às ações, pela leitura das atas e das entrevistas, é possível verificar que não há interferência maior do Fórum na elaboração de políticas públicas, por exemplo. Há alguns debates em relação aos resíduos sólidos e a inserção do conceito de ética biocêntrica, porém, não há destaque para essas ações no conteúdo das atas, ou pelo menos não se apresenta o que de fato será feito em termos de atitudes práticas, de encaminhamentos para instâncias de tomada de decisão no Governo ou na área legislativa.

Em relação à informação, base do processo de comunicação, e, portanto, de mobilização, citada por Henriques, há troca de informações internas entre os membros do Fórum, que são frequentemente publicadas no site da SEMA, na página da Agenda 21 Paraná. No entanto, esse conteúdo parece não ter nenhuma repercussão na mídia (o que foi verificado em pesquisa exploratória inicial). Um público mais amplo só pode ser atingido, nesse caso, por meio da mídia de massa, como foi enfatizado. Entretanto, um ponto positivo, em termos de informação, é sua retransmissão pelas mídias próprias das entidades representadas, como no caso da OAB e da PUCPR, bem como nas redes sociais, modo que é utilizado pela SOS Bicho, por exemplo.

Para além do que essa metodologia dos vínculos contribui para uma análise do grau de desenvolvimento de um processo de mobilização social, é preciso assinalar que ela não pode funcionar de maneira isolada, sem levar em conta as questões de interpretação subjetivas dos atores sociais envolvidos, bem como toda a trajetória desse Fórum, que foi se construindo em uma conjuntura política e social nem sempre favorável às práticas recomendadas por especialistas ou pelas reflexões realizadas por estudiosos e especialistas.

CONCLUSÃO

Ao se inserir na lógica da *Agenda 21 Global*, que afirma que a criação de um fórum é recomendável pelo Executivo ou Legislativo local a fim de elaborar e preparar um plano de desenvolvimento sustentável, o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná se institui como um ator coletivo, desde junho de 2004, aberto permanentemente à participação de novos integrantes e representantes de entidades governamentais e da sociedade civil organizada. A partir de sua criação, o Fórum paranaense vem mantendo uma rotina de trabalho contínua, ou seja, as reuniões acontecem em torno de cinco a seis vezes ao ano, além de manter uma memória organizada de suas atividades, por meio da publicação de atas em site oficial de um órgão público.

Uma das fortes recomendações do Ministério do Meio Ambiente, responsável pela construção da *Agenda 21 Nacional*, é que para cumprir sua missão, é importante que o fórum crie um canal de fácil acesso para divulgação de informações, de forma a permitir à população que dele não participa diretamente conhecer os assuntos em pauta pela divulgação dos debates e discussão dos participantes. Nesse sentido, o mesmo Ministério recomenda como fundamental o envolvimento da mídia local para incentivar a participação da comunidade (BRASIL, MMA, 2003). Essas colocações se coadunam com a teoria expressa por Bernardo Toro e seus estudiosos no que se refere a um processo de mobilização social bem-sucedido, no qual é necessário um planejamento de comunicação que possibilite a participação social imprescindível à mobilização em torno de um projeto público que envolva mudança de atitudes.

Como verificou esta pesquisa ao buscar o cumprimento de seus objetivos geral e específicos, a coordenação e os representantes do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná demonstram que estão cientes da importância do processo de comunicação preconizado pelo Ministério, pela *Agenda 21 Global* e pelos teóricos de comunicação. Entendem que as ações de comunicação constituem a base para uma participação cidadã comprometida quando se trata de cumprir as diretrizes da Agenda 21. Entretanto, as práticas comunicativas necessárias ainda não são efetivas no âmbito do Fórum paranaense, conforme a interpretação dos documentos examinados (escritos e orais) nesta pesquisa. Verificou-se, por exemplo, que não há um planejamento de comunicação, o que segundo os teóricos é essencial para estimular o processo mobilizador. Há alguns momentos em que a comunicação se

destaca, especialmente nos eventos, porém, não há ações planejadas de longo prazo neste aspecto.

Pelo que se detectou, o próprio Fórum reconhece que é indispensável à melhoria no uso de canais de comunicação e mobilização para haver maior participação de segmentos da sociedade e governo, de acordo com avaliação interna entre seus membros publicada na Ata n.º 42. Também se conclui que para que o processo de mobilização seja efetivo, é necessário que os representantes do Fórum estejam integrados e dispostos a levar os conteúdos debatidos durante as reuniões para além do Fórum, executando realmente o papel de reeditores, no sentido entendido por Toro. Ou seja, requer-se um projeto de comunicação na estruturação do Fórum que se fundamente, inclusive, na importância do comportamento comunicativo dos seus participantes, ou seja, uma comunicação planejada, especialmente voltada para os reeditores (membros do fórum), em seu papel de multiplicadores primários. A comunicação pública, por sua vez, pode ser percebida em diversos momentos, como no contato direto entre os membros, durante as reuniões, na publicação dos documentos frutos dos seminários, indicando uma intenção de tornar as informações transparentes e disponíveis, uma das premissas colocadas sobre a função da comunicação pública. Porém, aspectos dessa comunicação, como seu próprio planejamento, precisam ser melhorados a fim de que o projeto atinja um público maior.

A consolidação da Agenda 21 depende de que os atores percebam as necessidades específicas de cada localidade, reconheçam conflitos e emergências ambientais e montem uma agenda pensando no futuro e no desenvolvimento sustentável. Para tanto, é necessário cumprir o que a Agenda 21 Global preconiza: estabelecer um diálogo mais amplo entre autoridades locais e cidadãos.

Mais especificamente em relação aos objetivos deste trabalho, a partir da análise das estratégias de comunicação do processo de mobilização utilizadas pelo Governo do Paraná e pelo Fórum Permanente da Agenda 21:

- 1) Pode-se afirmar que, apesar da organização de uma campanha inicial de mobilização para a implantação da Agenda 21, estabelecida pelo próprio governo junto à sociedade paranaense, com a constituição do Fórum essas estratégias de comunicação foram, ao poucos, escasseando, ocorrendo apenas em momentos pontuais e sem ter como base um planejamento, como recomendam Toro e Henriques.

- 2) O exame das estratégias de comunicação utilizadas pelo Fórum para mobilizar a sociedade em torno do tema Agenda 21 revelou que elas são insuficientes e fragmentadas para manter um efetivo processo de mobilização social. Para atingir uma comunidade estadual, ainda que em níveis iniciais de sensibilização, seria necessário o uso de estratégias ligadas à comunicação de massa, pois não se trata aqui de mobilizar um pequeno município, ou apenas uma instituição de ensino, por exemplo, embora essas instâncias estejam presentes e sejam fundamentais na construção do processo como um todo. Mas pretende-se, como Agenda 21 Estadual, a mobilização de toda a população paranaense, o que pode ser feito, não apenas, mas em boa parte, por meio de um trabalho de comunicação de massa.

Dessa forma, a partir da sensibilização massiva da população, pela visibilização temática, outros níveis de comunicação devem ser contemplados. Como afirma o jornalista Washington Novaes, um fator-chave no processo de construção da Agenda 21 é a constituição de capital social, ou seja, a participação decidida de todos os setores e atores capazes de explicitar os conflitos e pactuar soluções. Assim, as estratégias de comunicação, além da mídia de massa, deveriam investir na permanente capacitação de multiplicadores; encontros regionais mais frequentes e com finalidades práticas; uma inserção firme nas escolas municipais e estaduais de todo o Paraná, com a respectiva capacitação dos professores sobre o tema; a criação de comitês internos nas instituições que integram o Fórum; a realização de consultas públicas, a fim de encontrar consenso sobre as propostas da Agenda 21 nas comunidades, pois são as autoridades locais que devem iniciar este diálogo, bem como buscar compor políticas públicas, leis e regulamentos para atender à demanda de cada localidade.

- 3) De forma mais conclusiva, ao analisar se esse Fórum apresenta resultados consistentes, com contribuições para o estabelecimento de políticas públicas ou pelo menos a participação social em discussões sobre elas, a resposta infelizmente não é positiva. Apesar de realizar algumas ações e encaminhamentos de medidas efetivas, não se estabelece, no âmbito do Fórum, uma prática permanente voltada à contribuição com subsídios

e acompanhamento às políticas públicas ou legislações específicas, para o estabelecimento de um plano de desenvolvimento sustentável no Paraná, a exemplo do que ocorreu com a *Agenda 21 Brasil*, que foi elevada à condição de programa plurianual (2004 a 2007).

Constatou-se que alguns representantes do Fórum paranaense chegam a afirmar que "Não se veem resultados práticos", como afirmou o representante da SEAB, por exemplo; estes representantes são referendados por teóricos como Gadotti e Novais, que afirmam serem necessárias mais ações práticas no âmbito das Agendas 21 e suas diretrizes.

O que falta, a partir de todas estas observações, é, inclusive, a visibilização deste Fórum e de suas realizações, conforme afirmaram alguns entrevistados. Isso acarretaria maior responsabilidade e compromisso com as questões da Agenda 21 por parte não só dos componentes do Fórum, mas do próprio governo e da sociedade em geral. Também não se verificou a existência de contatos frequentes deste Fórum com similares de outras regiões do Brasil.

Reconhece-se, porém, que este Fórum está gerando frutos, ainda que lentamente, como, por exemplo, o apoio à elaboração de Agendas 21 profissionais ou locais, um dos caminhos que se entende como fundamentais para o estabelecimento dessas diretrizes no Paraná. Registram-se ainda ações, como a publicação de documentos que reúnem resultados de seminários, bem com a realização de eventos em geral, conforme registrado no decorrer da pesquisa, inclusive para formação de multiplicadores.

Outro avanço pode ser entendido pela forma de seleção da atual (2012) coordenação do Fórum, que foi eleita pelos membros do coletivo, ao contrário da primeira coordenadora, indicada pela SEMA. A eleição levou ao cargo uma representante ligada anteriormente a ONG SOS Bicho. É possível interpretar, a partir disso, que não apenas o governo pode liderar este Fórum, mas que há abertura para que a sociedade civil tenha uma posição mais responsável, o que pode ser saudável para o fortalecimento democrático deste coletivo.

Uma questão controversa, mas que pode gerar consequências em relação à questão da mobilização e visibilização da Agenda 21 é a não existência, no Paraná, de um documento específico impresso ou publicado denominado *Agenda 21 Estadual*, assim como existem a *Agenda 21 Global*, *Agenda 21 Nacional* e centenas de Agendas

locais no país. Embora a coordenação do Fórum argumente que uma Agenda não se limita ao que está no papel, ela própria se contradiz, em uma de suas colocações, ao afirmar que falta ao Paraná a visibilização documental de sua agenda.

Ao final, pode-se afirmar que o pressuposto de que as atuais estratégias de comunicação deste Fórum não têm sido suficientes para estabelecer um processo efetivo de mobilização social, se confirma. E pode-se ir além: na realidade, essas estratégias nem ao menos estão claramente delineadas, como forma de gestão de um coletivo de ação que necessita de intensa participação social em torno de uma causa fundamental para o planeta: o estabelecimento de políticas e práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

Documentos:

AGENDA 21 BRASILEIRA – BASES PARA DISCUSSÃO. Brasília: MMA/Pnud, 2000.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; FERNANDES, Marlene Allan. **Anais do Seminário Internacional Cidades sustentáveis**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Parceria 21 IBAM – REDEH, 2000a.

BEZERRA, Maria do Carmo de Lima; VEIGA, José Eli da. **Agricultura sustentável**: subsídios à elaboração da Agenda 21 brasileira. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Consórcio Museu Emílio Goeldi, 2000b.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Construindo a Agenda 21 local**. 2.ed. Brasília: MMA, 2003.

CREA. **Agenda 21**: Paraná e as mudanças nos padrões de produção e consumo. 2009. Disponível em: <http://www.crea-pr.org.br/crea3/html3_site/doc/guia/mudanca_padroes2012.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2013.

CONFERÊNCIA das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992: Rio de Janeiro). **Agenda 21**. Curitiba: IPARDES, 1997.

ENCONTROS Regionais do Comitê Paranaense para a Rio + 20. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Encontros_Regionais_Rio20.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

ESTENSSORO, Luis. **Estado e políticas públicas no Brasil**: questões pendentes. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/estenssoro/estado-e-politicas-pblicas-no-brasil-luis-estenssoro>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

IPEA. **Brasil em desenvolvimento**: estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2009. (Série: Brasil, o estado de uma nação, v.3).

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Plano real**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/planreal.asp>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Pesquisa Nacional das Agendas 21 Locais:** sumário executivo. nov. 2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/sumario_executivo_18.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

OAB/PR. **Agenda 21 para escritórios de advocacia.** Curitiba: Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Paraná, 2011.

PARANÁ. Comissão Governamental. Agenda 21 Paraná: seminários macrorregionais da Agenda 21 Paraná: os desafios para uma cidadania planetária. SEMA, 2002. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/agenda_21_macro.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.

_____. Decreto n.º 3508, de 14 de dezembro de 2011. Cria o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20-SEMA..Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/2b08298abff0cc7c83257501006766d4/3b0cb44ad0fc3f89832579680045a5a1?OpenDocument>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

_____. Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná. **Regimento interno.** Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Regimento_Interno_Forum_Permanente_Agenda_21_PR.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.

_____. **Guia Agenda 21 – Paraná empresarial:** uma série histórica – a empresa no viés da precaução. Grupo de Trabalho da Agenda 21 Paraná Empresarial – Integrantes do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná. 2010.

_____. **Guia Agenda 21:** passo a passo instituições de ensino superior. Governo do Paraná. Organização: SEMA, 2007.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **Diálogos Paraná:** capacitação de multiplicadores. Governo do Estado, 2006.

_____. Secretaria de Estado de Meio Ambiente. **O que o Paraná tem feito.** 2.ed. Governo do Paraná, 2010.

PARANÁ: o futuro que queremos. 2012. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/-arquivos/File/documento_comite_12_06_2012.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2013.

REGIMENTO INTERNO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 LOCAL DE CAMPO MOURÃO, 2009. Disponível em: <http://agenda21cm.org/Regimento_Interno.php>. Acesso em: 13 jan. 2013.

SEMA. Ata n.º 1, de 21 de junho de 2004. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 4, de 22 de setembro de 2004. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 8, de 20 de abril de 2005. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 9, de 20 de maio 2005. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 11, de 22 de agosto de 2005. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 19, de 21 de agosto de 2006. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 18, de 21 de julho de 2006. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 19, de 21 de agosto de 2006. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 20, de 21 de setembro de 2006. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 21, de 9 de fevereiro de 2007. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 29, de 20 de março de 2009. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 33, de 9 de fevereiro de 2010. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 34, de 21 de junho de 2010. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 35, de 20 de agosto de 2010. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 36, de 21 de outubro de 2010. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 38, de 20 de abril de 2011. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 39, de 21 de junho de 2011. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 40, de 22 de agosto de 2011. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 41, de 21 de outubro de 2011. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

____. Ata n.º 42, de 16 de dezembro de 2011. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 43, de 27 de fevereiro de 2012. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 44, de 21 de agosto de 2012. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

_____. Ata n.º 45, de 22 de outubro de 2012. Disponível em:
<<http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=145>>.
Acesso em: jan./fev. 2012.

SEMINÁRIO ESTADUAL “A AGENDA 21 NO MOVIMENTO POPULAR”. Associação Ambientalista Ecoforça, Central de Movimentos Populares e SEMA, Curitiba, 2009. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda21/Memoria_Seminario_A_Agenda_21_Movimento_Popular.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2013.

SEMINÁRIO EXPERIÊNCIAS DE AGENDA 21: OS DESAFIOS DO NOSSO TEMPO. **Anais...** Ponta Grossa, 2009.

SÚMULA QUE CRIA O FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ – DECRETO N.º 2547, de 4 de fevereiro de 2004. Disponível em:
<<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/fcc19094358873db03256efc00601833/9a39e437da06385503256e9900623454?OpenDocument>>. Acesso em: 13 jul. 2012.

Teóricos:

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é – o que não é. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BORBA, Francisco S. **Dicionário UNESP do português contemporâneo**. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.1-33.

BUENO, Wilson. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n.15, p.33-44, 2007.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**: a era da informação - economia, sociedade e cultura. Tradução de Klauss Brandini Gerhardt. 6.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. v.2.

CASTRO, Carlos Potiara. **Florestas tropicais na arena mundial**: desmatamento, política internacional e a Amazônia brasileira. Trabalho apresentado no II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade. Indaiatuba, SP, 2004. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT13/carlos_potiara.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2012.

COHN, Amélia. As políticas sociais no governo FHC. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.11, n.2, p.183-197, out. 1999. (editado em fev. 2000).

CORDEIRO, Daisy. A escola e a Agenda 21. **Revista Eco 21**, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.eco21.com.br/textos/textos.asp?ID=1475>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

COSTA, Sérgio. **As cores de Ercília**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

COX, Robert J. **Environmental communication and the public sphere** (Comunicação ambiental e a esfera pública). Thousands Oaks, California: Sage Publications, 2009.

DAGNINO, Evelina. Cultura, cidadania e democracia: a transformação dos discursos e práticas na esquerda latino-americana. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p.61-102.

DEL PRIORE, Mary; VENANCIO, Renato. **Uma breve história do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DOWNING, John. **Mídia radical**. São Paulo: Senac, 2002.

DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. 5.^a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011.

DUARTE, Márcia Yukiko. Estudo de caso. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. 5.^a reimpressão. São Paulo: Atlas, 2011. p.215-235.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Revisão e ampliação do segundo capítulo da tese de doutorado do autor (FREY, 1997). **Planejamento e políticas públicas**, n.21, jun. 2010.

FREY, Lawrence R.; BOTAN, Carl H.; KREPS, Gary L. **Investigating Communication: an introduction to research methods**. 2nd. Needham Heights, MA: Ed. A Pearson Education Company, 2000.

FROME, Michael. **Green Ink**: uma introdução ao jornalismo ambiental. Tradução de Paulo Roberto Maciel Santos. Curitiba, Editora UFPR, 2008.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GAGNON, Christiane. **La mobilisation des ressources et la concertation dans une communauté**: Animer un processus de mise en route d'un Agenda 21e siècle local. Guide québécois pour des Agendas 21e siècle locaux: applications territoriales de développement durable viable,[En ligne] (2007). Disponível em: <http://www.a21l.qc.ca/9571_fr.html>. Acesso em: 10 fev. 2012.

GIDDENS, Anthony. **A política da mudança climática**. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 6.ed. São Paulo: Loyola, 2007.

HANNIGAN, John A. **Sociologia ambiental**: a formação de uma perspectiva social. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

HENRIQUES, Márcio Simeone (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. **Imagem:** vínculos, segundo Simeone Henriques. Disponível em: <<http://www.google.com.br/imgres?q=v%C3%ADnculos+simeone+henriques&um=1&hl=pt-BR&sa=N&biw=1366&bih=621&tbnid=YiHjWw7iSdPHSM:&imgrefurl=http://www.ebah.com.br/content/ABAAAuAsAH/diretrizes-nacionais-prevencao-controle-epidemias-dengue&docid=angEh0-ZFJA09M&imgurl=http://s3.amazonaws.com/magoo/ABAAAuAsAH-2.png&w=1072&h=511&ei=Ae0PUIHKBeuJ0QHIsYCABQ&zoom=1>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

KUNSCH, Margarida Maria Krohling. **Planejamento de relações públicas na comunicação integrada**. 4.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Summus, 2003.

LEFF, Enrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 8.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

LEIS, Héctor Ricardo. **A modernidade insustentável:** as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea. Petrópolis, RJ: Vozes; Santa Catarina: UFSC, 1999.

LIMA, Myrian del Vecchio de. **Comunicação, ambiente urbano e desenvolvimento:** elementos para a compreensão do papel da informação na gestão do lixo em Curitiba. 2002. 442p. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

LUFT, Schirley. **Jornalismo, meio ambiente e Amazônia:** os desmatamentos nos jornais O Liberal do Pará e A Crítica do Amazonas. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2005.

MAIA, Rousiley. Atores da sociedade civil e ação coletiva: relações com a comunicação de massa. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flavia (Orgs.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p.274-295.

MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

MANZINI-COUVRE, Maria de Lourdes. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública e comunicação política. **Revista Organicom**, v.3, n.4, p.61-73, 2006.

_____. **Capital social e comunicação:** interfaces e articulações. São Paulo: Summus, 2009a.

_____. Comunicação pública, esfera pública e capital social. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009b. p.47-58.

McCOMBS, Maxwell. **A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MEI, Danielle S.; LIMA, Myrian Del Vecchio de. **A Agenda 21 no Estado do Paraná e o modo como o jornalismo trabalha essa temática socioambiental**. Artigo apresentado no XV SÉminário de Inverno da UEPG. Ponta Grossa, jun. 2012.

MENDES, Ana Maria Coelho Pereira; SOUZA-LIMA, José Edmilson de; HAMMERSCHMIDT, Karina Silveira de Almeida; LOURENÇO, Marcus Santos; GUARAGNI, Marcus Vinícius. Políticas públicas, desenvolvimento e transformações do estado brasileiro. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.4-34.

MONTEIRO, Graça França. A singularidade da comunicação pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.34-46.

NETTO, Bernardo Patrício; RISSETE, César Reinaldo; SILVA, Heloísa de Puppi; FARAH JUNIOR, Moisés Francisco. Instrumentos de gestão pública. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.69-89.

NOVAES, Washington. **Agenda 21: um novo modelo de civilização**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2003. (Caderno de Debate Agenda 21 e Sustentabilidade n.2).

NOVELLI, Ana Lucia R. Comunicação e opinião pública. In: DUARTE, Jorge (Org.). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009. p.72-83.

OLIVEIRA, Fabíola. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2002.

OLIVEIRA, José Antônio Puppim de. Desafios do planejamento em políticas públicas: diferentes visões e práticas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.1, p.273-288, mar./abr. 2006.

PÁDUA, Elisabete Montallo Marchesini de. **Metodologia de pesquisa: abordagem teórico-prática**. 10.ed. rev. e atual. Campinas, SP: Papirus, 2004.

PINTO, Mônica Maria. **Comunicação e educação em campanhas de enfrentamento e adaptação às mudanças climáticas**. 2012. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Sociedade) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

RABELO, Desirée Cipriano. **Comunicação e mobilização na Agenda 21 local**. Vitória, ES: Edufes/Facitec, 2003.

RAMOS, Luis Fernando Angerami. **Meio ambiente e meios de comunicação**. São Paulo: ANNABLUME, 1995. (Selo Universidade: 42).

RUBIM, Antonio Albino canelas. **Comunicação e política**. São Paulo: Hacker, 2000.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTAELLA, Lucia. **Comunicação e pesquisa**: projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker, 2001.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **Redes de movimentos sociais**. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**, Brasília, v.21, n.1, p.109-130, Jan./Apr. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007>. Acesso em: 02 fev. 2012.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, Elizete Américo; SOUZA, Maria Salete de. Espaços públicos e territoriais no centro de Fortaleza. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antonia de Andrade. **Litoral e sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p.155-164.

SILVA, Christian Luiz da; WIENS, Simone. Indicadores: conceitos e aplicações. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.57-68.

SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELES, Antonia de Andrade. **Litoral e sertão**: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006.

SILVERSTONE, Roger. **Por que estudar a mídia?** Tradução de Milton Camargo Mota. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SIMÃO, Angelo Guimarães; SILVA, Christian Luiz da; SILVA, Heloísa de Puppi; CASTANHEIRA, Maria Auxiliadora Villar; JUREC, Paulo Sérgio Sant'Anna; WIENS, Simone. Indicadores, políticas públicas e a sustentabilidade. In: SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de (Orgs.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p.36-54.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v.8, n.16, p.20-45, jul./dez. 2006.

STUMPF, Ida Regina; WEBER, Maria Helena. Comunicação e informação: conflitos e convergências. In: LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003. p.121-128.

TOMMASI, Luiz Roberto. **Meio ambiente e oceanos**. Coordenação de José de Ávila Aguiar Coimbra. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. (Série Meio Ambiente).

TORO, José Bernardo. **A construção do público**: cidadania, democracia e participação. Seleção de textos e organização de Cristina Duarte Werneck e Nísia Duarte Werneck. Rio de Janeiro: Editora Senac, 2005.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal, Secretaria de Recursos Hídricos, Associação Brasileira de Ensino Agrícola Superior – ABREAS, UNICEF, 1997.

TORQUATO, Gaudêncio. **Tratado de comunicação organizacional e política**. 2.^a reimpressão. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: teorias do jornalismo: porque as notícias são como são. 2.ed. Florianópolis, Insular, 2005. v.1.

_____. **Teorias do jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional.** 2.ed. Florianópolis, Insular, 2005. v.2.

TREMBLAY, L-A. La construction d'un partenariat avec la communauté. In: GAGNON, C. (Ed.); ARTH, E. (en collab. avec). **Les rôles de la communication et de l'information, l'exemple de Baie-Saint-Paul (Québec, Canada).** Guide québécois pour des Agendas 21e siècle locaux: applications territoriales de développement durable viable, [En ligne] (2007). Disponível em: <http://www.a21l.qc.ca/9570_fr.html>. Acesso em: 10 fev. 2012.

TRIGUEIRO, André. **Formando jornalistas para um mundo sustentável.** 2005. Disponível em: <<http://www.mundosustentavel.com.br/wp-content/uploads/2011/04/formando.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2012.

VIEIRA, Liszt. **Os argonautas da cidadania.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

WHITAKER, Chico. **O desafio do fórum social mundial: um modo de ver.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Loyola, 2005.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação – Mass media: contextos e paradigmas novas tendências: efeitos à longo prazo: o newsmaking.** Tradução de Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Barcarena: Presença, 2003.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Sítios visitados:

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Sanepar e Educação lançam Agenda 21 escolar.** 09 set. 2005. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=11433>>. Acesso em: 13 jan. 2013.

AGÊNCIA ESTADUAL DE NOTÍCIAS. **Secretaria da Educação implanta Agenda 21 escolar.** 04 jun. 2010. Disponível em: <<http://www.historico.aen.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=57006>>. Acesso em: 19 jan. 2013.

AGENDA 21 EMPRESARIAL. 2010. Disponível em: <http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/agenda-21/Guia_Agenda_21_Parana_Empresarial.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2013.

COMISSÃO DA AGENDA 21 DA OAB. Disponível em:
<<http://www.oabpr.org.br/agenda21/>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

DECLARAÇÃO DO RIO DE JANEIRO, 1992. Disponível em:
<<http://pactoglobalcreapr.files.wordpress.com/2010/10/declaracao-do-rio-sobre-meio-ambiente.pdf>>. Acesso em: 08 fev. 2013.

FACULDADES ESPÍRITA. Disponível em:
<<http://agenda21sustentavel.blogspot.com/2011/05/publicacoes-agenda-21-parana.html>>. Acesso em: 07 mar. 2012.

GOVERNO DO PARANÁ. **Construindo a Agenda 21 escolar**: versão preliminar. 2006. Disponível em: <http://api.ning.com/files/PN*ueYNEhChSwUj0-On1M4vGkNwlynbDGB0eAru*iFXkKtitB0fdnkKmzgQOtVhr6V211C0*zBntuqAEwVdixgLMGbhKRedq/agenda_21_ana_maria.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2011.

LEMOS, Haroldo Mattos. **Instituto Brasil PNUMA**. 2006. Disponível em: Disponível em: <<http://www.brasilpnuma.org.br/saibamais/agenda21.html>>. Acesso em: 09 jul. 2012.

PACTO 21 UNIVERSITÁRIO, 2006. Disponível em: <http://www.utp.br/agenda21utp/Pacto-Agenda21_e_as_Universidades.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.

PERSPECTIVAS DO MEIO AMBIENTE MUNDIAL. 2002. Disponível em:
<http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capa_pretexto.pdf>. Acesso em 29/07/2012.

PORTAL AGENDA 21 LOCAL. Disponível em:
<<http://www.agenda21local.com.br/con4c.htm>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

PORTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:
<<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>>. Acesso em: 05 jun. 2011.

PORTAL UNIVERSO AMBIENTAL. Disponível em:
<http://www.universoambiental.com.br/novo/artigos_ler.php?canal=6&canallocal=11&canalsub2=31&id=80>. Acesso em: 05 jun. 2011.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MEIO AMBIENTE (PNUMA). Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) e Universidade Livre da Mata Atlântica (UMA). **Perspectivas do Meio Ambiente Mundial**: GEO 3. 2002. Disponível em: <http://www.wwiuma.org.br/geo_mundial_arquivos/capa_pretexto.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.

SITE OFICIAL RIO + 20. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20>. Acesso em: 03 maio 2012.

WWF. **Carta aos dirigentes de estado da Rio + 20**. Disponível em: <http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/carta21junho2012_riomais20.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2012.

Periódicos:

ARAUCÁRIA rumo a Agenda 21. **O Estado do Paraná**, 5 jul. 2002. Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/cidades/news/16648/?noticia=ARAUCARIA+RUMO+A+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

ATIVISTAS expressam frustração diante de "fracasso" da Rio+20. **Gazeta do Povo**, 22 jun. 2012. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/meio-ambiente/rio-20/conteudo.phtml?id=1268100>>. Acesso em: 1.º out. 2012.

BETTO, Frei. Fracasso da Rio + 20. **Jornal O Dia**, 30 jun. 2012. Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/portal/opiniao/frei-betto-fracasso-da-rio-20-1.457820>>. Acesso em: 1.º out. 2012.

BRDE promove debate no Sul. **Indústria e Comércio**, 25 out. 2010.

CAMPO MOURÃO aprovado na Agenda 21. **O Estado do Paraná**, 19 dez. 2003. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/policia/news/68739/>>. Acesso em: 19 maio 2012.

COMUNIDADE da Vila Torres reclama de discriminação. **O Estado do Paraná**, 26 out. 2008. Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/cidades/news/16648/?noticia=ARAUCARIA+RUMO+A+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

CURITIBA defende apoio financeiro para Agenda 21. **Indústria e Comércio**, 29 ago. 2002.

ENGENHARIA lança Agenda 21. **O Estado do Paraná**, 26 jul. 2003. Disponível em: <<https://parana-online.com.br/editoria/economia/news/54505/?noticia=ENGENHARIA+LANCA+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

INSTITUIÇÕES de ensino superior assinam “Pacto 21 Universitário”, **Gazeta do Povo**, 02 out. 2007. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vestibular/conteudo.phtml?id=701155>>. Acesso em: 19 maio 2012.

MARTONI, Ligia. Paraná começa a elaborar Agenda 21. **O Estado do Paraná**, 25 maio 2005. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/editoria/cidades/news/123409/?noticia=PARANA+COMECA+A+ELABORAR+AGENDA+21>>. Acesso em: 19 maio 2012.

ANEXOS

ANEXO 1
DOCUMENTOS DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ



CONVITE

O Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida e a Coordenadora do Grupo de Trabalho da Agenda 21 Paraná, Schirle Margaret dos Reis Branco, convidam para a 1ª Reunião do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

O convite para a reunião tem por objetivo geral, o de estabelecer os rumos da Agenda 21 Paraná através do Governo e da Sociedade.

DATA: 21 de junho de 2004

HORÁRIO: 14H

LOCAL: Anfi-100, Bloco do Edifício D. Pedro I, Reitoria da Universidade Federal do Paraná.

Rua XV de Novembro, 1299

Curitiba, 15.06.04



DECRETO Nº 2547 - 04/02/2004
Publicado no Diário Oficial Nº 6661 de 04/02/2004

Súmula: Cria o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, usando da atribuição que lhe confere o art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual,

DECRETA:

Art. Fica criado o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, composto por representantes do Governo e da Sociedade, segundo considerações e disposições das Conferências "Das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, da Agenda 21 Brasileira e Rio+10 Joannesburg – África do Sul 2002".

Art. 2º. O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná terá como atribuições:

- I - definir as ações da Agenda Estadual, a partir de temas norteadores indicados pela sociedade paranaense, e sob a perspectiva de construção de metas e estratégias do desenvolvimento sustentável;
- II - sistematizar as ações definidas sob a forma de documento denominado Agenda 21 Paraná;
- III - estabelecer formas de implementação desta Agenda pelo Governo e pela Sociedade;
- IV - dar início aos trabalhos de implementação das ações da Agenda, em uma dimensão emergencial, de curto, médio, e longo prazo, segundo os temários propostos nos Seminários Macrorregionais das Conferências Estaduais de Meio Ambiente, Saúde e Cidades – 2003 e outros documentos de notória importância à sustentabilidade ambiental;
- V - instituir instâncias regionais de debates e de mobilização pública com vistas a dar visibilidade às ações pretendidas e consubstanciar o processo construtivo da Agenda 21 Paraná;
- VI - efetuar as articulações necessárias para o cumprimento do Decreto em vigor, enaltecendo os princípios de precaução, de responsabilidade e de participação pública.

Art. 3º. O Fórum Estadual da Agenda 21 Paraná, será composto das seguintes representações:

- Casa Civil
- Procuradoria Geral do Estado
- Secretaria de Estado da Administração e da Previdência
- Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
- Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
- Secretaria de Estado da Comunicação Social
- Secretaria de Estado da Cultura
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
- Secretaria de Estado da Educação
- Secretaria de Estado da Fazenda
- Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul
- Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania
- Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Secretaria de Estado de Obras Públicas
- Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral

- Secretaria de Estado da Saúde
 - Secretaria de Estado da Segurança Pública
 - Secretaria de Estado dos Transportes
 - Secretaria de Estado do Trabalho Emprego e Promoção Social
 - Secretaria de Estado do Turismo
 - Secretário Especial para Assuntos Estratégicos
 - Secretário Especial para Assuntos da Região Metropolitana de Curitiba
 - Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral
 - Secretário Especial de Relações com a Comunidade
 - Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
 - Associação Comercial do Paraná
 - Associação dos Municípios do Paraná
 - Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior do Paraná
 - Centrais dos Trabalhadores
 - Companhia Paranaense de Energia – COPEL
 - Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR
 - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA
 - Federação da Agricultura do Estado do Paraná
 - Federação das Associações Comerciais Industriais e Agropecuárias do Paraná
 - Federação das Associações de Moradores do Paraná
 - Federação Estadual dos Excepcionais
 - Federação das Indústrias do Estado do Paraná
 - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
 - Fórum das Entidades Negras
 - Fundação Nacional do Índio – Paraná
 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
 - Instituto de Engenharia do Paraná
 - Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO
 - Itaipú Binacional
 - Ministério Público – Centro de Apoio Operacional às Promotorias
- Movimentos Sociais
- Proteção ao Meio Ambiente
 - OAB – Ordem dos Advogados do Brasil – Paraná
 - Ongs Ambientais
 - Ongs Sociais
 - Organização das Cooperativas do Estado do Paraná
 - Pastoral da Criança
 - Representação Sul do Conselho Nacional do Meio Ambiente
 - Sindicatos
 - União dos Estudantes Secundaristas
 - União Paranaense de Estudantes
 - Universidades Federais, Privadas e Institutos de Pesquisa
 - Outros órgãos e instituições
- Art. 4º. A Coordenação Geral dos Trabalhos do Fórum ora criado, será exercida por representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Art. 5º. As Coordenações Executiva e Temática serão compostas segundo deliberações dos componentes do Fórum.
- Art. 6º. O desempenho das funções de membro do Fórum não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado ao Estado.
- Art. 7º. Os representantes de cada um dos Órgãos e Instituições relacionados no artigo 3º serão indicados, via ofício, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
- Art. 8º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 04 de fevereiro de 2004, 183º da Independência e 116º da República.

ROBERTO REQUIÃO,
Governador do Estado

LUIZ EDUARDO CHEIDA,
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

CAÍTO QUINTANA,
Chefe da Casa Civil



REGIMENTO INTERNO – FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

O regimento interno foi aprovado pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná na 41ª Reunião Ordinária, realizada dia 21 de outubro de 2011. Segue abaixo na íntegra:

Capítulo I – Finalidade e Atribuições

Art. 1º. O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado pelo Decreto Governamental nº 2547, de 04 de fevereiro de 2004, composto por representantes do Governo e da Sociedade Civil, segundo considerações e disposições das Conferências das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, da Agenda 21 Brasileira e Rio +10 Joannesburg – África do Sul 2002, tem como finalidade a construção e a implantação da Agenda 21 Paraná.

Art. 2º. A fim de dar cumprimento à sua finalidade, o Fórum tem como atribuições:

I - definir as ações da Agenda 21 Paraná a partir de temas norteadores indicados pela sociedade paranaense;

II - sistematizar as ações definidas sob a forma de documento denominado Agenda 21 Paraná;

III - estabelecer formas de implementação da Agenda 21 Paraná pelo governo e pela sociedade;

IV - dar início aos trabalhos de implementação das ações da Agenda 21 Paraná, em uma dimensão emergencial, de curto, médio, e longo prazo, segundo os temários propostos nos Seminários Macrorregionais, nas Conferências Estaduais de Meio Ambiente, Saúde e Cidades, Direitos Humanos, Mulheres, Segurança Alimentar e Nutricional e em outros documentos de notória importância à sustentabilidade ambiental;



V - instituir instâncias regionais de debates e de mobilização pública, a partir das dezesseis bacias hidrográficas do Estado, adotando-as como unidade de planejamento e sistemática de funcionamento do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

Capítulo II – Princípios

Art. 3º. O Fórum desenvolve suas atividades baseado nos princípios da precaução, da prevenção, da responsabilidade compartilhada, da participação com envolvimento, da cooperação e do desenvolvimento sustentável.

Capítulo III – Estrutura

Art. 4º. O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná é composto por representantes da sociedade e do governo, conforme o disposto no artigo 3º do Decreto 2547/2004.

§ 1º. Cada órgão ou instituição indicará seu representante, via ofício, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 2º. Qualquer cidadão poderá participar do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, na condição de participante ativo, devendo formalizar sua participação através de documento protocolado junto à Coordenação.

Art. 5º. Para dar cumprimento à sua finalidade e atribuições o Fórum tem a seguinte estrutura: Coordenação Executiva, Coordenação Temática e Plenária.

Parágrafo único – Poderão ser criadas Comissões ou Grupos de Trabalho de caráter temporário para finalidades específicas.

Art. 6º. A Coordenação Geral dos trabalhos do Fórum será exercida por representante da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, conforme art.4º do Decreto 2547/2004.



Capítulo IV – Da Coordenação Executiva

Art. 7º. A Coordenação Executiva tem por finalidade dar suporte político-estratégico e administrativo para viabilização das propostas oriundas das Coordenações e da Plenária.

Art. 8º. A Coordenação Executiva tem como atribuições:

- I - propor o regimento interno do Fórum;
- II - definir metodologia técnico-administrativa;
- III - sistematizar calendário de reuniões do Fórum, das Coordenações, dos eventos e demais atividades programadas;
- IV - consolidar a “Agenda 21 Paraná”, bem como os demais documentos oficiais e textos a ela vinculados;
- V - viabilizar a captação de recursos necessários para a construção e implementação da Agenda 21 Paraná;
- VI - manter atualizado o sistema de informações do Fórum;
- VII - convocar em caráter extraordinário as reuniões do Fórum.

Art. 9º. A Coordenação Executiva é composta por 09 (nove) membros do Fórum, além do (a) Coordenador (a) das Ações da Agenda 21 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, sendo que deverá abranger cada um dos segmentos da sociedade representada no Fórum, a saber: ONG, Movimento Social, Sindicato/ Central Sindical, Órgãos de Classe, Conselhos, Governo Municipal, Governo Estadual, Empresa, Instituição de Ensino Superior. Dentre estes serão escolhidas a Coordenação e a Relatoria.

Capítulo V – Da Coordenação Temática

Art. 10º. A Coordenação Temática tem por finalidade propor, a partir dos temas norteadores definidos pela sociedade paranaense, ações, metas e estratégias em



caráter emergencial, de curto, médio e longo prazos, visando à implementação da Agenda 21 Paraná.

Art. 11º. A Coordenação Temática tem por atribuições, com base na estrutura dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs):

I – proceder à análise dos documentos provenientes dos Seminários Macrorregionais, das Conferências Estaduais de Meio Ambiente, Saúde, Cidades, Direitos Humanos, Mulheres, Segurança Alimentar e Nutricional e outros documentos de notória importância;

II – definir metas e indicadores estratégicos para acompanhamento e avaliação das ações a serem implementadas;

III – propor estratégias de implementação da Agenda 21 Paraná, pelo Governo e pela Sociedade;

IV – sistematizar os relatórios e as proposições advindas dos GTTs, encaminhando-os à Coordenação Executiva.

Art. 12º. A Coordenação Temática é composta pelos Coordenadores (as) dos Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs).

Art. 13º. Os Grupos de Trabalho Temáticos (GTTs) são em número de 10 (dez), denominados a partir dos temas norteadores definidos para o Paraná: Agricultura Sustentável/Agroecologia, Segurança Alimentar e Nutricional, Gestão Social e Terceiro Setor, Biodiversidade, Gestão dos Recursos Hídricos, Diversidade Espacial e Integração Regional, Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida, Produção Científica e Tecnológica, Padrões de Produção e Consumo, Educação.

Art. 14º. Cada Grupo de Trabalho Temático é constituído por representantes das instituições que compõem o Fórum e convidados.

§1º - Cada membro do Fórum deverá integrar somente um GTT, por inserção espontânea;

§ 2º - As instituições podem indicar integrantes para todos os GTTs, que não seja a mesma pessoa;



§ 3º - Cada GTT escolherá entre seus integrantes um Coordenador (a) e um (a) Relator (a).

I – O (a) Coordenador (a) de cada Grupo de Trabalho Temático tem como atribuições agendar, organizar e coordenar as reuniões, sistematizar os relatórios e as proposições encaminhando-os à Coordenação Temática, participar das reuniões convocadas pela Coordenação Temática e representar (ou indicar alguém que o represente) o GTT quando e onde for solicitado.

II – O (a) Relator (a) de cada Grupo de Trabalho Temático tem como atribuições elaborar relatórios de reuniões, de atividades e de eventuais proposições.

Capítulo VI – Da Plenária

Art. 15º. A Plenária é soberana e tem por finalidade deliberar a respeito das proposições das Coordenações Executiva e Temática, Comissões e GTs, sendo composta pelos integrantes do Fórum.

Art. 16º. A Plenária se reúne ordinariamente uma vez a cada 02 (dois) meses, com calendário anual definido na primeira reunião do ano, ou em caráter extraordinário, com comunicação da data em no mínimo (05) cinco dias úteis antes da reunião.

Capítulo VII – Dos Debates e das Recomendações

Art. 17º. As recomendações da Plenária serão aprovadas preferencialmente por consenso e, em não sendo possível, pela maioria simples dos membros presentes.

Art. 18º. Todas as reuniões do Fórum, bem como suas deliberações, serão consolidadas em uma memória, assinada por quem a relatar e disponibilizada na página da Agenda 21 Paraná, no site da SEMA – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Art. 19º. As matérias incluídas na pauta serão objeto de deliberação.



§1º - a pauta deverá ser encaminhada aos integrantes do Fórum com pelo menos quinze dias de antecedência.

§ 2º - serão aceitos pedidos de inclusão de pauta em até 05 dias antes da realização da reunião, desde que justificados de acordo com os temas pertinentes à Agenda 21 do Paraná.

Art. 20º. As Coordenações, Comissões e GTs apresentarão em Plenária seu relatório, bem como eventuais proposições.

Capítulo VIII – Das Disposições Gerais

Art. 21º. O desempenho das funções de membro do Fórum não será remunerado, sendo considerado relevante serviço prestado à Sociedade.

Art. 22º. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Coordenação Executiva quando requerer decisão de emergência ou serão encaminhados para deliberação pela Plenária.

Art. 23º. Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua aprovação pela Plenária do Fórum, devendo ser disponibilizado na página da Agenda 21, no site da SEMA.



COMPOSIÇÃO DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

Atualizado dia 22 de maio de 2012.

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS – ESTADUAIS (23 entidades)

Assembleia Legislativa do Estado do Paraná: Pedro Lupion

Casa Civil do Paraná: Paulo Henrique Coletti Fernandes

Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR: Lilian Pérsia de Oliveira Tavares

Companhia Paranaense de Energia - COPEL: Robson Guarneri dos Santos

Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná - IPEM/PR: José Carpes

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES: Ana Cláudia de Paula Muller

Procuradoria Geral do Estado - PGE: Heloisa Bot Borges

Mandato Deputado Rasca: Débora de Albuquerque Souza

Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento - SEAB: Filipe Braga Farhat

Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI: Maria Elizabeth Lunardi

Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS: Teresa Cristina Celestino Cortez

Secretaria de Estado da Cultura - SEEC: Mirian Rocha Loures

Secretaria de Estado da Educação - SEED: Solange Reiguel

Secretaria de Estado da Fazenda - SEFA: Rosane Gil Kolotelo Wendpap

Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul - SEIM: Mário Lessa Sobrinho

Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania - SEJU: José Kreidler

Secretaria de Estado da Saúde - SESA: Sonia Maria Dotto Ampessan

Secretaria de Estado da Segurança Pública - Departamento da Polícia Civil: Wallace de Oliveira Brito

Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL: Rosana Scaramella

Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - SEMA: Rosana Vicente Gnipper

Secretaria de Estado do Turismo - SETU: Rafael Andreguetto



Secretaria Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral: Tatiana Oliveira Antunes de Melo
Serviço Social Autônomo Paranaidade: Maria Inês Terbeck

INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS – MUNICIPAIS (4 entidades)

Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré: Daniele Costa Curta Gasparin
Prefeitura Municipal de Castro: Maria Inez Pedrosa Machado Dias
Prefeitura Municipal de Colombo: Gilson Luis da Silva
Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná: Marcelo Elisio Ribeiro Santin

INSTITUIÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS (34 entidades)

Associação Comercial do Paraná - ACP: Tania Kamienski
Associação Marbrasil: Juliano Dobis
Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público - APIESP: Teresinha Esteves da Silveira Reis
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB/PR: Laura Jesus de Moura e Costa
Centro de Estudos, Defesa e Educação Ambiental - CEDEA: Angela Egrecil Antunes Panizzi
Conselho Estadual de Saúde do Paraná - CES: Doris Margareth de Jesus
Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA: Kátia Mara de Jesus
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná - CREA-PR: Cláudio Luiz Geromel Barretto
Ecoforça: Valdir Donizete de Moraes
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA Florestas: Maria Izabel Radomski
Federação da Agricultura do Estado do Paraná - FAEP: Claudius Augustus Faggion Filho
Federação das APAEs do Estado do Paraná - FEAPAES/PR: José Turozi
Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Paraná - FACIAP: Eric Fiedler Barbosa
Federação das Indústrias do Paraná - FIEP: Fábio Leal Pires
Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná - FETRACONSPAR: Reinaldim Barboza Pereira



Força Sindical do Paraná: Alfani Alves

Fundação Nacional do Índio – FUNAI: José Ferreira Campos Júnior

Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento do Paraná: Luiz Paulo Reis

Instituto de Engenharia do Paraná - IEP: Arsênio Muratori

Instituto de Estudos Ambientais - Mater Natura: Adriano V. Wild

Itaipu Binacional: Silvana Vitorassi

Movimento Nós Podemos Paraná: João Frederico R. L. E. Souza

Movimento SOS Bicho: Isabel Cristina Carrilho

Nova Central dos Trabalhadores do Paraná: Josiane de Oliveira

Organização das Cooperativas – OCEPAR: Silvio Krinski

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB/PR: Ana Luisa Stellfeld Cavalcanti de Albuquerque

Participantes Ativos: Alisson Felipe Bieszczad, Bo N. A. Stridsberg, Carolina Oksana Preima, Claudia Santos, Eliane do Rocio Vieira, Elisa Beatriz T. Ribas, Gessyka Filipak Mendes, Graziela Gobbato, Iria Zannoni Gomes, Jacinta Arnhold, Julião Evang, Layon Philipe Becker, Lucia Regina Perego Grupo, Marcelo Stedele, Márcia Maria Facchina, Marcus Ricardo Sobrinho Sales, Mari Aparecida dos Santos, Marinalva Cardozo, Monica Schiller Faria, Olga Bagatin, Prissilla Audrey Hein, Rachel Feldmann, Rafael Gomes de Oliveira, Renata Brockelt Giacomitti, Rosangela P. Ferro, Schirle Margaret dos Reis Branco, Terezinha Cristina B. Peixoto, William José Presta Alves Conceição.

Pastoral da Criança: Rosângela Regina Reinaldin

Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná - SINDUSCON/PR: Almir de Miranda Perru

Sindicato Estadual dos Servidores Públicos da Agricultura, Meio Ambiente, FUNDEPAR e Afins - SINDI/SEAB: Jean Carlos Helferich

Sociedad Peatonal - Mobilidade Urbana Sustentável: André Caon Lima

Sociedade Global: Diego Henrique da Silva Baptista

Sociedade Vegetariana Brasileira - SVB: Joselaine Seidel

União Brasileira de Mulheres – Seção Curitiba: Graciela Scandurra



INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – IES (9 entidades)

Faculdade Evangélica do Paraná - FEPAR: Bethania Cristiane Hermann

Faculdades Integradas Espírita - FIES: Nilce Mary Turcatti Folle

Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUCPR: Carlos Mello Garcias

Universidade Estadual de Londrina - UEL: Maria José Sartor

Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG: Paulo Rogério Moro

Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO: Jeanette Beber de Souza

Universidade Federal do Paraná - UFPR: Eduardo Vedor de Paula

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR: Eloy Fassi Casagrande Junior

Universidade Tuiuti do Paraná - UTP: Valdomiro Lourenço Nachornik



Curitiba, janeiro de 2012.

Em junho de 2012 o Brasil sediará, no Rio de Janeiro, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20.

O Estado do Paraná terá um grupo representativo, através da integração dos vários segmentos da sociedade e dos órgãos estatais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o **Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20**, instituído pelo Decreto nº 3508, de 14 de dezembro de 2011 (Decreto completo em <http://www.meioambiente.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=248>).

O Comitê terá como principais objetivos organizar, mobilizar e qualificar o estado nos principais temas da Conferência Rio+20, com ênfase na Economia Verde e na Governança Institucional para o Desenvolvimento Sustentável, e estabelecer o diálogo com a Comissão Nacional para melhor definição da participação do Paraná na Conferência Rio+20.

As realidades dos diversos segmentos da sociedade devem ser traduzidas em propostas arrojadas que demonstrem a liderança do Paraná no cenário nacional e internacional, visando o desenvolvimento sustentável, com base nos princípios de honestidade, ética, transparência e cumprindo com os preceitos da Agenda 21.

O Comitê será coordenado pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, através do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

Disponibilizaremos, em cumprimento do artigo 3º, parágrafo 2º do Decreto, nosso auditório sito à **Rua Desembargador Mota, 3384 – Mercês – Curitiba**, para que ocorram as reuniões dos setores da sociedade alinhados com os temas norteadores da Agenda 21 PR e da Conferência RIO+20, a fim de que possam indicar seus dois representantes, conforme os dias e horários que se seguem:

Dia 13/02:

- 9:00h às 12:00h – Comunidade Acadêmica
- 14:00h às 17:00h – Povos Indígenas

Dia 14/02:

- 9:00h às 12:00h – Setor Empresarial
- 14:00h às 17:00h – Povos e Comunidades Tradicionais

Dia 15/02:

- 9:00h às 12:00h – Trabalhadores
- 14:00h às 17:00h – Organizações Não Governamentais

Dia 16/02: - 9:00h às 12:00h – Movimentos Sociais

QBS: As pessoas indicadas pelos seus segmentos, ao final das reuniões acima mencionadas, terão até o dia 25/02 para encaminhar ofício da instituição referendando sua indicação à Coordenação do Fórum Permanente da Agenda 21 PR.

Mais informações podem ser obtidas junto à Coordenação da Agenda 21 Paraná, com Rosana ou Alisson, fones 3304.7786 / 3304.7790 respectivamente, ou pelo e-mail agenda21parana@gmail.com

Com votos de estima e consideração.

Rosana Vicente Gnipper,

Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná



DECRETO Nº 3508 - 14/12/2011

Publicado no Diário Oficial Nº
8609 de 14/12/2011

Súmula: Cria o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20-SEMA.

Cria o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, incisos V e VI, da Constituição Estadual e, considerando a participação do Paraná na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que será realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, denominada Conferência Rio+20; e considerando a necessidade de integrar os vários segmentos da sociedade civil paranaense e dos órgãos estatais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade da participação do Estado do Paraná,

DECRETA:

Art. 1º Fica criado, no âmbito do Estado do Paraná, o Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20.

Art. 2º Compete a este Comitê promover a interlocução entre os órgãos e entidades federais, estaduais, municipais e da sociedade civil, com a finalidade de articular a participação do Paraná nos eixos da Conferência Rio+20.

Art. 3º O Comitê será composto pelos órgãos abaixo relacionados e Coordenado pelo Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná, vinculado à Secretaria de Estado do Meio Ambiente:

I - representante de cada órgão indicado a seguir:

- 1 - Casa Civil,
- 2 - Casa Militar,
- 3 - Procuradoria Geral do Estado,
- 4 - Secretaria de Estado da Administração e Previdência,
- 5 - Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento,
- 6 - Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior,
- 7 - Secretaria de Estado da Comunicação Social,
- 8 - Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social,
- 9 - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano,
- 10 - Secretaria de Estado da Cultura,
- 11 - Secretaria de Estado da Educação,
- 12 - Secretaria de Estado da Fazenda,
- 13 - Secretaria de Estado da Saúde,
- 14 - Secretaria de Estado da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos,
- 15 - Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e Assuntos do Mercosul,
- 16 - Secretaria de Estado da Segurança Pública,

- 17 - Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística,
- 18 - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos,
- 19 - Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral,
- 20 - Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária,
- 21 - Secretaria de Estado do Turismo,
- 22 - Secretário Especial para Assuntos da Copa do Mundo 2014,
- 23 - Secretário Especial da Chefia de Gabinete do Governador,
- 24 - Secretário de Controle Interno,
- 25 - Secretário Especial de Corregedoria e Ouvidoria Geral,
- 26 - Secretário Especial de Relações com a Comunidade,
- 27 - Secretário Especial para Assuntos Estratégicos,
- 28 - Secretário Especial do Esporte;

II - um representante dos órgãos estaduais de meio ambiente, a seguir:

- 1 - Instituto Ambiental do Paraná,
- 2 - Instituto das Águas do Paraná, e
- 3 - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências;

III - dois representantes dos órgãos colegiados e coletivos, a seguir:

- 1 - Conselho Estadual do Meio Ambiente,
- 2 - Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense,
- 3 - Conselho Estadual de Recursos Hídricos,
- 4 - Conselho Estadual de Direitos Humanos,
- 5 - Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais,
- 6 - Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, e
- 7 - Comitê Facilitador da Sociedade Civil do Paraná;

IV - dois representantes da comunidade acadêmica;

V - dois representantes dos povos indígenas;

VI - dois representantes dos povos e comunidades tradicionais;

VII - dois representantes dos setores empresariais;

VIII - dois representantes dos trabalhadores;

IX - dois representantes das organizações não governamentais ambientalistas; e

X - dois representantes dos movimentos sociais.

§ 1º Serão convidados a integrar o Comitê representantes da Assembleia Legislativa do Paraná, do Poder Judiciário Estadual, do Tribunal de Contas do Estado, do Ministério Público Estadual e da Associação dos Municípios do Paraná.

§ 2º Os representantes previstos nos incisos IV a X serão indicados após processo de escolha transparente, realizado pelas entidades representativas desses setores sociais, em dia, local e horário definidos pela coordenação do Comitê, após ampla divulgação nos meios de comunicação.

§ 3º A participação no Comitê será custeada pelo órgão ou entidade de origem de cada membro.

Art. 4º O Comitê poderá convidar para as reuniões representantes de órgãos federais, estaduais e municipais, de entidades privadas, da sociedade civil, bem como especialistas, que não estejam previstos neste Decreto, quando se fizer necessário.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, em 14 de dezembro de 2011, 190º da Independência e 123º da República.

CARLOS ALBERTO RICHA,
Governador do Estado

JONEL NAZARENO IURK,
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

DURVAL AMARAL,
Chefe da Casa Civil



Encontros Regionais do Comitê Paranaense para a Rio+20 Abril/2012

O **Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20** realizará **11 encontros regionais** no estado do Paraná, que terão o objetivo de dar conhecimento público do [Decreto nº 3508](#) de 14/12/2011 (que cria o Comitê) e de formular a posição do estado do Paraná frente aos principais eixos da Rio+20, por meio de documento que será elaborado pelo Comitê a partir de análise do documento “zero draft” da ONU (rascunho zero), da contribuição do Brasil a este documento e de consulta pública, a ser respondida também pelo cidadão paranaense, que por meio dessa comunicação virtual poderá expor suas ideias e visões sobre o presente que construímos para o futuro que queremos, no contexto da Rio+20.

[Zero Draft \(traduzido\)](#)

[Contribuição do Brasil](#)

[Contribuição do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná para Consulta Pública Brasileira](#)

Datas dos 11 Encontros Regionais:

02/04 – Guarapuava
 03/04 – Ponta Grossa
 09/04 – Maringá
 10/04 – Jacarezinho
 16/04 – Francisco Beltrão
 17/04 – Cascavel
 18/04 – Campo Mourão
 19/04 – Umuarama
 20/04 – Londrina
 23/04 – Curitiba
 26/04 – Paranaguá



Para mais informações, contatar nos escritórios regionais da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMA os responsáveis pelas reuniões ou a Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná:

Guarapuava: Celso Alves de Araújo
Escritório Regional de Guarapuava - Fone/fax: (42) 3622-3630
celsodearaujo@sema.pr.gov.br

Ponta Grossa: Ronaldo Lucas Becher
Escritório Regional de Ponta Grossa - Fone/fax: (42) 3222-9833
ronaldobecher@sema.pr.gov.br

Maringá, Campo Mourão e Umuarama: Paulino Heitor Mexia
Escritório Regional de Maringá - Fone/fax: (44) 3226-3935
paulino.mexia@sema.pr.gov.br

Jacarezinho e Londrina: Ronaldo Deber Siena
Escritório Regional de Londrina - Fone: (43) 3324-0991 Fax: (43) 3324-5100
ronaldosiena@sema.pr.gov.br - semaerlon@sema.pr.gov.br

Francisco Beltrão: Juan Artigas Souza Luz
Escritório Regional de Francisco Beltrão - Fone/fax: (46) 3524-0611
artigasluz@sema.pr.gov.br

Cascavel: Escritório Regional de Toledo
Fone/fax: (45) 3252-2509

Curitiba: Rosana Vicente Gnipper
Coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
Fone: (41) 3304-7786
agenda21parana@gmail.com

Paranaguá: Salomão de Moraes Junior
Fone: (41) 9185-3015
mobilizacaoriomais20@gmail.com

Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná:

Rosana Vicente Gnipper: (41) 3304-7786
Alisson Felipe Bieszczad: (41) 3304-7790
agenda21parana@gmail.com



Senhor (a) Candidato (a)

Pelo presente, informamos a respeito da **Agenda 21** e apresentamos **Carta Compromisso** para a efetivação dos processos de Agenda 21 Local, visando ao desenvolvimento sustentável.

A **Agenda 21** é o principal documento da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92 ou Eco-92) realizada no Rio de Janeiro no ano de 1992, considerada a mais importante Conferência organizada pela ONU (Organização das Nações Unidas) em todos os tempos. Este documento foi assinado por 179 países, inclusive o Brasil, anfitrião da Conferência, que assumiram o compromisso de construir um novo padrão de desenvolvimento. Tem esse nome porque se refere às preocupações com o nosso futuro agora, a partir do século XXI, visando ao desenvolvimento sustentável.

Para efetivar tal compromisso faz-se necessário o estabelecimento de estratégias, planos, políticas, ações de cooperação, parcerias, ampla participação do setor público e privado, das organizações não governamentais e dos demais segmentos da sociedade.

Sociedade e governo devem atuar de forma conjunta, buscando consenso entre os vários grupos de interesse, formando-se parcerias entre atores capazes de tomar decisões que combinem crescimento econômico com equidade social e proteção ambiental, a fim de estabelecer limites e atitudes para assegurar a vida no planeta, através da conservação das riquezas naturais e da melhoria da qualidade de vida das populações.

A **Agenda 21 Brasileira**, deflagrou um processo de planejamento participativo tendo por base um diagnóstico do País, de suas regiões, estados e municípios, de modo a orientar o futuro da Nação de forma sustentável, de acordo com as potencialidades e vulnerabilidades dos recursos ambientais.

Para nortear o trabalho, foram definidos seis temas principais: Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infraestrutura e Integração Regional, Gestão dos Recursos Naturais, Redução das Desigualdades Sociais, e Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Nesse processo, o governo brasileiro se comprometeu em assumir a Agenda 21 Nacional como diretriz para suas ações, conclamando toda a sociedade a se engajar na sua construção.

No Estado do Paraná, em maio de 2001, foi organizado um debate entre representantes do governo e da sociedade civil organizada, com a finalidade de se definir estratégias e ações a serem priorizadas; ocasião em que o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos assume, oficialmente, o compromisso de coordenar e implementar a **Agenda 21 Paraná**.



Em 2002 é instituída uma Comissão Governamental visando à elaboração da Agenda 21 Paranaense e iniciar as articulações necessárias para a instalação do Fórum Estadual para a Agenda 21, tendo em vista a garantia da participação dos diferentes segmentos da sociedade.

A partir dos seis eixos temáticos da Agenda 21 Brasileira foram definidos os temas norteadores da **Agenda 21 Paraná**: Agricultura Sustentável/Agroecologia; Segurança Alimentar e Nutricional; Biodiversidade; Gestão de Recursos Hídricos; Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida; Diversidade Espacial e Integração Regional; Gestão Social e Terceiro Setor; Produção Científica e Tecnológica; Padrões de Produção e Consumo; e Educação.

Em 04 de fevereiro de 2004, por meio do Decreto Governamental 2547, foi instituído o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, que representou um importante avanço no processo de construção da gestão participativa para o desenvolvimento sustentável no Estado, sob a perspectiva da construção de metas e estratégias do Desenvolvimento Sustentável para o Paraná. Hoje é formado por 70 instituições, 27 governamentais e 43 não governamentais (incluindo empresas e Instituições de Ensino Superior), além de 26 participantes ativos, totalizando um número de 96 pessoas envolvidas.

Até o momento inúmeros eventos e reuniões plenárias foram realizados. Nesse contexto, a assinatura do Pacto 21 Universitário, em 2007, foi altamente significativa, pois estabeleceu um compromisso das Instituições de Ensino Superior (IES) na busca de alternativas sustentáveis, por meio de ações realizadas de acordo com as diretrizes estabelecidas no Pacto, embasadas nos pilares: Institucionalização, Divulgação e Promoção. Nessa mesma direção, em 2009, construiu-se o documento Agenda 21 Empresarial.

Destaca-se a realização do Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do Nosso Tempo", ocorrido em novembro de 2009, em Ponta Grossa – PR, que resultou em metas de curto, médio e longo prazos, que estão sendo sistematizadas a partir dos trabalhos realizados pelos Grupos de Trabalho Temáticos (GTT), relativos a cada um dos dez temas norteadores.

Em dezembro de 2010 foi criado o Grupo de Trabalho para a Rio+20, com objetivo de pensar e organizar a forma de inserção do Estado na Conferência Rio+20. O trabalho deste GT evoluiu para a criação do Comitê Paranaense para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, instalado oficialmente em 15 de março de 2012 e estruturado com base nos mesmos princípios democráticos e participativos do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná.

Com a finalidade de envolver a sociedade paranaense, foram realizadas reuniões regionais em todo o Estado, as quais resultaram na instalação de onze Comitês Regionais



de Desenvolvimento Sustentável e em inúmeras contribuições para a elaboração do documento "Paraná: O Futuro que Queremos".

Ainda com o intuito de ampliar e democratizar o processo participativo foram realizadas reuniões por segmento integrante do Comitê (ONG, Movimentos Sociais, Trabalhadores, Comunidade Acadêmica, Setor Empresarial e Setor Governamental) e aberta uma consulta pública, disponibilizada a todo (a) cidadão (ã), via Internet, que resultou em inúmeras reflexões e propostas, as quais, depois de submetidas a plenárias de aprovação, se encontram sistematizadas no documento "Paraná: O Futuro que Queremos", resultado final dos trabalhos do Comitê.

A importância da **Agenda 21** foi reafirmada na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20 realizada em junho de 2012, no Rio de Janeiro, com a presença de representantes dos 193 Estados-membros da ONU.

Tendo em vista que é responsabilidade de todos – indivíduos, grupos e organizações – colocar em prática os compromissos assumidos na **Agenda 21**, conhecendo e participando das decisões, principalmente daquelas que possam vir a afetar as comunidades onde vivemos e trabalhamos e que, para isto, é necessária a construção de uma nova percepção de mundo, de novos valores, atitudes, estilos de vida, entender que pequenas mudanças podem gerar grandes efeitos, devemos assumir a importância de iniciar o processo de construção das **Agendas 21 Locais**.

Diante do exposto, o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, por meio da Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná, vem solicitar o vosso comprometimento ao processo de elaboração da **Agenda 21 Local** em seu município, através da adesão ao documento que se segue, colocando-se à disposição para contribuir na viabilização do mesmo.

A Carta Compromisso deve ser preenchida com as informações solicitadas e encaminhada, preferencialmente, até o dia **04 de outubro** de 2012 para o endereço eletrônico: agenda21parana@sema.pr.gov.br para que as adesões possam ser publicadas na página da Agenda 21, no site da SEMA www.meioambiente.pr.gov.br com o objetivo de valorizar a vossa decisão e demonstrar nosso compromisso em realizar ações conjuntas a partir deste momento.

Rosana Vicente Gnipper
Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná
Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná
(41) 3304-7786



CARTA COMPROMISSO

Eu, _____, candidato (a) a **Prefeito (a) do Município de _____**, gestão 2013/2016, pelo Partido ou Coligação _____ em respeito à coletividade que pretendo representar, venho perante o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (criado pelo Decreto nº 2547, de 04 de fevereiro de 2004), firmar o compromisso, se eleito (a), de promover o desenvolvimento do Município de forma sustentável, buscando preservar o meio ambiente, promover a justiça social e incentivar a prosperidade econômica.

Para tanto, terei como referência a Agenda 21 e as recomendações da Agenda 21 Paraná e as usarei no desenvolvimento e realização dos programas e projetos de meu governo.

Comprometo-me, também, a oferecer todas as condições necessárias à implantação e ao funcionamento do Fórum da Agenda 21 do Município e estimularei a elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável, instruindo os secretários e funcionários municipais a fazerem o mesmo no exercício de suas funções.

Com a finalidade de detalhar os procedimentos para efetivação dos compromissos firmados acima, convocarei uma reunião para a instalação do Fórum da Agenda 21 até o final do 1º semestre de 2013.

_____, setembro de 2012.



CARTA COMPROMISSO

Eu, _____, candidato(a) a **Vereador(a) do Município de _____**, gestão 2013/2016, pelo Partido ou Coligação _____ em respeito à coletividade que pretendo representar, venho perante o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná (criado pelo Decreto 2547, de 04 de fevereiro de 2004), firmar o compromisso, se eleito(a), de colaborar para o desenvolvimento do Município de forma sustentável, buscando preservar o meio ambiente, promover a justiça social e incentivar a prosperidade econômica.

Para tanto, terei como referência a Agenda 21 e as recomendações da Agenda 21 Paraná e as usarei no desenvolvimento e apresentação de projetos de meu mandato.

Comprometo-me, também, a apoiar todas as condições necessárias à implantação e ao funcionamento do Fórum da Agenda 21 do Município e estimularei a elaboração do Plano Local de Desenvolvimento Sustentável.

_____, outubro de 2012.

ANEXO 2
EXEMPLARES DE ATAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS
DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
1	Reunião que dá início ao Fórum, com fala de diversas autoridades. Em suma, todos os integrantes da mesa, comprometeram-se publicamente com os rumos da Agenda 21 Paraná. Grupo de Trabalho Interinstitucional – GTI.	<p>Propostas/Comentários</p> <p>Comunicação Social (lista de discussão, boletim eletrônico, utilização da Internet);</p> <p>Neste aspecto ponderou-se por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Atenção à praticidade com as listas de discussão; - Dinamismo e objetivismo nos textos em rede; - Criação de links e anexos para textos extensos; - Criação de um endereço virtual para a Agenda 21; - Sistematizar um processo para avaliar a comunicação; <p>No tocante a definição de Sistemática do Fórum Permanente, sugeriu-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criação do Regimento Interno, a coordenação das Ações da Agenda 21, deve esboçar uma minuta de regimento, a ser apreciada e aprovada pelos integrantes do Fórum Permanente; - As pessoas ingressarem nas coordenações Executiva e Temáticas por afinidade e indicar interesse ao GTI da SEMA; - Uma das dinâmicas poderá ser de que pequenos grupos criem alternativa de dinâmica e tragam ao grande grupo para decisão; - Sugerir ações efetivas para sensibilizar os poderes públicos; - Atuar em temas bem específicos; - Estipular planos de ação para resolução de problemas, metas e desafios ambientais de curto prazo.
2	Leituras Regionais, com apresentação do IPARDES e do IBGE - Estruturação do Fórum Permanente: Coordenações Executiva e Temática - Aspectos relacionados à Instalação do Fórum – 21 de setembro de 2004 - Assuntos Gerais.	Os participantes do Fórum efetuaram suas inscrições nos Grupos Temáticos, com referência aos temas norteadores da Agenda 21 Paraná, segundo afinidades aos temários.
3	Aprovação da proposta do Regimento Interno do Fórum. Informações a respeito do lançamento da Instalação do Fórum.	Art. 13: Decidiu-se sobre a estruturação da Coordenação Temática, com a instituição de uma comissão formada pelos nove coordenadores dos grupos de trabalho temáticos (GTTs).
4	<p>Instalação do Fórum. Participação de representante do Ministério do Meio Ambiente, Marcia Maria Facchina. Comissão Organizadora convidou 05 (cinco) Instituições para exposição de suas experiências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Município de Ipiranga; 2. Município de Campo Mourão; 3. Itaipu Binacional; 4. Universidade Estadual de Londrina; 5. Município de Londrina. <p>Convidou 05 (cinco) Instituições para exposição de suas experiências:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - Município de Ipiranga; 2 - Município de Campo Mourão; 3 - Itaipu Binacional; 4 - Universidade Estadual de Londrina; 5 - Município de Londrina. 	

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
5	Criação do site da Agenda 21 PR. Apresentação do calendário para o ano.	Aprovar as convenções, enquanto entendimento. Emergencial - final de 2005: Curto Prazo; final de 2006: Médio Prazo; final de 2010: Longo Prazo; final de 2020: Aprovado por consenso o entendimento.
6	Apreciação das Ações internas e externas das representações; Apreciação do Projeto da Agenda 21 a ser apresentando ao Fundo Estadual do Meio Ambiente. Apresentação de ações internas e externas: CESA, Mater Natura, SEMA, etc.	O Projeto Diálogos Paraná será apresentado ao Secretario de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, para apreciação e o devido encaminhamento ao FNMA.
7	Os Rumos da Coordenação Temática. Discussões e articulações.	
8	O convidado palestrante, o Engenheiro Agrônomo Ronaldo José Ribeiro, coordenador geral do "Plano de Desenvolvimento Territorial Sustentável do Vale do Ribeira e implantação de projetos socioambientais prioritários".	Membros do fórum decidem acompanhar esse projeto apresentado pelo palestrante.
9	Liberação de verba para o curso de capacitação dos multiplicadores da Agenda 21 do Paraná; No dia 05/06, funcionários da SEMA farão mutirões com informações ambientais sobre legislação, licenciamento e fiscalização. Universidade Tuiuti do Paraná através da Coordenação das Licenciaturas e respectivos alunos participarão da ação em conjunto com integrantes do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná. A atividade a ser desenvolvida é uma pesquisa de opinião sobre ações da Agenda 21 Paraná. Um painel será exposto com os itens relacionados à Agenda, e uma urna para colocação das pesquisas respondidas que no final do dia será feita a tabulação dos dados. Schirle faz a apresentação do material com as 21 ações da AGENDA 21 Brasileira.	
10	FIEP: apresentação sobre o Conselho de Cidadania Empresarial, falando dos princípios de desenvolvimento global e atuação social das empresas. Informes sobre a capacitação de multiplicadores, que já tem 47 inscritos.	
11	Apresentação do projeto: Tributo ao Iguaçu; Avaliação da Capacitação de Multiplicadores da Agenda 21 Paraná; A presença da Dra. Margaret Matos de Carvalho, Procuradora do Trabalho da 9.ª Região; Vídeo: "Isto é comigo".	Schirle faz a sugestão de que se discuta em cada cidade, os princípios da Agenda 21, reforçando o papel que cada um tem em divulgar estas ações.
12	Palestra com Dr. Saint Clair Honorato Santos; - Filme sobre a visão Holística do Planeta; - Assuntos Gerais.	Participação do Fórum na Conferência Estadual das Cidades.
13	Apresentação de vídeo sobre física quântica.	

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
14	Schirle Margaret enaltece a presença dos representantes dos municípios presentes na reunião e evidência a importância dos mesmos na construção das Agendas 21 Locais. Apresentação do calendário para 2006. Governador Roberto Requião instituiu os Fóruns Estaduais de Mudanças Climáticas e da Biodiversidade, preparatórios da MOP-3 e da COP-8. Operação verão: folder com logomarca da Agenda 21.	<ul style="list-style-type: none"> - Sobre o planejamento de 2006, apresenta as propostas da Coordenação Temática e Executiva do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná quais sejam: <ul style="list-style-type: none"> · Montagem de Projeto sobre a Agenda 21 para o Mercosul e Curso de Capacitação aos Municípios; · Encontro das Agendas 21 dos Estados; · Proposta de uma sala para que Jorge Ram possa orientar os Integrantes do Fórum sobre a língua espanhola, as segundas equartas feiras, a partir de abril com o foco em Meio Ambiente; · Retomada do Projeto Diálogos Paraná em Instâncias Regionais, proposto em 2005; · Quanto à proposição do PRÓONGS, continua a proposta sem resposta pela SEMA, fato este a ser retomado.
15	Presença de autoridades. A Agenda 21 Paraná na MOP-3 e COP-8: "Os Desafios da Biossegurança e da Biodiversidade". Schirle retoma os trabalhos e informa o site da Agenda 21 Paraná.	
16	<ul style="list-style-type: none"> - Carla Mocelin (FIEP) fala sobre Conselho Paranaense de Cidadania Empresarial e sobre a função do Conselho, que iniciou suas atividades em 2004. Círculo Paranaense dos 8 jeitos de mudar o mundo. Dê um jeito de participar; - Rede Sul Brasil de Agendas 21 Locais. 	Schirle solicita aos integrantes do Fórum Permanente que usem a logomarca da Agenda 21 sempre que puderem divulgar seus eventos correlacionados.
17	<ul style="list-style-type: none"> - Bacia Hidrográfica: Mauri Cesar Barbosa Pereira - Coordenador de Recursos Hídricos - SEMA; - Rede Brasileira de Agendas 21 Locais /Cadastro e Informações do Evento - Carola Thamn - Mater Natura; - Assuntos Gerais. 	<ul style="list-style-type: none"> - O Fórum Participará do Evento da Rede Sul de Agendas 21 Locais; - A SEMA recepcionará os Reitores das Universidades Federais, Tuiuti e PUC-PR, para tratar das proposições do Evento Paralelo, intitulado "A Agenda 21 e as ações das Universidades"; - O Fórum se fazer presente nas reuniões dos "Oito jeitos de mudar o mundo";
18	Sugestões de atividades para comemorar 2 anos do Fórum.	
19	Rosana Gnipper- palestrante pela SOS Bicho. Fala do Patrulha Animal. Prevista a assinatura do Pacto das Universidades para novembro no evento em Foz do Iguaçu sobre as Agendas locais.	Schirle fala sobre sua aposentadoria e Angela Panizzi seria a próxima coordenadora.
20	Fala-se sobre o andamento da organização do evento "Diálogos Paraná – Instâncias Regionais – Capacitação de Multiplicadores". Decisão sobre palestras desse evento. Maristella Muller, representante da SEDU-Paraná, eleita representante do Fórum e da Região Sul na Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, informa que participará da reunião do dia 28 de setembro de 2006, em Brasília, da Rede Brasileira, e pede sugestões de pauta, que poderão ser enviadas a seu e-mail.	O Fórum manifesta seu apoio integral ao Evento Coletivo de novembro próximo, previsto para ocorrer paralelamente às "Instâncias Regionais", em Foz do Iguaçu.

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
21	Planejamento das Atividades - Fevereiro de 2007. Schirle enaltece o Evento Coletivo "Pactos pela Vida Sustentável", realizado no Município de Foz do Iguaçu, no final de 2006, onde foi considerada como Instância Regional da Agenda 21 Paraná, as ações já desenvolvidas pelo Programa Cultivando Água Boa, envolvendo a Itaipu Binacional e os Municípios limieiros ao Lago de Itaipu. Importante agora é cumprir com o Pacto assinado. Schirle relembra que um dos próximos passos a serem revistos é a de aproveitar as substituições de Secretários de Estado, para encaminhar correspondências, solicitando a indicação de novos integrantes, tendo em vista a ocorrência de faltas não justificadas, por vários meses seguidos.	<ul style="list-style-type: none"> - A Agenda 21 manterá suas reuniões mensais, em torno de duas horas; - A Reunião para escolha dos Coordenadores das Coordenações Executiva e Temática será convocada para tal fim; - Os integrantes do Fórum presentes na Reunião se disponibilizaram para as Coordenações Executiva e Temática. Dar continuidade a Instalação das Instâncias Regionais, por Bacias Hidrográficas.
22	Projeto Agenda 21 Paraná a ser enviado ao Ministério do Meio Ambiente e Rotulagem de Boas Práticas. Schirle comenta que não houve reuniões nos últimos meses por conta das atividades e Eventos promovidos pelas Instituições Integrantes do Fórum da Agenda 21 Paraná. Destacando-se: Palestra sobre Aquecimento Global – "Uma Verdade Inconveniente", promovida pela UNIPAZ e PUCPR; Encontro Terra e Cidadania pelo ITCG - SEMA; XXVI Encontro de Estudantes de Arquitetura do Sul do Brasil - EREA/Sul; Governança Socioambiental para Sustentabilidade do Planeta – FIEP.	
23-26	Atas que não foram disponibilizadas	
27	Prof. Carlos apresenta o tema da reunião: Sintonia da Ciência, Tecnologia e Técnica. Schirle fala sobre representante do Fórum que está na Espanha. Apresentação dos palestrantes do evento da PUC - Desenvolvimento Sustentável - Energias renováveis.	
28	Presença do secretário Rasca, Retrospectiva 2008, o que foi feito e não (rotulagem boas práticas, agenda 21 empresarial, publicação depoimentos verdes e site do Pacto 21 IES).	
29	Apresentação dos integrantes presentes na Reunião e em seguida apresenta a pauta do dia, com o destaque do tema central a ser debatido e sobre "Indicadores de Sustentabilidade e a Agenda 21 Paraná" com a presença dos palestrantes Ana Claudia Paula Muller, representante do IPARDES, Sonia Maria Dotto Ampessan, representando o Coordenador de Recursos Hídricos, Mauri César Barbosa Pereira da SEMA e o Prof. Carlos Garcias representando a PUCPR e a Agenda 21, no grupo de trabalho sobre Indicadores.	

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
30	Fala-se sobre a Agenda 21 Empresarial. Apresentações do Painel intitulado "Boas Práticas".	O adiantado da hora, fez com que os debates fossem prejudicados, porém a representante da ONG SOS Bichos, Rosana Gnipper, sugere uma reunião específica para tratar das questões importantes que ficaram sem debates, com a finalidade de diminuir dúvidas e avaliar a iniciativa de "Boas Práticas".
31	O Coordenador do CDEC -DPPE/SEED - Sandro Cavaliere Savoia, fala sobre a Agenda e a educação. A professora Maria Cristina Borges da Silva – UTP e o Prof. Carlos Mello Garcias - PUCPR, apresentaram o PACTO 21 UNIVERSITÁRIO, o qual compreende 17 Instituições de Ensino Superior - IES.	
32	Dr. ^a Leda Ramos May fala sobre a Agenda 21 na OAB. Valdir Donizete de Moraes, da ONG Ecoforça, apresentou relatos do Seminário "A Agenda 21 no Movimento Popular", realizado em 01 de agosto de 2009. Sobre a Rotulagem de Boas Práticas que constava do planejamento de 2009, não será possível sua efetivação para este ano. Então, no Seminário Internacional, a SEMA reconhecerá 21 Personalidades que participaram intensamente das Ações da Agenda 21 Paraná desde 2001.	Dia 23 de setembro de 2009, ocorrerá reunião do Grupo de Trabalho das Oficinas do Seminário Internacional. A proposta realizada pelo Participante Ativo do Fórum, William Presta, sobre Ciclo-Universidades, aprovada na 31ª reunião deste Fórum, foi encaminhada ao IPPUC e encontra-se aguardando resposta.
33	O primeiro assunto tratado foi sobre os Anais do Seminário Internacional "Experiências de Agendas 21: Os Desafios do Nosso Tempo", que já se encontram disponíveis no site do evento. Planejamento para o ano de 2010.	Entregar o documento das metas aos candidatos ao Governo e a Deputados para que venham incorporá-las nas suas atividades representativas; Está previsto para este ano ter maior envolvimento com os Movimentos Populares e a Agenda 21 Paraná. Para tanto, Rosana Gnipper - ONG Ecoforça, em conjunto com Valdir Donizete de Moraes - Conselho Estadual de Saúde do Paraná e também da ONG Ecoforça, discorreram sobre os encaminhamentos dados até então e será elaborada uma proposta de trabalho a ser veiculada junto aos demais participantes do Fórum.
34	Questões das Bases Estratégicas das Metas de Curto (2010), Médio (2015) e Longo Prazo (2021), resultantes do Seminário Internacional. ONU decide que a Rio + 20 será no Brasil. Fala-se sobre o 2.º Encontro Paranaense da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais (REBAL), realizado nos dias 27 e 28 de maio de 2010, em Campo Mourão – PR. O item a seguir tratou do lançamento da publicação - Guia Agenda 21 Paraná Empresarial/Uma Série Histórica – A Empresa no Viés da Prevenção, de autoria da integrante do Fórum, Renata Ribas Zacarias, com a colaboração dos membros do Grupo de Trabalho Agenda 21 Paraná Empresarial.	

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
35	<p>Apresentação da Palestra de Elton Augusto dos Anjos, integrante da Secretaria Geral do Estado e do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, em que versou sobre o Programa Territórios da Cidadania. Parceria com a Secretaria de Planejamento, tendo em vista a construção coletiva de uma cartilha contendo os Programas e Projetos de Governo, de referência aos anos 2003 a 2010, 2.ª Edição de Publicação com a denominação: “O que o Paraná tem feito”. A iniciativa deste propósito tem por mérito dar visibilidade às Ações Governamentais de referências ao Século XXI conforme sua 1.ª Edição datada de 2002. Foi repassado informações a respeito da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – REBAL, cujo conteúdo expressão de sobremaneira as experiências em andamento no Brasil, bem como de chamamentos a trabalhos coletivos e fundamentalmente no que tange aos documentos que constam no ícone Biblioteca digital. Foi mencionada a Pesquisa Nacional de Agendas 21 Local, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente.</p>	<p>Após as manifestações, quer de entendimento e quer de descontentamento pela inviabilidade de divulgação do Trabalho, optou-se por esperar findar o Processo Eleitoral para dar os devidos encaminhamentos ao Pacto Paraná Sustentável. Ficou estabelecido que buscaríamos possibilidades de apoios financeiros por meio de iniciativa privada, com o intuito de fazer o pagamento da arte de criação do documento em tela.</p>
36	<p>Palestrante: André Caon Lima – Sociedade Peatonal inicia sua apresentação sobre Mobilidade Urbana – Uma abordagem Socioambiental Energética. Contextualiza a Agenda 21 com as relações de Cidades em Consumo; Trânsito; Sociedade e Indivíduo. Seguindo a pauta Schirle expõe sobre a proposta da 2.ª Edição do documento consolidador das ações Governamentais propostas entre o período de 2004 a 2011, intitulado: O que o Paraná tem Feito, ou seja, dos programas implementados por lei e incorporados dos Planos Plurianuais do Estado do Paraná e a sua vinculação com os princípios da Agenda 21 Paraná. Na sequência apresenta por meio de “data show” o Manifesto do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, no sentido de solicitar ao Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Jorge Augusto Callado Afonsoque repassasse o mesmo à equipe de transição do futuro Governo, os conteúdos programáticos da Agenda 21 Paraná, conforme detalhamentos expressados no Manifesto. Criação de um GT para a Rio + 20.</p>	<p>Com a finalidade de dar andamento ao Pacto Paraná Sustentável, logo após as Eleições à Presidência da República, foi decidido que fosse retomado o processo de conclusão da arte e impressão do documento em referência ao assunto em questão. Neste particular, Sergio Luiz Trentini Marchauek – SEPL informou que no Fundo Estadual de Meio Ambiente – FEMA tem destinado R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) à Agenda 21 Paraná e que os compromissos acima mencionado poderiam ser resolvidos por meio desta rubrica. Mencionou ainda, que enquanto representante da Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral junto ao Fórum iria acompanhar a questão em tela.</p>
37	<p>Prof. Carlos fala sobre a ausência de Schirle. Não há um novo coordenador pro Fórum e aguarda-se a presença do Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos Jonel Nazareno para decorrer da Reunião para que se tenha definição sobre este assunto. Elaborar o Plano de Ação para o ano de 2011; 3. Aprovar o calendário de reuniões do Fórum para o ano de 2011; 4. Estabelecer e aprovar o plano de atividades da comissão responsável pela preparação da participação do Fórum na Rio+20.</p>	<p>O Secretário responde que ficaria muito grato se o próprio Fórum pudesse deliberar e indicar um Coordenador para a Agenda 21 Paraná. Dois membros do Fórum seriam cogitados a votação. São eles Cláudio Barretto – CREA-PR e Rosana Vicente Gnipper – ONG Ecoforça.</p>

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

continua

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
38	<ul style="list-style-type: none"> - Rosana como nova coordenadora. Apresentação SEED – Agenda 21 Escolar. (20 min + 10 min troca de ideias); - Apresentação GT Rio+20. (15min); - Apresentação GT Plano de Ações. (60min). 	A coordenadora apresenta ao Fórum sua proposta para uma Plenária da Agenda 21 Paraná sugerida para o mês de julho (data a ser marcada) que tem como objetivo fortalecer as ações do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná e integrar seus membros, a partir do compartilhamento dos trabalhos, além de servir de oportunidade para integração de novas entidades e/ou pessoas. E apresenta a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para a realização desta plenária. Assim fica formado o GT Plenária com os seguintes integrantes: Bo Streidsberg, Laura de Jesus, Monica Schilleigrik, Rosana Gnipper, Schirle Margaret e Valdir Donizete.
39	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação: "Histórico da Agenda 21 Paraná" (Schirle) (10 min); - Apresentação GT Plano de Ações - (Rosana) (10 min); - Relato de cada GTT (10 min cada + 20 min debate); - Relato Oficina "Agenda 21 Juventude Paranaense: Rumo à RIO+20" - (Diego) (15 min); - Relato Workshop "Agenda 21 e a Rio+20" (prof. Carlos Garcias) (10 min). 	Apresentação do calendário bimestral.
40	<ul style="list-style-type: none"> - Avaliação da plenária do dia 26/07 (30 min); - GTTs – espaço livre para os Grupos (50 min); - Proposta de realização da "Conferência Estadual Agenda 21 do Paraná" (20 min); - Apresentação de proposta de adequação do Regimento Interno (10 min); - Formação do GT Boas Práticas – critérios para se reconhecer uma ação como sendo compatível com a Agenda 21 – um representante de cada GTT – deliberação da Plenária do dia 26/07 (10 min); - Recomposição das Comissões Executiva, Científica, Juventude e GT Rio+20 (20 min); - Informes. (10min). 	
41	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentação Agenda 21 Local – Município de Arapongas (20 min); - Apresentação Agenda 21 Local – Município de Fazenda Rio Grande (20 min); - Debate sobre as apresentações (10 min); - Apresentação Coordenação Temática - sistematização das ações propostas pelos GTTs (20min + 10 min de debate); - GT Rio+20 – Comitê Paranaense/Contribuição à ONU (10 min) – a confirmar; - Aprovação do Regimento Interno (5 min); - Apresentação dos integrantes do GT Boas Práticas (5 min); - Apresentação da Coordenação Executiva (5 min). 	

RESUMO DAS PAUTAS DAS REUNIÕES DO FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ (2004- 2012)

conclusão

REUNIÃO	PAUTA	PROPOSTAS E COMENTÁRIOS
42	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação Executiva (20 min); - Apresentação GT Rio+20 (20 min); - Coordenação Temática - sistematização das ações propostas pelos GTTs (20min); - Avaliação das atividades do ano (30 min); 	
43	<p>Boas vindas;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rápida apresentação de cada um dos presentes <p>2. Aprovação da pauta;</p> <p>3. Apresentação Projeto SENAI Sustentável – Marcus Sobrinho;</p> <p>4. Planejamento de Ações para 2012;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rebal - Informe Iracema Cerutti - Calendário Reuniões Ordinárias 2012 - Conferência Estadual Agenda 21 - Composição da Comissão Organizadora - Agendas 21 Locais - Elaboração de plano <p>5. Apresentação Coordenação Temática;</p> <p>6. Apresentação GT Rio+20</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rápida apresentação sobre o andamento das discussões no GT. - Workshop dia 05/03 - 02 representantes do Fórum para Comitê Rio+20 <p>7. Informes</p>	
44	Relato dos trabalhos do Comitê Rio + 20, Apresentação Coordenação Temática, planejamento 2º semestre.	
45	<p>Boas vindas e aprovação da pauta - Rosana (10min);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rápida apresentação de cada um dos presentes. <p>2. Carta Compromisso para as eleições 2012: Relatório e proposta para continuidade (Comitês Regionais) - Alisson (15min);</p> <p>3. Apresentação Coordenação Temática – Valdir (1h10min);</p>	

FONTE: Atas das reuniões ordinárias do Fórum

NOTA: Organização da a autora.



FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

35ª Reunião Bimestral

Memória-Síntese

Curitiba, 20 de agosto de 2010.

A Coordenadora das Ações da Agenda 21 Paraná e Coordenadora Geral do Fórum, Schirle Margaret dos Reis Branco - SEMA recepcionou os participantes e deu as boas vindas aos novos integrantes do Fórum.

Schirle Margaret - SEMA fez a abertura da reunião, mencionando as justificativas das ausências dos integrantes do Fórum, Prof.^a Bethânia Christiane Herrmann - Faculdade Evangélica do Paraná, Betina Ortiz Bruel - Faculdades Integradas Camões, Laelia Negrão Tonhozi - Movimento SOS Bicho de Proteção Animal e da Participante Ativa - Lucia Regina Prego Grupo.

Na sequência, repassa em slides a apresentação da pauta do dia.

O primeiro assunto pautado iniciou-se com a apresentação da Palestra de Elton Augusto dos Anjos, integrante da Secretaria Geral do Estado e do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, em que versou sobre o Programa Territórios da Cidadania.

O conteúdo apresentado será repassado a todos os participantes da Reunião, com a finalidade de oportunizar o detalhamento e aprofundamento dos aspectos técnicos deste relevante Programa de Gestão Territorial.

O objetivo Geral focaliza a superação da pobreza e geração de trabalho e renda no meio rural por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável.

A relevância do trabalho confere a parceria em 22 Ministérios mobilizados no programa e a articulação Estadual por meio de 14 Entidades Estaduais, sendo que 12 com ações nos Territórios: Vale da Ribeira, Norte Pioneiro, Paraná Centro, Cantuquiriguaçu, compreendendo 74 municípios.

A apresentação vem de encontro com os Temas Norteadores da Agenda 21 Paraná e neste momento envolve a parceria com a Secretaria de Planejamento, tendo em vista a construção coletiva de uma cartilha

contendo os Programas e Projetos de Governo, de referência aos anos 2003 à 2010, 2ª Edição de Publicação com a denominação: "O que o Paraná tem feito". A iniciativa deste propósito tem por mérito dar visibilidade as Ações Governamentais de referências ao Século XXI conforme sua 1ª Edição datada de 2002.

Na abertura dos debates, várias manifestações e esclarecimentos foram prestados e o representante da Secretaria junto ao Fórum, Sérgio Luiz Trentini Marchauek, se colocou inteiramente a disposição para quaisquer assuntos relacionados ao programa, bem como de outros relacionados com as atribuições da Secretaria do Estado do Planejamento.

Schirle Margaret – SEMA apresentou a arte e os formatos dos documentos com referência ao Pacto Paraná Sustentável, os quais não puderam ser divulgados, tendo em vista o Período Eleitoral, cuja Lei nº 9504/97, impede Atos Governamentais.

Na oportunidade Ana Luísa - OAB PR manifestou opinião e interpretação sobre a Lei em questão e posicionou-se na interpretação de impedimento legal, onde não devesse ser dado publicidade aos atos Governamentais por meio de simbologias e expressões de cunho publicitário de Ações Públicas.

Prof. Carlos Garcias – PUCPR refletiu com os demais participantes que enquanto Coordenador Temático do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, não considera o Pacto como publicidade e sim como um material Pedagógico de compromisso da Sociedade e do Governo.

Ao que Schirle Margaret – SEMA considera que os anais do Seminário Internacional "Experiências da Agenda 21: Os desafios do nosso Tempo" ocorrido em novembro de 2009, contém grande parte do Pacto e que o mesmo contém responsabilidades compartilhadas tanto do Governo quanto da Sociedade. Julga que seria importante divulgá-lo para poder dar visibilidade e e comprometimento com os conteúdos propostos.

Cláudio Barreto – CREA opina que apesar dos transtornos que possa acarretar no andamento dos trabalhos da Agenda21, não custa esperar o Período Eleitoral e então daremos continuidade ao planejamento previsto.

João Augusto Reque – SEED sugere que devemos fazer a entrega do conteúdo do Pacto para os candidatos sem a arte visual.

Rosana Gnipper – Ecoforça posiciona-se sobre a importância do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná em conversar com os candidatos mesmo sem a entrega do Pacto Paraná Sustentável.

Após as manifestações, quer de entendimento e quer de descontentamento pela inviabilidade de divulgação do Trabalho, optou-se por esperar findar o

Processo Eleitoral para dar os devidos encaminhamentos ao Pacto Paraná Sustentável. Ficou estabelecido que buscaríamos possibilidades de apoios financeiros por meio de iniciativa privada, com o intuito de fazer o pagamento da arte de criação do documento em tela.

Dando continuidade, foi repassado informações a respeito da Rede Brasileira de Agendas 21 Locais – REBAL, cujo conteúdo expressão de sobremaneira as experiências em andamento no Brasil, bem como de chamamentos à trabalhos coletivos e fundamentalmente no que tange aos documentos que constam no ícone Biblioteca digital.

Nos aspectos de assuntos gerais, também foi mencionada a Pesquisa Nacional de Agendas 21 Local, de responsabilidade do Ministério do Meio Ambiente, a qual encontra-se disponibilizada no site do Ministério, onde poderá ser observada a participação do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná com informações de referência ao Fórum.

Schirle Margaret – SEMA faz leitura do e-mail de Marcia Facchina, Participante Ativa virtual do Fórum, em que nos chama atenção sobre o edital do Ministério do Meio Ambiente, que para breve fará chamada sobre a publicação de 100 Experiências sobre o contexto de Agendas 21 Locais e que considerava que a Agenda 21 Paraná devesse se preparar para elaborar um documento de referência da nossa Agenda, pois a considera, um dos exemplares de atuação permanente e de grande responsabilidade.

Os integrantes do Fórum acolheram a sugestão de Marcia e ficou estabelecido que para um próximo encontro iríamos tratar de aprofundar esta questão.

Prof. Carlos Garcias – PUCPR divulga a realização do Seminário Internacional Sustentabilidade Ambiental Urbana: "Sistema em Agonia nas Catástrofes Urbanas", de responsabilidade da PUCPR e SEMA, a ocorrer nos dias 25 a 27 de outubro do ano em curso, na cidade de Curitiba-PR.

André Caon – Sociedade Peatonal chama atenção das questões da Mobilidade Urbana de Curitiba, posicionando-se de forma veemente sobre os contraditórios do uso de veículos, das condições atmosféricas e de uma certa forma contundente com os Governos e posições gerais sobre a temática acima mencionada.

Diante de alguns entendimentos contrários a sua posição ficou estabelecido que na próxima reunião Bimestral do Fórum um dos assuntos a serem tratados será sobre Mobilidade Urbana Sustentável.

Ao final a Coordenadora do Fórum da Agenda 21, encerra as atividades com agradecimentos pela participação de todos, convidando-os para a Reunião

do dia 21 de outubro do ano em curso, em local a ser definido e amplamente divulgado.

Subcrevem a memória:

Layon Philipe Becker – Estagiário da Agenda21 Paraná e Participante Ativo do Fórum Permanente;
Schirle Margaret dos Reis Branco – Coordenadora das Ações da Agenda21 Paraná.



FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

41ª Reunião Bimestral do Fórum

Memória

Curitiba, 21 de outubro de 2011

Presentes:

- Membros do Fórum: Paulo Henrique Coletti Fernandes – Casa Civil, Lílian Pérsia de Oliveira Tavares – Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Valdir Donizete de Moraes – Ecoforça, Bethânia Cristiane Hermann – Faculdade Evangélica do Paraná, Nilce Mary Turcatti Folle – Faculdades Integradas Espírita, José Ferreira Campos Júnior – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Reinaldim Barboza Pereira – Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR), José Carpes – Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM-PR), Isabel Cristina Carrilho – Movimento SOS Bicho de Proteção Animal, Josiane de Oliveira – Nova Central dos Trabalhadores do Paraná, Ana Luisa Stellfeld Cavalcanti de Albuquerque – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Graziela Gobbato – Participante Ativa, Mari Aparecida dos Santos – Participante Ativa, Oraide Maria Woehl – Participante Ativa, Shirle Margaret dos Reis Branco – Participante Ativa, Alisson Felipe Bieszczad – Participante Ativo, Carlos Mello Garcias – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), Rosana Vicente Gnipper – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Joselaine Seidel – Sociedade Vegetariana Brasileira, Maria José Sartor – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Paulo Rogério Moro – Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG).

- Integrantes dos GTTs: Hildegard Dalla Benetta – Instituto das Águas do Paraná (AGUASPARANÁ), Zenaide M. Graciolli – Instituto GT3.

- Outros Participantes: Robson Guarneri – Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Marilani de Jesus Ferreira – Agenda 21 Arapongas, Marta Auxiliadora Murinelli Francisco – Agenda 21 Arapongas, Nivia Alves Ribeiro Menegazzo – Secretaria de Infraestrutura e Logística – SEIL.



Ausências justificadas: William José Presta Alves Conceição – Participante Ativo, Heloisa Bot Borges – Procuradoria Geral do Estado (PGE), Rosana Scaramella – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), João Augusto Reque – Secretaria de Estado da Educação (SEED), Cláudio Luiz Geromel Barretto – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR), Gessyka Mendes – Participante Ativa, Diego H.S Baptista – Sociedade Global, José Carlos Belloto – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ricardo Laurino – Sociedade Vegetariana Brasileira (SVB), Alfani Alves – Força Sindical.

Memória:

Dando início aos trabalhos, a Coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, Rosana Vicente Gnipper, recepcionou com boas vindas os integrantes do Fórum e demais participantes da Reunião.

Apresentou as justificativas de ausências e seguiu-se então com a apresentação dos participantes. Robson Guarneri diz que vai assumir o lugar da Sônia (representante da Copel), a participante ativa Oraide Maria Woehl justifica sua ausência nas 3 últimas reuniões e o professor Carlos Garcias comunica que terá que se ausentar por um tempo do Fórum por motivo de sobrecarga de trabalho.

Na sequência, Rosana apresentou a proposta de pauta e tempo para cada tema, sendo que foi aprovada conforme segue:

- Boas vindas – aprovação da pauta - rápida apresentação de cada um dos presentes – justificativa das ausências (10 min);
- Apresentação Agenda 21 Local – Município de Arapongas (20 min);
- Apresentação Agenda 21 Local – Município de Fazenda Rio Grande (20 min);
- Debate sobre as apresentações (10 min);
- Apresentação Coordenação Temática - sistematização das ações propostas pelos GTTs (20min + 10 min de debate);
- GT Rio+20 – Comitê Paranaense/ Contribuição à ONU (10 min) – *a confirmar*;
- Aprovação do Regimento Interno (5 min);
- Apresentação dos integrantes do GT Boas Práticas (5 min);
- Apresentação da Coordenação Executiva (5 min);



- Informes (10 min).

Rosana comunica que os representantes da Agenda 21 Local do Município de Fazenda Rio Grande que iriam fazer a apresentação dos seus trabalhos tiveram problemas de última hora e não puderam estar presentes, pedindo muitas desculpas e deixando a apresentação para outra oportunidade.

Como as representantes da Agenda 21 de Arapongas, Marilani e Marta, não haviam ainda chegado Rosana sugere a inversão de alguns itens da pauta, ficando assim:

- Aprovação do Regimento Interno (5 min);
- Apresentação Coordenação Temática - sistematização das ações propostas pelos GTTs (20min + 10 min de debate);
- GT Rio+20 – Comitê Paranaense/ Contribuição à ONU (10 min);
- Apresentação Agenda 21 Local – Município de Arapongas (20 min);
- Apresentação dos integrantes do GT Boas Práticas (5 min);
- Apresentação da Coordenação Executiva (5 min);
- Informes. (10 min).

A reunião começa com o tópico Regimento Interno, o qual já havia sido discutido na última reunião do Fórum e ficou acertado que seria enviado por e-mail a todos para que pudessem contribuir com sugestões para aperfeiçoamento. Foram enviadas contribuições apenas pela Nilce Mary Turcatti Folle, representante das Faculdades Integradas Espírita, e pela representante da Procuradoria Geral do Estado, Heloísa Bot Borges.

A contribuição da Nilce foi a sugestão de mudança do termo “universidades” para “instituições de ensino superior”, pois desse modo o termo abrangeria todas as IES.

Já a Heloísa mandou por e-mail a seguinte contribuição:

Art. 3o.

Proposta de retirada de “prevenção”: pela manutenção dos dois princípios, precaução e prevenção.

Precaução (é mais que prevenção) = incerteza científica, efeitos desconhecidos, dúvida quanto ao dano ambiental. Princípio 15 da Declaração do Rio/92: “para proteger o meio ambiente medidas de precaução devem ser largamente aplicadas pelos Estados segundo suas



capacidades. Em caso de risco de danos graves ou irreversíveis, a ausência de certeza científica absoluta não deve servir de pretexto para procrastinar a adoção de medidas efetivas em termos de custo visando a prevenir a degradação do meio ambiente".

Prevenção = há provas científicas de que determinada atividade é potencialmente danosa, impedir os impactos previamente conhecidos.

O artigo dos princípios sequer precisa constar do regimento, pois um regimento deve tratar de estrutura e funcionamento. No Decreto 2547/2004, art. 2º, inc. VI, constam os princípios de precaução, de responsabilidade e de participação pública.

Proposta de retirada do adjetivo sustentável: pela manutenção do sustentável.

Além de desenvolvimento sustentável ser expressão cunhada, pela Declaração de Estocolmo de 1972 (Princípios 1 e 2), pelo Relatório Brundtland (1991) e pela Declaração do Rio/92 (Princípio 1), esclarece que se entende desenvolvimento não como sinônimo de crescimento econômico, mas sim como englobante das dimensões social, econômica, ambiental, cultural e espacial (Sachs, 1993). Por outro lado, se a dúvida for entre "sustentabilidade" e "desenvolvimento sustentável", Ultramari (2003) entende que são conceitos diversos, sendo desenvolvimento processo e sustentabilidade fim.

Sugestão: Juntar arts. 4º e 5º:

Art. 4º. O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná é composto por representantes da sociedade e do governo, conforme o disposto no artigo 3º do Decreto 2547/2004, além de outros órgãos e instituições que desejem a ele se integrar.

§ 1º. Cada órgão ou instituição indicará seu representante, via ofício, ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

§ 2º. Qualquer cidadão poderá participar do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, na condição de participante ativo, devendo formalizar sua participação através de documento protocolado junto à Coordenação.

Rosana afirma que incluiu o "participante ativo" para adequar o Regimento Interno ao funcionamento do Fórum, que já vem trabalhando com esta denominação há algum tempo. Houve discussão sobre alguns detalhes transcritos nesse artigo e ficou acordado que Rosana incorporará as sugestões, sendo que a nova versão do Regimento Interno ficou, assim, aprovada.

Segue então com o próximo item da pauta, a apresentação da Coordenação Temática, apresentada pelo coordenador do grupo, Valdir Donizete:



Valdir inicia sua apresentação explicando o que é a coordenação temática e qual seu objetivo. Prossegue mostrando uma tabela com as metas (ações de curto prazo) dos GTTs e comenta sobre cada tema norteador:

O GTT Agricultura Sustentável/Agroecologia e o GTT Segurança Alimentar e Nutricional tem objetivos parecidos, buscam a adequação da alimentação escolar com base na produção ecológica. São dois temas norteadores abordando um tema que já está sendo desenvolvido pela Secretaria da Educação – SEED e também pela Secretaria de Agricultura com o programa Paraná Ecológico, que incentiva a produção orgânica no estado do Paraná.

Os GTTs Biodiversidade, Educação, Produção Científica e Tecnológica, Padrão de Produção e Consumo, e Gestão dos Recursos Hídricos trabalharam em assuntos parecidos, entre os quais se aborda a possibilidade de criação de bancos de dados. Porém, como fazer? Agora as ações são do Fórum, não mais só dos GTTs.

O GTT Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida e o GTT Gestão Social e Terceiro Setor vem trabalhando no tema da divulgação das ações da Agenda 21. O grande objetivo é a interação das pessoas e instituições, assim como disseminar as práticas da Agenda 21.

O GTT Diversidade Espacial e Integração Regional aborda o tema da mobilidade urbana e aponta a questão no nosso dia-a-dia. Propõe ações mais sustentáveis no transporte urbano.

Valdir finaliza sua apresentação citando que tudo aquilo que foi proposto pelos GTTs deveria ser feito de fato.

Bethânia cita que uma das ações de curto prazo que foi proposta na reunião Plenária já está sendo implantada, que é o GT Boas Práticas.

Valdir concorda e complementa que as boas práticas foram citadas por vários GTTs. Comenta também que às vezes uma ideia é fortemente defendida e que está relacionada a algum princípio de Agenda 21, porém discorda de outros princípios.

Rosana comenta que na reunião da Coordenação Temática ocorrida em dia anterior, da qual participou, houve uma discussão acerca da abordagem dos objetivos dos GTTs, pois não está claro qual sua relação com o verdadeiro trabalho e função de Agenda 21. As ações têm que estar mais ligadas e



direcionadas com os princípios da Agenda 21, agregando-se e somando todo esse trabalho com maior eficiência.

Aproveitando o tema, Hildegard diz que o governo quer que a CELEPAR faça um modelo de banco de dados, onde todos possam acessar.

Schirle cita que a Agenda 21 tem aproximadamente 2.500 ações propostas. Como somos um Fórum do Paraná, devemos ter ações ligadas e direcionadas ao Paraná. Rosana complementa dizendo que devemos construir coisas novas, como, por exemplo, foi a criação de um novo tema norteador. Estamos fazendo uma nova história, que envolve temas amplos e que visam o presente e o futuro.

Bethânia cita que só as ações de curto prazo dos GTTs tem mais ações, e Rosana complementa que gostaria que essas ações fossem realizadas, pois o ano já está no final e se elas não forem concluídas se passará para as ações de médio e longo prazos e as de curto prazo não serão cumpridas.

Maria Sartor diz que o GTT Educação pensou no banco de dados de duas formas. A primeira é que as pessoas tenham acesso aos bancos de dados de acordo com o que procuram, ou seja, a divulgação dos bancos de dados existentes, para que as pessoas saibam o que está acontecendo. A segunda seria a integração de bancos de dados com temas relacionados, visando a construção de apenas um banco de dados, porém com muitas informações acerca daquele tema.

Cita o programa do governo do Estado, "Proezas", que envolve além da SEED, a SEAB e outras Secretarias. Conclui assim que já existem iniciativas do governo com união de forças em prol de um objetivo comum. Cita o papel importante da Agenda 21 Escolar e diz que a SEED já tem um banco dados com várias informações sobre as escolas e quem vem sendo trabalhado constantemente.

José Carpes reforça a ideia do banco de dados, citando que a ferramenta desse instrumento poderia ser um amplo banco, mas com opções de refino, onde de acordo com as informações que a pessoa inserisse (palavras chave), ela acharia o que procura. O Fórum reforça a ideia, e lembra que não é a Agenda 21 que vai fazer o banco de dados, mas sim incentivar as instituições a fazê-los e disponibilizá-los para quem tiver interesse.



Para encerrar o assunto, Rosana dá a palavra para Robson, que diz que tem participado pela COPEL nesses programas de governo, por exemplo, o "Proezas", e se dispõe, se o Fórum estiver de acordo, a fazer uma apresentação sobre esse programa. Cita os aspectos gerais desse programa, quais são as metas, as estratégias, que deve ser processo participativo, entre outros. Comenta também que a Agenda 21 Escolar e a Agenda 21 Local não devem disputar, mas sim se unir, o princípio da Agenda 21 é a colaboração e a união social.

Passa-se então para o próximo item da pauta, a apresentação do GT Rio+20. Carlos Garcias apresenta, dizendo que em setembro/outubro do ano passado acordamos para a Rio+20. Em dezembro, em reunião com novo secretário do meio ambiente o mesmo mostrou interesse nesse assunto. A tendência, ou pelo menos é o que parece, é que a Rio+20 não aborde o tema Agenda 21, ou seja, desconsideraria 40 anos de trabalho, desde a primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em 1972.

"O Brasil está numa onda de só falar em Economia Verde e outros temas e esqueceram da Agenda 21. Nesse contexto, criou-se um grupo que está discutindo sobre o que o Paraná poderia fazer na Rio+20. Criamos um decreto que cria o Comitê Paranaense para a Rio+20, que está na Casa Civil do Paraná, mas não sabemos qual a situação em que está". Frisa a importância desse Comitê para valorizar o trabalho e a junção do trabalho de outras secretarias.

Cita que o GT deve ser reforçado por pessoas com vontade e com competência. Discorre que para a elaboração de documentos deve-se seguir uma metodologia, e, apresenta uma forma geral de construção de um documento, denominada de "position paper", que é estruturado de modo a facilitar a leitura e abranger o tema de modo profundo.

*Economia Verde
Position Paper*

- Apresentação:

- *Introdução às ciências econômicas;*
- *Ramos da economia;*
- *Economia ambiental;*
- *Economia verde;*
- *Expectativas Rio+20;*
- *Novos Paradigmas.*



Carlos Garcias sugere que os dois primeiros itens fossem trocados para Desenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, ficando assim:

- Apresentação:
 1. Desenvolvimento;
 - 1.1 Desenvolvimento Sustentável;
 2. Economia ambiental;
 3. Economia verde;
 4. Expectativas Rio+20;
 5. Novos Paradigmas.

Em seguida, explica um pouco sobre cada tópico. Aproveita para falar sobre a complexidade dos ramos de economia e comenta sobre o Seminário de Economia Verde Inclusiva da Região Sul Brasileira e Tríplice Fronteira, realizada em Foz do Iguaçu, onde alguns membros do Fórum foram ao evento com grandes expectativas, mas ficaram decepcionados, pois a discussão sobre a Economia Verde não foi aprofundada.

Carlos encerra sua apresentação dizendo que espera que no Comitê Paranaense para a Rio+20, seja elaborado um documento como esse e que seja apresentado na Rio+20, mostrando o que o Paraná sugere e o que está fazendo.

Comentando a apresentação, Maria José Sartor fortalece a ideia da dificuldade em entender a diferença entre os vários tipos de economia (economia ambiental, economia verde, economia ecológica, etc.), e pede cuidado na estruturação do documento, pois, pelos vários tipos de economia existentes, alguns têm aspectos divergentes.

Carlos responde a uma dúvida do Fórum, e explica porque a troca dos dois primeiros tópicos por desenvolvimento e como subtópico o desenvolvimento sustentável.

Schirle comenta sobre um texto que recebeu por e-mail, que fala sobre o erro da denominação economia verde, devido às várias divergências do tema. Cita também que a VITAE CIVILIS fez uma pesquisa silenciosa no Brasil, perguntando aos brasileiros sobre o seu conhecimento e qual a importância da Rio+20. Apenas 4% sabem sobre o tema e o tem como importante. Cita também um texto elaborado pelo Leonardo Boff, que cita a Carta da Terra, a Paz no Mundo e outros documentos que fizeram parte da Rio 92 e estão relacionados também à Agenda 21. Carlos complementa que a Economia Verde não pode se adaptar ao mercado, devendo ser uma ciência, ou seja, não pode se adaptar de acordo com os interesses de quem a aplica.



Rosana passa a palavra a Mari Aparecida, que diz que tem formação e mestrado em economia, e que vem estudando o desenvolvimento sustentável, mas de modo a torná-lo em desenvolvimento socioambiental, pois ele questiona a base das ciências econômicas e o padrão de produção e consumo, buscando a mudança cultural das pessoas. Carlos diz que dentro do desenvolvimento sustentável há a ligação com o desenvolvimento socioambiental, explica sobre a junção dos aspectos sociais e ambientais e sugere que Mari participe do GT Rio+20.

Schirle informa sobre a existência da rádio ONU, disponível no site www.terra.com, rádio 24 horas ao vivo que trás muitas informações acerca da Rio+20.

Valdir expõe sua indignação sobre quando teve o conhecimento dos temas a serem discutidos na Rio+20. A princípio, pensava-se que na Rio+20 seriam abordados os temas já discutidos nas Conferências das Nações Unidas passadas e se faria uma avaliação séria e criteriosa da Rio 92, com o que foi aplicado, o que não teve prosseguimento, o que deve melhorar, ou seja, um balanceamento do que já foi proposto. Porém, a Rio+20 está esquecendo o que já foi discutido e feito até agora, e vai trabalhar agora com a erradicação da pobreza, da governança, da economia verde, sendo que tudo isso é Agenda 21. Não se deve mais criar outros documentos que na verdade já existem, e sim fazer com que aqueles que já existem sejam de fato aplicados e funcionem.

Rosana expõe o fato de que durante esses 20 anos da Rio 92, uma nova geração foi criada, e que muitos jovens acreditam que a Economia Verde é um bom negócio e que trará mais empregos a todos e de forma mais ecológica. Na verdade, esse tema deve ser mais discutido, para descobrirmos quais são as verdadeiras intenções desse novo modelo econômico. Rosana sugere que sejam incorporados ao Comitê Paranaense para a Rio+20 jovens capacitados, pois são eles quem vão viver e sofrer as consequências das ações implantadas agora.

Carlos explica que a ideia do "position paper" sobre Economia Verde é que seja um documento de fácil leitura e compreensão, para que além de técnicos e especialistas no assunto possam contribuir, cidadãos normais também possam entender e dar suas contribuições para o documento.



Paulo Rogério Moro frisa a ideia de que por mais que a Agenda 21 tenha quase 20 anos, e seja fruto de um trabalho de quase 40 anos, muitas pessoas ainda não sabem o que é Agenda 21, muitas políticas não abrangem o tema, como por exemplo, a mudança de governo que inicia um trabalho ou acaba, de acordo com seu interesse ou consciência. Paulo finaliza dizendo que está feliz pela iniciativa de criação do Comitê e o questionamento da definição de Economia Verde ou sua falta de clareza.

Schirle comenta que o Beto Richa esteve alguns dias atrás reunido com diversas instituições num evento que se chamou "Paraná Futuro 10", onde estiveram presentes muitas pessoas do ramo empresarial do Paraná. Sugere que o José Aliaga, representante da Secretaria Estadual de Planejamento – SEPL, tente localizar o documento chamado Paraná Futuro 10.

Carlos encerra sua participação comentando que está coordenando um projeto muito grande, que tem como objetivo a despoluição do Rio Belém em 3 anos. O projeto tem apoio internacional e de várias universidades, além da Prefeitura de Curitiba, da Sanepar, Associação dos Moradores e Amigos do Parque São Lourenço e da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, e busca ainda outros parceiros.

Segue-se então para o próximo item da pauta, a apresentação da Agenda 21 de Arapongas.

Marilani de Jesus Ferreira é quem faz a apresentação, agradecendo a todos pela oportunidade de mostrar rapidamente os 12 anos de trabalho voluntário realizado no município de Arapongas. Afirma que ainda estão em seus primeiros passos, pois ainda há muito a agregar, inclusive o fortalecimento do elo entre a Agenda 21 Arapongas e a Agenda 21 Paraná.

Marilani conta como conheceu a Agenda 21, só em 2001, lendo alguns documentos. Fala também da grande dificuldade que encontraram pra evoluir a Agenda 21 de Arapongas, pois além de ser um trabalho voluntário, apenas a Marilani e a Marta trabalham na Agenda 21. A Agenda 21 de Arapongas está vinculada ao Conselho de Defesa de Meio Ambiente.

Para base do início dos trabalhos, foram utilizados os princípios da Agenda 21 Brasileira, com algumas adaptações. Após a primeira Conferência (1º Fórum), foi lançado o documento Agenda 21 de Arapongas, em 2005.



Seguindo rapidamente ao próximo item da pauta, Rosana fala brevemente sobre o GT Boas Práticas e citando seu objetivo, nome dos integrantes e quais GTTs ainda não indicaram um representante:

- *Objetivo: estabelecer critérios para se reconhecer uma ação como sendo compatível com a Agenda 21.*
- *Formado por um representante de cada GTT indicado pelo Grupo, conforme estabelecido pela Plenária do dia 26/07.*
- *Mônica (GTT Gestão dos Recursos Hídricos); Cláudio (GTT Padrões de Produção e Consumo); Belotto (GTT Diversidade Espacial e Integração Regional); Izabel (GTT Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida); Nilce (GTT Biodiversidade); Elisa (GTT Produção Científica e Tecnológica).*
- *Faltam ser indicados: GTT Agricultura Sustentável/Agroecologia; GTT Segurança Alimentar e Nutricional; GTT Gestão Social e Terceiro Setor; GTT Educação.*

Em seguida, apresenta os membros da Coordenação Executiva e faz breves comentários sobre a Coordenação:

- *Valdir (ONG); Bethânia (IES); Cláudio (Órgão de Classe); Diego (Movimento Social); Heloísa (PGE); José Carpes (Governo Estadual);*
- *Faltam: Sindicado; Empresa; Governo Municipal; Participante Ativo; Conselho.*

Rosana ainda apresenta as atividades previstas para a Agenda 21, nos anos de 2011 até 2014:

- **PACTO PARANÁ SUSTENTÁVEL:** *processo em andamento que visa dar cumprimento às metas de curto, médio e longo prazo contidas no documento "Pacto Paraná Sustentável", fruto do Seminário Internacional: "Experiências de Agendas 21 – Os Desafios do Nosso Tempo". Tem por objetivo mudar os cenários da atualidade para criar um futuro norteado pelo princípio do desenvolvimento sustentável.*



- **RESGATE DE ANIMAIS EM DESASTRES:** participação conjunta com a Defesa Civil do Paraná para inserir, dentro dos Planos já existentes, ações de prevenção e ajuda aos animais vitimados em situações de desastres, iniciando pelo "Plano de Mitigação de Desastres para o Litoral do Paraná".

- **BOAS PRÁTICAS NO PARANÁ:** formação, estruturação e implantação do "Grupo de Trabalho Boas Práticas" cuja finalidade é elaborar critérios para reconhecimento de programas, projetos e planos nos diversos setores da sociedade paranaense, alinhados com a Agenda 21.

- **AGENDA 21 LOCAIS – identificando processos:** atividade continuada de identificação de processos de Agenda 21 Locais nos municípios do estado do Paraná, bem como de incentivo à implantação de processos novos.

- **AGENDA 21 EM MOVIMENTO:** divulgação itinerante da Agenda 21 em todo o estado do Paraná, contribuindo para mobilização da sociedade visando despertar o interesse para a construção de processos de Agendas 21 Locais.

- **PACTO 21 UNIVERSITÁRIO:** visa mobilizar as Instituições de Ensino Superior – IES para o compromisso de: institucionalizar os princípios da Agenda 21 Paraná através de práticas de ensino, pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas; divulgar o contexto da Agenda 21 Paraná através da formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos; promover o pensamento reflexivo para tomada de atitudes transformadoras, com vistas à sustentabilidade.

- **COMITÊ PARANAENSE RIO+20:** criação e coordenação do "Comitê Paranaense Rio+20" que tem por objetivo promover a integração dos vários segmentos da sociedade civil paranaense e dos órgãos estatais do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, com a finalidade de fortalecer a participação do Estado do Paraná na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, denominada Rio+20, que será realizada no mês de junho de 2012 na cidade do Rio de Janeiro.

- **CONFERÊNCIA AGENDA 21 PARANÁ:** processo de mobilização da sociedade paranaense através da realização de Conferências Regionais e uma Conferência Estadual no mês de abril de 2012, com o objetivo de elaborar e dar publicidade ao documento Agenda 21 Paraná, para que possa ser adotado como referência à construção de uma sociedade com justiça social, preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, com



participação e controle exercidos pela sociedade, satisfazendo as necessidades atuais preocupada com as gerações futuras e utilizando de forma racional os recursos naturais.

É então lembrado que a próxima reunião bimestral e última do ano será dia 16 de dezembro, onde será realizada uma breve reunião e confraternização de fim de ano. Por fim, é aberto espaço para os informes.

Informes:

Ana Luisa Stellfeld Cavalcanti de Albuquerque: convida a todos do Fórum a participar de uma reunião onde será elaborada uma carta de intenções que será enviada à ONU. O site de inscrição será enviado à Coordenação do Fórum e será encaminhado a todos do Fórum.

Ao final da reunião, a coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná agradece a presença de todos e encerra a atividade.

Subscvem a memória:

Alisson Felipe Bieszczad – Estagiário da Agenda 21 Paraná e Participante Ativo do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná;

Rosana Vicente Gnipper - Coordenadora das Ações da Agenda 21 Paraná.

FÓRUM PERMANENTE DA AGENDA 21 PARANÁ

42ª Reunião Ordinária

Memória

Curitiba, 16 de dezembro de 2011.

Presentes:

- Membros do Fórum: Débora de Albuquerque Souza – Mandato Dep. Rasca, Cláudio Luiz Geromel Barretto – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR), Valdir Donizete de Moraes – Ecoforça, Bethânia Cristiane Hermann – Faculdade Evangélica do Paraná, Reinaldim Barboza Pereira - Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário do Estado do Paraná (FETRACONSPAR), José Ferreira Campos Júnior – Fundação Nacional do Índio (FUNAI), José Carpes – Instituto de Pesos e Medidas do Estado do Paraná (IPEM-PR), Ana Cláudia de Paula Muller – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), Ana Luisa Stellfeld Cavalcanti de Albuquerque – Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), Caroline Oksana Preima – Participante Ativa, Elisa Beatriz T. Ribas – Participante Ativa, Mari Aparecida dos Santos - Participante Ativa, Monica Schiller Faria – Participante Ativa, Schirle Margaret dos Reis Branco – Participante Ativa, Alisson Felipe Bieszczad – Participante Ativo, Bo Stridsberg – Participante Ativo, William José Presta Alves Conceição – Participante Ativo, Heloisa Bot Borges – Procuradoria Geral do Estado (PGE), João Augusto Reque – Secretaria de Estado da Educação (SEED), Sonia Maria Dotto Ampessan – Secretaria de Estado da Saúde (SESA), Rosana Vicente Gnipper – Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), Joselaine Seidel - Sociedade Vegetariana

Brasileira (SVB), Maria José Sartor – Universidade Estadual de Londrina (UEL).

- Outros Participantes: Luiz Vicente – Ecotrailer, Robson Guarneri – Companhia Paranaense de Energia (COPEL), Neusa de Vasconcelos – Instituto Arayara, André Felipe Bongestabs – Instituto Arayara, José Carlos A. Belotto – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Emanuel Leem – Central dos Movimentos Populares (CMP-PR) / FACE, Renata Brockelt Giacomitti – Participante Ativa, Julião Evang – Participante Ativo.

Ausências justificadas: Lílian Pérsia de Oliveira Tavares – Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), Isabel Cristina Carrilho – Movimento SOS Bicho de Proteção Animal, Josiane de Oliveira – Nova Central dos Trabalhadores do Paraná, Carlos Mello Garcias – Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), Teresa Cristina Celestino Cortez – Secretaria do Estado da Comunicação Social, Hildegard Dalla Benetta – Instituto das Águas, Mauricio Barcellos Degelmann – Instituto GT3.

Memória:

Dando início aos trabalhos, a Coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, Rosana Vicente Gnipper, recepcionou com boas vindas os integrantes do Fórum e demais participantes da reunião.

Apresentou as justificativas de ausências e seguiu-se então com a apresentação dos participantes. Rosana explica que pelo fato de essa ser a última reunião do ano ela será mais curta, pois ao final terá um coffee break de confraternização.

Na sequência, Rosana apresentou a proposta de pauta, falou brevemente sobre cada item e o tempo estimado, sendo que foi aprovada conforme segue:

- Boas vindas – apresentação – justificativa de ausências (10 min);
- Coordenação Executiva (20 min);
- Apresentação GT Rio+20 (20 min);
- Coordenação Temática - sistematização das ações propostas pelos GTTs (20min);
- Avaliação das atividades do ano (30 min);
- Informes (10 min).

Seguiu-se a apresentação para o item da pauta “Coordenação Executiva”, que foi na verdade um resumo do que é a Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná, como funciona, quais atividades executadas, em execução e quais são planejadas para um futuro próximo.

A apresentação, feita pela Coordenadora do Fórum, segue abaixo:

Coordenação Executiva:

As ações da Agenda 21 Paraná se consolidam a partir de decisões tomadas pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado pelo Decreto 2547, de 04 de fevereiro de 2004.

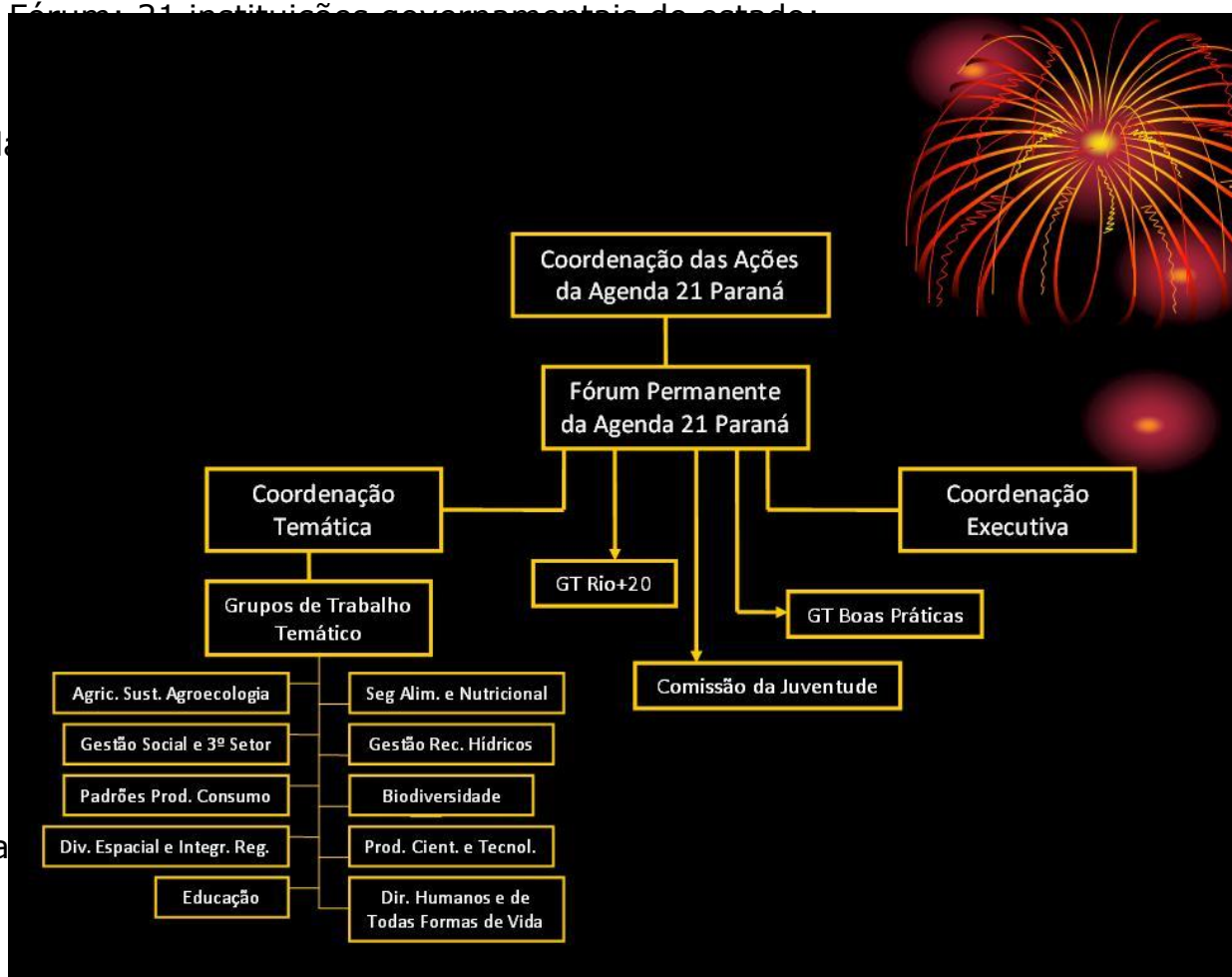
Rosana explica que nesse ano foi feito um movimento de reintegração, onde foram analisadas as listas de presença dos dois últimos anos localizando as pessoas que antes faziam parte do Fórum e que atualmente não participam mais e para as quais foi encaminhado convite por e-mail, para que se reintegrassem ao Fórum. Alguns convites foram enviados por ofício, mas somente às instituições e órgãos públicos que fazem parte do Decreto.

No ano de 2011 o Fórum funcionou com 77 integrantes e 104 nos Grupos Temáticos de Trabalho (GTTs), cujas representações estão divididas em:

Fórum 21 instituições governamentais do estado

Tamanda

funciona



Após, Rosana apresentou quais são as Atividades em Andamento na Coordenação:

Atividades em andamento – processo contínuo:

- “Grupos de Trabalho Temáticos – GTTs”: relativos a cada tema norteador da Agenda 21 Paraná, inicialmente para cumprimento das ações de curto, médio e longo prazos do Pacto Paraná Sustentável, resultado do Seminário Internacional: “Experiências de Agendas 21 – Os Desafios do Nosso Tempo”. Tem por objetivo mudar os cenários da atualidade para criar um futuro norteado pelo princípio do desenvolvimento sustentável – membros do Fórum e convidados.
- “GT Boas Práticas”: tem por finalidade elaborar critérios para reconhecimento de programas, projetos e planos nos diversos setores da sociedade paranaense, alinhados com a Agenda 21, desta forma ficando a Agenda 21 Paraná como um ponto de referência para análise de ações que visam o desenvolvimento sustentável – 01 representante de cada GTT.
- “GT Rio+20”: tem por finalidade propor e fundamentar a participação do Paraná na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável Rio+20 – membros do Fórum e convidados.
- “Plano de Resgate de Animais em Desastres”: participação conjunta com a Defesa Civil do Paraná para inserir, dentro dos Planos já existentes, ações de prevenção e ajuda aos animais vitimados em situações de desastres, iniciando-se pelo “Plano de Mitigação de Desastres para o Litoral do Paraná”.
- “Agenda 21 Local – Identificando processos”: atividade continuada de identificação de processos de Agenda 21 Locais nos municípios do estado do Paraná, bem como de incentivo à implantação de processos novos.
- “Comissão da Juventude”: articulação para participação da juventude paranaense na Conferência Rio+20.

Atividades em início de planejamento:

- Coordenação do "Comitê Paranaense Rio+20": o Fórum Permanente da Agenda 21 deve coordenar as atividades do Comitê, através do GT Rio+20, visando a integração dos vários segmentos da sociedade civil paranaense e dos órgãos do Poder Executivo Federal, Estadual e Municipal, a fim de organizar a participação do Paraná nos eixos da Conferência Rio+20, com base nos princípios de honestidade, ética e transparência. Aguardando assinatura do Governador, para início dos trabalhos.
- "Agenda 21 em Movimento": divulgação itinerante da Agenda 21 em todo o estado do Paraná, contribuindo para mobilização da sociedade visando despertar o interesse para a construção de processos de Agenda 21 Local.
- "Conferência Agenda 21 Paraná": processo de mobilização da sociedade paranaense através da realização de Consultas Públicas Regionais e uma Conferência Estadual planejada para o mês de abril de 2012, com o objetivo de elaborar e dar publicidade ao documento Agenda 21 Paraná, para que possa ser adotado como referência à construção de uma sociedade com justiça social, preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico, com participação e controle exercidos pela sociedade, satisfazendo as necessidades atuais, preocupada com as gerações futuras e utilizando de forma racional os recursos naturais.
- "Pacto 21 Universitário": visa mobilizar as Instituições de Ensino Superior – IES para o compromisso de: institucionalizar os princípios da Agenda 21 Paraná através de práticas de ensino, pesquisa, extensão, programas e ações pró-ativas; divulgar o contexto da Agenda 21 Paraná através da formação de multiplicadores e da disseminação de conteúdos; promover o pensamento reflexivo para tomada de atitudes transformadoras, com vistas à sustentabilidade.
- "Rede Estadual de Proteção aos Animais": visa criar uma rede conectando todas as instituições envolvidas com a defesa e proteção dos animais, domésticos ou silvestres, em cumprimento ao item 5.13.4.5 do documento "Metas de Governo – 2011 / 2014".

Rosana ressalta que para a Conferência Agenda 21 Paraná, tinha sido deliberado pelo Fórum que a Coordenação Executiva, ampliada, seria o grupo coordenador e que faria o planejamento do evento, porém, pede para que os membros do Fórum que tenham interesse em ajudar, que deem seus nomes posteriormente, para integrar essa Coordenação específica para o evento.

Rosana também comenta que a Rede Estadual de Proteção aos Animais faz parte do plano de governo do Beto Richa, e que em Curitiba existe a Rede Municipal de Proteção aos Animais, dentro da estrutura da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. Diz que falou com o secretário Jonel Yurk e colocou a Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná à disposição para a criação da Rede Estadual.

Após isso, foi apresentada ao Fórum uma tabela com as presenças e ausências de todos os membros do Fórum nas reuniões ordinárias desse ano. A tabela foi apresentada em um arquivo à parte, feita no Excel, por ser de grande tamanho.

Rosana explica que no início do ano, a lista de presença tinha muitas instituições que não compareciam mais, pessoas que não justificavam. Resolveu, seguindo alguns critérios, cancelar aquela lista e fazer uma nova. Explica que quem está na nova lista, representando uma instituição, é porque foi encaminhado um ofício da instituição para nós com sua indicação (a partir de junho).

Em seguida, foi apresentada a proposta de datas para as próximas reuniões do Fórum (ano de 2012), conforme segue:

Calendário Reuniões Bimestrais Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná 2012	
Reunião	Data
43ª Reunião Ordinária	21 de fevereiro
44ª Reunião Ordinária	20 de abril
45ª Reunião Ordinária	21 de junho
46ª Reunião Ordinária	21 de agosto
47ª Reunião Ordinária	22 de outubro
48ª Reunião Ordinária	14 de dezembro - confraternização

Rosana explicou que as reuniões são realizadas a cada 2 meses, e então perguntou ao Fórum se as reuniões continuariam bimestrais ou mudariam para mensais. O Fórum decidiu que as reuniões continuariam a ser bimestrais. Como dia 21 de fevereiro é feriado (carnaval) ficou decidido que a Coordenação procuraria um dia mais próximo a este para convocar a primeira reunião do ano de 2012. Também ficou para a Coordenação decidir a melhor data para o mês de junho, para não coincidir com a Rio+20.

Seguiu-se então para o próximo item da pauta, com a apresentação do GT Rio+20 realizada pelo coordenador desse grupo, Diego Baptista:

Diego cumprimenta a todos, e diz que começou a participar mais ativamente do GT Rio+20 há aproximadamente 2 meses atrás, mas que o GT já existe desde o final do ano passado. O planejamento das ações voltadas a Rio+20 em si começou a partir do segundo semestre de 2011,

porém notou-se que o GT estava mais a frente do que as informações disponíveis na época, fazendo com que o desenvolvimento dos trabalhos ficasse sem muitos subsídios e que criasse caminhos alternativos aos quais estavam sendo desenvolvidos em outros estados.

O Comitê Paranaense já tem seu decreto de criação feito e está na casa civil, esperando a assinatura do governador. Ele será coordenado pelo Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, através do GT Rio +20.

Diego fala que o diferencial desse Comitê é que ele tem caráter de diálogo intersetorial, diferentemente do resto do Brasil, onde o que tem sido feito é a criação de comitês singulares, ou seja, ou as empresas criam seus comitês/fóruns de articulação, ou a sociedade, ou o próprio governo, desse modo não interligando os diferentes segmentos em um único Comitê.

Devido a essa característica intersetorial, o Comitê Paranaense terá mais riscos e exigirá mais governança e multilateralismo para bom funcionamento, que são temas da Rio+20. A ideia é que o Comitê tenha um ambiente de diálogo seguindo os princípios da ética, honestidade e transparência.

O objetivo do GT Rio+20 é a articulação e participação dos diferentes segmentos da sociedade para posicionar o Paraná em relação à Conferência da ONU no ano que vem, trabalhando os temas da Rio+20 localmente. Visa a aplicação dos temas da Rio+20 em propostas de políticas públicas, com articulação dos diferentes setores, incentivando-os a adotarem as novas temáticas do desenvolvimento sustentável.

Diego cita a organização da sociedade civil Vitae Civilis (SP), que está fomentando e articulando a sociedade civil brasileira para a Rio+20, assim como o Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira. A Vitae Civilis tem cadeira na ONU, sendo assim, ela está mais engajada na mediação dos processos ONU/Governo/Sociedade. Ela também foi contratada por licitação para fazer um levantamento sobre os processos de Agenda 21 no Brasil. Os resultados desse levantamento apontaram a existência de muitos processos de Agenda 21 pelo Brasil, porém não são potencializados e não há apoio e estrutura para continuidade do processo.

Diego indaga que a Agenda 21 deve ser fortalecida perante a Rio+20, e os governos devem assumir a responsabilidade de avaliar os avanços e lacunas da implementação da Agenda 21 em suas localidades. Essa também é uma proposta para o Comitê Paranaense para a Rio+20.

O Ministério do Meio Ambiente realizou uma consulta pública com 11 perguntas perguntando à sociedade sobre o posicionamento do Brasil para a Rio+20 e quais as expectativas, que foram respondidas pelo Fórum juntamente ao GT Rio+20 em reunião extraordinária e encaminhadas à ONU. Diego informa que o Ministério do Meio Ambiente já publicou o resultado dessa consulta em seu site, e acrescenta que esse é um dos principais documentos basilares sobre o processo e sobre o próprio posicionamento do Brasil para a Rio+20.

Foi lançado o site da Rio+20 em português, que embora esteja ainda um pouco desatualizado, facilita a busca por informações sobre a Rio+20 para as pessoas que não dominam inglês.

Diego fala sobre a Cúpula dos Povos, que é um evento paralelo à Rio+20 e que tem sido apoiado pelo governo brasileiro. Ele é organizado pela sociedade civil, juntando assim os movimentos sociais, ambientais, ONGs, etc. Já tem site, porém sem muitas informações. Ele terá também o âmbito de diálogos não oficiais, mas que vão gerar posicionamentos da sociedade que podem pressionar o governo para que tomem decisões e que sugiram processos efetivos durante o diálogo oficial.

A apresentação na íntegra segue abaixo:

Grupo de Trabalho RIO+20

“Estrutura de Apoio ao Comitê Paranaense da RIO+20”

Governança e Multilateralismo: *ambiente de diálogo com base nos princípios de honestidade, ética e transparência.*

- O GT Rio+20 é um grupo de trabalho formado por membros do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, criado com o objetivo específico de articular a participação da sociedade civil, instituições e diversos órgãos paranaenses no processo deflagrado pela Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (RIO+20) que ocorrerá no Rio de Janeiro em junho de 2012.

Composição Rio+20

André Felipe Bongestabs - **Instituto Arayara**

Bo Stridsberg - **Participante Ativo**

Carlos F. Grubhofer - **Participante Ativo**

Carlos Mello Garcias – **PUCPR**

Diego H.S Baptista - **Juventude Rio +20**

Eduardo Manoel Araujo - **Instituto Arayara**

Filipe Braga Farhat – **SEAB**

Isabel Christina Carrilho - **SOS Bicho**

João Augusto Reque – **SEED**

José Carlos A. Espinoza Aliaga – **SEPL**

Leonardo Peroni – **Participante Ativo**

Luiz Carlos M.C de Mello – **Copel**

Luiz Vicente Horokoski – **Ecotrailer**

Mari Aparecida - **Participante Ativa**

Monica Schiller Faria - **Participante Ativa**

Rafael Hartmann Gava – **Monitore**

Robson Guarneri – **Copel**

Robson Vieira da Silva - **Força Sindical**

Rosana Scaramella – **SEIL**

Rosana Vicente Gnipper - **SEMA / AGENDA 21**

Schirle Margaret dos Reis Branco - **Participante Ativa**

Themis Leão Buchmann – **SESA**

Valdir Donizete de Moraes - **Ecoforça**

Histórico do GT RIO+20

1. 15 Reuniões de Fevereiro à Dezembro;
2. Workshop “Agenda 21 e RIO+20”, 24/05/11, Curitiba;
3. Seminário de Economia Verde e Inclusiva da Região Sul Brasileira e da Tríplice Fronteira, 23/09/11, Parque Tecnológico Itaipu;
4. Consulta Pública MMA: Posicionamento da AG21PR para a RIO+20.

Panorama Atual do Processo da Conferência RIO+20

1. Site da RIO+20 em português;
2. Cúpulas dos Povos para Justiça Social e Ambiental;
3. Estratégia de Comunicação da ONU "O Futuro que Queremos";
4. Próximos Passos no Processo Preparatório;
5. Documento de Compilação "Zero Draft".

Proposta de criação do Comitê Paranaense **visando a *integração dos vários segmentos da sociedade*** a fim de organizar a ***participação e posicionamento do PR*** nos eixos da RIO+20...

Exposição dos Motivos para a Criação do Comitê Paranaense para a RIO+20:

1. Articulação para participação dos Estados na Conferência;
2. Intenção do MMA em realizar Conferências Temáticas Estaduais;
3. Criação de um grupo representativo e multisetorial do Paraná;
4. Elaboração de estudos sobre os temas da Conferência;
5. Diálogo com a Comissão Nacional para a participação do PR.

Estrutura de Apoio ao Comitê Paranaense da RIO+20:

1. Contextualização: entrega entre os dias 10 a 17 de janeiro:

- a. Paraná;
- b. Planos de Desenvolvimento;
- c. Oportunidades da RIO+20;
- d. Contribuições dos diferentes atores;

- e. Ações específicas em andamento no PR.

2. Estratégias gerais: entrega até o dia 17 de janeiro:

- a. Conceitos e estrutura da RIO+20;
- b. Construção de vínculos com a Comissão Nacional;
- c. Subsídios e articulação política.

3. Comunicação e mobilização: entrega até 20 de janeiro.

4. Logística de apoio disponível.

5. Comitê Paranaense da RIO+20:

- a. Definição das estratégias para constituição entrega entre os dias 10 a 20 de janeiro;
- b. Comitê constituído até 28 de fevereiro;
- c. Estrutura para resultados a partir de fevereiro.

6. Monitoramento e avaliação

7. Encaminhamento das Deliberações Pós-Evento

Desafios Futuros:

1. Trazer representantes qualificados;
2. Cumprir as atividades e cronogramas;
3. Diálogo intersetorial com respeito mútuo;
4. Clareza e relevância nos objetivos e resultados esperados;
5. GT como apoiador do Comitê;
6. Comunicação eficaz e mobilização precisa;
7. Efetivação e continuidade pós-evento.

Cronograma de Trabalho:

1. Reuniões semanais - 10, 13, 17, 20, 24 e 27 de janeiro;
2. Escolha dos Representantes - 30 e 31 de janeiro e 01 de fevereiro;
3. Workshop de Instalação do Comitê - 28 de fevereiro.

Próxima reunião dia 21 de dezembro.

Contatos:

GT RIO+20 – Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná

Rosana - agenda21parana@gmail.com

Diego - diegohsbaptista@gmail.com

Mari - mari.economia@gmail.com

Referências:

<http://hotsite.mma.gov.br/rio20/>

<http://www.rio20.info/2012/>

<http://rio20.net/pt-br/>

<http://cupuladospovos.org.br/>

<http://www.earthsummit2012.org/>

<http://www.uncsd2012.org>

<http://www.meioambiente.pr.gov.br/>

<http://www.un.org/en/sustainablefuture/>

<http://www.futurewewant.org/>

Passando para o próximo item da pauta, o coordenador da Coordenação Temática, Valdir Donizete, começa sua apresentação, explicando sobre o que vem sendo trabalhado pela Coordenação, que é a junção das metas dos GTTs para dar cumprimento ao Pacto Paraná Sustentável.

Valdir relembra que a atribuição dos GTTs era a de estabelecer ações visando a implementação das metas de curto prazo estabelecidas no Seminário Internacional: “Experiências de Agenda 21, os Desafios de Nosso Tempo”, realizado na cidade de Ponta Grossa em novembro de 2009. Primeiramente apresenta uma tabela onde estão agrupadas as metas de curto prazo e as ações propostas pelos respectivos GTTs.

Seguem abaixo as informações contidas na tabela:

METAS: CURTO PRAZO

GTT Agricultura Sustentável/Agroecologia:

- Incorporação na Agenda 21 da Carta de Curitiba de Agroecologia produzida nos Congressos Brasileiros e Latino-americanos de Agroecologia. Curitiba, novembro de 2009;
- Promover e divulgar a Agroecologia e fortalecer a agricultura urbana de base ecológica;
- Fortalecer a Alimentação Escolar com base na produção agroecológica local;

GTT Segurança Alimentar e Nutricional:

- Garantir o apoio necessário à implantação da Lei Federal 11.497 “Lei da Alimentação Escolar” – que torna obrigatória a compra da agricultura familiar de

pelo menos 30% dos alimentos a serem consumidos nas escolas, priorizando-se a compra da produção familiar local e regional oriunda da agricultura ecológica;

- Fomentar a formação em agroecologia para os agricultores familiares participantes do processo da alimentação escolar, estimulando-se a conversão para sistemas ecológicos de produção de alimentos com o necessário apoio durante o período de transição, bem como o apoio para viabilizar infraestrutura e logística para o abastecimento das escolas.

GTT Biodiversidade:

- Aproximar os conceitos sobre a temática ambiental para os diversos setores da sociedade (governos, empresas e comunidades), por meio de ações de educação ambiental formal, não formal e informal.

GTT Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida:

- Adotar a ética biocêntrica como ponto de partida para definição das ações da Agenda 21 Paraná, criando um programa específico, diário, por exemplo, o Programa "21", na rádio e TV Educativa do Paraná, em horário nobre e em tempo relevante, para a divulgação e discussão dos temas norteadores da Agenda 21 Paraná.

GTT Diversidade Espacial e Integração Regional:

- Apoiar a mobilidade urbana sustentável:
 - transferindo a execução e manutenção das calçadas ao poder público atendendo a critérios técnicos de mobilidade e acessibilidade sustentável;
 - priorizando o investimento em transporte de passageiros nas cidades nas modalidades públicas em detrimento do sistema viário para automóvel;
 - desestimulando o uso do estacionamento público e privado nas áreas centrais através de adoção de um valor adicional do IPTU que deverá ser revertido em favor de projetos de mobilidade sustentável;

- assumindo a bicicleta como modal de transporte privilegiando a implantação de ciclovias e/ou ciclofaixas inclusive sua integração com outros modais;
- fomentando e incentivando o “programa de carona solidária”.

GTT Educação:

- Que o Estado reconheça, apoie, fomenta e divulgue as Agendas 21 das Instituições de Ensino e de outras Organizações;
- Que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná reconheça de forma oficial e divulgue as ações de Agendas 21 promovidas pelas Instituições de Ensino da Educação Básica e do Ensino Superior;
- A criação de um banco de dados com indicadores, relatórios, produções científicas e experiências que envolvam a temática da Agenda 21 no âmbito da Educação.

GTT Gestão dos Recursos Hídricos:

- Implantar sistemas de informação capazes de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados entre as instituições governamentais (priorizando dados socioambientais) contemplando adequadas estruturas e riscos humanos (equipes e servidores públicos) com participação e medidas ampliadas de controle social (conselhos de meio ambiente, saúde, cidades, entre outros).

GTT Gestão Social e Terceiro Setor:

- Disseminação da Agenda 21 no terceiro setor e sociedade como um todo em âmbito local, através da discussão e planejamento participativo das ações, pautando a implantação obrigatória da Agenda 21 na Conferência Nacional das Cidades de 2010, e o investimento em marketing social, garantindo a informação sobre os canais de interação e participação popular, utilizando-se de meios de comunicação de grande alcance popular como rádios, jornais e outros veículos comunitários.

GTT Padrões de Produção e Consumo:

- Criar e aplicar uma ferramenta de avaliação do desempenho do setor produtivo, relacionados aos princípios da agenda 21, com resultados divulgados na grande mídia.

GTT Produção Científica e Tecnológica:

- Organizar e disseminar um banco de dados de boas práticas de projetos e ações na área de Ciência e Tecnologia relacionados aos princípios da Agenda 21.

AÇÕES:

GTT Agricultura Sustentável/Agroecologia:

- Promover e divulgar amplamente a Carta de Curitiba e suas propostas;
- Reuniões de avaliação junto a Câmara Técnica de Agroecologia do CEDRAF;
- Incorporar na Agenda 21 as Bases para o Programa Paraná Agroecológico, produzida pelos agentes públicos, sociedade civil e iniciativa privada de todo Estado em 2010.

GTT Segurança Alimentar e Nutricional:

- As metas são idênticas às do GTT Agricultura Sustentável/Agroecologia, sendo que as ações devem ser as mesmas.

GTT Biodiversidade:

- Promover encontros, visitas e outros eventos para gerar agentes da Agenda 21 – multiplicadores locais no tema norteador. (As Instituições de Ensino – pertencentes ao Pacto da Agenda 21);
- Elaborar estratégias para que sejam desenvolvidos, na Educação Básica e Superior, estudos/atividades de percepção ambiental da Biodiversidade. (Escolas Estaduais, Municipais e Particulares, com o apoio do Estado, promoveriam

concursos para avaliar a implementação de projetos e realização de atividades deste tema norteador).

GTT Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida:

- Veicular em programas de rádio e TV, inserções, com duração de 30 segundos, relacionadas a cada tema norteador da Agenda 21 Paraná, incluindo, de forma transversal, o tema: direitos humanos e de todas as formas de vida, fundamentado na ética biocêntrica;
- Criar um canal na internet para compartilhamento virtual das inserções e outros materiais pertinentes ao tema norteador;
- Capacitar os membros do fórum e GTTs sobre o tema norteador.

GTT Diversidade Espacial e Integração Regional:

- Estimular uma nova cultura de mobilidade mais saudável e sustentável, fazendo das Universidades públicas paranaenses núcleos irradiadores desta mudança cultural;
- Enviar para as Câmaras municipais proposta para mudança da legislação em relação às calçadas;
- Estimular ações dos Municípios no “Dia Mundial sem Carros” 22 de setembro.

GTT Educação:

- Ampliar os processos de Agenda 21 Escolar na Rede Estadual de Ensino por meio do Programa Escola Sustentável;
- Monitorar os processos e criar um banco de dados de ações locais envolvendo a Agenda 21 Escolar;
- Incentivar a criação de Fóruns Municipais de Discussão da Agenda 21 Escolar e da Rede Estadual de Agenda 21 Escolar para troca de experiências (processo de interiorização e descentralização);
- Retomar os compromissos do Pacto 21 Universitário.

GTT Gestão dos Recursos Hídricos:

- Ampliar o GTT de Recursos Hídricos;
- Implantar Sistema de Informação capaz de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados, entre instituições governamentais e não governamentais.

GTT Gestão Social e Terceiro Setor:

- Fazer levantamento das entidades do terceiro setor existentes no Estado do Paraná, para estruturação de um banco de dados com objetivo de envolvê-las e integrá-las nos processos da Agenda 21 em seus âmbitos de atuação;
- Realização de 17 encontros regionais conforme planejamento da Agenda 21, para dar cumprimento ao proposto no Seminário Estadual: A Agenda 21 no Movimento Popular, realizado no dia 1º de agosto de 2009;
- Pautar no ConCidades a implantação da Agenda 21 nos municípios;
- Fazer consulta à equipe de comunicação da SEMA quanto às possibilidades, formas e procedimentos visando: – Atualizar a página da Agenda 21 no site da SEMA; – Utilizar canais institucionais como a Rádio e TV Educativa, rádios e tevês universitárias e comunitárias, além das comerciais; – Publicações de cartilhas, folders e outros materiais informativos e de divulgação;
- Definição de formas e conteúdos devem ser estabelecidos pelo Fórum.

GTT Padrões de Produção e Consumo:

- Referente à Produção – Formulação Legal: angariar representatividade política para formulação e implementação de políticas públicas aliadas aos preceitos da Agenda 21, principalmente quanto aos PP&C, através da formulação legal de um projeto de lei para criação do "Comitê para Avaliação e Fiscalização das Embalagens e Resíduos Recicláveis Produzidos e Comercializados no Estado do Paraná", fomentando-se os prepostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Referente ao Consumo – Inserção de Educação Ambiental: criação de uma ferramenta informativa periódica "NEWS LETTER", a princípio vinculado ao tema norteador "Padrões de Produção e Consumo". Deverá ser proposto um fluxograma de operacionalização do informativo, respeitando-se os trâmites burocráticos do Fórum.

GTT Produção Científica e Tecnológica:

- Reunir representantes dos GTTs para alinhamento de conceitos;
- Levantar a produção científica e tecnológica referente às IES que assinaram o Pacto 21 Universitário;
- Organizar banco de dados referentes à Produção Científica e Tecnológica levantada;
- Disseminar através de mídias alternativas o banco de dados criado.

Usando a apresentação, Valdir expõe que várias metas e propostas de ações apresentam similaridades e convergências entre si, podendo assim ser agrupadas, conforme segue:

COMPILAMENTO DAS PROPOSTAS DOS GTTs:**Agroecologia:**

- Fortalecer a Alimentação Escolar com base na produção agroecológica local.
- Garantir o apoio necessário à implantação da Lei Federal 11.497 “Lei da Alimentação Escolar” – que torna obrigatória a compra da agricultura familiar de pelo menos 30% dos alimentos a serem consumidos nas escolas, priorizando-se a compra da produção familiar local e regional oriunda da agricultura ecológica.
- Fomentar a formação em agroecologia para os agricultores familiares participantes do processo da alimentação escolar, estimulando-se a conversão para sistemas ecológicos de produção de alimentos com o necessário apoio

durante o período de transição, bem como o apoio para viabilizar infraestrutura e logística para o abastecimento das escolas.

- Promover e divulgar a Agroecologia e fortalecer a agricultura urbana de base ecológica.
- Incorporar na Agenda 21 as bases para o Programa Paraná Agroecológico, produzida pelos agentes públicos, sociedade civil e iniciativa privada de todo Estado em 2010.
- Incorporação na Agenda 21 da Carta de Curitiba de Agroecologia produzida nos Congressos Brasileiros e Latino-americanos de Agroecologia. Curitiba, novembro de 2009.
- Promover e divulgar amplamente a Carta de Curitiba e suas propostas.

Educação:

- Aproximar os conceitos sobre a temática ambiental para os diversos setores da sociedade (governos, empresas e comunidades), por meio de ações de educação ambiental formal, não formal e informal.
- Elaborar estratégias para que sejam desenvolvidos, na Educação Básica e Superior, estudos/atividades de percepção ambiental da Biodiversidade. (Escolas Estaduais, Municipais e Particulares, com o apoio do Estado, promoveriam concursos para avaliar a implementação de projetos e realização de atividades deste tema norteador).
- Promover encontros, visitas e outros eventos para gerar agentes da Agenda 21 – multiplicadores locais no tema norteador. (As Instituições de Ensino – pertencentes ao Pacto da Agenda 21).
- A criação de um banco de dados com indicadores, relatórios, produções científicas e experiências que envolvam a temática da Agenda 21 no âmbito da Educação.
- Ampliar os processos de Agenda 21 Escolar na rede estadual de ensino por meio do Programa Escola Sustentável.
- Capacitar os membros do fórum e GTTs sobre o tema norteador.
- Reunir representantes dos GTTs para alinhamento de conceitos.
- Estimular uma nova cultura de mobilidade mais saudável e sustentável, fazendo das Universidades públicas paranaenses núcleos irradiadores desta mudança cultural.

Agenda 21 Escolar:

- Que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná reconheça de forma oficial e divulgue as ações de Agendas 21 promovidas pelas Instituições de Ensino da Educação Básica e do Ensino Superior.
- Ampliar os processos de Agenda 21 Escolar na rede estadual de ensino por meio do Programa Escola Sustentável.
- Monitorar os processos e criar um banco de dados de ações locais envolvendo a Agenda 21 Escolar.
- Incentivar a criação de Fóruns Municipais de Discussão da Agenda 21 Escolar e da Rede Estadual de Agenda 21 Escolar para troca de experiências (processo de interiorização e descentralização).
- Que o Estado reconheça, apoie, fomenta e divulgue as Agendas 21 das Instituições de Ensino e de outras Organizações.

Pacto 21 Universitário:

- Retomar os compromissos do Pacto 21 Universitário.
- Levantar a produção científica e tecnológica referente às IES que assinaram o Pacto 21 Universitário.
- Que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná reconheça de forma oficial e divulgue as ações de Agendas 21 promovidas pelas Instituições de Ensino da Educação Básica e do Ensino Superior.
- A criação de um banco de dados com indicadores, relatórios, produções científicas e experiências que envolvam a temática da Agenda 21 no âmbito da Educação.
- Organizar e disseminar um banco de dados de boas práticas de projetos e ações na área de Ciência e Tecnologia relacionados aos princípios da Agenda 21.

Banco de dados:

- A criação de um banco de dados com indicadores, relatórios, produções científicas e experiências que envolvam a temática da Agenda 21 no âmbito da Educação.

- Organizar e disseminar um banco de dados de boas práticas de projetos e ações na área de Ciência e Tecnologia relacionados aos princípios da Agenda 21.
- Monitorar os processos e criar um banco de dados de ações locais envolvendo a Agenda 21 Escolar.
- Organizar banco de dados referentes à Produção Científica e Tecnológica levantada.
- Disseminar através de mídias alternativas o banco de dados criado.
- Implantar Sistema de Informação capaz de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados, entre instituições governamentais e não governamentais.
- Implantar sistemas de informação capazes de proporcionar banco de dados que se conversem/integrados entre as instituições governamentais (priorizando dados socioambientais) contemplando adequadas estruturas e riscos humanos (equipes e servidores públicos) com participação e medidas ampliadas de controle social (conselhos de meio ambiente, saúde, cidades, entre outros).
- Criar e aplicar uma ferramenta de avaliação do desempenho do setor produtivo, relacionados aos princípios da agenda 21, com resultados divulgados na grande mídia.
- Fazer levantamento das entidades do terceiro setor existentes no Estado do Paraná, para estruturação de um banco de dados com objetivo de envolvê-las e integrá-las nos processos da Agenda 21 em seus âmbitos de atuação.

Comunicação:

- Disseminação da Agenda 21 no terceiro setor e sociedade como um todo em âmbito local, através da discussão e planejamento participativo das ações, pautando a implantação obrigatória da Agenda 21 na Conferência Nacional das Cidades de 2010, e o investimento em marketing social, garantindo a informação sobre os canais de interação e participação popular, utilizando-se de meios de comunicação de grande alcance popular como rádios, jornais e outros veículos comunitários.
- Adotar a ética biocêntrica como ponto de partida para definição das ações da Agenda 21 Paraná, criando um programa específico, diário, por exemplo, o Programa "21", na Rádio e TV Educativa do Paraná, em horário nobre e em tempo relevante, para a divulgação e discussão dos temas norteadores da Agenda 21 Paraná.
- Fazer consulta à equipe de comunicação da SEMA quanto às possibilidades, formas e procedimentos visando: – Atualizar a página da Agenda 21 no site da SEMA; – Utilizar canais institucionais como a Rádio e TV Educativa, rádios e tvs universitárias e comunitárias, além das comerciais; – Publicações de cartilhas, folders e outros materiais informativos e de divulgação.

- Veicular em programas de Rádio e TV, inserções, com duração de 30 segundos, relacionadas a cada tema norteador da Agenda 21 Paraná, incluindo, de forma transversal, o tema: direitos humanos e de todas as formas de vida, fundamentado na ética biocêntrica.
- Criar um canal na internet para compartilhamento virtual das inserções e outros materiais pertinentes ao tema norteador.
- Definição de formas e conteúdos devem ser estabelecidos pelo Fórum.
- Referente ao Consumo – Inserção de Educação Ambiental Criação de uma ferramenta informativa periódica “NEWS LETTER”, a princípio vinculado ao Tema Norteador “Padrões de Produção e Consumo”. Deverá ser proposto um fluxograma de operacionalização do informativo, respeitando-se os trâmites burocráticos do Fórum.

Eventos:

- Realização de 17 encontros regionais conforme planejamento da Agenda 21, para dar cumprimento ao proposto no Seminário Estadual: A Agenda 21 no Movimento Popular, realizado no dia 1º de agosto de 2009.
- Promover encontros, visitas e outros eventos para gerar agentes da Agenda 21 – multiplicadores locais no tema norteador. (As Instituições de Ensino – pertencentes ao Pacto da Agenda 21).

Mobilidade Urbana Sustentável:

- Apoiar a mobilidade urbana sustentável:
 - transferindo a execução e manutenção das calçadas ao poder público atendendo a critérios técnicos de mobilidade e acessibilidade sustentável;
 - priorizando o investimento em transporte de passageiros nas cidades nas modalidades públicas em detrimento do sistema viário para automóvel;
 - desestimulando o uso do estacionamento público e privado nas áreas centrais através de adoção de um valor adicional do IPTU que deverá ser revertido em favor de projetos de mobilidade sustentável;

- assumindo a bicicleta como modal de transporte privilegiando a implantação de ciclovias e/ou ciclofaixas inclusive sua integração com outros modais.
- fomentando e incentivando o "programa de carona solidária".
- Estimular ações dos Municípios no "Dia Mundial sem Carros" 22 de Setembro.
- Enviar para as Câmaras municipais proposta para mudança da legislação em relação às calçadas.

Legislação:

- Referente à Produção – Formulação Legal: angariar representatividade política para formulação e implementação de políticas públicas aliadas aos preceitos da Agenda 21, principalmente quanto aos PP&C, através da formulação legal de um projeto de lei para criação do "Comitê para Avaliação e Fiscalização das Embalagens e Resíduos Recicláveis Produzidos e Comercializados no Estado do Paraná", fomentando-se os prepostos na Política Nacional de Resíduos Sólidos.
- Enviar para as Câmaras municipais proposta para mudança da legislação em relação às calçadas.

Passando para o último item da pauta, Rosana Gnipper fala um pouco sobre o questionário de avaliação do Fórum e comenta que ele servirá como norteador das ações que serão planejadas para o ano que vem. Ele foi enviado a todos os membros por e-mail e teve prazo de entrega, sendo que as respostas consideradas na compilação feita pela Coordenação das Ações da Agenda 21 Paraná foram as enviadas até tal prazo. Ainda lembra que essa avaliação estava prevista no Plano de Ações da Coordenação, e que mesmo já passando o prazo de entrega e não integrando na compilação apresentada, Rosana pede para que os integrantes do Fórum mandem suas respostas, devido à grande importância dessa ferramenta. A compilação das respostas recebidas pode ser visualizada logo abaixo:

QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO DO FÓRUM

AG21 - ANÁLISE DA COORDENAÇÃO:

1. Para você, qual é a importância do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná?

- O Fórum faz parte de uma força de trabalho mundial fundamentado nos preceitos da Agenda 21 Global, documento Institucionalizado Internacionalmente, que indica como devemos proceder para vivermos e prosperarmos em bases sustentáveis.

- O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná coloca nosso estado no contexto nacional e internacional de discussões sobre o assunto, e cria um pensamento coordenado e composto pelas mais diversas representações, vinculado a uma Secretaria de Estado, o que dá garantias, de acordo com a forma como se conduz o processo, de que as discussões e aquilo que se decide seja levado em frente. Do ponto de vista da sociedade civil, é um importante espaço de discussão e de exposição de demandas dos diversos segmentos sociais e área de interesse.

- Ao meu entendimento, a principal importância do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, consiste em ser um local de participação ativa, com o objetivo de estruturar as prioridades locais, através de análises de projetos e ações de curto, médio e longo prazo, sem perder o foco no acompanhamento dos resultados práticos perante os segmentos sociais.

- Bastante relevante, uma vez que trata de assuntos ligados ao meio ambiente e conseqüentemente da melhoria da qualidade de vida no planeta.

- O Fórum da Agenda21 Paraná tem uma grande importância no sentido de reunir instituições do Estado a fim de que possam trocar experiências entre si no que diz respeito à Agenda21 (questões ambientais, sociais e econômicas), de discutir as necessidades também ambientais, sociais e econômicas a nível estadual e criar instrumentos para que possamos cumprir o que foi assinado na Rio 92.

- Como instância para discussão, além de norteador de ações e incentivador de políticas públicas que tratem dos temas relacionados à Sustentabilidade.

- A importância, a agenda 21 tem como base o desenvolvimento sustentável, que atualmente tem vários conceitos, mas de modo geral significa que é o tipo de desenvolvimento que considera fatores sociais, econômicos e ambientais, pensando no presente e no futuro.

- O Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná é um espaço extremamente privilegiado, onde a sociedade e governo, juntos, definem as bases e estruturas do desenvolvimento sustentável em nosso estado, cabendo ao Fórum o acompanhamento desse desenvolvimento fazendo as correções de rumo quando necessárias, dentro de um planejamento participativo.

Avaliação da Coordenação

Todos ressaltam a importância do Fórum, como instância representativa e participativa, troca de experiências, definição das bases de desenvolvimento sustentável, no contexto local, nacional e internacional. É apontado o fato de estar sediado em uma Secretaria de Estado como uma forma de garantir a continuidade do

processo. OBS: a maioria ainda entende a Agenda 21 como instância para discutir questões de cunho ambiental.

2. Qual a avaliação que você faz do Fórum? O que está bom? O que precisa melhorar?

- Acho que está bom, no entanto sempre há condições de melhorar.

- O Fórum vem cumprindo seu papel mobilizador, sensibilizador e instrumentalizador. As bases para a construção da Agenda 21 do Paraná estão lançadas. Agora precisamos partir, de fato, para a construção da Agenda 21 do Paraná, com amplo envolvimento de todos os setores da sociedade civil e das instituições públicas em todas as esferas de governo.

- Pouco participei das Reuniões, mas as que participei as discussões percebi que o Fórum tem objetivos de expressão.

- Estou a pouco tempo no Fórum e pelo histórico, melhorou muito com a nova forma de condução. O trabalho dos GTTs foi muito bom e os grupos precisam de um canal de comunicação e motivação. Melhorar a página (atualização e mais informações sobre o Fórum). Talvez um blog ou uma página no Flickr possa contribuir com o registro do Fórum de uma forma mais informal.... não perder as memórias, fotos de reuniões e eventos pode ser uma forma legal de registrar.

- O trabalho do Fórum Permanente da Agenda21 Paraná sempre vem avançando, o que a meu ver ainda falta é a participação efetiva e/ou comprometida de segmentos importantes da sociedade e do governo. A não participação pode fazer com que as propostas do Fórum não sejam realizadas integralmente.

- Entendo que o aspecto positivo do Fórum tem sido o tratamento dos aspectos teóricos, no âmbito local, porém o que precisa melhorar é a promoção, a respectiva análise e acompanhamento dos resultados práticos, relacionados à Agenda 21 Paraná.

- Consideramos que o Fórum Permanente da Agenda 21 do Paraná está tomando um rumo certo. Estamos conseguindo definir propostas embasadas nos 10 temas norteadores e sentimos que o Governo do Estado (SEMA) tem sido bom apoiador no processo.

- A avaliação que temos do Fórum é a melhor possível. O fundamento é forte, mudança de paradigmas, então, vamos em frente.

Avaliação da Coordenação

Avaliação bastante positiva nos quesitos organização e fundamentação teórica, constatando que o Fórum encontra-se no rumo certo. Aponta necessidades de avançar no que diz respeito à implementação das propostas; indica ser necessário haver uma participação mais efetiva e comprometida de segmentos da sociedade e governo ressaltando a indispensável melhoria no uso de canais de comunicação e mobilização.

A ser melhorado:

- canal de comunicação e motivação entre os grupos;
- melhorar a página na internet;
- memórias, fotos das reuniões e eventos;
- participação efetiva e comprometida;

- promoção, análise e acompanhamento dos resultados práticos.

3. Quais são as suas sugestões para fortalecimento do Fórum?

- Continuarmos sempre dispostos.
- Buscar meios para que os participantes sintam-se constantemente motivados a continuar no processo de construção das propostas.
- Que o tratamento dos assuntos, dos dados e das sugestões tenha início, meio e fim.
- Talvez uma maior divulgação, sensibilização e grandes eventos envolvendo grande parte da sociedade e governo.
- Acho que ajudaria muito uma maior flexibilidade financeira, ou seja, um orçamento específico e ajuda de custos para representantes que precisam se deslocar longas distâncias para as reuniões. Além disso, promover eventos locais que possam contribuir para a divulgação do trabalho do Fórum, que podem ajudar a trazer novos participantes e fortalecer as ações locais.
- Respondendo como instituição participação mais ativa das discussões.
- Em primeiro lugar, os integrantes do Fórum devem estar verdadeiramente engajados e comprometidos para que o Fórum cumpra com seus objetivos. Em segundo lugar, as ações de governo, sobretudo as ações do sistema Sema, devem levar em conta os pressupostos da Agenda 21. Dessa forma, o Fórum cumpre com

seu papel de efetivar a implantação da Agenda 21 em toda sua dimensão em todo o estado.

- Não tenho sugestões no momento, no entanto acho que o fortalecimento do Fórum passa pela inclusão de Instituições que tenham a ver com os temas ligados a Agenda 21.

Avaliação da Coordenação

As sugestões indicam de que é fundamental que haja disposição, motivação, engajamento e comprometimento dos integrantes do Fórum, ações efetivas das instituições e, principalmente, do governo, visando a efetiva implementação da Agenda 21. Também foi comentado sobre a necessidade de se buscar apoio financeiro para representantes que são de outra cidade ou moram longe. Mais uma vez foi abordado o tema da divulgação das ações da Agenda 21, para trazer mais pessoas ao Fórum e também proporcionar o conhecimento da população sobre o que é Agenda 21, como funciona o Fórum, etc. Sugeriu-se a melhoria do planejamento das ações, de forma a terem começo, meio e fim, e a promoção de eventos locais.

4. Você teria sugestão de indicação de outras instituições da sociedade e/ou governo, além de pessoas (participantes ativos) para serem convidadas a integrar o Fórum?

- Creio que a composição formal do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná esta bem constituída, abrangendo boa parte dos segmentos sociais.

- Sugerimos que sejam convidados membros de Escolas Estaduais que são interessados e que não possuem qualquer interlocução neste nível. Também sugerimos algumas comunidades religiosas. Exemplos: Escola Estadual Madre Anatólia e Comunidade Luterana Redentor, ambos de Curitiba.

- SEAE - Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos (Secretário Edson Luiz Casagrande).

- Não.

- UENP (Prof. Ricardo Campos já demonstrou interesse em participar), Prefeitura de Londrina, UFTPR de Londrina (Prof. Bruno - Curso Gestão Ambiental), Prof. Paulo Bassani (GEAMA-UEL).

- Solicitar uma participação mais comprometida do Governo, que tem obrigação e é responsável pelo o que acontece no Estado.

- As instituições representativas do setor empresarial, como os integrantes do sistema FIEP, a ACP, a FAEP e a Ocepar. Instituições representativas dos trabalhadores, como as federações (Ex. Fetaep), Centrais Sindicais e sindicatos de referência, como o SindiSeab, APP Sindicato, Sinditest. Instituições de Ensino Superior. Empresas, fundações, institutos e autarquias públicas, como Emater, IAP e Ipardes. Coordenações da SEMA.

- Não tenho nenhuma sugestão a respeito, no entanto, pensamos ser interessante a inclusão de Instituições que tenham a ver com os temas ligados a Agenda 21.

As sugestões apresentam a necessidade de participação de instituições representativas do setor empresarial, dos trabalhadores, instituições de ensino superior, comunidades religiosas e escolas estaduais, e uma participação mais comprometida do governo, sobretudo do sistema SEMA.

5. Como você avalia a sua participação no Fórum?

- Dentro das minhas limitações de conhecimento e tempo, acho que foi muito boa, principalmente no que toca ao conhecimento da temática.

- Como já citei acima pouco ou nada participativa.

- Tenho procurado participar da forma mais ativa possível, tanto nas reuniões do Fórum, quanto nos GTTs, GTs e nas Coordenações que faço parte. Fundamento minha participação no sentido de que haja o entendimento que é necessário um novo paradigma e que as mudanças são imprescindíveis e que cada um de nós é responsável direto para que essas mudanças ocorram. Acho que minha atuação precisa ser melhorada, não por mim, mas para que essa atuação possa contribuir para que o nosso Fórum alcance o êxito esperado.

- Participei das reuniões, desde que fui indicado este ano para representar a Coordenação Regional de Chapecó da FUNAI, exceto uma por motivos particulares. Cumprindo assim a tarefa e o propósito estabelecido.

- Regular. Devido à carga horária de trabalho e estudo, fica um pouco difícil participar de todas as atividades do Fórum. Porém sempre estou sabendo das ações e divulgando a Agenda21 e tomando atitudes que ela propõe.

- Tendo em vista que o meu ingresso no Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, foi no presente ano e considerando ainda, que não possuía o conhecimento histórico do trabalho da organização, creio como satisfatória a minha participação. Procurei me integrar ao grupo de trabalho, explanando meus pontos de vista, paralelamente a um processo de aprendizado.

- Como representante de uma organização da sociedade civil, que atua em meio ambiente, na educação ambiental e na defesa dos direitos dos animais, e ainda como bióloga e educadora ambiental, tenho buscado levar as demandas que são discutidas no âmbito da minha Entidade – Movimento SOSBICHO de Proteção Animal. Também tenho sido assídua e participativa, me colocando à disposição para desafios e para o diálogo.

- Temos procurado nos doar bastante, pois achamos que é plenamente recompensador.

Avaliação da Coordenação

Tivemos algumas pessoas reconhecendo pouca participação, mas de um modo geral, todos acham que tiveram uma boa participação, alguns se integrando mais, buscando mais conhecimento e buscando dar mais objetividade ao Fórum. Promessas de melhoria geral nas atuações.

6. Qual a conexão que você conseguiu fazer entre o conteúdo das discussões no Fórum e a Instituição que representa? Conseguiu sensibilizar sua Instituição para promover essas discussões internamente?

- As conexões são de natureza estrutural, conseqüentemente as mudanças remetem a isso também. Os temas da agenda 21 são corriqueiramente debatidos na repartição, todavia com as limitações funcionais.

- O CREA-PR tem atuado com muito vigor nos modernos conceitos de administração, operacionalizando já há cerca de cinco anos a AGENDA PARLAMENTAR em diversos Municípios sedes do Estado, assim como os EDBR's - Estudos de Desenvolvimento Básicos Regionais. Também vem atuando muito firme no que se refere aos Projetos Complementares, dando a máxima atenção ao quesito "Acessibilidade". A Instituição mantém o firme e convicto propósito de se manter conectada ao Fórum, e assim, podermos fazer um trabalho sempre proativo para com a engenharia paranaense, em busca dos melhores caminhos para toda a sociedade.

- Até o começo deste ano minha representação no Fórum era pelo Conselho Estadual de Saúde – CES/PR. Nesse sentido posso dizer que minha participação no Fórum ajudou a balizar minha atuação no CES/PR. Muitas propostas e encaminhamentos tiveram como argumento os fundamentos da Agenda 21. Algumas questões pontuais como redução do uso de Xerox, a cobrança pela implantação da separação e destinação adequada dos resíduos na própria SESA, a realização do Seminário sobre Contaminantes Ambientais e seus Impactos na Saúde, o posicionamento do CES/PR contrário às alterações no Código Florestal. Porém tudo isso foi insuficiente para que o CES/PR, os conselheiros e as instituições do CES/PR compreendessem o que é a Agenda 21.

- Sendo o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná um espaço para discussão de temas voltados ao meio ambiente, vem de encontro aos objetivos e

finalidades de nossa organização, fazendo com que possamos refletir no âmbito interno de nossa entidade a respeito de questões que são tratadas no Fórum e vice versa. É também muito importante, visto que, inseridos que estamos no GT Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida, foi possível levar um modo de pensar que respeita e considera todas as manifestações de vida como dotadas de direitos. Também compomos o GT Rio + 20 e de Boas Práticas, que possibilitam a tomada de experiências sobre a formatação de uma proposta possível a ser apresentada e nos coloca em consonância com acontecimentos e eventos ambientais do mais alto nível.

- Temos campanhas de saneamento básico, e a importância do mesmo.

- A Diretoria Executiva do IPEM-PR, na qual faço parte, têm ciência das participações e andamentos das principais ações do Fórum da Agenda 21 Paraná, compatíveis à Instituição. A sensibilização sempre existiu, pois o IPEM-PR foi o primeiro Órgão Metrológico e de Qualidade Industrial, certificado pela ISSO-9002.

- Discutir a Agenda 21 institucionalmente, ainda não foi possível, mas sempre que posso, insiro a temática. Indiretamente, tento incorporar ações voltadas à sustentabilidade na instituição. Gostaria de voltar a constituir o nosso Fórum da Agenda 21 (que já existiu)... Talvez com a Rio+20 seja uma oportunidade de voltar a discutir a Agenda 21 de forma institucional.

Avaliação da Coordenação

Todos relatam limitações quanto à inserção da temática em suas instituições. Mesmo se a instituição tem em sua atuação práticas de Agenda 21, ainda sim institucionalmente há fortes resistências quanto ao entendimento e reconhecimento da Agenda 21.

7. Que alterações significativas ocorreram em sua Instituição a partir da sua participação no Fórum?

- Melhora sensível na percepção ambiental, um pouco em baixa na engenharia brasileira.

- Não tivemos alterações significativas, mas pudemos fortalecer um pensamento que nos coloca em um patamar de futuro que tem como base a sustentabilidade, mas a sustentabilidade embasada em bons princípios éticos que se traduzem na ética biocêntrica.

- Inicialmente foi o conhecimento de formal 01(um) trabalho preocupado, planejado e participativo com o desenvolvimento sustentável do Estado do Paraná, composto pelo Governo e sociedade civil e a ratificação da eficácia de medidas adotadas pela Instituição desde a década de noventa.

- Acredito que tudo foi novo, o meu trabalho na instituição também é algo novo e, a partir das discussões no Fórum, a abrangência das ações do meu trabalho tem tomado uma extensão muito maior, haja vista que não há como falar de gestão de resíduos e não falar dos demais aspectos como questões ambientais, condições de trabalho, economia e aspectos sociais.

- Nenhuma (pela pouca participação no fórum).

- Conforme relatei na questão anterior, apesar de toda a discussão e dos posicionamentos não posso afirmar que tenha havido alteração significativa no CES/PR. Em relação à Ecoforça que é minha atual representação no Fórum, desde que a Rosana que era a representante anterior da Ecoforça, foi indicada para assumir

a Coordenação das Ações da Agenda 21 no Paraná posso dizer que todas as decisões são tomadas tendo sempre por base os princípios e diretrizes da Agenda 21.

- A representação da repartição no Fórum gera uma contextualização dupla: o Órgão se apresenta, faz-se representar, e a Agenda é assumida, enquanto impõe os temas em debate.

Avaliação da Coordenação

Foi ressaltado que essas alterações, por mais que exista o conhecimento da Instituição sobre os assuntos tratados no Fórum, são sempre difíceis de acontecer, com alterações pouco significativas. Verificou-se o fato de que, de modo geral, as mudanças aconteceram de maior parte nos setores onde os participantes trabalham, devido a sua consciência individual e/ou que consegue passar aos colegas.

8. Que ações conectadas com a Agenda 21 a sua Instituição realiza?

- Gestão de resíduos, projetos voltados à preservação e recuperação de APPs na instituição e em outras regiões do Estado, campanhas contra abandono de animais, incentivo à economia solidária, programas voltados à capacitação de pessoal (nível médio e superior), etc.

- Como disse a atuação da Ecoforça, minha atual representação, é totalmente baseada na Agenda 21, quanto ao CES/PR já citei no item 5.

- Principalmente Proteção ambiental nas áreas indígenas.

- O IPEM-PR, Autarquia Estadual, responsável pela execução da Metrologia e Qualidade Industrial de acordo com delegação de competência do Instituto Nacional de Metrologia, Tecnologia e Qualidade Industrial, INMETRO, quando da doação de produtos pré-medidos, destinação dos resíduos gerados pelas suas Unidades Organizacionais e iniciativas de prevenção da Dengue, adota medidas compatíveis com uma metodologia voltada à proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

- Nossa instituição desenvolveu, no ano de 2011, um Projeto de Educação Ambiental em um bairro da Cidade de Curitiba, onde os princípios defendidos pela agenda 21 e a base ética foram aplicados. Tentamos desenvolver na comunidade local, valores de respeito à vida e da necessidade de preservação do meio ambiente em visão ampla, contemplando o meio ambiente construído e o natural. Também fortaleceu nossas convicções quanto às demandas legais que levam fundamentos da Agenda 21 Paraná.

- A Institucionalização da obrigatoriedade do "programa de acessibilidade" em todas as obras de engenharia, o PRO-CREA e o CREA Jr.

Avaliação da Coordenação

Foram citados programas e projetos de âmbito social, ambiental e econômico, muitas vezes não abrangendo as 3 dimensões na mesma ação, mas podendo ter (na mesma Instituição) vários programas/projetos, cada um com sua dimensão, assim abrangendo, de certo modo, aspectos de Agenda 21.

9. O que mudou em você em decorrência do seu envolvimento com a Agenda 21?

- Depois que conheci e estudei sobre a Agenda 21, depois do envolvimento com o Fórum, tudo o que pensava em relação à sustentabilidade, à proteção da vida, à igualdade social, à eficiência econômica, teve uma melhor explicação para defender o Planeta. Minhas atitudes se baseiam no que diz a Agenda21 ou pelo menos tento. Aprendi muito com Fórum e percebi que não estou sozinho em prol do Planeta!

- Me estruturei melhor em relação a determinados conceitos básicos da Ecologia.

- Meu envolvimento com o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná possibilitou o exercício de técnicas de instrumentalização teórica na construção de um saber ambiental interdisciplinar, através dos contatos e interlocuções com os vários segmentos participantes do Fórum.

- Racionalização na geração de resíduos e preservação e criação de áreas verdes.

- A extensão e profundidade das ações do meu trabalho na instituição que represento (Gestão ambiental), muito mais abrangentes, considerando todos os aspectos da Agenda 21.

- Posso afirmar que minha vida deu uma completa guinada. Ajudou minha atuação no movimento ambientalista, no movimento popular, nas conferências e conselhos dos quais tenho participado. Somando tudo isso, creio que fortaleceu algumas convicções, abriu novas perspectivas e me fez assumir a responsabilidade de

ser um agente da mudança e da transformação, começando por mim mesmo, nos meus hábitos de consumo, no meu relacionamento com as pessoas e, principalmente, com adoção da ética biocêntrica como princípio de vida.

- Com a participação no Fórum houve a apropriação de fatos ligados ao meio ambiente, de que ainda não tinha tido conhecimento anteriormente.

Avaliação da Coordenação

Há uma percepção de que a participação causou impactos significativos na vida dos integrantes do Fórum, com maior entendimento da temática, melhoria na atuação profissional e até guinada de vida. Grande parte das respostas mostrou que, em geral, a mudança principal é a conscientização adquirida devido aos vários debates do Fórum, de maior parte aqueles que abrangem aspectos relacionados ao meio ambiente (consciência ecológica). Foi citado também o fato de se obter maior conhecimento devido às experiências compartilhadas e informações dadas.

10. Você gostaria de tecer alguma outra consideração que considera pertinente?

- Sim para o próximo ano ter uma participação melhor e mais ativa no Fórum.

- Ratificando uma posição pessoal, já manifestada em reuniões no decorrer do ano de 2011, entendo que a Agenda 21 Paraná, deva ser uma formal Unidade Organizacional, staff ou operacional, devidamente estruturada no organograma da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, SEMA, com atribuições e orçamento legalmente determinados.

- Consideramos que é possível e viável a implementação de um Canal Midiático tipo News Letter, com conteúdo simples e direto de conceitos e atitudes sustentáveis, a serem enviados periodicamente para Instituições, Empresas e Profissionais, como proposto pelo GTT PP&C, disseminando-se os trabalhos já desenvolvidos, inclusive também por todos os outros GTTs.

- Considero muito importante o trabalho que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, juntamente com seus respectivos Grupos de Trabalho, está realizando em prol da construção de propostas de sustentabilidade socioambiental, destacando que o Estado do Paraná se preocupa com as questões pertinentes a um planeta viável para a continuidade da vida, tanto no presente quanto no futuro.

- Acredito, o Fórum é uma instância necessária e oportuna, contempla temas de interesse da Humanidade. Regionalmente tem sua inserção requerida.

- Acho importante a busca de apoio institucional para a participação nas reuniões do Fórum de integrantes que moram em outras localidades fora de Curitiba. Acredito que este apoio poderia ampliar as ações do Fórum em outras regiões do Estado.

- O Fórum é uma realidade, vejo que muitas pessoas que participam dele não estão comprometidas nem com o Fórum, muito menos com o êxito da Agenda 21. A resistência das pessoas em mudar seus próprios hábitos é muito grande. Agenda 21 não é forma, é conteúdo. É traçar metas e objetivos e trabalhar com afinco para que a mudança ocorra de fato.

[Avaliação da Coordenação](#)

As considerações reiteram os relatos apresentados nas questões anteriores, como necessidade de maior comprometimento e envolvimento pessoal e institucional, a resistência das pessoas em mudar os próprios hábitos, mais apoio institucional ao Fórum, descentralização do Fórum, apoio aos participantes de outras regiões do estado, implantação de canais midiáticos e, principalmente, a consolidação da Agenda 21.

Ressaltamos:

- Considero muito importante o trabalho que o Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná, juntamente com seus respectivos Grupos de Trabalho, está realizando em prol da construção de propostas de sustentabilidade socioambiental, destacando que o estado do Paraná se preocupa com as questões pertinentes a um planeta viável para a continuidade da vida, tanto no presente quanto no futuro.

- Acredito que o Fórum é uma instância necessária e oportuna, contempla temas de interesse da humanidade. Regionalmente tem sua inserção requerida.

- O Fórum é uma realidade, vejo que muitas pessoas que participam dele não estão comprometidas nem com o Fórum, muito menos com o êxito da Agenda 21. A resistência das pessoas em mudar seus próprios hábitos é muito grande. Agenda 21 não é forma, é conteúdo. É traçar metas e objetivos e trabalhar com afinco para que a mudança ocorra de fato.

Após apresentação e discussão sobre as considerações apresentadas, encerrou-se esse item da pauta e Schirle Margaret pede a palavra, falando um pouco sobre a história do Fórum. Conta também

sobre a história da Rosana, desde seu ingresso ao Fórum até os dias atuais, sempre aceitando os desafios que foram surgindo e contribuindo da melhor forma possível. Foi Rosana a responsável pela mudança do tema “Direitos Humanos” para “Direitos Humanos e de Todas as Formas de Vida”, fazendo uma apresentação para o Fórum em que mostrou a importância do respeito de todos para com todas as formas de vida. Schirle faz votos de que Rosana continue com o Fórum com essa garra que sempre teve e que é um exemplo para todos.

Rosana agradece as considerações e ao final da reunião, a coordenadora do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná agradece a presença de todos e encerra a atividade.

Subscrevem a memória:

Alisson Felipe Bieszczad – Estagiário da Agenda 21 Paraná e Participante Ativo do Fórum Permanente da Agenda 21 Paraná;

Rosana Vicente Gnipper - Coordenadora das Ações da Agenda 21 Paraná.

ANEXO 3
MODELO DO QUESTIONÁRIO APLICADO
AOS REPRESENTANTES DO FÓRUM

Questionário de profundidade- Agenda 21 Paraná

Nome completo:

Instituição que representa:

Como funciona a questão da Agenda 21 no âmbito da sua instituição / entidade?

Como você foi escolhido para representar a instituição?

Como a sua instituição se integrou ao fórum?

Como o representante faz a interação entre o que se discute na reunião do fórum e sua entidade?

Qual a frequência que o representante vai às reuniões do fórum?

Há reuniões dos integrantes da sua entidade para debater o que foi colocado no fórum ou para levar sugestões ao fórum? De quanto em quanto tempo?

Quais atores participam dessas reuniões?

Há um documento escrito sobre as premissas da Agenda 21 para o seu local de atuação específico?

Quais as ações ligando Agenda 21 a sua entidade executa/adota?

Como foi o processo de mobilização para convocar esses atores (da sua entidade) para participar?

Quem deu início a esse processo?

Quais as estratégias de comunicação utilizadas para convidar a todos da entidade para participar?

A comunicação foi utilizada como ferramenta para a mobilização nesse processo?

Foram usados meios de comunicação? (Impresso, vídeos, site, folhetos, etc)...

Você considera a comunicação uma ferramenta importante de mobilização dos atores sociais? De que forma?

Como está a Agenda 21 local hoje no Paraná, na sua opinião?

Como você, como pessoa, se interessou e se informou sobre o que é Agenda 21?

Foi convocação governamental? Interesse próprio? etc